

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

JOSÉ RODRIGUES DE ALVARENGA FILHO

A “CHACINA DO PAN” E A PRODUÇÃO DE VIDAS
DESCARTÁVEIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: “NÃO DÁ
PÉ NÃO TEM PÉ NEM CABEÇA. NÃO TEM NINGUÉM QUE
MEREÇA. NÃO TEM CORAÇÃO QUE ESQUEÇA.”

NITERÓI

2010

JOSÉ RODRIGUES DE ALVARENGA FILHO

**A “CHACINA DO PAN” E A PRODUÇÃO DE VIDAS
DESCARTÁVEIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: “NÃO DÁ
PÉ NÃO TEM PÉ NEM CABEÇA. NÃO TEM NINGUÉM QUE
MEREÇA. NÃO TEM CORAÇÃO QUE ESQUEÇA.”**

MESTRADO EM PSICOLOGIA.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lívia do Nascimento

Co-Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kátia Aguiar

NITERÓI

2010

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A473 Alvarenga Filho, José Rodrigues de.

A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis na cidade do Rio de Janeiro: “não dá pé não tem pé nem cabeça. Não tem ninguém que mereça. Não tem coração que esqueça.” / José Rodrigues de Alvarenga Filho. – 2010.

316 f. ; il.

Orientador: Maria Lívia do Nascimento.

Co-orientador: Kátia Aguiar.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2010.

Bibliografia: f. 190-216.

1. Subjetividade. 2. Segurança pública. 3. Mídia. I. Nascimento, Maria Lívia do. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 158

JOSÉ RODRIGUES DE ALVARENGA FILHO

**A “CHACINA DO PAN” E A PRODUÇÃO DE VIDAS
DESCARTÁVEIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: “NÃO DÁ
PÉ NÃO TEM PÉ NEM CABEÇA. NÃO TEM NINGUÉM QUE
MEREÇA. NÃO TEM CORAÇÃO QUE ESQUEÇA.”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lívia do Nascimento

Co-Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kátia Aguiar

NITERÓI

2010

José Rodrigues de Alvarenga Filho

A “CHACINA DO PAN” E A PRODUÇÃO DE VIDAS DESCARTÁVEIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: “NÃO DÁ PÉ NÃO TEM PÉ NEM CABEÇA. NÃO TEM NINGUÉM QUE MEREÇA. NÃO TEM CORAÇÃO QUE ESQUEÇA.”

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Lívia do Nascimento - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Kátia Faria de Aguiar – Co-orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aos “ninguéns, que custam menos
do que a bala que os mata”.

AGRADECIMENTOS

A Maria Livia por todos os bons encontros, orientações, conversas e, principalmente, pela liberdade e apoio que me deu para “ousar” na construção desta pesquisa. Sempre presente, acessível e exigente contribuiu para a realização deste trabalho.

A Kátia Aguiar pelas críticas sinceras e leituras atentas do texto da pesquisa. Grata surpresa por ter surgido como co-orientadora no decorrer da pesquisa.

A Cecília Coimbra por todas as sugestões de leituras, entrevistas e caminhos possíveis. Pelas críticas, conversas e aprendizados.

Ao Pedro Paulo Bicalho, professor, orientador de estágio e companheiro de Comissão de Direitos Humanos, por ter me mostrado, ainda na graduação, “as pegadas de Foucault”; pelas aulas desestabilizadoras; pelo apoio.

A Vera Malaguti por ter contribuído, mesmo sem saber e de longe, com a minha formação.

A toda minha família e amigos por terem me apoiado e estado comigo durante estes dois anos de pesquisa. Todos buscaram, cada um de sua maneira, contribuir para que eu pudesse realizar esta pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por ter financiado esta pesquisa.

A turma do mestrado e do doutorado UFF/2008 por termos, em pouco mais de dois anos, trilhado e compartilhado caminhos e sonhos tão próximos.

Aos professores da Pós Graduação em Psicologia da UFF. Em especial Lilia Lobo, Márcia Moraes e Helder Muniz. Além de Livia, Kátia e Cecília.

Ao grupo de orientação Livia/Kátia. Em especial a Jonatha Rospide Nunes e Rafael Coelho Rodrigues.

Ao grupo de pesquisa “PIVETES” (Programa de Intervenção Voltado às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social) por ter me acolhido e aberto um novo espaço de discussão e pesquisa durante o período do mestrado.

A Comissão de Estudantes do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-05): Ana Lúcia Furtado, Vanda Moreira, Carlos Eduardo Norte (Cadu), Thiago Caetano, Raiana Micas (Rai), Gabriel Sertã, Diego Visconti, a Ana Paula Uziel, a Maria Helena Zamora (MHZ).

A Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-Rio. Em especial a Luciana Vanzan por, mesmo sem me conhecer, ter acreditado no meu trabalho e me convidado a participar da Comissão.

Ao Grupo de Trabalho (GT) Psicologia e Mídia do CRP-Rio. Em especial a Noely Godoy, Conceição, Thiago Caetano, Carina Augusto e Ângela Lopes. Grupo alegre e descontraído.

A Silvia Helena Amaral, professora/orientadora, por na época da graduação me apoiar na ideia de tentar fazer mestrado na UFF.

A Anésia Gilio por ter me apresentado a obra de Paulo Freire; pelas aulas, pelo apoio, pelas dicas e conversas sempre sinceras e críticas.

A Heliana Conde, professora/orientadora, pelas aulas sobre Foucault (ou “o Careca”) e Análise Institucional e por sua generosidade e paciência em explicar cada conceito.

A Sabrina Souza da Silva por ter me apresentado um pouco do Ciep Theóphilo de Souza Pinto e seu dia-a-dia na Favela Nova Brasília, Complexo do Alemão.

A Andréia por ter me indicado o ótimo livro “Corpo negro caído no Chão”.

A José Carlos Brazão (Zeca) por, na “Pré-Banca”, ter lido e feito ótimos comentários sobre minha pesquisa.

A Aline Barbosa (“musa do Forte de Copacabana”) pela amizade, apoio, críticas, idéias, sugestões, conversas, risos, caronas etc. Amiga do ousado e, muitas vezes, cansativo percurso UFF-UERJ.

A Marina Vilar (“musa do Recife”) por ter me incentivado com tanta empolgação a fazer a prova do mestrado na UFF em 2008; pela amizade, pelas conversas, pelos debates e encontros. Também, amiga do percurso UFF-UERJ.

A Rodrigo Monteiro, amigo da época de graduação. Barítono, piadista, companheiro e noivo da querida Bianca (Bia) Florencio.

A Antonio Carlos de Lima, amigo da graduação. Tenor, crítico, companheiro e aluno militante da residência em Saúde da Família da Fiocruz.

A Ana Silvia, amiga da graduação. Pelas parcerias, apoio, projetos, conversas e bons encontros.

Aos alunos da disciplina “Temas avançados em Psicologia Social” (2009/2). Em especial Cristiane Nascimento (Cris), Gisele Diniz (Gi) e Paula Andrade (Paulinha).

A Mauricio Campos (Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência) que me concedeu uma entrevista sobre a atual conjuntura política do Rio de Janeiro e aceitou participar da disciplina que eu dei aula, junto com meus amigos de orientação e minha orientadora no segundo semestre de 2009 na UFF.

Ao jornalista Marcelo Salles que me concedeu uma entrevista em sua casa em Niterói na qual discutimos, entre muitas questões, as relações entre grande mídia e Estado no Rio de Janeiro.

Aos jornalistas e militantes que hoje fazem parte da chamada “**Mídia Alternativa**” e se recusam a se submeter à lógica do mercado midiático brasileiro. Esta pesquisa deve muito aos veículos de comunicação da mídia alternativa. Em especial: Revista Caros Amigos e Revista Fazendo Média.

Aos inúmeros companheiros de música, canto e batucada da Escola Portátil de Música (EPM). Foram muitas rodas de samba e choro aos sábados. Muitos encontros felizes e criativos no corinho da EPM ao som de sambas, marchas e choros: “Eu tenho um calo que parece gente / Quando chega o tempo frio / Ele faz um tempo quente / Mas esse calo só falta falar / Ele adivinha até / Quando o tempo vai mudar / Já me ensinaram / Pra arrancar com alicate / Pra botar tomate e pimenta-de-cheiro / Tenha paciência, Dona Margarida / Eu não sou comida pra levar tempero¹”.

¹ Choro “Um calo de estimação” (Zé da Zilda e José Thadeu).

RESUMO

Nossa pesquisa tem por alvo colocar em análise algumas questões sobre a tríade segurança pública – mídia – produção de subjetividades na cidade do Rio de Janeiro no primeiro semestre do ano de 2007. Para tanto, tomamos a “Chacina do Pan” como um acontecimento analisador para discutirmos: a) como se dá, hoje, na cidade do Rio de Janeiro, a produção de vidas descartáveis, isto é, vidas sem valor; b) como alguns veículos de comunicação de grandes corporações midiáticas cobriram e apoiaram a Chacina no Complexo do Alemão; c) que processos de subjetivação são estes que vem sendo produzidos e que corroboram na produção do medo e da insegurança e, também, em aplausos e apoio a políticas de extermínios das populações pobres cariocas. Nossa pesquisa constitui-se enquanto intervenção, pois acreditamos que o papel do pesquisador não é de apenas anotar, dissertar, entrevistar etc., mas, sobretudo, de intervir. Usamos como caixa de ferramentas, a obra de autores como Foucault, Guatarri, Agamben, Bauman, Wacquant, dentre outros. Fizemos uso de vasto material que compreende: artigos acadêmicos, revistas semanais (impressas e online), sites de informação na internet, livros, documentários, filmes, relatórios, manifestos, laudos, letras de música, poesias, declarações de autoridades etc. A chacina a qual nos referimos foi o resultado da mega-operação policial no Conjunto de Favelas do Complexo do Alemão em 27 de junho de 2007 e que terminou com a morte de 19 pessoas. A operação foi realizada alguns dias antes do início dos jogos Pan-americanos e teve por alvo "apaziguar" o Complexo do Alemão para evitar que supostos "traficantes" atrapalhassem o referido evento. Relatório realizado por peritos designados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, concluíram que há fortes indícios de exceções sumárias e arbitrárias no Alemão. Através da pesquisa das notícias sobre violência criminal na cidade do Rio de Janeiro em alguns veículos de comunicação, constatamos que o discurso dos mesmos foi um dos fatores que ajudou a alimentar o clima de medo e insegurança na cidade. Além disso, tais discursos cobravam do governo fluminense uma "atitude determinada" para que os jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro não fossem prejudicados pela "onda crescente de criminalidade". A aclamada "atitude" do governo foi protagonizar nova chacina. Concluimos que a “Chacina do Pan” foi, para o grande público, a chacina que nunca aconteceu, pois nos discursos da grande mídia ou de políticos, a mesma foi vendida como: "um marco no combate à criminalidade no país" (Revista Época, 2007, ed. 476).

Palavras - chaves: Produção de subjetividades, Segurança Pública, Mídia, Vidas descartáveis.

ABSTRACT

Our research is targeted as an analysis of some issues on the triad public safety - media - production of subjectivity in Rio de Janeiro in the first half of 2007. For this, we take the "Massacre of the Pan" as an event parser to discuss: a) as happens today in Rio de Janeiro, the production of Disposable lives, this is, worthless lives; b) as some communication vehicles major media corporations reported and supported the massacre in Complexo do Alemão; c) that these are subjective processes that has been produced and which support the production of fear and insecurity, and also to applause and support the policies of extermination of the poor in Rio. Our research is constituted as an intervention because we believe that the role of researcher is not only annotate, lecture, interview etc.. but more importantly, to intervene. We used as a toolbox the works of authors such as Foucault, Guattari, Agamben, Bauman, Wacquant, among others. We made extensive use of material comprising academic papers, weekly magazines (print and online), information sites on the Internet, books, documentaries, films, reports, manifestos, reports, letters, music, poetry, statements of authorities, etc. The massacre which we refer was the result of mega-police operation in the set of Conjunto de Favelas do Complexo do Alemão on June 27, 2007 and ending with the death of 19 people. The operation was performed a few days before the start of the Pan-American Games and target was to "appease" the Complexo do Alemão to prevent alleged "drug dealers" intrude on that event. Report conducted by experts appointed by the Special Secretariat for Human Rights of the Federal Government concluded that there is strong evidence of exceptions in the summary and arbitrary no Complexo do Alemão. Through the search of stories about criminal violence in Rio de Janeiro in some communication vehicles found that the speech was one of the same factors that helped fuel the climate of fear and insecurity in the city. Furthermore, these discourses were charging the Rio de Janeiro state government "Determined attitude" to the Pan-American Games in Rio de Janeiro were not harmed by the "rising tide of crime". The acclaimed "attitude" of government was new star in massacre. We conclude that the "Massacre of Pan" was, for the general public, the massacre that never happened, because the discourse of mainstream media or politicians, it was sold as: "A milestone in combating crime in the country"(Revista Época, 2007, ed. 476).

Keywords: Production of subjectivities, Public Safety, Media, Disposable Lives.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO. Abrindo as cortinas: Bicho de sete cabeças ²	17
2. ATO I: “Não dá pé. Não é direito ³ ”: “PAN-PAC e pau ⁴ ”	34
2.1 Cena I: “Viva está energia, viva esta energia, todo mundo junto pra jogar ⁵ ”	34
2.2 Cena II: Pau! “Pro rico o PAN é esporte, pro favelado é porrada e morte! ⁶ ”	42
2.3 Cena III: As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	61
3. ATO II: “Não tem jeito mesmo. Não tem dó no peito ⁷ ”: racismo, refugio humano e vida nua.....	68
3.1 Cena I: “Podem me prender. Podem me bater. Podem, até deixar-me sem comer. Que eu não mudo de opinião. Daqui do morro. Eu não saio, não”: Documentário “Elas da favela ⁸ ”	69
3.2 Cena II: “O morro sorri, mas chora por dentro” ⁹ : As duas chacinas da Favela Nova Brasília (1994-1995).....	73

² No título desta pesquisa utilizo de um trecho da música “Bicho de sete cabeças” (Zé Ramalho, Geraldo Azevedo e Renato Rocha).

³ Referência à canção “Bicho de sete cabeças” (Zé Ramalho, Geraldo Azevedo e Renato Rocha).

⁴ Em 2007 o Coronel do 16ª Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Marcus Jardim, afirmou que aquele ano seria de “três pés”: os jogos pan-americanos, as obras do PAC e, enfim, o pau nos moradores do Complexo do Alemão e de outras comunidades da cidade.

⁵ Música tema dos Jogos Pan-Americanos. Composta por Arnaldo Antunes e Liminha. Interpretada no espetáculo de abertura dos jogos por Arnaldo Antunes e a cantora Ana Costa.

⁶ Protesto entoado por um grupo de manifestantes em torno do estádio do Maracanã no dia da abertura dos jogos Pan-americanos.

⁷ Referência à canção “Bicho de sete cabeças” (Zé Ramalho, Geraldo Azevedo, Renato Rocha).

⁸ Referência à canção “Opinião” (Zé Kéti).

3.3 Cena III: “Tropa de elite osso duro de roer. Pega um, pega geral ¹⁰ .” Soberania, disciplina e biopoder.....	81
3.3.1 A Sociedade de Soberania.....	82
3.3.2 A Sociedade Disciplinar.....	86
3.3.3 O racismo.....	99
3.3.4 A sociedade de Controle.....	108
3.4 Cena IV: “Vocês que fazem parte dessa massa, que passa nos projetos, do futuro ¹¹ ”: refugio humano e vida nua.....	110
3.4.1 Estado de exceção e vida nua.....	118
4. ATO III: “Não foi nada eu não fiz nada disso. E você fez um bicho de 7 cabeças”: “Essa mídia que, através de suas matanças fictícias, nos faz acostumar com as matanças reais ¹² ”	124
4.1 Cena I: “Se há um assalto a banco. Como não podem prender o poderoso chefão. Aí os jornais vêm logo dizendo que aqui no morro só mora ladrão ¹³ ”: mídia e produção de subjetividade.....	125
4.2 Cena II: “A favela, nunca foi reduto de marginal. Ela só tem gente humilde marginalizada e essa verdade não sai no jornal. A favela é, um problema social ¹⁴ ”: a Revista Época e os “novos rumos da guerra contra o crime no Rio de Janeiro” ou “a afirmação do Estado contra a barbárie ¹⁵ ”	136

⁹ Referência à canção “Favelado” (Zé Kéti).

¹⁰ Referência à canção “Tropa de Elite” (Egypcio, Pg, Román, Baía, Leo e Jonny).

¹¹ Referência à canção “Admirável gado novo” (Zé Ramalho).

¹² LATUFF, C. “Mídia burguesa: o pior de todos os caveirões”. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/ao/red/2008/05/419275.shtml>>

¹³ Referência à canção “Vítimas da sociedade” (Bezerra da Silva).

¹⁴ Referência à canção “Eu sou favela” (Sérgio Mosca e Noca da Portela).

¹⁵ Trechos da Revista Época (2007, Ed. 476).

4.3 Cena III: “Eu não tenho papa na língua e nem conversa fiada. Respeito ao sambista do morro deixem de palhaçada¹⁶”: A revista Veja e “o ataque a cidadela do tráfico”.....168

5. ATO IV (Considerações finais): “Enquanto o rico mora numa casa grande e bela, o pobre é humilhado e esculachado na favela¹⁷”177

REFERÊNCIAS.....190

ANEXO A – Relatório Técnico – Visita De Cooperação Técnica. Rio De Janeiro, Julho de 2007..... 217

ANEXO B – Carta Aberta a Nuzman – 2007.....234

ANEXO C – Recomendações do Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais – 2007.....242

ANEXO D – Nota de Repúdio – 2008.....247

ANEXO E - MANIFESTO PÚBLICO CONTRA A MEGA-OPERAÇÃO NO ALEMÃO – 2007.....249

ANEXO F – Manifesto pela Apuração das Violações de Direitos Humanos Cometidas na Operação Complexo do Alemão – 2007.....251

¹⁶ Referência à canção “Partideiro indigesto” (Bezerra da Silva).

¹⁷ Referência à canção “Rap da Felicidade” (Julinho Rasta e Kátia).

ANEXO G – Manifesto contra as Políticas de Extermínio – 2007.....	260
ANEXO H – Chega de Massacres – 2007.....	263
ANEXO I – Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil –1999.....	297
ANEXO J – Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA) – 1998.....	304
ANEXO L – NOTA DE REPÚDIO – 2007.....	313
ANEXO M – Mascote do Pan: “Cauê matador”. Carlos Latuff, 2007.....	315

1 INTRODUÇÃO. Abrindo as cortinas: Bicho de sete cabeças.

Esta pesquisa é fruto de inúmeras leituras, aulas, encontros, palestras e outros tantos atravessamentos. Mas ela é o efeito, também, de muitos sonhos, estranhamentos e desejos de mudança. Ela nasce de nossa revolta diante das maneiras acovardadas e submissas de pensar e agir. Ela ergue-se contra as violências e misérias que tentam subtrair a multiplicidade e beleza da vida, transformando seres humanos em lixo descartável. Encaramos fazer esta pesquisa como um ato de resistência e, ao mesmo tempo, de esperança. Resistir é preciso. Nutrir esperança, também.

Apostamos na construção de pesquisas que sirvam como ferramentas¹⁸, armas para questionar, criticar o que está posto, mas também, para pensar na criação de novos modos de existência e em novos mundos possíveis. Por isso, nossa pesquisa constitui-se enquanto pesquisa intervenção (BARROS, 2009, p. 227), isto é, “o pesquisador não anota apenas, não escuta apenas, ele também intervém”.

Aprendemos a usar as teorias e as artes como armas e a fazer de nossa escrita um exercício de liberdade, nunca de submissão. “Escrever é lutar, resistir... É uma tarefa política, portanto” (BARROS, 2009, p.28). Escrever é, sobretudo, um trabalho ético. Pois, como defende Ferreira (2005, 23-4) “seja em uma frase curta, em um poema ou em um ensaio, o que verdadeiramente importa é que o ato de escrever *somente* mostra a sua força a partir do momento que põe o leitor em uma *nova* perspectiva de si e do mundo”.

Por outro lado, é preciso deixar claro de onde falamos, bem como, afirmar que se escrevemos no plural é porque acreditamos que no coletivo nos fortalecemos e nos encontramos. Não fazemos coro com aqueles que se escondem atrás do “discursinho de ciência asséptica” (FLAUZINA, 2008), supostamente neutros e “desimplicados”¹⁹. Como escreve Paulo Freire (1996, p. 101), “minha voz tem outra semântica, outra música”.

¹⁸ Pois, para Gilles Deleuze e Michel Foucault (2006), as teorias, os livros, as pesquisas que fazemos na academia, são como ferramentas. Ou seja, instrumentos que podemos e devemos utilizar para questionar e provocar algumas rupturas nos modos instituídos de pensar, agir, sentir, perceber, enfim, viver.

¹⁹ De acordo com LOURAU (1993, p. 9) o “escândalo da análise institucional” consiste em propor o conceito de implicação. Esta diz respeito à “análise dos ‘lugares’, que ocupamos, ativamente, no mundo”. Para o autor, não há neutralidade, isto é, práticas desimplicadas. Estamos sempre implicados e produzindo efeitos no mundo. A

Falamos a partir do lugar de mestrando em psicologia, mas, também, de poeta, de músico, de artista. Fazemos nossas as palavras de Augusto Boal (2009) quando este afirma que: “sinto sincero respeito por todos aqueles artistas que dedicam suas vidas à sua arte – é seu direito ou condição. Mas prefiro aqueles que dedicam sua arte à vida.”

Nesta pesquisa, a nossa arte fez-se de maneira plural e desobediente se manifestando e, ao mesmo, se alimentando, de nossa recusa em nos submeter, como bons samaritanos, aos imperativos e engodos da produção de subjetividades hegemônica. Assim é que nossa arte coloca-se a favor da vida e posiciona-se contra as práticas que ferem e subtraem sua mais bela estética: a existência.

Nossa pesquisa é datada e localmente situada. O cenário do qual parte nosso trabalho refere-se ao ano de 2007, especialmente ao mês de junho, e tem a cidade do Rio de Janeiro, especificamente o Conjunto de Favelas do Complexo do Alemão²⁰, como palco.

Em 2 de Maio de 2007, deu-se início o cerco da polícia em torno do Complexo do Alemão. A mesma supostamente começou como uma resposta da polícia à morte de dois policiais do 9ª Batalhão da Polícia Militar em Oswaldo Cruz, Zona Norte do Rio de Janeiro. No mesmo local onde os policiais foram mortos, o menino João Hélio Fernandes, em fevereiro de 2007, foi morto depois de ser arrastado preso ao cinto de segurança do carro roubado de sua mãe.

O cerco da polícia as favelas do Complexo do Alemão se estendeu de maio até meados de julho de 2007. O ápice da ação policial foi no dia 27 de junho de 2007 quando uma “mega-operação policial”, realizada em parceria entre os governos estadual e federal, envolveu mais de mil e trezentos policiais, entre militares, civis e soldados da Força Nacional de Segurança. Tal operação ainda contou com três “caveirões”, um helicóptero e uma dezena de viaturas.

O saldo total do cerco ao Complexo do Alemão, segundo Salles (2007a), foi, a saber: 44 mortos e 78 feridos. Em um único dia, 27 de junho, foram mortas 19 pessoas que, de

questão que a Análise Institucional levanta refere-se à importância de colocarmos em análise os efeitos que nossas práticas produzem.

²⁰ O Complexo do Alemão fica na Zona Norte do Rio de Janeiro, mais especificamente sobre a Serra da Misericórdia e é situado entre os bairros de Ramos, Penha, Olaria, Inhaúma e Bonsucesso. É composto por 13 favelas: Morro da Baiana, Morro do Alemão, Alvorada, Matinha, Morro dos Mineiros, Nova Brasília, Pedra do Sapo, Palmeiras, Fazendinha, Grota, Chatuba, Caracol, Favelinha, Vila Cruzeiro, Caixa d'água, Morro do Adeus. Sua população é estimada entre 100.000 a 300.000 habitantes. A região tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do município do Rio, sendo 0,587. Um terço de seus moradores tem renda inferior a um salário mínimo. (PORTAL MEIO NORTE, 2007)

acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, eram suspeitos de participar do crime organizado no Complexo do Alemão – ou, para utilizarmos uma terminologia adotada pelo Globo Online referindo-se ao conjunto de favelas: na “faixa de Gaza carioca” (O Globo Online, 2007b).

No dia seguinte à mega-operação do dia 27 de junho, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) visitou o Complexo do Alemão, entrevistou moradores e colheu informações sobre o ocorrido. O então presidente da comissão, João Tancredo, apresentou denúncias à imprensa e ao Ministério Público sobre evidências que apontavam para mortes sem confronto, isto é, execuções. Contudo, Tancredo foi demitido pelo presidente da OAB-RJ – o advogado Wadih Nemer Damous Filho – e suas denúncias, preteridas pelos meios de comunicação, não chegaram ao grande público.

Em outubro de 2007, relatório feito por peritos forenses designados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (ANEXO A), comprovou que houve execuções sumárias e arbitrárias no Complexo do Alemão. De acordo com o documento, a polícia gastou 70 balas para matar 19 pessoas, sendo que, pelo menos em dois casos²¹, os laudos comprovam que houve execução. Os laudos feitos pelo Instituto Médico-Legal “Afrânio Peixoto” (IMLAP) e pelo Instituto de Criminalística “Carlos Éboli” (ICCE) – ambos subordinados a Secretaria de Segurança Pública – foram coniventes com o extermínio no Alemão.

Na ocasião, acompanhamos as notícias sobre a “mega operação” no Complexo do Alemão tanto através dos veículos de comunicação da chamada “grande mídia²²” – O globo online, Revista Época, Revista Veja etc. – como através dos jornais e revistas da “mídia alternativa”. Percebemos que se tratava, então, de uma mesma operação policial contada, no entanto, a partir de dois pontos de vista completamente diferentes. Enquanto a “grande mídia” afirmava que a operação policial foi um sucesso e que a mesma representava uma inovação no

²¹ Referimo-nos as mortes de José da Silva Farias Júnior (18 anos) e Emerson Goulart (26 anos).

²² No capítulo III de nossa pesquisa, falaremos mais especificamente sobre algumas questões envolvendo o tema da mídia. Chamamos aqui de “grande mídia” os veículos de comunicação ligados às grandes corporações midiáticas. A chamada “mídia alternativa” refere-se aos veículos de comunicação que não possuem a ligação direta com as grandes empresas de capital. No entanto, é preciso deixar claro, que quando nos referimos à “grande mídia” ou a “mídia alternativa” não estamos fazendo um juízo de valor, mas, antes, apontando para existência de diferentes políticas de verdade que atravessam os diferentes veículos de comunicação. Em nosso trabalho, não almejamos descobrir ou discutir qual é a melhor forma de ser fazer jornalismo ou, entre os diferentes veículos de mídia, apontar qual é melhor etc. Aqui, interessa-nos, sobretudo, pensar os discursos da mídia como produtores de subjetividades, verdades, consensos, realidades etc.

combate a criminalidade²³, a “mídia alternativa” chamava atenção para os fortes indícios de execuções sumárias.

A nossa percepção de que havia uma flagrante contradição entre os discursos narrados pelos diferentes veículos de mídia, foi o ponto de partida para o que veio se transformar, meses depois, em nosso projeto de mestrado. Naquele momento, assumimos o desafio de produzir uma pesquisa que, ao mesmo tempo em que fosse fundamentada academicamente, servisse, também, como instrumento de denúncia e luta contra a violência sofrida por nosso povo – logo, sofrida por todos nós.

O que será que faz com que as pessoas aceitem e, até mesmo, apoiem práticas de extermínio de outros seres humanos²⁴? Como podemos aplaudir a banalização da violência policial e a fabricação de morte? “O que será, que será²⁵” que está acontecendo nesta cidade, ou melhor, neste mundo? Depois de tantas guerras, mortes, chacinas, violências inúmeras, ainda ouvimos falar que a polícia entra na favela para deixar corpo no chão²⁶. “A máquina ensina aceitar o horror como se aceita o frio no inverno”, novamente Galeano (2001, p. 79).

Muitas são as questões que fizemos (e, ainda, fazemos), contudo, nesta pesquisa, focamos as análises em alguns pontos. Utilizando a “Chacina do Pan²⁷” como analisador²⁸, pensar: a) como se dá, hoje, na cidade do Rio de Janeiro, a produção de vidas descartáveis, isto é, vidas sem valor; b) como a cobertura de alguns veículos de comunicação de grandes corporações midiáticas cobriram e apoiaram a Chacina no Complexo do Alemão; c) que processos de subjetivação são estes que vem sendo produzidos e que corroboram na produção

²³ No Ato III, veremos como as revistas semanais *Época* (2007, Ed. 476 e 477) e *Veja* (2007, Ed. 2009 e 2015) festejaram com fogos de artifício a operação policial no Complexo do Alemão.

²⁴ Para o movimento higienista do início do século XX no Brasil, todos os pobres deveriam ser esterilizados. Em nossos dias, a visão defendida por grande parcela da sociedade não é muito diferente da visão higienista, pois não são poucos aqueles que “incentivam e aplaudem os extermínios”. (COIMBRA, 2001, p. 87).

²⁵ Referência à canção “O que será (A flor da terra)” (Chico Buarque de Hollanda)

²⁶ Canto entoado pelo Batalhão de operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (BOPE): “Homem de preto qual é sua missão, entrar na favela e deixar corpo no chão”

²⁷ Vera Malaguti Batista (2007) em entrevista ao site “Correio da Cidadania” declarou: “Estamos chamando as ações no complexo do Alemão de “chacina do Pan”. É uma perspectiva de segurança pública que tem, por trás de si, algo de “limpeza” - para utilizar uma expressão comum durante a era nazista da Alemanha. Faz parte da mesma lógica militarista norte-americana: George W. Bush atacou e invadiu o Iraque para “restabelecer a democracia”. O que existe é o coroamento de uma política anti-criminal e anti-drogas norte-americana, que acredito ser uma cortina de fumaça para o controle social violento dos pobres no neoliberalismo”.

²⁸ De acordo com RODRIGUES (1992, p. 42), o analisador “no corpo nocional dos institucionalistas, trata-se de um acontecimento ou movimento social, que vem ao nosso encontro, inesperadamente, condensando uma série de forças até então dispersas. Neste sentido, realiza a análise por si mesmo, à maneira de um catalizador químico de substâncias”.

do medo e da insegurança e, também, em aplausos e apoio a políticas de extermínios das populações pobres cariocas.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, utilizamos, como referencial teórico (ou, caixa de ferramenta) as obras de autores como Michel Foucault, Zygmunt Bauman, Giorgio Agamben, Lóic Wacquant, Félix Guattari, entre outros. Trabalhamos a partir da perspectiva da pesquisa intervenção para a qual não há separação entre pesquisador e pesquisado (ou, sujeito e objeto). Ambos se constituem ao mesmo tempo no processo da pesquisa. Para Barros (2009, p. 230), “a palavra intervenção se junta à pesquisa, não para substituir a ação, para produzir outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto.”

Trabalhamos, também, com a Análise Institucional. Para esta, uma instituição é uma dinâmica de forças. Por este viés, a própria pesquisa é uma instituição²⁹ e, por isso, é atravessada por uma série de forças. Neste contexto, é imprescindível que o pesquisador coloque em análise as suas implicações (afetivas, políticas, teóricas etc.) com seu trabalho e, do mesmo modo, com a sociedade. Segundo Barros (2009, p. 231), “a implicação não é uma questão de vontade, de decisão consciente. Ela inclui uma análise dos sistemas de lugares, o assinalamento do lugar que ocupa, que busca ocupar e do que lhe é designado ocupar com os riscos que isso implica.”

Para nós, pesquisar é sinônimo de questionar, investigar e, também, de criação. Pesquisar não é meramente reproduzir a fala autorizada de autores consagrados, apesar do reconhecimento do valor de suas obras; não é partir de certezas prévias a fim de poder, dentro do teatro acadêmico, comprová-las para um público seletivo. Nossa pesquisa é feita de questionamentos e desconfianças. Terminá-la não significa alcançar a verdade sobre o fato pesquisado, mas produzir um determinado tipo de verdade (local, parcial, implicado política e afetivamente com a história do pesquisador).

Como nos ensina René Lourau (1993, p. 111),

“Não devíamos apreender a teoria como aprendemos catecismo. A pesquisa é uma criação permanente: consiste em interrogar conceitos, criticá-los e nunca meramente aplicar nossa teoria, de um modo meio mágico, fazendo uma espécie de encantação através da

²⁹ René Lourau (1993, p. 70), alerta que “(...) a instituição segura a nossa mão e escreve o produto final de nosso trabalho”. Aqui, não se trata de uma postura fatalista e submissa diante daquilo que se mostra inevitável ao processo de uma pesquisa, mas do reconhecimento das forças que atravessam a mesma. Sobretudo, da necessidade de colocá-las em análise.

repetição mecânica das mesmas palavras. Pode dar certo no universo da fé, mas a pesquisa necessita de dúvidas e não de certezas prévias”.

É preciso que deixemos claro, que ao fazemos esta pesquisa sobre a “Chacina do Pan” não almejamos, em hipótese alguma, esgotar a multiplicidade de questões e análises que podem ser tiradas a partir deste acontecimento. Da mesma maneira, não pretendemos “dar voz” aos moradores da favela, muito menos, falar por eles ou para eles. Falamos/escrevemos/pesquisamos com eles na medida em que compartilhamos com os mesmos, guardadas as proporções de quem não vive o dia a dia da favela, o sentimento de revolta e indignação frente à transformação de suas vidas em vidas descartáveis.

Ao fazer esta pesquisa - que conta a história do extermínio cruel de pessoas que morreram por serem negras, pobres e faveladas – não deixamos de afirmar a necessidade de contar às histórias que estamos dispostos a esquecer. As histórias sobre nossos medos e a maneira como estes nos aprisionam; as histórias sobre nossas misérias e a maneira pela qual estas nos desumanizam; as histórias sobre nossos silêncios, nossas apatias e desesperanças. Mas, também, são fundamentais as histórias sobre nossos amores, alegrias e invenções. Como escreve Eduardo Galeano (2005, p. 110),

“O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas na se necessita ser Sigmund Freud para saber que não existe tapete que possa ocultar a sujeira da memória.”

Esta não foi a primeira vez que uma chacina manchou o chão carioca com sangue de moradores de comunidades pobres³⁰. No entanto, isso não quer dizer que devemos aceitar as execuções orquestradas pela polícia como acontecimentos naturais, muito menos, que devemos aplaudir “o que não tem pé, nem cabeça³¹”. Pois, este “bicho de sete cabeças” precisa ser enfrentado de frente.

³⁰ Podemos citar no Rio de Janeiro na década de 1990: Acari (1990), Candelária (1993), Vigário Geral (1993), Nova Brasília (1994 e 1995), entre outras. Em todas estas chacinas houve envolvimento de polícias, seja atuando em grupos de extermínio ou em operação pela polícia. Será que a história recente do Rio de Janeiro pode ser escrita a partir destas chacinas? O que elas nos falam sobre nossas maneiras de pensar, agir e viver? Será que fazer a história destas chacinas é contar a história de nossos medos, angústias, preconceitos e racismos? Será a história destes extermínios a história de nossos fascismos e de nossa intolerância seletiva? Está aí, uma história que um dia precisa ser contada.

³¹ Referência à canção “Bicho de sete cabeças” (Geraldo Azevedo, Zé Ramalho e Renato Rocha).

Em julho de 2007, a recém inaugurada casa de espetáculo “Vivo Rio³²” foi palco do lançamento de um novo modelo de carro da montadora francesa Citroën. Nesta noite, a casa de shows recebeu 3.200 seletos convidados. Antes que a cantora Marisa Monte se apresentasse no palco do Vivo Rio, o presidente da Citroën Brasil, Sérgio Habib, anunciou a presença de alguns ilustres convidados na platéia. Dentre os nomes citados por aquele, estava o do secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. Segundo reportagem da revista Veja Rio (SÁ, 2007), a platéia “veio abaixo” e deu fervorosa salva de palmas para o, então, conclamado “inimigo do tráfico”³³!

Poderíamos até rir de tal acontecimento, pois o mesmo não deixa de ter certo ar de comicidade – Beltrame, um herói? Todavia, a graça se dilui e o sorriso foge envergonhado do rosto quando pensamos que Beltrame foi aplaudido como herói porque coordenou a mega-operação policial no Conjunto de Favelas do Complexo do Alemão que dizimou a vida de dezenove pessoas³⁴. Como ecoa na letra e no canto da canção “Procissão dos retirantes”, apresentada no 1ª Festival Nacional de Reforma Agrária, organizado em 1997 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

“Nesta terra de chacinas
Estas balas assassinas
Todos sabem de onde vem.
É preciso que a justiça e a igualdade
Sejam mais que palavras de ocasião
É preciso um novo tempo em que
Não sejam só promessas repartindo
A terra e o pão.
A hora é essa de fazer a divisão.
Eu não consigo entender
Que ao invés de dar um quinhão
Seu povo mereça ter

³² A casa de shows “Vivo Rio” localiza-se no Bairro do Flamengo (Zona Sul), Rio de Janeiro.

³³ “Inimigo do tráfico” é o título escolhido pela Revista Veja Rio (18 de julho de 2007) ao se referir a José Mariano Beltrame. No subtítulo da mesma matéria está escrito: “Quem é o discreto gaúcho José Mariano Beltrame, o secretário de Segurança Pública empenhado em derrotar o crime com coragem e inteligência”.

³⁴ Sem falar nas dezenas de feridos e mortos ao longo dos três meses de ocupação policial no Complexo do Alemão.

As palmas para o secretário de segurança pública são um analisador para pensarmos o quanto operações policiais, como a que ocorreu em 2007 no Alemão, ganham facilmente o apoio da população. Por outro lado, é preciso que coloquemos em análise o papel dos veículos de comunicação da mídia enquanto produtores de verdades, de modos de subjetivação e, também, de consensos sobre tais ações da polícia em favelas e comunidades pobres do Rio de Janeiro.

Muitos aplaudem o horror, o extermínio de outras pessoas, mas há em nossa sociedade a produção de modos de subjetivação (GUATARRI, F. 1996) marcados e alimentados pela insegurança e pelo medo. Para Guatarri, as subjetividades são produzidas e se referem aos diferentes modos e maneiras de experimentar o mundo e viver, isto é, as maneiras como sentimos, olhamos, falamos, andamos etc.

Historicamente, como defende Batista (2003, p. 23), a difusão do medo no Brasil tem servido como “indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social”. Uma sociedade amedrontada, aponta a autora, aplaude e apóia políticas repressivas e exterminadoras das classes pobres (bodes expiatórios). Como escreve Carlos Drummond de Andrade (2008a, p. 27), o medo “esteriliza os abraços”.

A insegurança que paira no ar da modernidade líquida (BAUMAN, 2001) é difusa e oriunda, principalmente, das desregulamentações do mundo do trabalho. Contudo, os governos locais, incapazes de oferecer uma solução real para esta insegurança, produzem políticas públicas de perseguição, controle e repressão³⁶ dos pobres. Somos levados a acreditar que perigoso é o pobre favelado, o morador de rua, enquanto aplaudimos as peripécias do capital globalizado.

Neste “capitalismo de desastres”, as crises financeiras, climáticas, políticas etc. são sempre, de alguma forma, utilizadas a favor do próprio sistema que as gerou. O livre mercado, como nos alerta a jornalista Naomi Klein (2008), é o irmão siamês da ditadura civil militar. A gestão dos medos através da produção da insegurança (Batista, 2002) gera a angústia e a

³⁵ Música: “Procissão dos retirantes” (Pedro Munhoz) Obtida no site do Movimento dos Trabalhadores rurais sem terra (MST): <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4196>. Acesso em maio de 2009.

³⁶ A atual política de “Choque de Ordem” da prefeitura do Rio de Janeiro é um bom exemplo de tais políticas de perseguição e repressão aos pobres.

resignação frente a uma realidade cada dia mais dura e cruel. A liberdade para o dinheiro exige trabalhadores presos no “cárcere do medo”, como nos diz Eduardo Galeano (2002).

Viviane Forrester (1997), afirma que as infindáveis legiões de desempregados que, desesperados por uma atividade remunerada, perseguem, como moribundos, vagas de emprego irreais oferecidas em lugar nenhum, não fazem mais, como apontou Marx em sua obra, parte de um exército de mão de obra de reserva. Para a autora, há uma flagrante diminuição da oferta de vagas de emprego no mercado para determinado grupo social.

Assim, questiona Batista (2010, p.2) “quais são as técnicas de obediência obrigatória que podem funcionar contra as multidões crescentes que não têm e não terão emprego?” Para a autora, a resposta está na “fabricação de medos tangíveis e na construção de um gigantesco sistema penal.”

Nestas “veias abertas da América Latina” (GALEANO, 1989), a liberdade para os negócios sempre significou, por conseqüência, o cárcere de grande parte de seus povos. A nossa miséria representa a outra parte da balança na qual se encontram as riquezas do capitalismo mundial. Neste sentido, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas gerou a desigualdade e a miséria que, paradoxal e historicamente, fez (e, ainda faz) da riqueza do solo sul-americano o motivo da pobreza de seu povo.

O sistema chama de ajuda os empréstimos esterilizantes feitos pelos países latino-americanos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que levam à privatização das nações e ao endividamento eterno das economias; chama de justiça à opressão disfarçada de democracia que se resume no direito de uma minoria em explorar, vilipendiar e roubar toda uma população que, preterida dos meios de produção, vende, neste mercado global de injustiças e explorações, a única coisa que lhe resta: sua força de trabalho.

No continente latino-americano, ou melhor, nos países subdesenvolvidos os extermínios das populações mais pobres é, infeliz e historicamente, um acontecimento recorrente e, infelizmente estratégico para a manutenção desta ordem social que acumula lucros para uns e cospe miséria para a vida daqueles que ajudaram, com seu esforço e desfalecimento, a obtenção dos mesmos lucros. Assim como o sistema capitalista fabrica mercadorias em escala industrial e engendra “processos de subjetivação capitalísticos³⁷”, o

³⁷ Para Guattari (1996), o modo de subjetivação capitalístico refere-se a um certo processo de produção de subjetividade que se tornou hegemônico tanto em países ditos capitalistas como naqueles chamados de

mesmo produz, também, morte e miséria num nível que ultrapassa as fronteiras nacionais dos países.

Todavia, como alerta Bauman (1999, p. 87), as inúmeras misérias que atravessam nossa sociedade, ontem e hoje, não são sinônimos da enfermidade do capitalismo, mas, pelo contrário, de sua saúde e robustez: “do seu ímpeto para uma acumulação e esforço sempre maiores”.

Apesar de tudo, como diz a canção: “o Rio de Janeiro continua lindo”. “Rio quarenta graus”, purgatório da beleza e do caos? O Cristo está sempre de braços abertos para a Guanabara e as águas de março fluem deslumbrantes como pano de fundo para o rebolado das garotas de Ipanema. Como entoava Tom e Vinícius: “minha alma canta, vejo o Rio de Janeiro³⁸”.

“Cidade maravilhosa, cheia de encantos mil³⁹”. Protagonista fundamental dos romances e contos de Machado de Assis. Lembranças de um tempo que não vivemos, mas que vemos através das linhas que narram às dúvidas de Bentinho (ASSIS, 1997a), os olhos dissimulados de Capitu (ASSIS, 1997a), as saudades de Brás Cubas (ASSIS, 1997b), os o amor e loucura de Rubião (ASSIS, 1997c). Rio antigo, marcado pela passagem do Segundo Reinado para a República.

Outro Rio, menos distante, porém não menos conflituoso, surge quando ouvimos os sambas de Cartola, Noel Rosa, Zé Kéti e Azael Alves: “Habitada por gente simples e tão pobre / Que só tem o sol que todos cobre / Como podes, Mangueira, cantar?” “Quem nasce lá na Vila / Nem sequer vacila / Ao abraçar o samba / Que faz dançar os galhos / Do arvoredo e faz a lua / nascer mais cedo (...). / São Paulo dá café, Minas da leite / e a Vila Isabel dá Samba”. “Eu sou o samba / a voz do morro eu sou eu mesmo sim senhor”. “Por isso eu ando pelas ruas da cidade / vendo que a felicidade foi a vida que passou / E a favela que era minha e era dela / só deixou muita saudade porque o resto ela levou⁴⁰”.

comunistas; países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Tal processo caracteriza-se pela produção de subjetividades serializadas e submissas.

³⁸ Aqui fazemos referência às canções: “Aquele abraço” (Gilberto Gil); “Samba do Avião” (Tom Jobim); “Rio quarenta graus” (Fernanda Abreu);

³⁹ Referência à canção “Cidade maravilhosa” (André Filho)

⁴⁰ Aqui fazemos referência às canções: “Sala de recepção” (Cartola); “Feitiço da Vila” (Noel Rosa); “A voz do morro” (Zé Kéti); “Favela” (Heckel Tavares);

Da bossa ao samba, agora o funk: “eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde nasci⁴¹”. A geografia das favelas, para a infelicidade de muitos, marca os contornos das paisagens do Rio. As mesmas, desde seu surgimento no século XX, já eram vistas pela polícia e por alguns setores da população, como contam Zaluar e Alvito (2003), como locais perigosos, refúgios da criminalidade e da desordem. Na equação mais comum sobre o tema as favelas aparecem mais como elemento que subtrai e divide do que como multiplicador de outros modos de existência. No cálculo das dores infligidas e dos absurdos cometidos, houve quem sorrisse e aplaudisse aquilo que não tem pé, nem cabeça.

Nossa pesquisa será dividida em “atos” e “cenas”, pois a “Chacina da Pan” constituiu-se em dor e morte, por um lado, mas também, num verdadeiro espetáculo⁴² dirigido em parceria entre o Estado e a grande mídia, por outro. Muitos foram os personagens que fizeram parte de suas cenas. Infelizmente, o desfecho da história da operação policial no Complexo do Alemão foi trágica.

O Ato I chama-se “Pan-Pac e pau”. O nome sugestivo foi inspirado em uma declaração do então coronel do 16ª batalhão da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro, Marcus Jardim. Segundo o mesmo, 2007 seria o ano de três “pês”: os jogos Pan-americanos, as obras do Programa de Aceleração Econômica nas favelas (“PAC das favelas”) e, também, do pau (ou seja, operações policiais violentas e letais) contra pobres. Assim, temos por alvo neste capítulo, contarmos, a partir do recorte que fizemos em nossa pesquisa, a história dos “três pês”. Para tanto, utilizamos de vasto material composto, principalmente, por matérias publicadas em diferentes veículos de comunicação na internet⁴³. Os discursos da mídia, também, são usados como analisadores para pensarmos como os mesmos participaram da criação de um clima de medo e insegurança em relação à realização dos jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro.

O Ato II é intitulado: “Não tem jeito mesmo. Não tem dó no peito”: racismo, refugio humano e vida nua. Neste capítulo, discutiremos alguns conceitos fundamentais para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Destacamos, aqui, três autores: Michel Foucault, Zygmunt Bauman e Giorgio Agamben.

⁴¹ Referência à canção “Rap da Felicidade” (Julinho Rasta e Kátia).

⁴² Em nosso trabalho, não fazemos uso do conceito de “espetáculo” como formulado por Guy Debord. Compreenderemos espetáculo como aquilo que chama e prende atenção; como encenação que é apresentada diante de um público; no caso específico dos meios de comunicação, como aquilo que gera audiência.

⁴³ A maioria das matérias utilizadas foram publicadas no primeiro semestre de 2007. No entanto, há matérias do ano de 2006.

Da obra de Foucault, falaremos, sobretudo, de seus conceitos de poder de soberania, biopoder, biopolítica, disciplina e racismo. Como pode um poder (“biopoder”) que tem por alvo de seu exercício majorar os fenômenos da vida se ocupar, como se torna flagrante na “Chacina do PAN”, da produção de morte? O racismo, segundo Foucault (2005), desempenha papel fundamental neste processo, pois o mesmo é aquilo que torna possível que os Estados Modernos façam uso do antigo poder de gládio (2003), ou seja, poder de matar.

A partir das contribuições de Bauman discutiremos como a vida das populações pobres, tornadas inúteis para o funcionamento do sistema, se transformaram em lixo. Para o autor (2007a), um dos principais problemas políticos enfrentados pelos Estados Modernos concerne ao que os mesmos farão com este refugio humano produzido em grande escala na chamada “modernidade líquida”.

Por fim, no Ato II, utilizaremos os conceitos de Estado de Exceção (2007a) e de vida nua (2007b) trabalhados por Agamben. Vida nua é a vida indigna de ser vivida, isto é, uma vida que perdeu sua humanidade e que pode, impunemente, ser exterminada, pois sua morte não implica num crime, muito menos num sacrilégio. Quando o estado de exceção se torna regra e a biopolítica (gestão dos fenômenos que afetam as populações) transforma-se, perigosamente, em tanatopolítica, temos a construção de um cenário no qual o racismo tornar-se elemento indispensável na produção de seres humanos refugados e vidas nuas.

Ainda no Ato II, falaremos sobre o documentário “Elas da favela” e sobre nossa visita à Favela Nova Brasília, uma das 13 favelas que compõe o Complexo do Alemão, bem como, das duas chacinas que em 1994 e 1995 marcaram o chão desta comunidade de sangue e lágrimas.

No Ato III, discutiremos o conceito de produção de subjetividade (GUATTARI, 1996), articulando-o à idéia de que a mídia é um dos principais instrumentos produtores de modos de subjetivação no contemporâneo. Do mesmo modo, a mídia é produtora de verdades, silenciamentos, consensos, vilões e heróis. A partir dos discursos das revistas *Época* e *Veja*⁴⁴, as duas maiores revistas semanais de circulação nacional, veremos como ambas, na cobertura que fizeram na invasão policial no Complexo do Alemão (maio/julho de 2007), aplaudiram a ação da polícia, festejando como um marco no combate ao crime e desprezaram ou

⁴⁴ Em nossa pesquisa, utilizamos as versões online das revistas *Época* e *Veja* publicadas no período de maio a julho de 2007. No entanto, neste período, ambos veículos dedicaram matéria a operação policial no Complexo do Alemão em duas de suas edições. Além das mesmas, utilizamos, também, a versão online revista *Veja Rio* de julho de 2007 – que é um complemento publicado pela própria Revista *Veja* para o público do Rio de Janeiro.

diminuíram as acusações de violações aos direitos humanos⁴⁵ produzidos pela polícia contra a população do Alemão.

Em nossa pesquisa, utilizamos como material de análise livros, revistas (impressas e online), artigos científicos e de jornais, relatórios, laudos, manifestos, declarações de autoridades, sites e portais de notícia na internet, filmes, vídeos da internet, canções. Quando este material se mostrou insuficiente para as questões que investigávamos, então, fizemos também, entrevistas com pessoas ligadas à mídia e à luta por direitos humanos no Rio de Janeiro.

Utilizamos fontes bibliográficas das mais diversas áreas do conhecimento: psicologia, psicanálise, sociologia, Análise Institucional, antropologia, criminologia, direito, filosofia, história, geografia, comunicação, educação, literatura, poesia. Não nos preocupamos em nos manter dentro das fronteiras instituídas do saber da psicologia. A partir de uma perspectiva transdisciplinar, o que importa é nomadizar tais fronteiras potencializando a criação de novas redes e conexões entre os saberes.

Esta pesquisa é, também, rica em citações de canções. Algumas destas, inclusive, ganharam lugar nos títulos dos capítulos da pesquisa e no próprio título da mesma. Primeiro, utilizamos letras de músicas porque acreditamos que estas podem ser usadas, também, como um potente instrumento de estranhamento da realidade. Segundo, porque não estamos interessados, como já dissemos, em respeitar as fronteiras das disciplinas científicas e a música, assim como outras artes, podem ajudar a desestabilizar tais fronteiras. Terceiro, porque a música faz parte da vida do autor da pesquisa como um significativo vetor de produção de subjetividades.

A presença de canções, poesias, e a maneira como estas se conjugam na construção da pesquisa é, também, a tentativa de dar um toque de singularização num meio onde a padronização e a uniformização do modo de fazer/escrever pesquisas acabam colaborando para a produção de textos nos quais o que prevalece muitas vezes é a suposta neutralidade, o distanciamento pesquisador x objeto de pesquisa; a falta de análise das implicações etc.

⁴⁵ A ideia de direitos humanos é uma construção que surge a partir de determinadas práticas sociais em determinado momento histórico. Estes direitos, presentes em declarações e revoluções burguesas, são, também, a afirmação de determinadas concepções de “humano” para determinados grupos de pessoas. “Os marginalizados de toda ordem nunca fizeram parte desse grupo que, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, tiveram e continuam tendo sua humanidade e seus direitos garantidos”. (COIMBRA, C.; LOBO, L.; NASCIMENTO, M., 2008, p. 92). Em nossa pesquisa, compreenderemos direitos humanos como os direitos a diferentes modos de existência.

Obviamente, o saber/fazer científico necessita de modelos e padrões que permitam sempre a maior coletivização possível do conhecimento pesquisado. No entanto, em nosso trabalho, assumimos o desafio e, até mesmo, o risco de fazer algo diferente. Isso não significa que o modo como escrevemos nosso texto seja melhor do que a dos demais. É tão somente a maneira que mais nos agradou e nos deu alegria em fazer. Por isso, não precisamos de outras justificativas do que senão esta.

Dor. Dói tudo

Doem os corpos que caem alvejados

E as crianças na rua vagando sem rumo

Doem todos aqueles sonhos abortados.

Dói ver as portas e as janelas cerradas

As grades de ferro cercando os muros

O medo estampado covardia nas caras

Doem todos aqueles gritos mudos.

Dói o câncer, a sífilis

E sua legião de enfermos

Dói a AIDS, a pneumonia, a hepatite

E as coisas que ainda não sabemos.

Dói a fome, a sede

Pior, tem comida, tem água sobrando

Dói a desnutrição e suas crias

Esqueletos humanos, crianças apáticas agonizando.

Dói a estupidez de mais uma guerra

Já foram tantas e outras mais diferentes

*Dói ver o descolorido flagrante de nossa época
Pior, como dói saber que poderia ter sido diferente.*

*Doem todas as nossas misérias históricas
As desigualdades seculares e hipócritas
Dói o preconceito, a violência e o racismo
Dói não olhar o que é preciso ser visto.*

*Doem na pele as mentiras que engolimos
E todas as falsidades que alimentamos
Dói perceber que nunca fomos mais do que isso
E saber que assim jamais seremos diferentes do que somos.*

*A dor é profunda e às vezes dá vontade de parar
Mas a roda viva continua a todo vapor a girar e girar
Então, apesar dos males e das tristezas é preciso acreditar
Que, mesmo que tudo diga o contrário, é possível mudar.*

*E se a dor for ainda mais pungente e mordaz
Que nossos desejos de transformar a vida
Então é que num momento simples e fugaz
A gente pode descobrir que ela é mesmo bonita e bonita.*

*E como as águas da chuva que caem no chão
Ou as nuvens que passam velozes no céu distante
A vida corre depressa, e não espera não
É preciso saber fazer valer a pena cada instante.*

*Pode até doer às tristezas, mas sempre haverá alegrias
E motivos pra continuar firme caminhando e acreditando
Pois apesar de todas estas dores não quero anestésias
Prefiro de olhos abertos e pés no chão, continuar sonhando.
(Sem anestésias ⁴⁶ – José Rodrigues)*

⁴⁶ Esta poesia foi especialmente escrita para a introdução de nossa pesquisa.

1 Ato I: “Não dá pé. Não é direito”⁴⁷: “PAN, PAC e pau”.

1.1 Cena I: “Viva está energia, viva esta energia, todo mundo junto pra jogar”⁴⁸”

“Mata mesmo... mata pelas costas, pela frente, com tiro na cara. Mata todo mundo, antes, durante e depois do Pan, da Copa do mundo, Olimpíadas de qlq (qualquer) merda, tem é (que) matar bandido pra ver se eles respeitam algo.

Vcs (vocês) são engraçados... bandido não vê onde atira, em quem atira. Quero ver qdo (quando) for com vcs (vocês) ou com a família de vcs (vocês)!!

Matem todos!! Todos!!

(Comentário feito no vídeo “Pan Americano 2007 e o extermínio nas favelas”⁴⁹)

Os XV jogos Pan-Americanos, Organizado pela Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA), ocorreram entre os dias 13 e 29 de julho de 2007, tendo como sua sede à cidade do Rio de Janeiro. No total, 5662 atletas de 42 países do continente americano (América do sul, América central e América do norte) participariam, disputando 35 modalidades esportivas.

Em outubro de 2002, demonstrando poder cumprir todas as exigências da ODEPA, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede dos jogos Pan-Americanos derrotando a cidade estadunidense de San Antonio, Texas.

O espetáculo de abertura dos jogos, que contou com a participação de aproximadamente 90.000 pessoas, foi marcado por apresentações musicais, o desfile das 42 delegações, pirotecnia e, também, pelas vaias sofridas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por conta deste incidente, o roteiro oficial da apresentação foi quebrado e o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, fez a abertura oficial do

⁴⁷ Referência à canção “Bicho de sete cabeças” (Geraldo Azevedo, Zé Ramalho, Renato Rocha)

⁴⁸ Música tema dos Jogos Pan-Americanos. Composta por Arnaldo Antunes e Liminha. Interpretada no espetáculo de abertura dos jogos por Arnaldo Antunes e a cantora Ana Costa.

⁴⁹ Endereço do vídeo no site Youtube:< http://www.youtube.com/watch?v=N3_5TyJIQ4w>.

evento no lugar de Lula. Pela primeira vez na história dos jogos Pan-Americanos um chefe de Estado não discursou na abertura do mesmo.

Nos jogos do Rio de Janeiro, os atletas brasileiros conseguiram 54 medalhas de ouro, 40 de prata e 67 de bronze, totalizando 161 medalhas. Este foi o melhor desempenho do país em jogos Pan-Americanos desde 2003 quando, em San Domingo, o Brasil recebeu 29 medalhas de ouro, 40 de prata e 54 de bronze, totalizando 123 medalhas.

No quadro geral de medalhas o Brasil ficou em terceiro lugar, atrás dos Estados Unidos, com 97 ouros, e Cuba, com 59 medalhas de ouro. O Canadá que tradicionalmente ficava na frente do Brasil, ficou em quarto lugar com 39 de ouro. Desde os jogos Pan-Americanos de 1967, em Winnipeg, Canadá, o Brasil não conseguia esta posição.

O grande destaque individual do Brasil foi o nadador Thiago Pereira, que conquistou seis medalhas de ouro. Outro destaque foi o mesatenista Hugo Hoyama, que, ao conseguir o ouro por equipes, se tornou o maior vencedor do país em competições dos jogos Pan-Americanos, com nove medalhas de ouro, superando o nadador Gustavo Borges, que tem oito.

A cerimônia de encerramento dos jogos foi marcada pela homenagem realizada pelo Comitê Olímpico Brasileiro às vítimas do voo 3054 da TAM⁵⁰. Bombeiros que participaram dos resgates dos passageiros desfilaram carregando a bandeira nacional ao som do hino brasileiro. Nesta ocasião, o presidente da Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA), o mexicano Mário Vázquez Raña, declarou que os jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro foram os melhores da história. Apesar do clima festivo, um misto de vaias e aplausos pode ser ouvido soando nas arquibancadas do Maracanã quando Carlos Arthur Nuzman parabenizou os poderes federais e municipais pela realização dos jogos. O evento se encerrou e foi dado o início da contagem para os próximos jogos, que ocorrerão em 2011, na cidade de Guadalajara, México.

⁵⁰ “O voo TAM JJ3054 era operado pela companhia brasileira TAM Linhas Aéreas, utilizando uma aeronave de passageiros Airbus A320-233, prefixo PR-MBK, que em um voo em 17 de julho de 2007, entre as cidades de Porto Alegre e São Paulo, ultrapassou o final da pista durante o pouso, vindo a chocar-se contra um depósito de cargas da própria TAM situado nas proximidades da cabeceira da pista, no lado oposto da avenida que delimita o aeroporto. Estavam no aparelho 187 pessoas; não houve sobreviventes. Houve ainda outras 12 mortes no solo. O voo 3054 foi o pior acidente aéreo da história da América Latina por 22 meses, até o Voo Air France 447 em 31 de maio de 2009. A investigação apurou que a causa do acidente foi o posicionamento incorreto dos manetes que controlam os motores da aeronave, sem concluir definitivamente se houve uma falha humana ou do equipamento”. (WIKIPÉDIA, 2010)

A trajetória da realização dos jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro é longa. Antes mesmo que estes fossem realizados, alguns veículos de comunicação, brasileiros e internacionais, produziam reportagens que apontavam para os riscos iminentes que atletas e turistas corriam ao pretenderem visitar a cidade maravilhosa durante o tão aclamado evento esportivo. Pode-se perceber o teor alarmista destas reportagens e como as mesmas, através da fala de seus jornalistas supostamente preocupados com a crescente “onda de criminalidade” na cidade, criaram um cenário no qual tornou-se urgente que os organizadores dos jogos em parceria com as forças estaduais e federais tomassem uma atitude quanto ao “risco” de um atentado durante o evento. Atitude, neste caso, como sinônimo de repressão policial sobre as populações pobres.

Em dezembro de 2006, Lula declarou que com a posse de Sergio Cabral Filho como governador do Estado do Rio de Janeiro, o governo federal ajudaria no que fosse necessário para a realização dos jogos Pan-Americanos e, principalmente, com a segurança do mesmo. Segundo o presidente:

“Eu penso que nós vamos estabelecer uma relação extraordinária com o governador Sergio Cabral e vai ser muito melhor para o Rio de Janeiro. Nós não queremos nos intrometer, não vamos nos intrometer. O que nós podemos fazer e estamos fazendo é oferecer aquilo que o governo federal pode oferecer a nível de inteligência, a nível de força policial nacional”. (Estadão Online, 2006)

Lula finalizou afirmando que “nós temos a obrigação de fazer o melhor Pan já feito num país da América. Isso vai precisar de uma combinação perfeita entre a prefeitura do Rio, entre o governo do estado e o governo federal” (Estadão Online, 2006). Esta combinação foi, também, a responsável pelo cerco no Complexo do Alemão em 2007.

Em matéria de 4 de abril de 2007, o site da BBC Brasil (2007b), noticiou que jornais estrangeiros ficaram chocados com imagens de tiroteio no Rio de Janeiro. O Washington Post, referindo-se ao tiroteio no Morro da Mineira, que resultou em 19 mortos, mostrou que “a violência carioca não está restrita às favelas da cidade”. De acordo com o Miami Herald, a violência ocorre às vésperas da visita do Papa Bento XVI ao Brasil e à realização dos jogos Pan-Americanos. Nas palavras do jornal:

“Gângsters com armas automáticas trocavam tiros com a polícia em plena luz do dia perto do centro da cidade. Pais usavam seus corpos

para proteger suas crianças a caminho da escola. Passageiros em ônibus, presos no trânsito, se jogavam no chão enquanto balas penetravam as janelas”.

Segundo matéria do jornal Clarin da Argentina em 7 de abril de 2007 (BBC Brasil, 2007c), a violência na cidade do Rio de Janeiro atingiu “proporções infernais”. O jornal, bem como, o também argentino La Nación noticiaram o ato realizado na praia de Copacabana pela Organização Não Governamental Rio da Paz que enterrou na areia da praia 1.300 rosas representando cada morto por assassinato no último ano. A reportagem do La Nación lembrou a proximidade dos jogos Pan-Americanos e da possibilidade do governo federal enviar mais forças de segurança à cidade. “A praia mais emblemática serviu ontem de cenário para uma homenagem emocionada às vítimas da violência que castiga esta cidade”, disse o jornal.

Em junho de 2007, a operação policial no Complexo do Alemão repercutiu nos jornais argentinos que afirmaram que a violência no Rio de Janeiro aumenta o temor quanto aos jogos Pan-Americanos. Segundo o La Nación: “quando faltam duas semanas para o começo dos Jogos Pan-Americanos, forças de segurança brasileiras se enfrentam com narcotraficantes ontem em uma favela do Rio de Janeiro, com um saldo de pelo menos 18 mortos”. Ainda de acordo com a reportagem, “o objetivo do governo do Estado é desarticular as quadrilhas de narcotraficantes que controlam as favelas.” (BBC Brasil, 2007a)

Em declaração dada ao jornal O Globo - uma espécie de “Diário Oficial do Capital” (BATISTA, 2010, p. 6) -, à rádio CBN e ao Globo online no dia 27 de junho de 2007, o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, afirmou que “desta vez a secretaria quebrou o pacto de não-agressão contra os bandidos”. Na ocasião o secretário referia-se à mega-operação policial ocorrida no conjunto de favelas do Complexo do Alemão e que teve como saldo 19 mortos. De acordo com o mesmo, a citada operação não teve relação com a proximidade dos jogos Pan-Americanos e foi planejada durante três meses para que não houvesse risco à população civil. Segundo Beltrame, “não houve pessoas inocentes mortas” (O Globo Online, 2007a).

Em editorial da revista “Isto é” chamado de “Violência versus Pan” (MARQUES, 2007), o seu editor geral, Carlos José Marques, afirmou que a violência que antecede os jogos Pan-americanos representa um grande teste para a segurança pública da cidade. Segundo o

editor, com a Força Nacional⁵¹ presente no Complexo do Alemão e a suposta “ameaça de algumas facções criminosas que prometem ações de advertência durante o evento, seria mesmo natural o estado de atenção com o assunto.” Para o jornalista, o sucesso dos jogos Pan-americanos pode representar para o país a chance de sediar novas competições bilionárias – como as olimpíadas – e, também, ser visto com outros olhos, isto é, “não como uma nação terceiro-mundista, repleta de violência por todos os lados”.

Por outro lado, o editor critica a chamada “estratégia de enfrentamento da criminalidade”, pois sustenta que as operações nos morros cariocas devem ser balizadas “pela serenidade e inteligência.” Segundo o mesmo: “provocar o confronto não vem sendo o melhor método e, diante da proximidade do Pan, que tem início nesta sexta-feira, é demasiadamente arriscado. A cautela e a prevenção continuam como os melhores antídotos.”

Entre tantos discursos chamando a atenção para a onda crescente e intolerável de criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e, obviamente, alertando para o perigo iminente da realização dos jogos Pan-americanos, um blog na internet intitulado “A verdade do Pan⁵²” (2007) chamou a atenção expondo duras críticas a Confederação Olímpica Brasileira (COB) e, também, ao seu presidente Carlos Arthur Nuzman.

Um auto-intitulado professor de educação física do Rio de Janeiro tornou público, através do Blog, uma carta aberta (ANEXO B) dirigida ao presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e, também, do Comitê Organizador (CO-RJ) do PAN, Carlos Arthur Nuzman. No documento, Homero Blota fez severas críticas e acusações a Nuzman. Entre elas vale destacar:

- a. “Carlos Arthur Nuzman está preocupado em transformar o COB numa empresa organizadora de eventos desportivos com a finalidade de: dar lucro e projetar sua figura nacional e internacionalmente”;

⁵¹ A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) foi criada em 2004 pelo Ministério da Justiça tendo por objetivo atuar nos Estados em situação emergencial. Ela é composta por policiais e bombeiros dos diversos Estados do País. Os soldados passam por um treinamento de duas semanas e retornam para seus Estados. No entanto, os mesmos ficam de prontidão a espera de uma convocação. (TERRA NOTÍCIAS, 2010a)

⁵² Desde o dia 07/08/07, não é mais possível acessar o blog “A Verdade do Pan 2007” nem “A Verdade da Copa 2014” coordenados por uma pessoa com o pseudônimo Diana. Há uma queixa de calúnia, injúria e difamação impetrada pelo presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e do Comitê Organizador dos jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro (CO-Rio), Carlos Arthur Nuzman, contra a “Diana”. Este processo está sendo investigado pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática – Cidade Nova – Rio de Janeiro. Consegui acessar novamente o material publicado no referido blog – mesmo ele estando inacessível – acessando o site <http://web.archive.org/collections/web.html> e neste, colocando o antigo endereço do “Verdade do Pan”.

- b. “O design das roupas da delegação olímpica foi entregue por Nuzman à sua cunhada, Mônica Conceição; a chefia das delegações olímpicas e pan-americanas do Brasil foi dada ao seu ‘diretor e companheiro Marcus Vinicius Freire que, ao mesmo tempo, representa o Brasil a AON Seguros que é quem faz os seguros das seleções’ do COB”.
- c. “Por outro lado, Marcus Vinicius Freire é amigo e sócio de Ricardo Aciolly que, por sua vez, “ganhou os direitos de comercialização dos bilhetes do Pan-Americano.” Ademais, o mesmo ganhou os direitos sobre as cerimônias de encerramento e abertura dos jogos”.
- d. “A agência de turismo que presta serviços ao COB é a da sua grande amiga Cristina Lowndes, em uma licitação até hoje contestada e dirigida”.
- e. “A empresa contratada para idealizar (...) as medalhas do Pan-Americano ganhou o direito de fazê-lo através de uma mera carta convite, auferindo R\$ 720.000,00 em um contrato de três anos.”
- f. “A filha de sua atual mulher é estagiária de direito do COB e viajou à Suíça, às expensas da entidade, para ‘assessorar a defesa de Vanderlei Cordeiro de Lima’, sem sequer estar formada, ou possuir inscrição na OAB/RJ”.
- g. “Quando se viu que sem vultosas verbas federais a coisa não andaria, mudaram o slogan e, para justificá-las, a Globo criou a frase ‘O Pan do Brasil. O senhor e a rede Globo de televisão estão fazendo de tudo para mascarar a verdade do Pan’;
- h. “Primeiramente, o Pan, em termos técnicos, não é o que nos fazem crer. Internacionalmente, o pan é considerado competição fraca. Não enganem o povo brasileiro, deixando-o imaginar que somos uma potência olímpica somente porque nos Jogos Pan-Americanos ganharemos mais de 100 medalhas, superando Honduras, El Salvador, Nicarágua, Bolívia, Ilhas Virgens, Paraguai, Bahamas, ou mesmo as equipes C dos EUA e Canadá, ou Cuba que, devastada pela pobreza já não é mais a mesma.”
- i. “Para vencer a candidatura do Texas BA Odepa⁵³, o senhor faltou com a verdade junto aos delegados da Odepa. Apresentou-lhes um dossiê de candidatura absolutamente impossível de ser cumprido. (...) É um dossiê megalomaniaco. Não foram construídas uma só das obras prometidas no dossiê que você subscreveu e entregou a

⁵³ Uma das principais concorrentes do Rio de Janeiro para sediar os jogos Pan- Americanos era a cidade do Texas, Estados Unidos.

ODEPA, tais como metrô, linhas de transporte, alargamento de avenidas, despoluição da Baía de Guanabara (...).”

- j. “Ademais, vocês estão usando o Pan para tirar do papel coisas que há muito se pretendiam no Rio de Janeiro e não se fazia porque é ilegal, ou porque não é do interesse da Cidade. Cito alguns exemplos: a reforma da Marina da Glória, não é um projeto do Pan. É um projeto antigo que interessa a grupos privados há bastante tempo. Vocês estão usando o Pan como justificativa para acolher interesses desses grupos.”
- k. “Para que reformar a Marina da Glória, que é tombada pelo IPHAN, se ela abriga um Pan-Americano como está? Para que construir um shopping Center na lagoa, para a raia de remo, isso é necessário para o Pan? Por que entregar a administração do rio centro para a iniciativa privada por conta do Pan?”
- l. “Esse Pan virou um grande balcão de negócios e eu me envergonho dele”.
- m. “O superfaturamento nas obras é vergonhoso. Mostra falta de planejamento, de rigor e respeito com o dinheiro público.”
- n. “Você (Nuzman) vendeu algo que não poderia entregar. Encostou a faca no peito do governo federal como quem diz: ou paguem a conta ou vamos dar um vexame no exterior, e pagaram a conta.”

Em entrevista dada à Revista Caros Amigos (2007), José Trajano e Juca Kfourri, criticaram a realização dos jogos Pan-Americanos e endossaram as críticas feitas pelo professor de educação física ao presidente do COB e do CO-RJ, Carlos Arthur Nuzman. Segundo Kfourri, “os Jogos Pan-americanos não servem para nada”. Para Trajano, o Rio não seria beneficiado pelo turismo, pois: “Alguém vai pro Rio pra ver uma competição de futebol sub 17⁵⁴ (...) Trinidad e Tobago versus Jamaica, Porto Rico versus República Dominicana. Você vai sair de casa para ver?”

Concordamos com as críticas feitas à organização dos Jogos Pan-americanos. Todavia, não concordamos com a fala do jornalista Juca Kfourri quando este afirma que “os jogos Pan-Americanos não servem pra nada”. Pelo contrário, tais jogos serviram para muitos fins, como por exemplo: o desvio e uso abusivo de dinheiro público, bem como, a justificativa para um conjunto de mega-operações policiais nas favelas cariocas que acabaram provocando a morte de uma dezena de pessoas. Então, o Pan foi extremamente útil para muitos interesses, não apenas os esportivos.

⁵⁴ Trajano se refere às seleções de futebol que são formadas com jogadores com a idade de até 17 anos.

Em junho de 2007, o cartunista Carlos Latuff desenhou o mascote do Pan – “Cauê” – segurando um fuzil (ANEXO M). Seu desenho foi parar em camisas utilizadas por manifestantes contra o chamado “Pandemônio Social” proporcionado pelos jogos Pan-Americanos. Como efeito, Latuff foi convocado a comparecer numa delegacia de polícia para prestar contas sobre sua charge.

Durante a abertura dos Jogos Pan-americanos do Rio, cerca de mil e quinhentas pessoas saíram às ruas num protesto devido a uma série de “agressões cometidas contra o povo sob o pretexto da realização do PAN” (SALLES, 2007b). Foram lembrados os contratos superfaturados, as reformas neoliberais e a violência policial nas favelas

De acordo com reportagem de Marcelo Salles (2007b), “a concentração começou às 11h e até as 14h foi juntando gente. Vinham de todos os lados: camponeses sem-terra; desabrigados; sindicalistas; professores; estudantes; servidores públicos em geral e até palhaços”.

Em torno do estádio do Maracanã, um grupo de manifestantes, integrantes de vários movimentos sociais, protestavam contra a violência da polícia nas favelas cariocas e, também, denunciavam a corrupção velada orquestrada pelo comitê organizador dos jogos. O grupo chamava o Pan de "pandemônio social". Os manifestantes carregavam faixas com dizeres, como: “Pro rico o pan é esporte, pro favelado é porrada e morte”; "Uh, terror! O Cauê é matador!" e "Ei, ei, ei! Caverão vai pra Brasília e sai do Morro do Alemão!"; "Para esquecer a falta de pão, eles dão o Pan. Já temos o circo, queremos o pão" (SALLES, 2007b).

Marcelo Braga, integrante da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, afirmou que:

“O ato mostra que nem todo mundo se cala diante dos abusos dos donos do poder, que a cada dia massacram mais a sociedade, as classes mais exploradas e que, de tempos em tempos, utilizam argumentos como o Pan para aumentar a violência” (SALLES, 2007b).

De acordo com Gesa Corrêa, integrante do Instituto Tamoios, ligado aos índios, a luta é por melhores condições de vida da população do Rio de Janeiro.

"Ninguém é contra o esporte, nem contra o Pan. Somos contra o desvio de verbas é que estamos chamando de pandemônio social. Eles (os governantes) maquiaram a cidade para mostrar que está

tudo as mil maravilhas, o que não é verdade. A criminalidade aumentou e o povo não está apenas morrendo em matanças nas favelas, mas também de fome" (TERRA NOTÍCIAS, 2007)

Como escreve Mike Davis (2006), os pobres do Terceiro Mundo temem os grandes eventos internacionais, pois sabem que seus governos orquestram verdadeiras “cruzadas de limpeza da cidade”. Segundo o autor, “os favelados sabem que são a ‘sujeira’ ou a ‘praga’ que seus governos preferem que o mundo não veja” (2006, p.111).

2.2 Cena II: Pau! “Pro rico o PAN é esporte, pro favelado é porrada e morte⁵⁵”!

“19 vagabundos mortos? Essa foi a melhor notícia que eu li desde a faxina do Carandiru. Vamos continuar torcendo pra esse número subir amanhã pra 50, depois de amanhã pra 100 e assim por diante, até exterminar todos esses desgraçados. Parabéns a todos os envolvidos na operação. Merecem promoção imediata, com aumento de salários”.
(Comentário de um leitor sobre a matéria do Globo Online⁵⁶.)

Como já apontamos na introdução deste trabalho, de maio a meados de julho de 2007 o Conjunto de Favelas do Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, ficou sob forte cerco montando por policiais civis e militares e pelos soldados da Força Nacional de Segurança. A invasão ao Alemão teria sido, inicialmente, uma resposta da Secretaria de Segurança Pública do Rio, a morte de dois policiais militares 9ª Batalhão da Polícia Militar em Oswaldo Cruz, Zona Norte do Rio de Janeiro. Os supostos assassinos dos policiais estariam no Complexo do Alemão.

O cerco ao Conjunto de Favelas se estendeu durante meses e ganhou as manchetes de jornais, revistas e a atenção de canais de televisão. O conflito no Alemão era descrito nos veículos de comunicação da grande mídia carioca como uma guerra travada pelo Estado contra a barbárie dos “traficantes”. Com o passar dos dias, o número de mortos e feridos no confronto crescia, no entanto, poucas eram as vozes que, na mídia, ousavam romper o consenso produzido que a ação da polícia era não apenas necessária, mas imprescindível para a realização dos jogos Pan-Americanos, bem como, para o futuro da cidade maravilhosa.

⁵⁵ Protesto entoado por um grupo de manifestantes em torno do estádio do Maracanã no dia da abertura dos jogos Pan-americanos.

⁵⁶ “Mega operação no Alemão deixa 19 mortos” (GLOBO ONLINE, 2007).

27 de junho foi o dia em que a ação da polícia no Complexo do Alemão teve seu ápice, tanto em termos de violência e morte, como de espaço na grande mídia. A operação policial do dia 27 ganhou o sufixo “mega” (virando “mega-operação”) pois a mesma envolveu um contingente de mais de 1.000 policiais, inúmeros carros blindados do BOPE e até mesmo helicópteros. Junto com os policiais, estavam os jornalistas de diversos veículos de comunicação. Enquanto os primeiros, muitos vestidos e armados como se estivessem na Guerra do Iraque, atiravam com suas pistolas e fuzis, os segundos, atiravam com suas câmeras fotográficas e filmadoras. Ambos produziram estragos: uns furaram paredes de casas e executaram pessoas. Outros, buscaram justificar a violência policial e a matança.

De acordo com o Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais (ANEXO C), tem se intensificando nos últimos anos uma gestão violenta das populações das comunidades pobres. Como consequência do “tratamento penal da miséria”, a vida de tais populações vem se transformando em vidas descartáveis. Ainda segundo o documento, o Brasil lidera o ranking mundial de índices de jovens mortos por armas de fogo. Efeito é claro, do processo de militarização da segurança pública e da criminalização da pobreza e extermínio dos pobres.

O modelo de segurança pública que vem sendo colocado em prática pelos últimos governos do Rio de Janeiro protagonizou um aumento acentuado da repressão contra as classes populares. Em declaração ao jornal O Globo de 27 de fevereiro de 2003, o então secretário de Segurança Pública Josias Quintal afirmou: “Nosso bloco está na rua e, se tiver que ter conflito armado, que tenha. Se alguém tiver que morrer por isso, que morra. Nós vamos partir pra dentro.” (Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, 2007, p. 2).

Mais recentemente, em 29 de junho de 2007, o então Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Correia, em referência à política de extermínio adotada como modelo de segurança pública pelo Governo Fluminense, declarou que “os mortos e feridos geram um desconforto, mas não tem outra maneira” (CORREIO DA CIDADANIA, 2007). O presidente Luis Inácio Lula da Silva, por sua vez, no dia 2 de julho de 2007, afirmou “ser impossível enfrentar o narcotráfico com pétalas de rosas, jogando pó de arroz.” (FORTES, 2008, p. 64). Não por coincidência, ambas as declarações se deram logo após a mega-operação no Complexo do Alemão e visavam, de certa forma, amenizar as críticas sofridas pelo governador Sérgio Cabral – aliado do Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula.

O Coronel Marcus Jardim, do 16ª Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro (Olaria), foi definido por matéria do Globo Online (2007d) como um “chefe linha-dura que não dá refresco para a bandidagem”. O conclamado “honrado guerreiro” que comandou “a espetacular operação no Alemão” e chegou a defender o fuzilamento de policiais corruptos, quando da vinda do relator especial da ONU para execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais, Philip Alston, deu de presente ao mesmo uma réplica em miniatura do caveirão: “Esta é a representação de nosso veículo blindado, carinhosamente apelidado de caveirão, que tantas vidas já salvou. Viva o 16º Batalhão da PM, viva o caveirão!” (Agência Carta Maior, 2007), declarou.

O caveirão é um veículo blindado de combate, usado para o transporte de tropas da polícia militar e civil em operações em favelas e morros da cidade do Rio de Janeiro. O mesmo “tornou-se símbolo de uma política de segurança pública violenta e criminalizadora da pobreza” (RIBEIRO; DIAS; CARVALHO, 2008).

Em 13 de março de 2006, a Amnesty International, a *Justiça Global*, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e o Centro de Defesa de Direitos Humanos de Petrópolis lançaram uma campanha internacional contra o uso do caveirão pela polícia carioca (JUSTIÇA GLOBAL, 2006).

Segundo matéria do site da ONG Justiça Global, “o caveirão é um símbolo das falhas da política de segurança pública do Rio de Janeiro”. Pois, não será através da violência, da repressão policial, que o problema da criminalidade será resolvido. Mais do que isso, não será através de medidas repressivas que as populações pobres do Rio terão seus direitos respeitados.

O caveirão é um analisador das atuais políticas de segurança (REBEQUE, JAGEL; BICALHO, 2008) e como estas reforçam a lógica do inimigo interno que precisa ser eliminado e da criminalização dos pobres. De acordo com documento da ONG Justiça Global (2006),

“Com o caveirão tornou-se extremamente difícil responsabilizar a polícia em casos de violência. Embora, em teoria, devesse ser possível, através de investigações balísticas, traçar a origem das balas para as armas individuais que as dispararam, na prática este procedimento não é usado e raramente são feitos exames. O anonimato dos policiais quando operam dentro do caveirão agrava o

problema. Em consequência, os policiais atiram nas comunidades de dentro do caveirão sem medo de serem identificados e processados”.

O uso do carro blindado levou à criação da “campanha contra o caveirão” (MAGALHAES, 2007). Em novembro de 2006, logo após ser eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, deu declarações à imprensa afirmando que iria “aposentar os ‘caveirões’” (TERRA NOTÍCIAIS, 2010b).

Segundo as palavras do então recém eleito governador, o uso do caveirão "é um trauma para as comunidades. Não dá para fazer segurança pública com 'caveirão'". Cabral acrescentou afirmando que a polícia entrará "prestando serviços e garantindo segurança à população" (TERRA NOTÍCIAIS, 2010b).

De acordo com a matéria do Portal de Notícias Terra (2010b), “com a aposentadoria dos blindados, Cabral pretende priorizar investimentos em inteligência. Segundo ele, é possível prender traficantes e fazer apreensões ‘sem disparar uma única bala”.

Seria, então, a mega operação no Complexo do Alemão o resultado do investimento do governo do estado em políticas de segurança pública “inteligentes”? Todas as pessoas que morreram na “Chacina do Pan” e as outras centenas que ficaram feridas ou tiveram suas casas destruídas pela polícia, contrapõe a idéia de “prender traficantes e fazer apreensões sem disparar uma única bala”.

Por quais motivos o governador Sérgio Cabral decidiu voltar atrás em sua decisão de aposentar o caveirão? Quais são as relações de poder, os interesses econômicos e políticos que atravessaram esta decisão e fizeram com que o governador recuasse de sua aparente posição contra o uso dos carros blindados?

“Cabral se aproxima dos seis meses de governo sem linha definida na segurança”, sentenciou matéria do Globo Online em 23 de junho de 2007 – ou seja, quatro dias antes de ocorrer a “Chacina do Pan”. O Jornal convidou alguns “especialistas” para discutirem “se já é possível definir uma linha de ação no comando da segurança no estado”.

A respeito da manutenção do uso do caveirão pela polícia e a política do confronto, a matéria do Globo Online ouviu dois “especialistas”:

- a. Marcelo Freixo (deputado estadual pelo PSOL-RJ). “Um exemplo é o Alemão, que hoje talvez seja o mais simbólico. Estamos há quase um mês num confronto generalizado, onde inúmeras crianças perderam o direito de ir à escola, pessoas perderam os empregos, ficaram feridas sem ter relação com crime, policiais foram mortos, e existem denúncias gravíssimas de violações básicas de direitos cometidas pela polícia”
- b. Geraldo Tadeu Monteiro (presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social): “Essa estratégia de ocupação é um erro, ela foi equivocada pois não foi devidamente planejada. Ocorreu após a morte dos policiais sem um planejamento mais fino, um levantamento de operações sobre a área. Ao mesmo tempo, o uso do caveirão continua sendo um problema político, que causa desgaste ao governador. Até porque ele tinha prometido aposentar, mas a persistir esse tipo de enfrentamento, o caveirão acaba sendo inevitável. Será que é possível enfrentar a criminalidade a partir de outros princípios? Outras estratégias?”

Em conversa com o jornalista Marcelo Salles, em sua casa em Niterói⁵⁷, o mesmo falou – em resposta a nossa pergunta sobre quais seriam os motivos que fizeram o governador Sérgio Cabral desistir de aposentar o caveirão – que teríamos que pesquisar tanto a questão econômica – quanto custa um caveirão? Ainda é a Ford que o produz? Quanto um caveirão custa em outros países? – como, também, a questão política, isto é, o que representa o caveirão para a polícia etc.

Ainda de acordo com Marcelo Salles, “assim que tomou posse Cabral viu como funcionava a PM. Um governador precisa ter uma boa dose de loucura para bater de frente com esses caras. Esta polícia está totalmente sem controle!” No entanto, em nossa pesquisa, não nos aprofundamos na investigação sobre o que teria levado Sérgio Cabral a desistir de aposentar o blindado “caveirão”. Ainda assim, fica aqui o registro da mudança do governador sobre o futuro dos blindados da polícia carioca.

Marcus Jardim, o Coronel do 16^a Batalhão da Polícia Militar de Olaria, referindo-se ao ano de 2007, afirmou que este seria, como diz o título deste capítulo, o ano de três “pês”: PAN, PAC e pau (O Globo online, 2007c). O polêmico Coronel, em abril de 2008, afirmou que “a PM é o melhor inseticida social” (FOLHA ONLINE, 2008b). Tal declaração inspirou o jornal “Meia Hora” (Organizações Globo) a montar uma matéria de capa na qual se

⁵⁷ Conversamos com Marcelo Salles no dia 01 de maio de 2010.

encontrava desenhando no meio do corpo do jornal um inseticida e acima e abaixo deste podia-se, respectivamente, ler: “Bopecida, O Inseticida da Polícia – Terrível contra os marginais” e “Eficaz contra vagabundos, traficantes e assassinos”. (Revista Fazendo Média, 2008)

A declaração do Coronel do 16ª BPM fez com que movimentos sociais tornassem público uma nota de repúdio (Anexo D e Anexo) assinada por diversas entidades, militantes e acadêmicos. Ademais, a matéria do jornal mostra o quanto este tipo de “jornalismo canalha” (ARBÉX JÚNIOR, 2007), que tem a notícia enquanto capital (MARCONDES FILHO, 1989) e a velocidade como fetiche (MORETZSOHN, 2002), reforça com fogos e pompas declarações como aquela.

O atual governo do Estado do Rio de Janeiro não apenas atualiza o modelo repressor voltado contra os pobres como o intensifica e investe em mega-operações policiais que, por sua vez, produzem ainda mais dor e violência nas comunidades pobres.

Segundo Ignácio Cano:

“Além de não romper com as antigas estratégias, o atual governo do Rio de Janeiro vem implementando na política de segurança pública uma **nova linha de ação** no que diz respeito à repressão ao tráfico de drogas: são as denominadas **mega-operações** – incursões policiais nas favelas que contam com um grande número de agentes das forças de segurança estadual e/ou federal, além de uma ampla cobertura dos meios de comunicação. Essas mega-operações, que tem se tornado cada vez mais constantes, contribuíram para um aumento acentuado nos índices de letalidade. (...) essas mega-operações, de acordo com as autoridades públicas, têm como objetivo uma ‘ação pacificadora para erradicar a força armada’”. (Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais , 2007, p.12)

Neste contexto, o slogan da guerra contra o tráfico (ou, “Guerra contra as drogas”) é estrategicamente utilizado como grande justificativa para mega-operações policiais como a que ocorreu no Alemão. No entanto, como observa Nils Christie (Apud ZACCONE, 2008, p. 117), a guerra contra as drogas abriu caminho para a “guerra contra as pessoas tidas como menos úteis e potencialmente mais perigosas da população, aquelas que Spitzer chama de lixo

social”. Para Christie, as “pessoas menos úteis” são mais perigosas do que “lixo”, pois são uma espécie de “dinamite”: “Elas mostram que nem tudo está como devia no tecido social, e ao mesmo tempo são uma fonte potencial de perturbação”.

Nilo Batista (APUD BATISTA, 2010, p.4) chama a “guerra às drogas” de “política criminal com derramamento de sangue”. Além de sua declarada ineficiência, tal política serve para o funcionamento do sistema capitalista, alimentando a “seletividade punitiva” (ZACCONE, 2008, p. 99-100) do sistema penal de caráter genocida que se atualiza na América na Latina. A política de guerra às drogas mostra-se um potente instrumento de criminalização e “controle social das classes perigosas (ZACCONE, 2008, P. 125).”

Já para Zaffaroni (2007, p. 51), “à medida que se aproximava a queda do muro de Berlim, tornou-se necessário eleger outro inimigo para justificar a alucinação de uma nova guerra e manter níveis repressivos elevados. Para isso, reforçou-se a guerra contra as drogas.”

Assim, a chamada “guerra as drogas” é na verdade uma guerra “contra as pessoas” (DELMANTO, 2010, p. 34), ou melhor, contra os pobres. Neste contexto, a figura do “traficante”, transformado em espécie de selvagem que habita nas favelas, paira sobre a sociedade ameaçando supostamente sua tranqüilidade e harmonia. Esta figura temida e tão falada é personagem corriqueiro nos discursos da mídia ou de políticos. A polícia cercou o Alemão a fim de “pacificar” a região e expulsar os “traficantes” da mesma, lugar comum nos noticiários.

Porém, pelo que podemos perceber da operação no Complexo do Alemão, ao invés de pacificar as localidades, a força policial produziu ainda mais sofrimento e violência nas favelas. Contudo, a conclamada mega-operação obteve destaque no noticiário dos veículos de comunicação das grandes corporações de mídia, confirmando a tese do Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais quando este se refere à cobertura midiática. Tais veículos saldaram com uma verdadeira salva de palmas esta que, segundo se pode ler nas matérias dos mesmos, foi um “marco⁵⁸” no que tange ao “enfrentamento da criminalidade” na cidade do Rio de Janeiro. Trataremos melhor da questão da mídia no Ato (capítulo) três deste trabalho.

Segundo entrevista do sociólogo Ignácio Cano, trata-se da mesma política de segurança de sempre, no entanto, com “uma exacerbação da política de confronto” (FORTES,

⁵⁸ Ver as revistas *Veja* (ano de 2007, edições 2009 e 2015) e *Época* (ano de 2007, edições 476 e 477).

2008, p. 89). Para o pesquisador, mais do que o impacto que tenham sobre a criminalidade, tais mega-operações valem mais pela visibilidade que acabam conseguindo e, por consequência, pelos créditos políticos auferidos ao governo.

Para o advogado João Tancredo:

“**Agora mudou** (o grifo é nosso). A polícia entra na favela com a autorização do governo e dá tiros para todos os lados. No Complexo do Alemão, com 19 mortos num dia, 60 desde maio de 2007, mais de 100 feridos, como dizer que aquilo não é chacina? Mata 19, apreende 14 armas, e ainda tem um deficiente, um rapaz de 16 anos, que já não tinha um braço, entre os mortos. Tem algo de errado na matemática entre os números de armas apreendidas e de mortos” (FORTES, 2008, p. 56).

Vera Malaguti Batista, por sua vez, afirma que:

“Antigamente, ou mesmo no ciclo militar, havia todo um esforço de apagamento e negação dos crimes cometidos pelo Estado. Até hoje se briga para localizar corpos de desaparecidos. Existia uma certa vergonha, mas a partir de certo momento, a demonização do varejo de drogas foi tão enculcada que a letalidade passou a ser o sentido: uma operação de sucesso é uma operação que mata muito” (FORTES, 2008, p. 107).

De acordo com o geógrafo Adrelino Campos:

“Historicamente, as relações entre os mais pobres e o Estado sempre se deram no limite do conflito, favorecendo as elites, que, em última instância, dominam o aparelho de repressão. Assim, assistiu-se à transmutação do espaço quilombola em favela após a Abolição. Porém as favelas (...) passaram a ser combatidas pela necessidade de o Estado regulamentar o uso do solo da cidade, associada aos interesses da classe dominante” (2007, p. 161).

No dia seguinte à operação policial, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) visitou o Complexo do Alemão, entrevistou moradores e colheu informações sobre o ocorrido. O então presidente da comissão, João Tancredo, apresentou

denúncias à imprensa e ao Ministério Público sobre evidências que apontavam para mortes sem confronto, isto é, execuções.

Tancredo teve negado seu pedido de indicação de um perito independente para acompanhar os laudos do Instituto Médico Legal (IML), pois este é subordinado à Secretaria de Segurança Pública. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, então, indignado, contratou o médico legista Odoroilton Larocca Quinto, para examinar os laudos do IML. O Médico “constatou diversos disparos de cima para baixo, tiros na nuca, pelas costas e a curta distância. (SALLES, 2007a, p. 36)”

Com as denúncias dos moradores e com a impossibilidade de examinar os corpos, João Tancredo pediu ao perito para fazer um exame dos laudos feitos pelo IML. O perito afirmou que não poderia concluir pela execução, mas poderia deduzir. Segundo João Tancredo:

“Não podia chegar a uma conclusão porque a polícia destruiu todas as provas: tirou os corpos dos locais; todas as vítimas chegaram nuas ao IML. Nunca se viu isto na história do IML: 19 corpos chegaram nus. E sabemos porque: às vezes fica marca de pólvora nas roupas. Mesmo assim não adiantou: havia três vítimas com marcas de tatuagem de pólvora na pele [o que indica tiros dados a curta distância]; muitas vítimas com tiros na nuca; todas com tiros na região letal (do tronco para cima); 13 com tiros pelas costas. Isso gerou um laudo e, com ele, formulamos denúncias à Organização dos Estados Americanos (OEA) e ao Ministério Público.” (FORTES, 2008, p. 43)

Ao examinarmos a tabela abaixo, podemos perceber a perversidade da atual política de extermínio e como esta vem produzindo tanto vidas descartáveis como jovens exterminados⁵⁹. Quantos sonhos bruscamente abortados, quantas existências brutalmente roubadas, quantas vozes silenciadas, quanto sangue neste chão marcado, quanto tempo ainda de chacinas, de balas perdidas encontradas em corpos supostamente culpados.

⁵⁹ Como canta Bezerra da Silva na canção “Pena de morte”: “Pra que pena de morte doutor? / Esta ideia é que me consome / Se o filho do pobre antes de nascer / Já está condenado a morrer de fome / Quando o colarinho branco mete o rifle sem dó nos cofres da nação / O senhor não condena ele a morte / E também não lhe chama de ladrão / Nesta hora a justiça enxerga Doutor/ E protege o marajá / E se por acaso ele for condenado / Tem direito a prisão domiciliar / Pra que pena de morte?”.

<u>Nome da vítima</u>	<u>Idade</u>	<u>Causa da morte</u>
Rafael Bernardino da Silva	20 anos	Lesões no pulmão direito, coração e fígado
Pablo Alves da Silva	15 anos	Lesões no encéfalo, vasos, fígado e secção medular
David de Souza Lima	14 anos	Lesão polivisceral
Paulo Eduardo dos Santos	18 anos	Lesões no encéfalo, pulmões e vasos
Geraldo Batista Ribeiro	41 anos	Lesões no encéfalo, coração, pulmões, fígado e alças intestinais
Jairo César da Silva Caetano	28 anos	Lesão Polivisceral
Bruno Vianna	22 anos	Lesões no coração e pulmão direito
Cleber Mendes	36 anos	Lesão vascular cervical e traumatismo cervical
Bruno Rodrigues Alves	21 anos	Lesões no coração, pulmão direito, fígado, rim esquerdo, baço, estômago e alças intestinais
Emerson Goulart	26 anos	Lesões no encéfalo, coração e pulmão direito
Uanderson Gandra	27 anos	Lesões no coração e pulmão direito
Marcelo Luiz Madeira	27 anos	Lesões no pulmão e na aorta
Claudio Santos Silva	29 anos	Lesões nos pulmões, traquéia e aorta
Alexsandro José de Almeida	34 anos	Lesões no fígado, pulmões e coração
Bruno Paulo Gonçalves da Rocha	20 anos	Lesões nos pulmões, vasos e fígado
Luiz Eduardo Severo Madeira	28 anos	Lesões no pulmão, fígado e coração
José da Silva Farias Júnior	18 anos	Lesões nos pulmões, fígado e coração
Rafael Marques Serqueira	26 anos	Lesões no encéfalo, vasos, traquéia,

		esôfago e pulmão direito
Maxwell Vieira da Silva	17 anos	Lesões nos pulmões, coração e rim esquerdo

*Tabela com os nomes, idades e causas das mortes dos 19 moradores do Complexo do Alemão:*⁶⁰

A direção da OAB–RJ, flagrantemente conivente com as autoridades, não levou as denúncias da Comissão de Direitos Humanos à frente. João Tancredo, então, denunciou os extermínios no Complexo do Alemão à Organização dos Estados Americanos (OEA). Por isso, o mesmo foi exonerado⁶¹ do cargo de presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ.

Em entrevista ao jornalista Marcelo Salles, correspondente da revista Caros Amigos no Rio de Janeiro, um morador do Complexo do Alemão declarou:

“A polícia, além de matar bandido, matou inocentes, bateram em mulher, arrombaram um barzinho de uma colega minha, comeram, beberam tudo, depois foram embora. **A polícia usou facas para não fazer barulho e nem gastar munição** (O grifo é nosso). Usou facas para matar meliante” (SALLES, 2007a, p. 36).

Ainda segundo Salles (2007a, p. 36), um policial que participou da operação no Complexo do Alemão afirmou que: **‘foi como atirar em patos’** (O grifo é nosso). Na mesma reportagem Vera Malaguti Batista afirma: “Não diminui o crime, nem o consumo de drogas. **O que está em jogo agora é matar por matar** (O grifo é nosso), porque os indicadores não mostram melhora. A eficácia é a truculência por si só.” (SALLES, 2007a, p. 38).

Para a escritora Marilene Felinto,

“(…) as características criminosas da ‘ordem social’ injusta, marginalizante e opressora que o Estado/TV Globo se encarregam de manter intocada: nesta ‘ordem social’ não cabem as empregadas domésticas nem as prostitutas moradoras das favelas dos morros.

⁶⁰ Retirado do Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais (2007).

⁶¹ Em resposta a exoneração do advogado João Tancredo da presidência da Comissão de Direitos Humanos da OAB, os 41 membros dessa Comissão demitiram-se voluntariamente. Em 2008, todos eles, incluindo João Tancredo, receberam a Medalha Chico Mendes de Resistência, prêmio concedido, desde 1989, pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. (Coimbra, Bulcão e Aquino, 2009).

Elas precisam ser exterminadas (O grifo é nosso). Nesta ‘ordem social’ só cabem os embrutecidos rapazes dos condomínios de luxo da Barra da Tijuca (os mocinhos das novelas e das ‘Malhações’ da televisão), só cabem os rosados atletas norte-americanos e canadense que estão chegando para os jogos Pan-Americanos – com os quais a Globo vai faturar muito dinheiro disfarçado de patriotismo” (2007, p. 8).

Em entrevista ao jornalista Rafael Fortes (2008), João Tancredo, ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, afirmou que:

“Hoje a matança é autorizada (O grifo é nosso). Não precisa mais esconder. Matam, fazem o auto de resistência ⁶²e dizem que foi em confronto e acabou. No Alemão isso ficou muito claro (...) os policiares se sentem autorizados a matar estas pessoas porque as vêem como coisa, e não como cidadãos como direitos e garantias.” (FORTES, 2008, p. 56)

“O extermínio é política de Estado (O grifo é nosso). Vai fazer o que com este monte de pobres? Não tem emprego para toda essa gente. É tudo imediatista, feito para agora, pensando na próxima eleição. Ninguém pensa em intervir pesado em formação, educação, direitos, para um dia ter uma outra população.” (FORTES, 2008, p. 57)

“Se o Estado aplicasse uma legislação de proteção aos animais, talvez fosse mais adequada do que o que estava fazendo com aquelas pessoas. É impressionante. Tem artigos da lei de animais que dão mais proteção do que estava acontecendo ali. Qualquer um que ver a lei verá isso.” (FORTES, 2008, p. 43).

Uma classe que precisa “ser exterminada”, uma polícia que “usa facas para não gastar munição” matando suspeitos como se fossem “patos”. Agora o que está em jogo “é matar ou morrer”, pois “o extermínio virou política de Estado” e a “matança é autorizada⁶³”. Neste

⁶² Só no ano de 2007 foram computados cerca de 1.350 autos de resistência apenas na cidade do Rio de Janeiro! Os chamados “autos de resistência” são as mortes oriundas do confronto entre policiais e supostos bandidos.

⁶³ Neste sentido, ao sair da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) às 22 horas, no segundo semestre de 2008, perto da saída principal desta pude ouvir um taxista reclamar com um policial sobre a presença de meninos de rua pedindo esmola e vendendo balas no local. O taxista disse: “por que vocês não prendem esses moleques”? O policial, então, respondeu: “Se a gente prende esses moleques o comandante nos dá um esporro! Ele não quer que a gente prenda, ele quer a gente mate. O comandante quer sangue. E se a gente pega os moleques e dá uma dura, vem o pessoal e reclama...” Naquela noite estava havendo uma festa de música

momento, em que “um novo regime de exceção está tomando conta do pedaço” (SANTOS, 2007), tornando tolerável o intolerável, é preciso que a voz não se cale, que o pensamento não se entregue, que o fogo da esperança não se apague nas águas das complacências anestésicas de nosso cotidiano agitado. Pois, aquilo que não tem vergonha e nunca terá, que não faz sentido, que não tem pé nem cabeça é, também, aquilo que não deve ser aceito, engolido.

Em julho de 2007 um conjunto de peritos forenses⁶⁴, designados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, produziu relatório técnico (ANEXO A) sobre a operação no Complexo do Alemão. O objetivo do documento foi “prestar cooperação técnica a órgãos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro nas investigações sobre eventuais excessos cometidos na morte de civis, durante operação policial-militar no denominado Complexo do Alemão” (2007, p.1).

O relatório dos peritos foi construído a partir da análise de material – laudos, fotografias, prontuários, etc. – recolhido junto a instituições como: Instituto Médico-Legal “Afrânio Peixoto” (IMLAP); Instituto de Criminalística “Carlos Éboli” (ICCE); “Extra” Informação (Infoglobo Comunicações Ltda.); Jornal “O Dia”; Hospital Geral de Bonsucesso – HGB; Hospital Estadual Getúlio Vargas – HEGV.

No entanto, as informações e materiais solicitados à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro não puderam ser utilizadas no relatório, pois aquela entregou os dados a Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional “em data posterior ao encerramento das discussões deste trabalho, sendo objeto de análise em separado, e não foram utilizados neste documento”. (2007, p. 4).

Vejamos os dados solicitados a Secretaria de Segurança Pública:

- I. Número de policiais que atuaram na operação, discriminando policiais e respectiva corporação e/ou grupos especializados;
- II. Armas (tipos, calibre) portadas pelos policiais durante a operação, discriminando policiais e respectiva corporação e/ou grupos especializados:

eletrônica no anfiteatro da UERJ e, por isso, havia policiais fazendo ronda ao redor da Universidade – coisa rara haver policiamento à noite naquela região.

⁶⁴ Os peritos foram: Prof. Dr. Jorge Paulete Vanrell, Débora Maria Vargas de Lima e Jadir Ataíde dos Santos.

- III. Utensílios (tipo, marca) portados pelos policiais durante a operação, discriminando policiais e respectiva corporação e/ou grupos especializados;
- IV. Munições letais e não-letais, distribuídas e recolhidas, dos policiais na operação, discriminando policiais e respectiva corporação e/ou grupos especializados;
- V. Cópias dos ofícios de encaminhamento de ferido(s) na operação do dia 27/06 para exames de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal Afrânio Peixoto;
- VI. Cópia da solicitação do exame de local e/ou veículo que transportou seis corpos à delegacia da Penha - 22ºDP;
- VII. Informações referentes a Autos de Apreensão das vestes dos feridos (mortos e/ou vivos) encaminhados aos hospitais.
(RELATÓRIO TÉCNICO, 2007, p.4)

Os laudos cadavéricos (exames necroscópicos) produzidos pelo Instituto Médico-Legal “Afrânio Peixoto” (IMLAP), mostram que havia várias lesões nos corpos dos supostos “traficantes” mortos pela polícia, sendo que “os óbitos teriam acontecido no dia 27.06.2007, entre 10h00 e 16h00” (2007, p. 5). A análise de tais documentos, feita pelos peritos citados, prova que, em dois casos, há fortes evidências de execução. Segundo o relatório (2007, p. 6),

“Pelo menos nos Laudos N° RJ/SN/0/04094/07 e N° RJ/SN/0/04097/07, das vítimas **José da Silva Farias Júnior** e **Emerson Goulart**, respectivamente, foram encontradas evidências de morte por execução sumária e arbitrária. Em ambos os casos, o primeiro disparo foi letal, no crânio, de trás para a frente e o segundo, de frente para trás, numa das vítimas na face e na outra no tórax; em ambos os casos, com o corpo em decúbito dorsal.”.

Ainda de acordo com o Relatório (2007, p. 6), “nestes dois casos, (...), verifica-se a impossibilidade de defesa da vítima, uma vez que o disparo letal foi dado de trás para a frente”.

Os peritos examinaram também os “Laudos de Exames Balísticos, de Entorpecentes e de Material”, sendo que “os laudos referidos corresponderam à perícia de 13 (treze) armas apreendidas, 19 (dezenove) projetis de arma de fogo e 8 (oito) fragmentos de projétil (2007, p. 7)”. Segundo o relatório (2007, p.6),

- Havia diversidade de armas e de calibres (pistolas semiautomáticas 380mm e .40; submetralhadoras; metralhadoras .30; fuzis AK-47 e AR-16).
- Apesar da grande diversidade de armas e munições apreendidas (vide numeral anterior, Anexo IV e fotografias do Jornal “O Dia”), não havia correspondentes armamentos que fossem compatíveis. Ex.: 7,62 x 39 (munição própria para fuzis AK-47) e 5,56 x 45 NATO ou 223 Remington (próprias para fuzis de assalto de diversos fabricantes).
- É de se ressaltar a quantidade de munição de uso restrito apreendida (e.g. projéteis e estojos dos calibres .40; 7,62 x 39; 5.56 x 45 NATO; 223 Remington etc.).
- Chama atenção também o uso de metralhadoras de capacidade de fogo antiaérea com carregamento por fita e de lançador de granadas.
- O material analisado foi aquele apreendido, não sendo feita menção de perícia em armas de policiais.
- Da análise da foto nº 281892 do Jornal “O Dia”, de autoria de Severino Silva, verifica-se a presença de material explosivo (cordel detonante e emulsão) não descritos nos exames periciais.

No relatório (2007, p.8), “são analisados conjuntamente os registros dos dezenove laudos necroscópicos do IML Afrânio Peixoto, os quinze laudos de balística do Instituto de Criminalística “Carlos Éboli” e imagens obtidas pelos jornais “EXTRA” e “O DIA”.

A análise dos dados do IML Afrânio Peixoto no que concerne ao “número de projéteis de armas de fogo”, mostra que as “dezenoves vítimas foram atingidas por, pelo menos, 70 (setenta) projéteis”. Destes, quarenta e quatro foram tansfixantes, ou seja, não se alojaram nos corpos das vítimas.

Sobre a “localização dos orifícios de entrada de projéteis de arma de fogo”, o Relatório (2007, p. 9) mostra que um número significativo de tiros atingiu áreas como o crânio, a face, bem como, o pescoço e o tronco. “Em seis das dezenove vítimas foram totalizados oito *orifícios de entrada crânio e face*. Em dezoito das dezenove vítimas, 46 (quarenta e seis) *orifícios de entrada se localizavam no pescoço e no tronco*”.

A respeito da letalidade dos tiros da polícia, a mesma primou por acertar áreas de grande letalidade, sendo que “do total de mais de setenta orifícios de entrada, cinquenta e quatro atingiram regiões mortais, o que corresponde à cerca de 75%. (RELATÓRIO TÉCNICO, 29007, p.9)”.

As análises dos peritos demonstram, mais uma vez, fortes indícios de execução:

“Seqüência de produção dos orifícios de entrada de projétil de arma de fogo. Nos laudos RJ/SN/0/04091/07 e RJ/SN/0/04099/07, correspondentes às vítimas **Maxwel Vieira da Silva** e **Luiz Eduardo Severo Madeira**, respectivamente, ficou patente que os orifícios de entrada se dispõem numa linha em distâncias regulares entre si, de baixo para cima e da esquerda para a direita, entendimento que se tem sem levar em conta o critério de nomeação dos orifícios, em que normalmente se usa na orientação descritiva no sentido crânio-caudal. Tal disposição sugere disparos em seqüência, do tipo rajada. (RELATÓRIO TÉCNICO, 2007, p. 9)”

“Distância dos disparos. Em cinco das dezenove vítimas, constatou-se a presença de zona de tatuagem, evidenciando a ocorrência de cinco tiros à curta distância. (RELATÓRIO TÉCNICO, 2007, p. 9)”

“Média de disparos por vítima. A média de disparos por vítima foi de 3,84 (três vírgula oitenta e quatro) projéteis” (RELATÓRIO TÉCNICO, 2007, p.9).

O relatório demonstra, também, que nos laudos analisados determinados achados e lesões “embora presentes, *foram descritos de forma superficial* ou *foram apenas mencionados*, o que colide com a sua importância, considerando a sua significação para a situação analisada”. Além disso, “faltam registros específicos de *exames radiográficos (radiografia, radioscopia etc.)* dos corpos, sob a alegação de inoperância do equipamento”.

Quanto às conclusões dos laudos analisados,

- I. Os Peritos Médico Legais signatários dos Laudos de Exame Cadavérico, foram reticentes quando emitiram suas respostas aos quesitos legais, quase que padronizadas, fazendo ressalvas em face das respostas emitidas.
- II. Com relação ao 4º quesito legal: “Se foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)?” responderam, uniformemente:
“*Sem elementos para responder, por desconhecerem a dinâmica do evento.*”. (RELATÓRIO TÉCNICO, 207, p.11)

A conclusão que os peritos chegam, depois da análise dos materiais referidos em nosso texto, corrobora que a festejada e midiática mega-operação no Complexo do Alemão no dia 27 de junho de 2007, protagonizou uma nova chacina na cidade do Rio de Janeiro. Chacina esta aplaudida e apoiada, como veremos com mais detalhes no Ato III, pelos veículos de comunicação das grandes corporações de mídia. “Quanto ao procedimento das mortes (RELATÓRIO TÉCNICO, 2007, p. 11)”

- I. De acordo com os elementos que sobejam nos corpos dos Autos de Exames Cadavéricos, pode-se afirmar, em grau de certeza, que várias das mortes decorreram de um procedimento de execução sumária e arbitrária⁶⁵.
- II. **Execução sumária**, conforme demonstrado pela presença de:
Grande número de orifícios de entrada na região posterior do corpo;
 - Numerosos ferimentos em regiões letais;
 - Elevada média de disparos por vítima;
 - Proximidade de disparos;
 - Seqüenciamento de disparos em rajada;
 - Armas diferentes utilizadas numa mesma vítima.
- III. **Execução arbitrária**, conforme se deduz de:
 - Ausência de indicativos de condutas destinadas à captura de vítimas;
 - Ausência de indicadores de condutas defensivas por parte das vítimas.

⁶⁵ “En muchos países del orbe hay *casos de ejecuciones extralegales, arbitrarias o sumarias* que no constan ni se descubren. Entre ellos figuran: a) asesinatos políticos; b) muertes resultantes de torturas o malos tratos infligidos en los centros de prisión o detención; c) muertes debidas a "desapariciones" forzadas; d) muertes ocasionadas por uso excesivo de fuerza por los funcionarios encargados del cumplimiento de la ley; e) ejecuciones sin previo juicio; y f) actos de genocidio. Manual sobre la prevención e investigación eficaces de las ejecuciones extralegales, arbitrarias o sumarias. Nueva Cork : Naciones Unidas, 1991”. (RELATÓRIO TÉCNICO, 2007, Nota, p.11).

O Relatório da Sociedade Civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais (ANEXO C), por sua vez, condenou a mega-operação policial no Complexo do Alemão. Denunciou a truculência das forças policiais e enfatizou a urgência de se pensar em outro modelo de segurança pública no qual a vida das populações das comunidades pobres não seja tornada descartável. O documento fez inúmeras recomendações e as mesmas estão contidas no Anexo E deste trabalho.

O documento “Manifesto público contra a mega-operação no Alemão” (Anexo E) critica a política de segurança pública alicerçada no confronto e afirma que a mesma, além de produzir dor e morte, produz medo engendrando “o fim da socialibilidade nas comunidades”. Além, é claro, do desrespeito flagrante aos direitos humanos. Como diz Eduardo Galeano (2005, p. 110), “o medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência”.

Outro documento (Anexo F), “Manifesto pela apuração das violações de direitos humanos cometidas na operação Complexo do Alemão”, afirma que a mega-operação do dia 27 de junho de 2007 contou com a participação de 1.350 policiais, a utilização de 1.080 fuzis, 180.000 balas e teve a duração aproximada de 8 horas. Além disso, foram oficialmente apreendidas 14 armas, 50 explosivos e munição de 2.000 balas. Tudo isso, é claro, nas mãos dos supostos traficantes de plantão.

O documento (Anexo F) faz menção ao relatório independente encomendado pela comissão de direitos humanos da OAB e realizado pelo perito Odoroilton Larocca Quinto que apontou, a partir da análise dos ângulos dos disparos, que algumas vítimas estavam sentadas ou ajoelhadas. O manifesto aponta ainda que o número de armas apreendidas (14) foi inferior ao número de suspeitos mortos pela polícia (19). Segundo o relatório esta pode ter sido “a operação policial mais cruel dos últimos anos”.

O “Manifesto contra as políticas de extermínio” (Anexo G) critica duramente as declarações do governador Sergio Cabral Filho que afirmou que as favelas eram “fábricas de produzir marginais” (PORTAL G1, 2007) e também, as declarações do secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, que afirmou que “tiro em Copacabana é uma coisa e tiro no Complexo do Alemão ou na favela da Coréia é outra” (FOLHA ONLINE, 2007a).

Como escreve Zaccone (2008, p. 22-3),

“O espaço público (...) também constitui fator de seletividade punitiva. Vemos que o Estado escolhe políticas de segurança levando em consideração tão somente a incidência estatística da criminalidade. A política bélica de combate às drogas na favela da Rocinha – situada entre os bairros da Gávea e São Conrado, caminho obrigatório de quem vai da Zona Sul para à Barra da Tijuca – não pode ser a mesma das favelas do Alemão e Juramento, localizadas nos subúrbios cariocas.”

Já para o manifesto “Chega de massacres” (ANEXO H), o cerco policial ao Conjunto de Favelas do Complexo do Alemão protagonizou a “política de extermínio de uma população desarmada”. Segundo o documento, assinado por mais de 500 pessoas e entidades nacionais e internacionais, se tratasse mesmo de uma “guerra”, como os o governo e a grande mídia anunciam, então, esta deveria obedecer à Convenção de Genebra, “fazendo uma diferenciação clara entre alvos militares e a população civil”. Ainda de acordo com o manifesto, “mesmo nesta absurda hipótese, o ataque indiscriminado a alvos mal especificados num espaço densamente habitado configura uma ação ilegal e criminosa contra seus habitantes”.

Várias entidades, movimentos sociais, acadêmicos, artistas, militantes endossam as críticas de tais documentos à atual política de extermínio. Para aqueles que se colocam contra tal política de segurança, não é matando os pobres, moradores das favelas cariocas, que se fará com que o Rio de Janeiro se torne uma cidade menos violenta e perigosa. Pelo contrário, o que tais políticas produzem são ainda mais violência, medo e sangue derramado no chão.

Como diz a letra do rap, “enquanto os ricos moram numa casa grande e bela, o pobre é humilhado, esculachado na favela⁶⁶”. E não é de hoje que as camadas mais pobres da população se vêem entre o espetáculo da mídia e a violência da polícia. Enquanto a primeira passa a pautar os políticos (BATISTA, 2002), criando inimigos infundáveis e propagando um clima de medo e insegurança com suas reportagens sensacionalistas, os segundos, treinados para deixar corpos no chão ao subir as favelas, desempenham o papel de atores imprescindíveis do terror.

Nesta peça, aliás, uma tragédia mais do que encenada, trata-se de pobres morrendo e pobres matando. Os discursos da mídia dão o teor das cenas. Que o diga o jornal o Globo de 26 de Outubro de 2007 quando sentenciou: “As camadas pobres da população converteram-se numa fábrica de reposição de mão-de-obra para o exército da criminalidade”. Ou, ainda o

⁶⁶ Referência ao “Rap Brasil” (Julinho Rasta e Kátia).

mesmo veículo de comunicação em 19 de agosto de 2007, “embora seja uma doença disseminada pelo país, a favelização virou a cara do Rio”. (SALLES, 2008). Mas deixemos o debate sobre a mídia para mais adiante.

Como canta Chico Buarque⁶⁷, “vai, alegria / Que a vida, Maria / Não passa de um dia / Não vou te prender / Corre, Maria Que a vida não espera / É uma primavera / Não podes perder”.

Afinal, o que não podemos perder de vista, mas, em nossos dias, parece insistir em escorrer por entre nossos dedos abertos, sem que possamos, impotentes, segurar? O que escapa de nossa vista, foge de nossa audição, é insensível ao nosso tato? O que, enfim, está a “triturar nossos sonhos e reduzir nossas ilusões a pó⁶⁸”, colocando-os em frente a um abismo?

Para Paulo Arantes (2007), vivemos em um momento delicado no qual a capacidade crítica de problematizar a realidade vai se extinguindo e o que fica, ou melhor, o que sobra, é o consenso, anestesiante e inválido, alimentado por uma letargia que torna tolerável o intolerável; que produz *cybers-zumbis* e vidas bestas (Pelbart, 2000). “Ao vencedor as batatas” (ASSIS, 1997c), mas quem pode sair ganhando desse estado?

2.3 Cena III: As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O “PAC” é um Programa de Desenvolvimento do Governo Federal que visa promover: a aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira. O Programa de Aceleração do Crescimento consiste em um conjunto de medidas destinadas a: incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007a)

Segundo documento do Ministério das Cidades (2007a), as medidas do PAC estão organizadas em cinco blocos:

⁶⁷ Referência à canção “Olha Maria” (Tom Jobim, Vinicius de Moraes e Chico Buarque).

⁶⁸ Referência à canção “O mundo é um moinho” (Cartola).

- 1) Investimento em Infra-Estrutura;
- 2) Estímulo ao Crédito e ao Financiamento;
- 3) Melhora do Ambiente de Investimento;
- 4) Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário;
- 5) Medidas Fiscais de Longo Prazo;

Segundo o documento “PAC – RIO: COMPLEXO DO ALEMÃO” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007b), o objetivo das obras na comunidade visa: “Planejar e implementar de forma integrada as políticas públicas, executar obras de urbanização e desenvolver social e economicamente as áreas consideradas socialmente de risco do Rio de Janeiro”.

O total de investimentos previsto é:

- a. Governo Federal: (R\$) 731.311.159,00
- b. Governo Estadual: (R\$) 236.103.720,00
- c. Município: (R\$) 967.414.879,00

O total de investimentos refere-se, também, a quatro comunidades no Rio de Janeiro e uma na cidade de Niterói.

De acordo com reportagem do Globo online (2007c) em novembro de 2007, as obras do PAC no Complexo do Alemão “tornaram ainda mais urgente a retirada das quadrilhas armadas”. De acordo com o jornal, o coronel Marcus Jardim, já estava se preparando para “enfrentar uma nova geografia da guerra”. Sua declaração já foi, em parte, transcrita e comentada nesta pesquisa, mas vale a pena transcrevê-la por completo:

“Dará um pouco mais de trabalho porque precisaremos de mais homens, mas isto não vai impedir a retomada dessas comunidades. Este será um ano marcado por três pês: Pan, PAC e pau - ironizou o comandante” (Globo online, 2007c).

Em reportagem de janeiro de 2008, o jornal Correio do Brasil (2008) afirmou que José Mariano Beltrame, secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, antes do início das obras do PAC, previstas para fevereiro do mesmo ano, planejou uma nova mega-operação policial que seria feita no conjunto de favelas do Complexo do Alemão. Tal operação teria como objetivo garantir a segurança dos canteiros de obra no local.

A primeira operação no Complexo do Alemão, realizada de maio a julho de 2007, foi, segundo as palavras do veículo de comunicação, para “recuperar o terreno dominado pelos traficantes”. Ademais, a resistência na favela e a necessidade de agir em outras comunidades – Coréia, Santa Marta e Jacarezinho – fizeram com que “a programação para o Complexo do Alemão tivesse seu foco desviado”. Segundo Beltrame:

“Apesar de mantermos o cerco nas 27 entradas da favela, não vou dizer que a mudança de foco não fez com que a quadrilha recuperasse os revezes que sofreu. Eles podem não entrar pela rua, mas por uma casa, um muro. Não posso parar no portão de um cidadão. Acredito que possam ter se reequipado. Apesar disso, 2007 foi um ano de operações com efeito porque nunca se pegou tanto explosivo”. (Jornal Correio do Brasil, 2008)

No que concerne ao início das obras do PAC no Complexo do Alemão, Beltrame (Portal do Arquiteto, 2008) afirmou que:

“As obras terão que acontecer mesmo que o carro da polícia seja recebido com tiros. Nossa idéia é que as obras comecem e a polícia acompanhe os canteiros. A polícia não vai tomar ou varrer aquilo, até porque não temos efetivo. Mas, vou ter policiamento suficiente para as obras. Estou levando o bem, boas perspectivas para o cidadão. Além disso, acredito que a escolta dos canteiros não poderá provocar tiroteio e, mesmo que haja problemas iniciais, não poderemos sair dali, reforçou.”

Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (TERRA NOTÍCIAS, 2008a), os policiais militares de baixa renda (com salário de até R\$ 1,4 mil) que participarem da segurança das obras do PAC no Complexo do Alemão terão prioridade no recebimento na bolsa do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). A bolsa, que vai de R\$ 180 a R\$ 400 será concedida aos policiais que participarem de um curso de qualificação do Ministério da Justiça.

A agência de Notícias Terra (2008b) informou em 22 de janeiro de 2008 que “um exército de policiais” duas vezes maior do que aquele empregado na mega-operação no Complexo do Alemão seria utilizado para “retirar o tráfico e garantir a segurança” dos operários do PAC no Alemão. De acordo com a matéria, seriam cerca de 3 mil policiais, entre eles integrantes da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) .

O reforço no número de policiais para a segurança dos operários do PAC no Alemão foi pedido pelo secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, em reunião que contou com a presença do governador Sérgio Cabral Filho, o secretário nacional de segurança pública, Antonio Carlos Biscaia, o secretário executivo do Programa Nacional de Segurança e Cidadania (Pronasci), o delegado Zaqueu Teixeira, comandante-geral da PM, coronel Ubiratan Angelo, e o chefe de Polícia Civil, delegado Gilberto Ribeiro.

Segundo a Agência de Notícias Terra (2008b), a reunião serviu para apresentar o “plano de ação” para segurança do PAC no Alemão e, também, para o pedido de armamentos e viaturas por parte do governo do estado. O secretário Nacional de Segurança Pública declarou que: "Vamos analisar os pedidos para que possamos ver o que podemos fazer"

“Só o orçamento feito pela Polícia Civil está em torno de R\$ 40 milhões. O dinheiro será usado também na compra de escudos israelenses, avaliados em R\$ 2 mil cada. O pedido é de pelo menos 200 unidades. Com capacidade para segurar tiro de fuzil, o equipamento pesa entre 10 e 20 quilos e mede cerca de 1,20 m. Perfilados, podem se transformar em uma parede blindada” (TERRA NOTÍCIAS, 2008a).

“A ocupação do Alemão será feita pela PM e Força Nacional. O projeto prevê a construção de 20 cabines, possivelmente blindadas, que abrigarão 30 PMs cada. A Força Nacional ficará nos cerca de 40 acessos às favelas. Já a Polícia Civil, que vai atuar na operação com 600 homens, pretende montar um posto no local para registrar possíveis ocorrências envolvendo os funcionários do PAC” (TERRA NOTÍCIAS, 2008a).

O governador Sérgio Cabral Filho, por sua vez, em entrevista exclusiva ao jornal O Dia, declarou que em fevereiro, mês previsto para o início das obras do PAC no Complexo do Alemão, "sairia o tráfico e entraria o Estado" (Apud TERRA NOTÍCIAS, 2008b). Estranhamos a declaração do governador ao dizer que o Estado está ausente das favelas. Pelo contrário, o Estado, principalmente através de suas forças de repressão, como a polícia, está totalmente presente e inserido nas comunidades pobres. A nosso ver, a questão não é que o Estado esteja ausente, mas como o mesmo se presentifica nas favelas e, sobretudo, o que produz. Neste sentido, a operação no Complexo do Alemão em junho de 2007 fala por si só.

Para o delegado Zaqueu Teixeira, secretário executivo do Programa Nacional de Segurança e Cidadania (Pronasci), referindo-se à operação no Complexo do Alemão de maio

a julho de 2007, afirma que "esse encontro foi tanto para definir a ação da polícia quanto à social. São necessários esses dois planejamentos para que não aconteça o de sempre: a polícia faz operação, sai da favela e depois o tráfico retoma". Ainda segundo o Delegado, "o Rio servirá de modelo para implantar o programa em todos os outros estados e também nas outras comunidades da cidade, entre elas Rocinha" (TERRA NOTÍCIAS, 2008b).

Segundo reportagem do jornal O Dia (Apud Terra Notícias, 2008b), a cúpula da polícia festejou o sucesso das mega-operações em 2007, pois a polícia conseguiu entrar "em locais onde poucos policiais já estiveram – três pontos principais: Areal, Chuveirinho e Matinha." Ainda de acordo com a reportagem, "os locais funcionavam como paiol e quartel-general do tráfico de drogas. Para os especialistas, foi a maior operação policial já realizada no País, com planejamento feito ao longo de dois meses".

A reportagem do jornal carioca termina afirmando que a mega-operação do Complexo do Alemão também trouxe problemas, pois a ordem dos advogados do Brasil (OAB) sessão Rio de Janeiro, pediu a investigação das mortes, "acusando a polícia de ter promovido execuções extrajudiciais durante a entrada na favela." Ora, do nosso ponto de vista, o "problema" da operação no Alemão não foi que, depois, a polícia foi acusada de execução, mas sim, que a mega-operação, aplaudida e apoiada pelos veículos de comunicação das grandes corporações de mídia, protagonizou um verdadeiro massacre de uma população que, cotidianamente, vive entre a violência da polícia, o espetáculo da mídia e a tirania dos gerentes do tráfico local⁶⁹.

Em março de 2008, o presidente Luis Inácio Lula da Silva inaugurou o lançamento das obras do PAC no Complexo do Alemão e na Rocinha e em Manguinhos. No evento, o presidente chamou a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff – hoje, candidata à Presidência da República –, de "mãe do PAC" (Folha online, 2008a) e negou que as obras do programa tivessem algum interesse eleitoral.

No alto do palanque com Lula, estava o governador Sérgio Cabral Filho (PMDB) e outros tantos ministros e deputados estaduais e federais. Segundo matéria da Folha Online

⁶⁹ Em visita a Favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão, em 12 de dezembro de 2008, fui informado – e pude observar – que nos muros e nas paredes da única escola estadual da comunidade não há uma só pichação, pois, caso um adolescente piche os muros, "o tráfico" descobre o responsável pela arte e, indo à casa da pobre criatura, faz a seguinte ameaça o mesmo ou seus familiares no sentido de: pintar o muro pichado em algumas horas eu ter a mão decepada.

(2008a), Lula criticou os governos do Rio de Janeiro desde a década de 1980, pois os mesmos permitiram o crescimento desordenado da população no Complexo do Alemão. “Se cada prefeito tivesse feito um pedacinho, de lá para cá, não precisaríamos estar anunciando o PAC”, declarou o presidente.

Para Lula, o lançamento das obras do PAC em março de 2008 não seria possível se o seu governo não tivesse “arrumado o Brasil entre 2003 a 2006” (Folha online, 2008b). Negando, mais uma vez, qualquer tipo de interesse eleitoral na inauguração do PAC, Lula declarou que: "Deus é tão justo e tão grande que permitiu o lançamento do PAC em um ano que eu não era candidato. Não disputo mais eleição no Brasil porque meu mandato termina em 2010", afirmou.

Uma das principais obras do PAC no Complexo do Alemão é a construção de um teleférico com capacidade para transportar 30 mil pessoas por dia. Afirmando que voltaria “sistematicamente” para visitar as obras no conjunto de favelas, Lula elogiou a construção do teleférico e declarou: "Tudo o que uma mulher quer é uma casinha para morar, quer estudar, ter um marido bonito e um carro. Tudo que um homem quer é trabalhar, ter uma casinha, uma mulher bonita e um carro. Agora imagina você ter tudo isso e ainda ter um teleférico".

Na inauguração do PAC no Complexo do Alemão, Lula “desabafou afirmando que:

"Estou cansado de ver o Rio de Janeiro aparecer na primeira página dos jornais e da TV todo dia, como se o Rio simbolizasse violência, como se o Rio simbolizasse bala perdida, bandido e criminalidade, quando 99% desse povo é honesto, decente, trabalhador e quer viver dignamente".

Ainda segundo Lula:

"Nós sabemos que o cidadão que já é bandido não tem que ser tratado com pétala de rosas, mas a polícia para entrar aqui [favela] tem que saber que, antes do bandido, tem mulheres e homens que vivem aqui. Coisa ruim [criminosos] nós sabemos que tem, mas não é porque você encontra um grão de feijão estragado que vai jogar o prato de comida fora. Aqueles que não prestam para viver com a gente, fazemos que nem laranja podre, vamos tirando do pé"

“Eu sofri na tempestade e agora eu quero a bonança”, diz a letra do rap⁷⁰. Como relata a matéria do jornal Folha online (2008a), centenas de pessoas deram seu apoio às obras do PAC no Alemão, levando faixas, bandeiras, balões e usando roupas brancas. Aliás, o presidente e a primeira dama, Marisa Letícia, vieram de branco. “É um momento histórico para a comunidade. Está todo mundo otimista”, afirmou ao jornal a auxiliar de escritório Lucidalva Mariho, moradora do Complexo do Alemão há 12 anos.

A promotora de vendas, Graciene do Carmo, afirmou que

“Acho que o PAC vai dar muita qualidade de vida para a gente. Estou há três meses sem telefone porque a operadora diz que aqui é área de risco e não vem consertar. Por aqui passa caveirão [blindados do Bope] toda hora, já teve gente baleado” (Folha online, 2008a).⁷¹

De 2007 a 2008, para nos referimos apenas a estes dois últimos anos, o conjunto de favelas do Complexo do Alemão foi palco de muitas cenas. Seus moradores viveram, por exemplo, o drama da ocupação policial a partir de maio de 2007, a chacina de 19 pessoas em junho do mesmo ano. Já no início de 2008, viram brotar a esperança sincera de dias menos horrendos com o começo das obras do PAC e a visita do presidente em sua comunidade. No final do mesmo ano, Lula fez nova visita ao Complexo do Alemão e lançou o programa “território da paz”⁷². Poucos dias depois, eu visitei a Favela Nova Brasília, a poucos metros do local onde foi montado o palanque para o presidente.

⁷⁰ Referência ao “Rap *Brasil*” (Julinho Rasta e Kátia)

⁷¹ Em minha visita em dezembro de 2008 na Favela Nova Brasília, Complexo do Alemão, ouvi de uma professora que “podem dizer o que for do Lula, mas nunca um presidente fez pela gente o que ele vem fazendo. Nunca ninguém veio aqui (Complexo do Alemão)”.

⁷² O Território da Paz faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça e reúne cerca de 20 projetos de segurança e de ação social.

3 ATO II: “Não tem jeito mesmo. Não tem dó no peito: racismo, refugio humano e vida nua⁷³”.

Fé em deus...

Eu só quero entrar na minha casa seu moço

Ter o direito de ir e vir

Dar um beijo nas crianças

Beijar minha patroa

Ter o pão cada dia, eu só quero é ser feliz

(...)

Essa noite começou o tiroteio

Favela tava cercada, não tinha como sair

E a criançada atrás da porta em desespero

Pelo amor de Deus papai tira a gente daqui

Aí então, uma lágrima desceu

Eu vi que minha força vinha da força de Deus

Só peço ao moço antes de apertar o gatilho

Que pense em seus filhos antes de matar os meus

(...)

É triste amigo a gente chegar do trabalho

E ser esculaxado por um motivo que eu não sei

O rico sente pena, mas sentir pena é fácil

Ninguém passou na pele a humilhação que passei

Aos poderosos eu lanço um desafio

Viver um dia de pobre e o pobre um dia de rei

Mas eu só peço aquele moço por favor

Antes de bater na cara, respeite o trabalhador

(...)

⁷³ Referência à canção “Bicho de sete cabeças” (Geraldo Azevedo, Zé Ramalho e Renato Rocha).

*E aquela praça, onde a violência
Acabava com a festa da minha adolescência
Muita coisa mudou, mas eu posso te contar
Que hoje são meus filhos que não podem lá brincar*

*Pois a metralhadora ainda interrompe
Ameaça jovem, velho, criança, mulher e homem
O problema que era deles, passa a ser problema meu
Ter que aturar uns caras que nem sabem quem sou eu
(“Meus direitos” – Cidinho e Doca)*

3.1 Cena I: “Podem me prender. Podem me bater. Podem até deixar-me sem comer. Que eu não mudo de opinião. Daqui do morro. Eu não saio, não⁷⁴.”

Maria Lúcia Almeida trabalha como cabeleireira há trinta anos no Complexo do Alemão. Segundo a mesma em depoimento no documentário “Elas da Favela” (CAPPELA, 2007),

“Isso aqui era só arvore, pouquíssimas casas. Uma semana que tem tiroteio, você fica uma semana sem trabalhar (...) 15 dias sem trabalhar. Já ficamos aqui sem luz (...) ficar com a caixa sem água. Você nunca sabe quando vai acontecer um tiroteio. Então você fica numa situação (...) porque você também não tem pra onde correr. Lugar seguro aqui pra gente é somente o banheiro”(CAPPELA, 2007).

Josicleide Urbano chegou a sua casa, no dia 27 de junho de 2007, e encontrou o filho caído no chão, baleado. Levado ao hospital da Penha e o rapaz “saiu algemado como um animal”, diz Josicleide.

“Eu nunca pensei em minha vida ver meu filho passando por uma situação dessas. A delegada falou pra mim que ele poderia ‘tá’ na rua, ter sido baleado e ido pra dentro de casa. Eu fui e falei pra ela: e os tiros lá dentro de casa? O latão de água dentro do banheiro e essas coisas ‘toda’! - e cadê o latão, a senhora trouxe o latão? (disse a delegada). Esses ‘latão’ grande de água. Aí eu ia levar o latão nas costas pra ela ver? Passou quase oito dias

⁷⁴ Referência à canção “Opinião” (Zé Kéti).

fora de casa pagando por uma coisa que ele não tem nada a ver... e é revoltante. São dois caras de pau: o (Sérgio) Cabral e aquele chefe 'dos polícia'... é o Mariano (Beltrame) não sei o que. Eles são 'dois picareta', dois cara de pau. 'Vem' pra televisão, fala um monte de mentira... que a operação deles foi um sucesso e é mentira! Não confio nem na polícia e nem na justiça mais. Depois de tudo que passei, meu filho pagou por uma coisa que não devia. Eu vou confiar nesse povo? Não pode! O que quero é ver meu filho trabalhando e ser um homem de bem. Tivesse mais curso, mais oportunidade pros adolescentes não existia tanta violência” (CAPPELA, 2007).

Maria Teles de Aguiar chegou a sua casa, também no dia 27 de junho de 2007, e encontrou a mesma arrombada pela polícia e com tiros nas paredes.

“Tá’ tudo calmo. Quando eles entram aí (no Complexo do Alemão) começa a quebrar tudo, a atirar em tudo. A gente não tem paz. A polícia acha que todo mundo é bandido. Não respeita mesmo. Eu saí, fui trabalhar de casa em casa. Nós (Maria e o filho Roberto) somos testemunhas de Jeová. Aí quando cheguei, aí ‘tava’ tudo quebrado as minhas coisas. As portas ‘toda’ arrombada, os vidros, buracos de tudo quanto era lado. Se eu tivesse em casa talvez que eu tinha até morrido. Quando cheguei que vi tudo quebrado, a porta no chão, o vidro da porta tudo quebrado. ‘Meu Deus o que que aconteceu aqui?’ Só pode ter sido esses demônio(os policiais) que fez isso (risos). Aí eles mandaram eu ir pro ceará. Aí o Roberto (o filho) ficou olhando pra ele assim com a cara de mal . Ele (o policial) disse assim: ‘dá um tiro logo na cara dele!’ Mas aí, nessa hora, eu fiquei quieta. Aí um outro rapaz (policial) entrou no meio, até que ele era legalzinho...disse assim: ‘tia é melhor a senhora ficar quieta porque do jeito que eles estão aí, eles matam qualquer um’. Em 73 que vim morar aqui (no Complexo do Alemão). Aqui não era assim como é hoje não. Eu gosto de ser o que eu sou. Só quero que tenha paz aqui na comunidade” (CAPPELA, 2007).

Maria do Carmo da Silva. Moradora do Complexo do Alemão há sessenta e três anos. Diz ela: “Aqui cresci, fiquei noiva. Antigamente isso daqui não era nada perigoso. A gente podia sair. Eles (a polícia) não vêm à procura só de quem eles desconfiam, eles querem qualquer pessoa” (CAPPELA, 2007).

Ao descer a favela à procura de seu filho e encontrar o mesmo preso, dentro do carro da polícia, um policial disse a ela: “Se fosse a outra força, de camisa preta (referindo-se ao BOPE), seu filho tava aqui morto. Bateram, chamaram de negro, pintaram o sete. Eu me vi

numa situação aqui duvidosa. O Marcos não tinha nunca que está aqui. Ainda mais dentro de um camburão. Como é que eles vão fazer uma coisa dessas? Mas aceitei porque é força bruta e já tinham me dito que se fosse a outra polícia ele ia estar morto. E assim nós vamos vivendo” (CAPPELA, 2007). .

Lucia Cabral, umas das “apresentadoras” do documentário “Elas da Favela”, diz: “às vezes você sabe que vai ter alguma coisa quando vê aquele movimento, agitação. Aí as crianças mesmo falam assim: ‘mãe eu não quero ir pra escola hoje não’. ‘Tá’ muito esquisito. ‘Eu não quero ir pra escola’. Meu filho tem um bocado de falta na escola porque se vocês ‘escuta’ fogos você logo já identifica que não ‘tá’ legal pra você ‘tá’ liberando seu filho” (CAPPELA, 2007).

“Eu tenho um filho de 10 anos. Ele outro dia, eu ‘tava’ na rua, e teve um tiroteio e (o menino) ficou encolhido dentro de um banheiro e ninguém conseguia tirar. Ficou da hora que começou até a hora que acabou (o confronto entre policiais e soldados do varejo local de drogas). Hoje em dia no Rio de Janeiro a segurança virou insegurança. Se você vê um policial você logo fica com medo. É sinal de medo e não deveria ser assim. E polícia na comunidade é sinal de guerra. E a gente sabe que alguma vida nesse dia vai ser tirada. Inocente ou não vai ser tirada” (CAPPELA, 2007).

“Gosto daqui. Quarenta anos num lugar e já criei um vínculo. Meus filhos gostam daqui. Eles só se assustam quando tem operação. Se tivesse uma solução de continuar todo mundo na comunidade na paz era a melhor coisa” (CAPPELA, 2007).

“A sociedade fora, a zona sul, é diferente. Eles têm uma visão que a polícia tem que entrar mesmo, tem que matar mesmo, tem que exterminar com tudo que tá aqui dentro. Só o que acontece é que as pessoas não vêem que dentro de uma comunidade como essa tem morador que trabalha, tem criança que estuda..”. (CAPPELA, 2007).

“A nossa vida fica interrompida: você quer trabalhar, a criança quer ir pra escola estudar, que é o direito dela, e esse direito é podado. Ele é molestado. Eu acho que estas investidas ‘violenta’ deveria ser proibida porque qual o resultado que teve? Mortes e mortes. Não muda em nada. As crianças vêem o ‘caveirão’ como um monstro. Como um bicho que vai atacar a qualquer momento. A gente sabe que eles usam pra se proteger, mas enquanto a população que ‘tá’ lá fora se protege?” (CAPPELA, 2007).

“Tem que ser guerreira pra lidar dentro de uma comunidade onde a violência é grande e o retorno da sociedade é pequeno. Onde tudo poderia ser diferente se tivesse uma educação melhor, se a gente tivesse projeto pra os jovens, pro adolescente, pras crianças. Um lugar onde quase não tem creche pra uma mãe que trabalha fora” (CAPPELA, 2007)..

Renata é moradora do Complexo do Alemão e conta como a polícia invadiu sua casa no dia da Mega Operação: *“Na zona sul tem que ter mandato. Aqui não. Dentro de uma comunidade não tem lei. Porque não tem lei? Nós não pagamos impostos, nos não somos cidadãos...” (CAPPELA, 2007).*

A mãe de Renata, Dona Jacira, começou a passar mal no momento em que os policiais estavam revistando sua casa. Um policial bateu nas costas de Dona Jacira e disse: *“passa mal não tia, passa mal não... porque hoje aqui nem o SAMU⁷⁵ pode entrar” (CAPPELA, 2007).*

Segundo **Jacira**, *“ele (o policial)... acho que ficou com raiva, e aí começou a xingar. Até antes ele não tinha xingado não. Mas eu fui e fiquei nervosa e comecei a chorar. (O policial) Não gostou porque eu chorei. Meus filhos não xingam palavrão dentro da minha casa, nenhum deles. Por causa de que ... um policial vêm xingar dentro de minha casa? Eu fiquei tão apavorada que eu queria até ir embora daqui... se mudar.... só não me mudei porque não tinha condições de pagar uma casa na rua” (CAPPELA, 2007).*

No dia três de dezembro de 2009, o documentário “Elas da favela”, dirigido por Dafne Capella, e produzido pelo mandato do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ), foi exibido no quinto andar do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), Universidade Federal Fluminense (UFF).

O documentário retrata, a partir do ponto de vista de mulheres moradoras do Complexo do Alemão, o que representa para a comunidade uma mega operação policial, como aquela ocorrida em junho de 2007.

De fato, as falas das moradoras do Alemão representam a descrição desconcertante de alguns dos efeitos que uma operação da polícia pode provocar numa comunidade. São casas arrombadas, paredes perfuradas por balas, pessoas intimidadas. São móveis quebrados, lágrimas nos olhos, corpos ensangüentados e o medo e a insegurança.

⁷⁵ O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) tem por finalidade prestar o socorro à população em casos de emergência.

Quando a exceção se torna regra e os direitos dos cidadãos suspensos, as vidas se tornam matáveis e as violações aos direitos humanos deixam de ser puníveis. Neste caso, em que é instaurado um “Estado de exceção” (AGAMBEN, 2007a), as vidas dos moradores do Complexo do Alemão são como um “homo sacer”, isto é, uma vida que, despedida de sua humanidade, pode ser exterminada impunemente.

Após a exibição do filme houve um debate que contou com a participação da antropóloga Adriana Facina (professora do departamento de História da UFF), do jornalista e historiador Rafael Fortes (Autor do livro: “Segurança pública, direitos humanos e violência”), do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ) e da doutoranda em antropologia Sabrina Souza e Silva (professora de Sociologia do Ciep Theóphilo de Souza Pinto, Favela Nova Brasília, Complexo do Alemão).

Ao final de sua fala, Sabrina convidou a platéia a visitar, em sua companhia, a escola onde trabalhava, no Complexo do Alemão. Eu aceitei o convite e no dia 9 de dezembro de 2008, fui à Favela Nova Brasília.

3.2 Cena II: “O morro sorri, mas chora por dentro”⁷⁶: As duas chacinhas da Favela Nova Brasília.

A Favela Nova Brasília é uma das 13 comunidades que fazem parte do Conjunto de Favelas do Complexo do Alemão, Zona Norte, Rio de Janeiro. Foi em uma de suas ruas estreitas que o chamado “novo Caveirão” da Polícia Militar, em 2008, enguiçou após ser alvejado por granadas jogadas por soldados do varejo do tráfico local.

Segundo matéria do Globo Online (RÊGO, 2008), oitenta policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) entraram na Favela Nova Brasília em setembro de 2008 com o objetivo de encontrar o corpo do traficante Antônio José Ferreira, conhecido como “Tota”. Este teria sido, segundo investigações da polícia civil, morto a mando dos chefes de sua facção, isto é, o Comando Vermelho.

Um dos motivos da morte de “Tota” seria:

⁷⁶ Referência à canção “Favelado” (Zé Kéti).

“(...) o seqüestro de três operários chineses e do vice-cônsul do Vietnã, Vu Thanh Nam, ocorrido na Estrada das Paineiras, em agosto . Segundo as investigações, a quadrilha de Tota errou ao praticar o crime, pois a ordem era seqüestrar turistas estrangeiros que pudessem ser usados como moeda de troca, para exigir o retorno dos chefes da facção para presídios do Rio. Além disso, o bando teria perdido em operações policiais grande quantidade de drogas e armas” (RÊGO, 2008) .

Ainda segundo a reportagem,

“Os serviços de inteligência das polícias Civil e Militar citam ainda como causa da morte de Tota a execução de uma mulher que era querida entre os chefes de sua facção criminosa, mas que Tota acreditaria ser uma traidora. Tota também teria, de acordo com a polícia, dado uma surra num traficante conhecido como Mike, da Vila Cruzeiro, e não estava aceitando passar o comando do tráfico no Complexo do Alemão para Luciano Pezão (acusado de ter assassinado Tota). Tal comportamento, ainda de acordo com investigações da polícia, estavam desagradando à facção criminosa, que mandou executá-lo”.

Entre os acusados de encomendar a morte do Tota, estavam os nomes de Fernandinho Beira Mar e Marcinho VP, ambos presos em penitenciárias federais; respectivamente Catanduvas (PR) e Campo Grande (MS).

Ao entrar na Favela Nova Brasília uma das primeiras coisas que Sabrina me disse foi: “aqui o ‘novo caveirão’ foi atacado”. No momento, eu me perguntava como era possível que numa rua tão estreita, repleta de casas e pequenas lojas umas tão próximas das outras era possível que um batalhão de oitenta homens, mais um “super caveirão” entrasse ali.

De fato, pelo que pude ver pelos espaços que andei ou me locomovi de ônibus ou Kombi, o Complexo do Alemão destoa da imagem pintada pela grande mídia. Na verdade, trata-se de um bairro de subúrbio, com uma população enorme e diversificada. A única coisa que o diferencia dos demais bairros suburbanos que já visitei no Rio é a presença dos “soldados” do comércio local de drogas ilícitas⁷⁷ e a presença da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP). Como cantou Cartola, referindo-se a sua Mangueira, mas aqui

⁷⁷ De acordo com Batista (2008, p.7), o comércio de drogas ilícitas é “o maior vetor de criminalização dos novos tempos.”

podemos usar referindo-nos ao Alemão: “habitada por gente simples e tão pobre / que só tem o sol que a todos cobrem⁷⁸”.

De acordo do Sabrina, a população das comunidades não se reconhecem como moradoras do Complexo do Alemão, mas sim da comunidade específica que as mesmas moram. Por exemplo, uma pessoa que mora na Favela Nova Brasília, se reconhece como moradora da mesma. Quando falamos em “Complexo do Alemão” estamos nos referindo há uma multiplicidade de comunidades, locais e pessoas que vivem naquela região. Não se trata, assim, de algo homogêneo ou mesmo com fronteiras muito bem delimitadas. Ao entrar no Complexo é muito difícil saber onde começa e termina o mesmo, bem como, separar o Complexo do Alemão dos bairros que o cercam.

Segundo WACQUANT (2008, p. 84),

“As *favelas* das metrópoles brasileiras são freqüentemente focos segregados de desolação e desorganização, mas, quando observadas, revelam-se bairros operários dotada de uma rede finamente estratificada de elos tanto com a indústria quanto com os bairros ricos, aos quais fornecem mão de obra para serviços domésticos. Como nos *ranchos* na Venezuela e nas *poblaciones* do Chile, as famílias que vivem nessas áreas de habitação informal cobrem toda a gama de categorias de ‘cor’ e têm laços genealógicos fortes com as famílias mais abastadas; elas são ‘não social e culturalmente marginalizadas, mas estigmatizadas e excluídas de um sistema de classes fechado”.

Ao pesquisar no indexador “Google imagens” por “Complexo do Alemão” apareceram aproximadamente 116.000 resultados (0,18 segundos). Um número significativo de imagens refere-se à violência. Há muitas imagens (terríveis) de homens mortos, baleados, com os corpos ensangüentados ou mesmo dilacerados jogados no chão – na grande maioria negros. Há fotos de operações policiais; fotos do Caveirão; fotos de drogas apreendidas pela PM. Há Fotos de crianças e mulheres amedrontados, tentando se esconder enquanto policiais aparecem com armas nas mãos.

Há, também, em quantidade flagrantemente inferior as fotos que estampam situações de violência ou relacionadas a mesma, fotos do Lula – que visitou o Complexo do Alemão algumas vezes desde 2007. Há fotos da Funkeira “Valesca popozuda”, integrante do grupo

⁷⁸ Referência à canção “Sala de recepção” (Cartola).

“Gaiola das popozudas”, que fez uma sessão de fotos, vestida de lingerie de oncinha e salto alto, no Complexo do Alemão.

Pelas imagens contidas na internet, temos a impressão que o Complexo do Alemão tem por sobrenome “violência” e que seus moradores vivem imersos numa guerra sem fim na qual todos os dias alguém é baleado – seja pela polícia ou pelo varejo de tráfico local.

Todavia, o Complexo do Alemão pertence a uma região do Rio de Janeiro que já foi um grande pólo industrial, mas que hoje, por uma série de fatores, tornou-se um espaço marcado pelo varejo do tráfico local de drogas e pela violência. Porém, o Complexo do Alemão é mais do que isso. O mesmo não é, como os discursos do governo e de veículos de comunicação da grande mídia pintam, a fonte de grande parte dos problemas da criminalidade no Rio de Janeiro. O Complexo do Alemão é um bairro suburbano no qual seus moradores têm de conviver com a rede de comércio drogas, por um lado, e com as investidas da polícia, por outro. Além da perversidade dos discursos midiáticos construindo e reforçando a imagem da região como lócus do mal.

Na tarde do dia 9 de dezembro, as ruas da Nova Brasília, estavam repletas de pessoas – um verdadeiro formigueiro humano. Quando desci do ônibus fui “apresentando” aos soldados armados da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) que ficavam de guarda na avenida principal que corta a favela. Todos fortemente armados com fuzis, metralhadoras, pistolas, granadas. Todos devidamente trajando suas fardas e ostentando um ar de poucos amigos. Estaria eu entrando no cenário de um filme de guerra? Seriam todas aquelas pessoas personagens de uma superprodução cinematográfica?

Quase ao mesmo tempo, vi operários trabalhando e Sabrina (a professora com quem fui ao Alemão) me falou: “agora você foi apresentando as obras do PAC”. Poucos metros depois de encontrar os soldados da FNSP, passei por um grupo de jovens que estavam num bar. Mais tarde, ao sair da escola, cruzei novamente com aqueles e um deles gritou para mim: “pode chegar choque!”.

Continuei andando em companhia da Sabrina e de outra professora. Ao chegarmos ao ponto de ônibus, descobri que os homens que estavam no bar eram soldados do tráfico local e onde passei distraído, era uma boca, isto é, um local de venda de drogas. O “pode chegar choque” era uma espécie de: “pode chegar mais meu freguês”. Todos segundo Sabrina estavam armados – uns, inclusive, carregando duas armas – com pistolas, metralhadoras e até

fuzis. Passei duas vezes por eles, e não vi nada. Como detesto armas, não lamentei minha distração.

Ao chegar ao Ciep Theóphilo de Souza Pinto, fui com Sabrina para sala dos professores. Naquele horário não havia aulas na escola. Apresentado a diretora da instituição, a mesma se apressou em me dizer que a Favela Nova Brasília era um lugar “tranquilo” e que a Favela Vila do Cruzeiro (também incluída na região que compreende o Complexo do Alemão) era onde costumavam ocorrer confrontos entre policiais e traficantes. Depois, voltando para casa, lembrei do assassinato de “Tota” e da quebra do “novo Caveirão” e me perguntei se seria aquela a “tranqüilidade” que a diretora se referia.

A diretora saiu e continuei conversando com os professores do Ciep. Segundo um deles, muitas vezes, quando está prestes a ocorrer um confronto entre policiais e traficantes, estes entram em contato com a escola e avisam do perigo iminente. Assim, as aulas são suspensas e os professores, alunos e funcionários deixam a escola ou nem sequer vão até a mesma – no pior, ficam na própria escola esperando o confronto terminar.

Dois professores comentaram que uma vez o Caveirão entrou na Favela e passando em frente a escola um aluno resolveu abrir uma janela e olhar a operação do BOPE. Como resultado levou um tiro! Uma professora comentou que a culpa foi dele, afinal, quem mandou não ficar quieto e inventar de abrir a janela! Uma professora me confidenciou que há professores que torcem para que haja confronto na Favela, pois assim as aulas são suspensas e eles não precisam ir trabalhar!

No dia seguinte de minha visita a Nova Brasília, entrei na internet e pesquisei por “Favela Nova Brasília” no pesquisador do Google. Em 0,45 segundos o indexador encontrou aproximadamente 512.000 resultados para minha pesquisa. Dos sites que abri e dos textos que li, a maioria falava sobre violência, tráfico de drogas, polícia e mortes.

Na pesquisa que fiz uma questão, em especial, chamou minha atenção. Segundo documentos que tive acesso, houve, nos anos de 1994 e 1995, duas chacinas na favela Nova Brasília. Ambas, foram ocasionadas por operações policiais nesta comunidade.

Em 18 de outubro de 1994, 13 pessoas morreram durante uma invasão da Polícia Civil à favela Nova Brasília, sendo que destas “dez com tiros na cabeça” (RODRIGUES, FOLHA

DE SÃO PAULO, 2010). Das 13, três tinham passagens pela polícia. Segundo Rodrigues (2010), a tragédia ficou conhecida como a “chacina da Nova Brasília”.

De acordo com o Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (ANEXO I),

No dia 15 de outubro de 1994, supostos traficantes da Favela Nova Brasília dispararam vários tiros contra a 21.^a Delegacia de Polícia de Bonsucesso ferindo três policiais. Em 18 de outubro, sob alegação de cumprir 104 mandados de prisão temporária, 110 policiais civis da Divisão de Repressão a Entorpecentes, da 21.^a Delegacia e de outras unidades da polícia civil, entraram na favela por volta das cinco horas da manhã. Catorze pessoas foram mortas durante a operação. A Comissão Especial, nomeada pelo próprio Governador do Estado para investigar o caso, concluiu que pelo menos algumas das pessoas que morreram nessa operação foram executadas pelos policiais. Uma das vítimas – Evandro de Oliveira – morreu baleado nos dois olhos. Outra vítima recebeu sete tiros na nuca e outra dois tiros na cabeça. O Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL e a Human Rights Watch/Americas apresentaram denúncia contra o governo brasileiro na Comissão Interamericana da OEA em julho de 1996 (Caso 11 .694)”.

Em 8 de maio de 1995, menos de um ano após a chacina, a favela Nova Brasília voltou a ser palco de um novo massacre. Desta vez, a operação foi realizada pelos policiais da Delegacia de Repressão a Roubos e Furtos contra Estabelecimentos Financeiros. Segundo Rodrigues (2010), “A maioria das vítimas apresentava perfurações no tórax e na cabeça e tinha idade variando de 17 a 21 anos”.

Ainda de acordo com o Primeiro Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (ANEXO I),

“Em 8 de maio de 1995, policiais civis em uma operação na Favela Nova Brasília, com a finalidade de prender um traficante de drogas e apreender armamentos que, conforme denúncia anônima, chegariam pela manhã, terminaram por matar pelo menos 13 pessoas. A remoção dos corpos do local, impediu a realização de perícia. O Centro pela Justiça e o Direito Internacional -CEJIL e a Human Rights Watch/Americas apresentaram denúncia contra o governo

brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em novembro de 1995 (Caso n.º 11.556)”.

Segundo o Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1998, ANEXO J), em novembro de 1995, a referida Comissão recebeu uma denúncia do Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL),

“(…) alegando a violação de direitos protegidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (daqui por diante, a Convenção) por parte da República Federativa do Brasil (daqui por diante o Estado, o Estado brasileiro ou o Brasil) em prejuízo de Cosme Rosa Genoveva e outras 13 pessoas cujos cadáveres não foram identificados; mortos na favela Nova Brasília, Rio de Janeiro, durante uma operação da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro em 8 de maio de 1995, alegando a violação do direito à vida (Artigo 4) em conjunção com a obrigação de garantir e respeitar os direitos protegidos (Art.1(1)) na Convenção Americana sobre Direitos Humanos por parte da República Federativa do Brasil. O Estado sustentou que os agentes policiais atuaram em cumprimento de seu dever e que ainda não tinham sido esgotados os recursos internos”.

Sobre as alegações do peticionário do processo:

“(…) alega que em 8 de maio de 1995, policiais civis do Estado do Rio de Janeiro entraram na Favela Nova Brasília a fim de prender traficantes de drogas e armas. Isto gerou um confronto armado entre policiais e traficantes, em consequência do qual ocorreram várias mortes. Três alegados traficantes morreram perto do local da operação policial, outro morreu atingido por uma bala disparada de um helicóptero da polícia e outros dois morreram nos becos da favela. Oito pessoas se refugiaram em uma casa e teriam gritado que se rendiam, mas os policiais invadiram a casa e os mataram”.

“Alega que a investigação policial foi instaurada no mesmo dia 8 de maio e que, tendo transcorrido cinco meses, não tinha sido concluída. Em conformidade com a legislação brasileira, o prazo para se completar esta investigação é de 30 dias, salvo nos casos de difícil elucidação que podem ser prorrogados por ordem judicial, prorrogação que não existiu neste caso. Alega que não se realizaram

exames balísticos no local dos fatos e que existem contradições entre as testemunhas, e que testemunhas oculares não foram interrogadas sobre o que sabiam dos fatos, além de outras presuntas irregularidades na investigação. E que a Promotora responsável pelo caso lhe comunicou que está de acordo com a versão policial que sustenta que os policiais dispararam em legítima defesa”.

“Alega que houve atraso injustificado nas investigações, uma vez que transcorreram cinco meses desde os acontecimentos sem que a investigação policial tenha sido completada. Conseqüentemente, o peticionário solicitou que a Comissão declare que a República Federativa do Brasil violou o artigo 4 da Convenção Americana, em concordância com o seu artigo 1(1). Solicita, além disso, que o Estado indenize os familiares; e que investigue adequadamente, julgue e puna os responsáveis; e que adote medidas para impedir a recorrência deste tipo de fatos”.

Sobre a posição do Estado:

“Como resposta, o Estado informou na audiência sobre o caso que as mortes tinham ocorrido devido a uma disputa entre grupos rivais de traficantes; e afirmou que o Ministério Público estava tomando as medidas necessárias e que a Promotoria Pública também estava reunindo provas para impedir a impunidade dos eventuais responsáveis. Observou que os fatos estavam sendo investigados e considera que, enquanto não prescrever a possibilidade de ação penal, não estarão esgotados os recursos internos, pois teoricamente, se surgirem fatos novos com validade suficiente para invalidar as provas ou prevalecer sobre, a causa poderá ser reaberta”.

Um mês após a primeira chacina na favela Nova Brasília, isto é, em 18 de outubro de 1994, foi iniciada a chamada “operação Rio”. Na ocasião, as Forças Armadas tomaram as ruas da cidade do Rio de Janeiro tendo por objetivo o “combate à criminalidade” (RODRIGUES, 2001). Podemos perceber que, a partir da leitura dos relatos tirados dos documentos acima, apesar de mais de uma década separar as chacinas da Nova Brasília da Chacina do Pan, a prática policial de exterminar moradores pobres utilizando, para tanto, a rubrica de “traficantes” continua muito atual.

Tanto nas duas chacinas da Nova Brasília como na Chacina do Pan em 2007, a polícia matou supostos criminosos e, apesar de denúncias e fortes evidências apontarem para a ação de execução em muitas das mortes, não houve indiciamento, muito menos prisão ou julgamento dos policiais envolvidos nos extermínios. Cabe nos questionarmos: Será que os policiais, em serviço, fazem uma operação numa favela, violentam e executam pessoas e saem impunemente por acaso? Será que eles não estão cumprindo ordens de superiores? Será que a Secretaria de Segurança Pública não sabe do comportamento letal de seus funcionários? Será que a mesma não é a mandante de tais extermínios? Será que o próprio secretário de segurança pública e o governador não são coniventes com o extermínio dos pobres?

Não temos, em nossa pesquisa, a resposta para estas questões. As mesmas não fazem parte de nosso projeto de pesquisa, mas, com as investigações que fizemos, elas surgiram como indicadores da complexidade que a questão das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro implica. No entanto, a partir do material que levantamos sobre a Chacina do Pan e o pouco, porém significativo material que conseguimos encontrar sobre as chacinas da Favela Nova Brasília, temos algumas pistas. Estas, contudo, são insuficientes para afirmarmos algo sobre as questões acima. Pistas que continuaram a serem seguidas, apesar do fim formal desta pesquisa.

3.3 Cena III: “Tropa de Elite osso duro de roer⁷⁹”: Soberania, disciplina e biopoder

Nesta etapa de nosso trabalho, discutiremos alguns dos principais conceitos usados em nossa pesquisa. Começaremos com a obra de Michel Foucault. A caixa de ferramentas de deste autor é constituída por diferentes métodos que se complementam e se atravessam: a arqueologia, a genealogia e, por fim, a analítica. A primeira volta-se para o estudo das condições de possibilidade para a emergência de certos discursos em determinadas épocas históricas; a segunda “ferramenta” refere-se a pesquisa sobre a emergência e os efeitos de determinadas relações de poder que atravessam as sociedades, os corpos e subjetividades; a terceira, e última, trata da investigação das práticas de si. Em nossa pesquisa, discutiremos as duas primeiras “ferramentas” de Foucault.

⁷⁹ Referência à canção “Tropa de Elite”(Egypcio, Pg, Román, Baía, Leo, Jonny).

3.3.1 A Sociedade de Soberania.

Na sociedade chamada de Soberania o exercício de poder girava em torno da figura do rei ou do príncipe. Na teoria do direito soberano, a mecânica do poder se efetivava numa relação de forças assimétricas: de um lado o soberano e de outro os súditos. O poder de soberania estava baseado no direito de “fazer morrer ou deixar viver” e se representava pelo gládio, ou seja, a espada.

A vida ou a morte dos súditos era apenas um efeito do desdobramento do exercício deste poder e da vontade soberana. Ou seja, “o poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2003, p. 128).

No contexto da sociedade de soberania, todo crime era percebido como um ataque à própria pessoa do soberano. A punição, desta forma, não se limitava à ofensa cometida pelo criminoso, mas devia ir além, para que nesse excesso do ato de punir, o poder soberano pudesse ser visto e temido pelos seus servos. Assim, não havia proporcionalidade entre o crime e a punição que era imposta ao seu transgressor. O castigo devia ser sempre mais brutal do que o ato cometido e servir como um exemplo a não ser seguido pelos demais súditos.

O ápice do exercício do poder soberano se dava nos rituais de suplício, isto é, rituais de martírio público do corpo dos condenados pelo soberano. Nestes, todos àqueles que, de alguma forma, ameaçavam a instituição soberania eram, em demasia, castigados. Eram nestes rituais que o poder de gládio (poder de fazer morrer) se ostentava, mostrando a todos os súditos a sua força. Nos mesmos, aparecia a brutalidade das ações do poder sobrenado, a letalidade de suas punições, bem como, a irracionalidade de suas dimensões e o excesso de sua fúria.

No Antigo Regime o corpo do rei não era uma “metáfora política” (FOUCAULT, 1999b, p.45). A sua presença física era indispensável ao funcionamento dos mecanismos de poder que tomavam os corpos dos súditos, assim como, a apropriação de bens e riquezas como alvos de seu exercício. Era, sobretudo, sobre o corpo dos condenados que toda a

brutalidade e violência características a este exercício de poder se faziam sentir. Como nos escreve Foucault em alguns trechos de *Vigiar e Punir*:

“[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado em uma carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Gèvre, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento” (2004, p.9).

Um ritual metódico e calculado:

“O senhor Lê Breton, escrivão, aproximou-se diversas vezes do paciente para lhe perguntar se tinha algo a dizer. Disse que não; nem é preciso dizer que ele gritava, com cada tortura, da forma como costumávamos ver representados os condenados: ‘Perdão, meu Deus! Perdão, Senhor’. Apesar de todos esses sofrimentos referidos acima, ele levantava de vez em quando a cabeça e se olhava com destemor. As cordas tão apertadas pelos homens que puxavam as extremidades faziam-no sofrer dores inexprimíveis. O senhor Lê Breton aproximou-se outra vez dele e perguntou-lhe se não queria dizer nada; disse que não. Achearam-se vários confessores e lhe falaram demoradamente; beijava conformado o cruxifixo que lhe apresentavam; estendia os lábios e dizia sempre: ‘perdão, Senhor’ (2004, p. 10).

“Os cavalos deram uma arrancada, puxando em cada qual um membro em linha reta, cada cavalo segurado por um carrasco. Um quarto de hora mais tarde, a mesma cerimônia, e enfim, após várias tentativas, foi necessário fazer os cavalos puxar da seguinte: os do braço direito à cabeça, os das coxas voltando para o lado dos braços, fazendo-lhe romper os braços nas juntas. Esses arranjos foram repetidos várias vezes, sem resultado. Ele levantava a cabeça e se olhava. Foi necessário colocar dois cavalos, diante dos atrelados

às coxas, totalizando seis cavalos. Mas sem resultado algum” (2004, p.9-10).

Por fim:

“Depois de duas ou três tentativas, o carrasco Samson e o que lhe havia atenezado tiraram cada qual do bolso uma faca e lhe cortaram as coxas na junção com o tronco do corpo; os quatro cavalos, colocando toda a força, levaram-lhe as duas coxas de arrasto, isto é: a do lado direito por primeiro, e depois a outra; a seguir fizeram o mesmo com os braços, com as espáduas, as axilas e as quatro partes; foi preciso cortar as carnes até os ossos; os cavalos, puxando com toda a força, arrebentaram -lhe o braço direito primeiro e depois o outro” (2004, p. 10).

“Uma vez retiradas essas quatro partes, desceram os confessores para lhe falar; mas o carrasco informou-lhes que ele estava morto, embora, na verdade, eu visse que o homem se agitava, mexendo o maxilar interior como se falasse. Um dos carrascos chegou mesmo a dizer pouco depois que, assim que eles levantaram o tronco para o lançar na fogueira preparada no local sito em linha reta do patíbulo, depois o tronco e o resto foram cobertos de achas e gravetos de lenha, e se pôs fogo à palha ajuntada a essa linha” (2004, p. 10).

“Em cumprimento da sentença, tudo foi reduzido a cinzas. O último pedaço encontrado nas brasas só acabou de se consumir às dez e meia da noite. Os pedaços de carne e o tronco permaneceram cerca de quatro horas ardendo. Os oficiais, entre os quais me encontrava eu e meu filho, com alguns arqueiros formados em destacamento, permanecemos no local até mais ou menos onze horas” (2004, p. 10)

A atrocidade expressa no relato acima aconteceu na França no século XVIII, mas, como nos dá testemunho Motta (2006), tais rituais foram comuns também em outros países, como Portugal, em que uma família inteira de nobres, a dos Távora, incluindo os serviçais, foi condenada à pena de suplício. Tomando a liturgia do suplício como um analisador do exercício do poder soberano, o autor descreve um trecho da condenação de um dos membros da família, o José Mascarenhas. Assim foi prescrita a sua punição:

“(…) seja levado à Praça do Cais do lugar de Belém, e que nela, em cada falso alto, que será levantando de sorte que o seu castigo seja visto de todo o povo a quem tanto tem ofendido o escândalo de seu

horrorosíssimo delito, depois de ser rompido vivo, quebrando-se-lhe as oitos canas das pernas e dos braços, seja exposto em uma roda, para satisfação dos presentes e futuros vassallos deste reino: e a que depois de feita esta execução, seja queimado vivo o mesmo réu, com o dito cadafalso em que for justicado, a que tudo pelo fogo seja reduzido a cinza e pó, que serão lançados ao mar, para que dele e de sua memória não haja mais notícia (...) (MOTTA, 2006, p. XVIII)”

Não obstante a crueldade expressa em ambos os suplícios, a nossa história guarda em suas linhas, rasuradas e distorcidas, o ritual de suplício o qual foi exposto Joaquim José da Silva Xavier – o “Tira Dentes” –, condenado a morte por sua participação no movimento da Inconfidência Mineira (1789). Após a forca, a sua cabeça fora decepada, seu corpo esquartejado e colocado em exposição em diferentes cidades de Minas Gerais. Além do suplício de seu corpo, os membros de sua família foram declarados infames e seus bens confiscados. Assim é narrado o acontecimento:

“Portanto condenam o réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, (...), a que com baraço e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao seu lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto seja cortada a cabeça e levada à Vila Rica, aonde no lugar mais público dela seja pregada em um posto alto até que o tempo a consuma; o seu corpo será dividido e, quatro quartos e pregados em postes pelos caminhos de Minas (...). Declaram ao réu infame, e infames os seus filhos e netos, tendo-os, e seus bens aplicam para o fisco e câmara real, (...), e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, e que nunca mais no chão se edifique, (...), e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável réu” (MATTOS, 2006, p.XXIV).

Podemos, então, depreender da leitura dos trechos dos suplícios acima relatados, a racionalidade dos mecanismos do poder soberano, bem como, a crueldade e violência desses rituais que eram o ponto máximo do exercício do poder de soberania – a vingança do rei em se sentir lesado pela infração cometida pelo condenado. Aos súditos era preciso não apenas aceitar tal poder, mas, sobretudo, reconhecer a sua legitimidade. Desse modo, aqueles que obedeciam cegamente aos imperativos desse poder, e buscavam levar as suas vidas sem, contudo, coligar contra a ferocidade do mesmo, perpetuavam a sua lógica; aqueles, todavia, que opunham resistência a este poder, se tornavam alvos fáceis de sua repressão.

Contudo, cabe frisar que o poder de soberania, em suas diferentes formas de expressão e violência, não teve fim com a chamada sociedade monárquica. O que aconteceu é que outras relações de força, outros personagens e cenários atravessaram suas dinâmicas e produziram, por consequência, outros diagramas de poder.

De maneira perspicaz, Eduardo Galeano (2005), exemplifica como as relações de poder de soberania continuaram (e continuam) presentes em diferentes práticas em nossa sociedade em pleno início do século XX:

“Michael Taussig estudou a cultura do terror que a civilização capitalista aplicava na selva amazônica no começo do século XX. A tortura não era um método para arrancar informações, mas uma cerimônia de confirmação do poder. Num longo e solene ritual, os índios rebeldes tinham suas línguas cortadas e depois eram torturados, para que falassem” (2005, p. 140).

3.3.2 A sociedade disciplinar

De acordo com Michel Foucault (2003, 2005), a partir da época clássica, nasce no Ocidente um novo tipo de poder. Trata-se da invenção de uma mecânica de poder que é bastante distinta daquela da soberania e que se caracteriza, agora, muito mais pela produção, majoração, fortalecimento das forças produtivas dos corpos do que por sua subtração e diminuição. Entre em cena, uma “microfísica do poder” (MACHADO, 1999) que se exerce de modo capilar por todo o corpo social.

Esta nova tecnologia de poder que emerge na aurora do século XVIII-XIX “é uma das grandes invenções da sociedade burguesa” (FOUCAULT, 1999b, 188). Instrumento fundamental na constituição do sistema de produção capitalista, essa mudança no exercício de poder esteve ligada a inúmeras e múltiplas “decalagens” que, se por um lado, possibilitaram um novo investimento micropolítico da sociedade, por outro, expulsou de suas paisagens cotidianas a figura do rei e de sua corte.

Momento, então, da invenção de um poder que “encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (FOUCAULT, 1999a, 130-1). Poder que tem como seu

principal dispositivo as disciplinas, daí o nome “Sociedade Disciplinar”. Distinguido o poder de soberania do poder disciplinar Foucault escreve:

“Este novo mecanismo de poder apoiá-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e em seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apóia no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina”. (2003, p.187-8)

Essa transformação dos mecanismos de poder no limiar da época moderna não ocorre a partir de uma grande ruptura que, de um só e eficaz golpe, tenha banido para a poeira da história o poder de soberania. Trata-se, isto sim, de modulações que vão ocorrendo na sociedade; de uma nova rede de relações de força que vão se constituindo; da explosão de mecanismos e estratégias sutis. Como escreve Foucault (2004, p. 120) de “pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, (...), são eles entretanto que levaram à mutação do regime punitivo (...)”.

Assim sendo, não há um local específico que se possa apontar como desencadeador das transformações, muito menos, se encontrar um sujeito disparador dessas mudanças. Pelo contrário, Foucault (1999c) preocupa-se em expulsar da cena de suas pesquisas a figura do sujeito constituinte. Pois para ele, este deve ser pensado dentro de uma trama histórica que o constitui e não o inverso.

Na verdade, para Foucault, trata-se de pensar a história a partir da perspectiva das guerras e das batalhas; das relações de poder que vão sendo travadas; dos discursos que emergem e os que são silenciados. Para o autor (1999d, p. 5), “a história não tem ‘sentido’, não quer dizer que ela seja absurda e incoerente. Ao contrário, (...) deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.”

Neste sentido, o papel da genealogia, para Foucault (2005), é o de promover a insurreição dos saberes que são, convenientes e estrategicamente, sujeitados. É fazer aparecer na trama da história as lutas, os combates, os micropoderes que determinam a emergência de certos discursos e o silêncio de outros. Tais poderes produzem determinados domínios de objetos e determinadas subjetividades. A questão para Foucault é “Des-sujeitar” os saberes históricos para que, assim, eles sejam capazes de fazer oposição e luta contra os efeitos de poder de um discurso unitário, centralizador e uniforme, isto é, do discurso científico. Assim, a genealogia visa à utilização desses saberes históricos nas táticas atuais.

Desse modo, com o desenvolvimento do capitalismo, o ritmo acelerado da industrialização e a conseqüente explosão populacional nos centros urbanos, o poder de soberania se tornara ineficiente para reger esta nova organização social que acabava de nascer. Então, uma nova forma de controle social se fez necessário. Na verdade, segundo Foucault (2005), foi preciso que o poder se reorganizasse em torno de duas acomodações: a) uma acomodação voltada para a recuperação do detalhe, a um investimento individualizante do corpo feito pelos mecanismos de poder, preocupados com o seu treinamento e vigilância; b) uma segunda acomodação, mais complexa do que esta primeira e que se deu sobre os fenômenos globais da população; seus processos biológicos.

Este poder sobre a vida, que se desenvolve a partir do século XVIII, tem duas formas principais que não se contrapõem, mas se completam e surgem com certa defasagem histórica: A) uma anátomo-política do corpo humano, caracterizada pelas disciplinas e centrada no corpo máquina: “no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistema de controles eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 2003, p.131); B) uma biopolítica da população, centrada no corpo espécie: “no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar” (FOUCAULT, 2003, p. 131).

As disciplinas do corpo, por um lado, e as regulações das populações, por outro, caracterizam a emergência de um poder que não está mais interessado na morte, mas na vida; em sua qualificação e majoração. Como escreve Foucault (2003, p.131), “os dois pólos sobre os quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.”

Disciplinas e capitalismo andam de mãos dadas pelos caminhos da história da sociedade ocidental moderna. Ao invés de se anularem, eles se apóiam, se complementam e convergem para estratégias e interesses comuns. Assim, não é de se estranhar que os desenvolvimentos das disciplinas – que tomam conta de todo o corpo social e se interessam pelo adestramento dos corpos individuais– coincida com o desenvolvimento do capitalismo industrial no século XVIII. De acordo com Kolker (2002), se referindo ao trabalho de Rusche e Kirchheimer, “Punição e estrutura social”, há uma ligação flagrante entre as tecnologias de punição social e os sistemas políticos-econômicos vigentes. Tanto que:

“A escravidão como punição esteve par a par com a economia escravista; as fianças e as indenizações nasceram com a economia monetária; os suplícios e a pena capital foram as penas preferenciais no período feudal, atingindo apenas aos estratos mais pobres da população; o trabalho nas galés serviu para satisfazer a necessidade de remadores; o banimento e a deportação estiveram associados ao processo de exploração colonial e a prisão com o seu trabalho forçado esteve intimamente ligada com à emergência e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista” (158-159).

No século XVIII, há a invenção de uma nova anatomia política que toma o corpo como alvo e objeto de tecnologias de poder. Trata-se, de esquemas de docilidade que estão implicados na produção de um corpo que seja quanto mais útil ao funcionamento da produção capitalista, mais submisso à aceitação incondicional das regras da mesma.

De acordo com Michel Foucault (2004, p. 118), não foi uma exclusividade da era clássica, a criação de dispositivos que impõem ao corpo um jogo de obrigações, proibições e coerções. Mas, como escreve o autor, “muitas coisas são novas nessas técnicas”. A começar, em primeiro lugar, pela escala do controle: trabalhar o corpo detalhadamente, submetendo-o às forças de uma coerção ininterrupta; mantendo-o ao nível da mecânica dos movimentos, dos gestos, das atitudes. “Poder infinitesimal sobre o corpo ativo”. Em segundo lugar, o objeto do controle: a eficácia e a precisão dos gestos e dos movimentos. “A única cerimônia que importa é a do exercício”. Por fim, a modalidade: “implica uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre o seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos”.

O corpo está mergulhado num campo político. O mesmo é atravessado por forças que o sujeitam, marcando-o e controlando-o. Investimento político do corpo que está, sobretudo, relacionado com a sua colocação no aparelho de produção e de seu aproveitamento enquanto força manipulável e rentável. No entanto, para constituir-se enquanto força útil de trabalho o corpo precisa estar sujeitado a determinados sistemas de coerção e punição que vão, historicamente, sendo construídos para este fim.

Progressivamente o corpo deixa de ser algo natural, e passa a ser o efeito de uma produção que o transforma em corpo-máquina, isto é, corpo manipulável que é atravessado pelas dinâmicas de forças. O corpo, então, constitui-se em alvo do exercício de poder e objeto de um saber. Foucault (2004, p. 117) faz referência ao corpo do soldado como um analisador para pensar a questão do corpo e de seu investimento pelos mecanismos disciplinares. No início do século XVII a figura ideal do soldado era a do sujeito que “(...) leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho (...)”. Depois, na segunda metade do século XVIII, o soldado tornou-se o resultado de uma produção. Como escreve Foucault:

“(...) de uma massa informe, de um corpo inapto, fez a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma correção calculada percorre cada parte do corpo, se assenhora dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’ (2004, p.117).

Os dispositivos disciplinares não foram inventados nos séculos XVII e XVIII, mas são nestes séculos que as disciplinas se transformam em “fórmulas gerais de dominação” (FOUCAULT, 2004, p.118). As disciplinas são um conjunto de procedimentos, técnicas e estratégias, que ao tomarem como alvo e objeto de seu exercício o corpo, submetem-o a uma “política de coerções” que o esquadriha, o desarticula, o recompõe. Duplo mecanismo ao qual os corpos são submetidos: por um lado o aumento de suas potencialidades de produção, por outro, o aniquilamento de sua capacidade de resistência às relações de força que o querem enquanto corpo dócil. Nas palavras de Foucault:

“(...) ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia

resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (2004, Pp.118-9).

Os corpos se encontram sujeitos através do binômio docilidade-utilidade. Os quatro grandes procedimentos disciplinares descritos por Foucault em *Vigiar e Punir* são: a arte das distribuições; controle da atividade; a organização das gêneses; a composição das forças. Ou seja, a distribuição dos indivíduos no espaço; o controle das atividades através do controle do tempo; a capitalização do tempo e, por fim, a articulação dos corpos para a obtenção de um aparelho eficaz.

Tais procedimentos produzem quatro características de individualidade próprias da modernidade: a individualidade disciplinar é celular, enquanto distribuição dos espaços; é orgânica, no que se refere às atividades cifradas; é genética, entendida como acumulação do tempo e, finalmente, é combinatória, no sentido da composição das forças.

Assim, a disciplina produzirá as características de individualidade segundo quatro grandes técnicas. A primeira irá constituir quadros, onde se trata de organizar o múltiplo impondo uma ordem para a distribuição dos indivíduos. Trata-se aqui do “recorte”, que corresponderia a uma individualidade célula. Por outro lado, prescreverá manobras para a economia das atividades e o controle orgânico; estabelecerá táticas para a ordenação espacial dos homens; assim como imporá exercícios para garantir a combinação de forças com os corpos localizados, as atividades codificadas e as aptidões formadas.

Tais características formam parte do corpo que é fabricado na disciplina e sustenta, através da idéia do homem-máquina, o binômio docilidade-utilidade que une o corpo analisável ao corpo manipulável. É um corpo que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado.

A sociedade disciplinar caracteriza-se por um tipo de visibilidade que pode ser expressa no projeto arquitetônico do panóptico de Bentham. Foucault (2006b) se refere ao panóptico como um sonho paranóico. Para o autor, o devaneio de Bentham refere-se ao seu projeto de possibilitar uma vigilância perfeita e completa de todo o corpo social. Trata-se, amiúde, de diluir os pontos, as partes em que o exercício de poder não chega, isto é, de iluminar as faixas de escuridão que estão no social e fazer de todos, sem exceção, alvos dos

mecanismos de poder. Ao invés da escuridão confusa, onde o corpo social escape das redes de poder, uma luminosidade a tudo vê.

No projeto de Bentham, o panóptico representaria o olho que tudo vê. Um dispositivo estratégico de poder que possibilitasse uma nova visibilidade de todo o corpo social. Trata-se de um mecanismo que ao mesmo tempo em que possibilita uma vigilância dos sujeitos, produz um conhecimento sobre os mesmos e uma sujeição. Dupla utilidade então desta vigilância panóptica: vigilância - saber, vigilância -sujeição.

O panóptico não é apenas um projeto arquitetônico, mas uma tecnologia de poder que incide sobre os corpos individuais dos sujeitos. Diferentemente da sociedade de soberania onde o exercício de poder, simbolizado pelo gládio, girava em torno da figura secular do soberano e se exercia de forma dessimétrica sobre o corpo social, nesta sociedade panóptica, o poder se preocupa, sobretudo, em proporcionar um controle sempre mais preciso e eficaz dos corpos. Para tanto, a necessidade estratégica de que as malhas desse poder disciplinar localizem, atinjam, moldem, sujeitem, controlem cada indivíduo, cada corpo, cada gesto, cada comportamento.

Há, segundo Foucault (2004), entre os séculos XVIII-XIX, uma transformação na economia das punições na Europa que pode ser representada pela eliminação dos espetáculos dos suplícios. O castigo passou de uma “arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos”. Ou seja, a punição agora não se dá mais sobre o martírio do corpo do condenado, não se interessando mais por tocá-lo. A punição, “economia dos direitos suspensos”, volta-se sobre o confinamento de sua liberdade – o maior bem de um indivíduo na sociedade liberal.

Tal mudança – do ritual de suplício público e cheio de holofotes ao confinamento obscuro e escondido do condenado – não se dá por acaso, ou por um processo de “humanização” das leis. Na verdade, os diagramas de poder que caracterizam as sociedades chamadas de “soberania”, “disciplina”, “controle” se atravessam, se reforçam e se complementam. Não há uma separação entre eles. De modo que, apesar de nossa atualidade ser marcada pela chamada “sociedade de controle” (DELEUZE, 1992), os dispositivos de poder de soberania e disciplinar estão, também, presentes em seu exercício. Como nos mostra Foucault em suas obras, estas, assim como tantas outras transformações que ocorrem na história, estão ligadas a novas relações de força que vão sendo constituídas.

Assim, uma das razões apontadas por Michel Foucault (2004) para a mudança na economia punitiva, foi, sobretudo, a revolta que o suplício público do corpo do condenado poderia despertar na multidão que assistia os rituais. Que o povo se identificasse com o poder que fazia sangrar e morrer, nenhum problema, mas se o povo passasse a chorar com as lágrimas de dor derramadas pelo infeliz do condenado; a se angustiar pela insistência de seus membros de não serem separados pela força do machado do capataz; tudo isso, e muito mais, podia trazer o povo para o lado do supliciado. O que, aliás, poderia ocasionar levantes e revoltas.

Todavia, trata-se não apenas de modificação do instrumento de punição, mas também da alteração do objeto: do corpo do condenado à sua alma. “Que o castigo fira mais o corpo do que a alma”, prega o princípio de Mably (FOUCAULT, 2004). Não é mais sobre o corpo que o castigo deve recair, mas sobre as disposições, as paixões, os institutos, as inclinações do condenado. Não sobre o que ele é, mas sobre o que ele pode vir a ser.

Como as práticas punitivas que ferem o corpo se tornaram pudicas e perigosas, as entradas dos técnicos no processo de julgamento são a garantia dada pela justiça que o objetivo último da pena não é causar a dor. Pois a pena, dentro desta nova ordem punitiva, deve ter por objetivo a modificação do condenado. Não através da expiação de sua dor, mas do trabalho sobre as suas virtualidades – ou, para usar outra terminologia, produção subjetiva.

Como um desdobramento desta nova tecnologia de poder que incide sobre os corpos – a produzi-los úteis e submissos, isto é, dóceis – mas sem tocá-los, sem diretamente feri-los ou exterminá-los, os juízes “fazem coisas muito diferentes do que julgar”, escreve Foucault (2004, p. 19). Julga-se não o comportamento, a infração cometida, mas, antes, a normalidade do criminoso. A sentença é “uma prescrição técnica para uma normatização possível” (2004, p.19), e o que legitima e justifica este julgamento de normalidade e o projeto de uma normatização do criminoso são, sobretudo, dispositivos como o laudo do psiquiatra ou o do psicólogo; a teoria da degenerescência do criminólogo; o relato pormenorizado do assistente social.

Na era da sobriedade dos mecanismos punitivos, a justiça precisa da neutralidade e da precisão técnica das ciências. E estas, por sua vez, respondem ao chamado daquela, com o seu saber, as suas verdades e a possibilidade de conhecer/transformar o objeto-delinquente.

Se a pena, então, está dissociada de um complemento de dor física, a presença dos técnicos, como os psiquiatras, assistentes sociais e psicólogos, é fundamental para que ninguém duvide da distância que os dispositivos da justiça mantêm do corpo do condenado. Feri-lo, jamais. Agora a dor, o sofrimento físico, o martírio corporal, não é mais o princípio da punição, antes o sinal de seu fracasso:

“O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. (...) Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando um objetivo bem mais ‘elevado’. Por efeito dessa nova retenção, um exercito inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva. (FOUCAULT, 2004, p. 18).

Do corpo a ser disciplinado à população a ser regulada: a outra face deste poder que se exerce sobre a vida dos indivíduos. Pois, depois de feita uma primeira acomodação sobre o detalhe, fabricando-se um corpo manipulável e utilizável, é hora, para esta tecnologia do biopoder, de cuidar da regulamentação dos processos globais de uma população. Enfim, a biopolítica.

De acordo com Michel Foucault (2005), um dos principais fenômenos políticos do qual o século XIX foi palco é a tomada da vida pelos mecanismos de poder. Ou seja, a vida, o biológico, os fenômenos da existência, se transformam em alvo e objeto de uma tecnologia de poder que não se interessa mais, especificamente, pelo corpo individual, mas, sobretudo, pelo corpo social – o corpo espécie.

O final do século XVII e os primeiros anos do século XVIII foram, amiúde, caracterizados por uma transformação dos mecanismos de poder, emergindo dessas novas

configurações um tipo de poder que buscou um investimento detalhado do corpo individual; objetivando adestrá-lo, controlá-lo e vigiá-lo através de dispositivos que pudessem no mesmo processo em que se exercitava e potencializava a sua utilidade, a sua capacidade produtiva, majorava-se a sua submissão.

No entanto, ambos os dispositivos – disciplina e biopolítica –, apesar do anacronismo que marca os seus surgimentos, se complementam. Na verdade, como já explicitado nos primeiros parágrafos deste sub-capítulo, as regulações do segundo emergem da necessidade de complementação, reforço, integração, do primeiro. Tais tecnologias fazem parte de um projeto que tem como pano de fundo às suas invenções a necessidade de um novo tipo de controle do corpo social. Ou seja, trata-se da época do desenvolvimento do capitalismo industrial e da explosão demográfica das cidades.

Aqui, contudo, cabe fazermos uma pequena digressão: como nos informa Kolker (2004), a dissolução da antiga ordem feudal dá início a um processo de migração que vai, em pouco tempo, inchar as cidades e majorar as zonas de pobreza. Aumenta-se, assim, o número de pessoas que, por não se encaixarem na mecânica produtiva da sociedade capitalista, são empurradas para a miséria, a vagabundagem e o mundo do crime. Esta população desempregada vai se tornar alvo de dispositivos de controle que vão sendo forjados a partir do século XIV.

Na aurora do século XVIII, as instituições encarregadas do seqüestro das populações marginalizadas passam por um processo de especialização, no qual se assistirá a emergência de novos atores e papéis sociais, assim como, a produção de novos controles. O paradoxo destas instituições, como é o caso da prisão, é que as mesmas, criadas para gerir os desviantes sociais, concorrerão, como escreve Kolker (2004, p. 165), “para a constituição daqueles que serão os futuros mendigos, vagabundos ou delinqüentes (...)”.

Nesse novo dispositivo de poder que surge no alvorecer do século XVIII como um desdobramento da tecnologia disciplinar, integrando, complementando e modificando esta, trata-se de um novo objeto; de uma nova escala de aplicação; de uma superfície de suporte e de instrumentos diferentes. Não mais o “homem-corpo”, da mecânica do adestramento disciplinar ininterrupto; de sua submissão contínua e funcional; do jogo de sua utilidade-submissão-docilidade. Agora, na biopolítica, entra em cena o “homem-espécie”; atravessado

pelas contingências dos fenômenos da vida e de seu organismo; dos seus processos biológicos.

Trata-se, sobretudo, do surgimento de um novo personagem, a população. Momento da criação de estratégias de regulação que tomam como alvo de suas intervenções os fenômenos da população; buscando atingir efeitos globais de equilíbrio e homeostase; da instalação de mecanismos que dêem conta da multiplicidade aleatória das massas; que possibilitem uma nova forma de controle e regulamentação dos acontecimentos próprios a este novo objeto que aparece e do qual a biopolítica se interessa paulatinamente em suas estratégias. Ou melhor, o dispositivo biopolítico nasce, exatamente, para atender a necessidade de operar, sobre a população, mecanismos reguladores eficazes.

Se, por um lado, as disciplinas se dirigem ao individual, ou melhor, ao corpo individual, por outro lado, as regulações voltam-se para as multiplicidades dos homens. Vemos delinear, desse modo, um poder que é, ao mesmo tempo, individualizante e massificante; que busca obter tanto efeitos individuais quanto coletivos.

De acordo com Michel Foucault (2003, 2005), a manifestação do biopoder aparece concretamente na desqualificação progressiva da morte a partir do século XIX. Diferentemente do antigo poder de soberania que tinha na morte dos súditos o ápice do exercício de seu poder de gládio, esse biopoder, que tem por função a gestão da vida, enxerga a morte tão somente como o momento em que o controle da vida dos indivíduos lhe escapa. Assim, a morte é o momento último desse poder sobre a vida; aquilo que lhe foge. Daí a sua desqualificação, sua retirada de cena. Os holofotes já não estão mais sobre a espetacularização do fausto, mas sobre a comemoração da vida.

As estratégias biopolíticas se interessam pelos acontecimentos que interferem nos processos da vida, como, por exemplo, a natalidade, a mortalidade, a longevidade. Os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de poder dessa biopolítica. Em relação a estes fenômenos que emergem como objeto da biopolítica todo um campo de intervenção vai se constituindo; novos papéis são criados; mecanismos cada vez mais sutis e eficazes são forjados, enfim:

“São esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da

informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população” (FOUCAULT, 2005, p. 291).

Se a sexualidade se torna, no transcorrer do século XIX, um campo político-econômico e médico tão importante é porque ela produz tanto efeitos individualizantes sobre o corpo dos indivíduos e, por isso, se torna alvo dos dispositivos disciplinares; como, por outro lado, ela enseja efeitos coletivos afetando os fenômenos globais da população. Assim, a sexualidade é aquilo que se situa entre os controles das disciplinas e as regulações das estratégias biopolíticas. Como diz Foucault no curso “Em defesa da sociedade”: “a sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” (2005, p.300).

Daí o importante papel da sexualidade entre as preocupações da medicina, ou melhor, dos dispositivos médico-higiênicos. Pois, a indisciplina e a irregularidade da sexualidade gera efeitos danosos tanto individuais como coletivos. É preciso, dessa forma, criar dispositivos para a gestão da sexualidade e, ademais, coube à medicina higiênica este papel.

E foi, não obstante, sustentada sobre a égide da promoção da saúde e do bem-estar dos indivíduos e das populações que os dispositivos higiênicos colonizaram o espaço urbano, bem como, o espaço familiar; fazendo destes os campos de sua intervenção; o alvo e o objeto de seus mecanismos. Como mostra Jurandir Freire Costa (2004), a introdução do poder médico-higiênico-disciplinar no Brasil, ainda na época em que éramos colônia da coroa lusitana, serviu como um dispositivo privilegiado utilizado pelo Estado para desestabilização das famílias coloniais, isto é, para o enfraquecimento do poder patriarcal e a imposição de uma nova lógica de organização social não mais baseada nos saberes e práticas tradicionais da aristocracia.

Desestabilizada as relações de forças características das famílias coloniais, novos personagens surgem e ganham espaço, como a criança e a mulher. Ao mesmo tempo em que se combatia a antiga lógica aristocrática que tinha no poder do pai seu principal alicerce, se criavam as condições para a submissão dessa família a outro tipo de saber-poder, a medicina. Por conseguinte, os membros familiares deviam ter as suas condutas, os seus hábitos e comportamentos, seu corpo remodelados segundo a lógica médica higiênica.

Assim, a sexualidade:

“Representa esse ponto de articulação do disciplinar e do regulamentador, do corpo e da população. E vocês compreendem então porque nessas condições por que e como um saber técnico como a medicina, ou melhor, o conjunto constituído por medicina e higiene, vai ser no século XIX um elemento, não o mais importante, mas aquele cuja importância será considerável dado o vínculo que estabelece entre as influências científicas sobre os processos biológicos e orgânicos (isto é, sobre a população e sobre o corpo) e, ao mesmo tempo, na medida em que a medicina vai ser uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios. A medicina é um saber poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (FOUCAULT, 2005, P. 301-2).

Segundo Foucault (2003, 2005), um dos efeitos principais dessa tecnologia de poder biopolítica, ou melhor, desse biopoder, é a importância dada à norma. As leis sempre se referem ao gládio, isto é, ao direito soberano de morte. Mas numa sociedade em que o poder está envolvido muito mais com a majoração, a medição, o controle, a qualificação dos processos da vida do que com a sua subtração, eliminação. Torna-se imprescindível que as leis exerçam cada vez mais a função de norma. Em outras palavras, que os indivíduos sejam qualificados, esquadrihados, dispostos segundo seu campo de valor e utilidade mais do que serem submetidos à fatalidade da morte.

O biopoder necessita de mecanismos cada vez mais coercitivos e reguladores; dispositivos que possam se expandir sobre o corpo social de forma contínua. O interesse de seus dispositivos não é em praticar a morte, o antigo direito de gládio soberano, mas de qualificar, medir, esquadrihar os vivos em torno da norma.

A importância estratégica da norma é que, de um modo geral, ela é o elemento que vai circular tanto entre os dispositivos disciplinares quanto nas estratégias biopolíticas. Ou seja, a norma é aquilo que se aplica tanto a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se deseje regular. Dupla utilidade: o adestramento dos corpos visando sua utilidade-docilidade; a regulação dos fenômenos aleatórios de uma população.

“A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder (...) no século XIX

incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de um aparte, e das tecnologias de regulamentação, de outra” (FOUCAULT, 2005, p. 302).

3.3.3 O Racismo

Na última aula de seu curso “Em defesa da sociedade”, realizado de janeiro a março do ano de 1976, Foucault discute a questão do racismo de Estado. Como é de seu estilo característico, o autor expõe as peças, os personagens, seleciona as ferramentas, os locais, as épocas. Coloca os pontos em que sua análise se sustentará e àqueles sobre os quais ela tentará dissolver. No recorte que operamos aqui, em nosso trabalho, interessa-nos, sobretudo a tese sustentada por Foucault em sua última aula daquele ano, qual seja: o racismo é o dispositivo sobre o qual os Estados modernos devem se apoiar se quiserem, por conseguinte, valer-se de seu antigo direito de gládio (direito de fazer morrer).

Durante o pequeno percurso de nossa exposição em que discutimos a emergência dessa nova tecnologia de poder que toma como objeto e alvo de seu exercício a vida, bem como, os processos de existência, frisamos a distinção entre o biopoder, voltado para a gestão da vida, e o poder soberano, caracterizado pelo gládio, isto é, a morte.

O paradoxo que Foucault expõe em seu curso é: como pode um poder, biopoder, que tem como alicerce de suas estratégias a vida, a majoração de seus processos, fazer uso do antigo poder soberano de morte? Como pode este poder sustentado sobre a égide da vida querer, agora, matar? Eis a questão a qual Foucault tenta colocar em análise.

Segundo Foucault, o que torna possível esse aparente paradoxo do biopoder é a utilização do racismo. Para o autor, o racismo tem duas funções principais: a primeira caracteriza-se por uma negatividade: operar um corte entre aqueles que devem viver e os que devem morrer. “Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (FOUCAULT, 2005, p. 305).

Sua segunda função, pelo contrário, é “positiva”: consiste em afirmar que para uma raça sobreviver é necessário que outras sejam eliminadas. Ou seja, o racismo vai estabelecer

entre a vida dos membros de uma raça e outra, não uma relação do tipo de guerra, mas sim biológica. Neste sentido, o racismo se refere a uma desqualificação de uma raça em benefício de uma outra. Como diz Foucault:

“Quanto mais às espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar’. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria a minha segurança pessoal; a morte do outro, da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (2005, p. 305).

Assim sendo, o racismo é o dispositivo que permite que os Estados modernos, em plena era do biopoder, façam uso do poder soberano de produzir morte. A morte de um grupo, ou de uma pessoa, é justificada na medida em que seu extermínio é colocado como condição para sobrevivência dos demais. Na sociedade marcada pelo poder de soberania, matar era sinônimo deste tipo de exercício de poder. Contudo, na sociedade do biopoder, este não pode matar impunemente, pois a vida é o seu bem mais elevado. Então, aquele precisa de um subterfúgio e este é dado pelo racismo.

Se tomarmos o acontecimento analisador escolhido por esta pesquisa, a “Chacina do Pan”, podemos pensar que, a partir da lógica do racismo, a morte daquelas 19 pessoas em um único dia se justifica, pois elas representavam uma suposta ameaça a toda sociedade. Os que foram assassinados faziam parte de uma “raça inferior” na qual se encontram os mais terríveis e sanguinários tipos de pessoas. Desse modo, seu extermínio torna-se condição para a sobrevivência dos demais. Suas vidas são indignas de serem vividas, pois sua sobrevivência pode representar o extermínio de toda sociedade.

Depois de falar de nossa pesquisa para um público composto em sua maioria por alunos de psicologia dos primeiros períodos da graduação de uma Universidade do Rio de Janeiro, uma aluna expressou de maneira espontânea o caráter do racismo presente em nossa sociedade. Primeiro ela me perguntou se eu tinha “garantias” de que os 19 que morreram não tinham matado outros 19. Como se isso pudesse justificar o extermínio da polícia.

Num segundo momento, ela usou da seguinte metáfora para referir-se aos mortos na Chacina do Pan: se a gente coloca uma laranja podre perto das boas, estas são contaminadas pela podridão daquelas. Logo, as laranjas podres precisam ser retiradas do convívio com as

demais, saudáveis. Talvez este tipo de raciocínio possa até dar certo para um produtor ou vendedor de laranjas, mas com pessoas a questão é bem mais complexa. Ao invés de perguntar por que o Complexo Alemão é um terreno produtor de “laranjas pobres”, poderíamos questionar, aproveitando a metáfora da aluna, que relações de poder, historicamente, têm produzido as favelas cariocas enquanto espaços da podridão, da violência e do fracasso? Se há algo de podre nesta história, não são moradores das favelas.

Do mesmo modo, podemos questionar que relações de poder são estas que produzem subjetividades marcadas por ideias e práticas racistas. O que a aluna expressou em sua fala, além do racismo, é um modo de subjetivação produzido e reproduzido em larga escala em nossa sociedade. Neste contexto, os discursos da mídia são grandes produtores deste tipo de subjetividade. Em 05 de julho de 1909 o jornal O Correio da Manhã classificava as favelas como “aldeia do mal” (CAPPELA, 2007), sendo que seus moradores “não tem deveres nem direitos em face da lei (...)”.

Muitas vezes o racismo não está no discurso de determinados veículos de mídia, mas estes usam da fala de determinadas pessoas para expressar seus racismos. A fala é colocada como uma demonstração da “democracia da imprensa” em supostamente permitir a pluralidade de opiniões – como se as grandes corporações de mídia ligadas ao capital globalizado se importassem ou mesmo acreditassem na ideia de liberdade ou democracia que não sejam sinônimos de dependência e submissão ao mercado. Vejamos um exemplo: “(Na favela) carro com mais de dois ocupantes eu paro na hora. Deve ser transporte de droga. Major edmundo camargo, 9 BPM. Revista isto é, 18 de setembro 1996” (CAPPELA, 2007).

Outras vezes, o racismo é tão descarado e gritante que precisamos ler o texto no qual o mesmo se manifesta tantas vezes até nos convenceremos que não se trata de um “erro de interpretação” nossa: “Uma pergunta incomoda a sociedade carioca desde que surgiram os primeiros barracos nos morros do Rio de Janeiro: e se um dia os moradores da favela descerem para o asfalto?” “Revista Época, 2003” (CAPPELA, 2007).

A partir da lógica racista, a morte das pessoas que habitam nas “aldeias do mal” não apenas é justificada pela suposta defesa da sociedade contra elas, como, também, o racismo alimenta o clamor público por novas operações policiais e políticas repressivas contra aqueles que são identificados como “ameaçadores” a ordem social, ou seja, pobres, negros, pardos que moram nas favelas e morros. Como escreve Batista (2003, 26), “sociedades assombradas produzem políticas históricas de perseguição e aniquilamento”.

Nos discursos da grande mídia, os “inimigos da sociedade” são localizados nas favelas e estas, por sua vez, são vista como local fértil do “crime organizado”, do comércio de armas e drogas. No entanto, como escreve Facina (2010),

Algumas perguntas ficam sem respostas. Por que, por exemplo se elegem as favelas como o palco do combate ao comércio de drogas? Todos sabem que o comércio e consumo de substâncias ilegais correm soltos em boates freqüentados pela classe média e classe média alta carioca e no entanto não existem registros de “operações” realizadas nessas localidades. Nem em condomínios de luxo onde se consomem drogas e que também invadem áreas de mata atlântica, poluem lagoas e mares numa escala muito mais ameaçadora do que os barracos das favelas. Por que os inimigos da sociedade foram eleitos entre aqueles para quem o comércio varejista de drogas é emprego, é alternativa de uma vida sem muitas alternativas? A grande maioria dos jovens que hoje empunham as armas nas favelas não têm acesso à educação de qualidade, à saúde, ao emprego digno, à equipamentos culturais públicos ou privados (muitos jamais foram ao cinema, por exemplo). São esses os inimigos da sociedade?

Em seu artigo, a autora questiona, também, a ideia, tão corrente nos noticiários da mídia, que há nas favelas e morros “crime organizado”. Para Facina (2010), se existe crime organizado, não é nas comunidades pobres que o mesmo se encontra. “As facções são baseadas em alianças frágeis, muito dependentes do perfil dos “donos do morro”, autoridades sempre mais ou menos efêmeras que ditam as regras e definem o ambiente das comunidades”.

Como veremos com mais detalhe no próximo capítulo, os discursos dos veículos de comunicação das grandes corporações midiáticas (“discursos que matam⁸⁰!”), impregnados de conteúdos racistas, pintaram um cenário no qual ou a polícia invadia o Complexo do Alemão – “A faixa de Gaza carioca”, como sentenciou matéria do O Globo Online (2007b) – ou os jogos Pan americanos e a reputação do Rio e do Brasil estariam arranhados. Logo, o país poderia ver seu desejo de uma Copa do Mundo de Futebol ou uma Olimpíadas realizada em terras tupiniquins ameaçado.

⁸⁰ A Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência é um movimento social do Rio de Janeiro. Seus membros são, principalmente, familiares e amigos de pessoas que sofreram violência por parte da polícia. Em seu site, o referido movimento social publicou uma matéria contendo inúmeros discursos de políticos e pessoas ligadas à área da segurança pública. O título da publicação é “Discursos que matam”.

Historicamente, a presença do racismo serviu (e, mais uma vez, ainda serve) para muitas finalidades, todas elas ligadas à manutenção do status quo instituído no país. Assim, é que o racismo foi o grande fundamento da escravidão, da repressão e violência contra os pobres de ontem e de hoje. Como escreve Flauzina (2008, p. 47),

“(...) nos destacamos no maior regime de trabalhos forçados que a humanidade já conheceu: escravizamos mais e por mais tempo. Também não é novidade que para tanto foi utilizado, em nome de Deus ou da ciência, o racismo como teoria que justificava a exploração dos africanos, por sua defasagem civilizatória ou inferioridade intrínseca. Além disso, não há o que discutir sobre nossa forma de lidar tanto com a escravidão como com o racismo: suavizamos a primeira e negamos o segundo”.

As estratégias racistas se camuflaram muito bem atrás de discursos ditos científicos⁸¹ e mitos como o da “democracia racial” (FLAUZINA, 2008). O que é preciso se explicitar é que a idéia de “raça” muito mais do que se referir a uma suposta natureza na qual se dividem os seres humanos, diz respeito a uma construção histórica, produzida a partir de determinadas relações de poder e que produz efeitos sobre a sociedade. Como escreve o historiador Joel Rufino dos Santos (2009, p. 172), “não há raça, mas racismo”.

Para o autor, a afirmação acima é um paradoxo apenas aparente, pois sendo o racismo um instrumento de dominação histórica ele necessita da ideia, mesmo que falsa, da existência de raças. Para que o racismo funcione, primeiro precisamos acreditar que existem raças naturais. Depois, como vimos na obra de Foucault (2005), que existe uma graduação qualitativa entre as mesmas (as boas e saudáveis, por um lado e as más e degeneradas, por outro) e, por fim, que a existência de uma raça pode ser condicionada a total eliminação de outra (s).

Ainda segundo Santos (2009, p. 172),

⁸¹ Um exemplo é o estadunidense Charles Murray que, durante o período do governo Reagan, escreveu um livro que “serviu como bíblia para a cruzada contra o Estado- providência”(WACQUANT, 2001, p.24”). O cientista defendia que a ajuda aos pobres era a razão da crescente pobreza nos Estados Unidos. Em outra oportunidade, Murray, em parceria com o psicólogo de Harvard Richard Herrnstein, escreveu um livro que é “um autentico tratado de racismo erudito” (WACQUANT, 2001, p.24): “sustenta que as desigualdades raciais e de classe na América refletem as diferenças individuais de ‘capacidade cognitiva”. (WACQUANT, 2001, p. 24-5). Em artigo publicado na Inglaterra, Murray escreveu: “os homens negros são essencialmente bárbaros, para quem o casamento é uma força civilizadora”; “mulheres negras se deixam engravidar, porque sexo é bom e os bebês são uma gracinha” (WACQUANT, 2008, p. 48).

“Em suma, o que é o racismo? A história das relações raciais no Brasil é a própria História do Brasil. (...) A história do Brasil é a História da dominação de uns sobre os outros através da instrumentalização da ideia de raça – e, obviamente, de outras ideias (falsas ou verdadeiras) que compõem a nossa subjetividade.”

O racismo é o elemento que, dentro das matrizes constitutivas do cenário brasileiro, ajudou a transformar a diferença em inferioridade e a pigmentação da pele em elemento segregador de populações inteiras. Como escreve Nilo Batista (1996, p. 3), “a escravatura negra no Brasil, que perdurou até 1888, instalou um sistema penal carniceiro e cruel, que articulava o direito penal público a um direito penal doméstico.”

Para Batista (1996, p. 2), as “matrizes do genocídio” estão “aportadas no processo colonizador” brasileiro:

“Essas matrizes, do extermínio, da desqualificação jurídica presente no “ser escravo”, da indistinção entre público e privado no exercício do poder penal, se enraizaram na equação hegemônica brasileira. Elas estarão presentes na violência com a qual, a partir da implantação da ordem burguesa entre nós, no final do século XIX, a Primeira República respondia aos movimentos da classe operária; em dado momento, um Presidente declararia que “a questão social é um caso de polícia”. Elas explicarão, na segunda metade do século XX, a dócil recepção da doutrina da segurança nacional, que, ao converter o opositor político em “inimigo interno”, operava precisamente uma desclassificação de sua cidadania, abrindo as portas para toda sorte de violações. Elas explicam por que, ainda hoje, grupos de extermínio, integrados muitas vezes por policiais, atuam em nosso país, no campo e nas cidades, eliminando ladrões, vadios, delinquentes juvenis ou mendigos que estejam “perturbando” algumas áreas, e levando de roldão muitos pobres e marginalizados - inclusive crianças e adolescentes - que nada fizeram a não ser terem sido feitos pobres e marginalizados. Tais grupos recebem a complacência, quando não o aplauso, de representantes visíveis das oligarquias, cujas políticas urbanas se baseiam no princípio da apartação social, cujo sonho mais acalentado é converter as favelas em guetos desprovidos das garantias constitucionais, com rígido controle físico da própria deambulação individual (BATISTA, 1996, p.3).

No entanto, este quadro racista, segregador, repressivo contra as populações pobres e negras tem se atualizado cotidianamente. Seja através dos discursos de cientistas, das falas de políticos, das matérias da grande mídia, das operações policiais nas favelas etc. Como diz a canção de Marcelo Yuka, “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro⁸²”.

O governador Sérgio Cabral Filho declarou em outubro de 2007, em entrevista ao portal de notícias G1(2007) das Organizações Globo, que defendia a legalização do aborto como forma de conter a violência no Rio de Janeiro. Disse o Governador: “Fico muito aflito. Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. Estado não dá conta”.

A idéia de acabar com a vida dos “indesejáveis” ainda no útero da mãe não é nova. Pesquisadores que aderiram à causa nazista e se juntaram a Hitler falavam da importância de não deixar “as pessoas inferiores” se reproduzirem, bem como, da necessidade de proteger o povo de uma reprodução excessiva de “ervas daninhas”.

“Dois cientistas alemães de reputação mundial, o biólogo Erwin Baur e o antropólogo Martin Stämmeler, colocaram na linguagem comum e precisa da ciência aplicada o que os líderes da Alemanha nazista expressavam com frequência no vocabulário emotivo e passional da política: ‘Todo fazendeiro sabe que se abater os melhores animais, sem deixar que procriem, continuando a criar em vez disso espécimes inferiores, seu gado vai inevitavelmente degenerar. Tal erro, que nenhum fazendeiro cometeria com seus animais e plantas de cultivo, permitimos que em larga medida persista em nosso meio. Por consideração a nossa humanidade atual, devemos cuidar para que essas pessoas inferiores não se reproduzam. Simples operação executada em poucos minutos torna isso possível sem mais demora... ninguém é mais favorável do que eu às novas leis de esterilização, mas devo repetir e insistir que constituem apenas em um começo. (...). A tarefa consiste em proteger o povo de uma reprodução excessiva de ervas daninhas” (BAUMAN, 1998a, p. 94)

Neste sentido, o suposto “controle da criminalidade” passa, seguindo a lógica do discurso do governador, bem como, dos cientistas nazistas, em exterminar aqueles que ainda

⁸² Referência à canção “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro” (Marcelo Yuka).

sequer nasceram, mas que, antes mesmo de virem ao mundo, já supostamente ameaçam a paz e a ordem deste. Tais discursos querem nos convencer que é mais higiênico e eficaz matar os supostos futuros criminosos no útero da mãe do que nas ruas, nas favelas. Como escreve Galeano (1989, p. 18), “os pretextos invocados ofendem a inteligência; as intenções reais inflamam a indignação.”

Segundo Marcelo Freixo, “a execução sumária é uma prática do Estado brasileiro, um estado escravocrata, como ainda vê parte da sociedade como aqueles que deveriam estar na senzala e saíram. O Estado ainda opera na lógica da casa grande e senzala” (FORTES, 2008, p. 80). O Brasil se destacou produzindo o “maior regime de trabalhos forçados que a humanidade já conheceu: escravizamos mais e por mais tempo”. (FLAUZINA, 2008, p. 47).

Os escravos de ontem, os libertos miseráveis de hoje, são os indesejáveis, as vidas descartáveis, que ameaçam, pelo simples fato de viverem, a ordem imposta. Estes experimentam uma espécie de “cidadania negativa⁸³”, vivendo uma vida de bestas, vida de gado, que podem ser abatidas a qualquer momento.

Cada época e cada cultura, segundo Bauman (1998b), têm seus modelos de pureza. Não é de hoje que a sujeira, o perigo, é identificado na figura do negro, do pobre, do favelado. “Cada esquema de pureza gera sua própria sujeira e cada ordem gera seus próprios estranhos (BAUMAN, 1998b, P. 22)”. Os estranhos da era do consumo são os “consumidores falhos” que, por não poderem participar do jogo do mercado, tornaram-se desnecessários.

O racismo enquanto dispositivo que justifica a repressão, a segregação e o extermínio dos pobres é parte constituinte e fundamental do esquema de pureza e da ordem de nossa sociedade, ou, de nossa América Latina. Vivemos num continente, para não dizer num mundo, em que a perpetuação da ordem é sinônimo da produção do caos, isto é, da miséria, da fome, do desemprego, da criminalidade; mas também, da corrupção, da poluição, da fabricação de vidas descartáveis.

Para Bauman, o mundo moderno é caracterizado pela ambição do “auto-controle” e da “autogestão”. O autor considera o racismo uma prática moderna que sustenta a incapacidade,

⁸³ Segundo Batista (2003, p.102) a “cidadania negativa se restringe ao conhecimento e exercício dos limites formais a intervenção coercitiva do Estado. Esses setores vulneráveis, ontem escravos, hoje massas marginais urbanas, só conhecem a cidadania pelo avesso, na trincheira auto-defensiva da opressão dos organismos do sistema penal.”

ou melhor, a resistência de “certas pessoas endêmicas” em ser melhoradas. “Para usar a metáfora médica, podem-se exercitar e modelar partes ‘saudáveis’ do corpo, mas não um tumor cancerígeno. Este só pode ‘melhorar’ sendo eliminado” (BAUMAN,1998a, p. 87-8)

Bauman (1998, p. 83-4) escreve que

“Como concepção de mundo e, mais importante, como instrumento efetivo de prática política, o racismo é impensável sem o avanço da ciência moderna, da tecnologia moderna e das formas modernas de poder estatal. Como tal, o racismo é estritamente um produto moderno. A modernidade tornou possível o racismo. Também criou uma demanda de racismo. (...). O racismo, em suma, é uma arma inteiramente nova usada na condução de batalhas pré-modernas ou pelo menos não exclusivamente modernas”.

Nesta “terra de chacinas⁸⁴”, denunciar a exploração e as inúmeras misérias de nosso povo e defender a humanidade dos pobres são sinais flagrantes de heresia a religião do capital globalizado. É uma ofensa direta ao mandamento da indiferença e ao princípio da resignação. Ambos escritos nas tabuas seculares da estupidez. Muitas vezes, é assinar a própria sentença de morte (Chico Mendes, Steve Biko, irmã Dorothy Stang, entre outros tantos).

Como diz os versos da poesia de Pedro Tierra⁸⁵:

Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis. Somos a memória perigosa das lutas.
Projetamos a perigosa imagem do sonho. Nada causa mais horror à ordem do que homens e mulheres que
sonham.
Nós sonhamos e organizamos o sonho.
Somos negros, nordestinos, nisseis, índios, mulheres, mulatas, meninas de todas as cores, filhos, netos de
italianos, alemães, árabes, judeus, portugueses, espanhóis, tantos...
Nascemos assim desiguais como todos os sonhos humanos. Fomos batizados na pia, na água dos rios, nos
terreiros...

⁸⁴ Referência à canção “Procissão dos retirantes” (Pedro Munhoz).

⁸⁵ “Pseudônimo de Hamilton Pereira, que nasceu em Porto Nacional (TO), em 1948. Viveu em seminários e prisões. Por sua militância na Ação Libertadora Nacional (ALN), cumpriu cinco anos de prisão (1972/77) em Goiânia Brasília e São Paulo, sofrendo tortura. Libertado, contribuiu para fundar e organizar Sindicatos de Trabalhadores Rurais. É membro da diretoria executiva do PT desde 1987. Foi secretário de Cultura do Distrito Federal. Desde 2003 é presidente da Fundação Perseu Abramo. Militante informal do MST; participou da Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Bibliografia:** *Poemas do Povo da Noite*, Menção Honrosa no Prêmio Casa de Las Américas, em 1977(Sigueme, Salamanca, Espanha, EMI, Milão, Itália, e Livramento, S. Paulo); *Missa da Terra sem-males*, em parceria com Pedro Casaldáliga e Martin Coplas (Livramento, Tempo e Presença, S. Paulo); *Missa dos Quilombos*, com Pedro Casaldáliga e Milton Nascimento (disco da EMI); *Água de Rebelião* (Vozes); *Inventar o Fogo* (Goiânia); *Zeit der Widrikeiten*, antologia (Edition DIÁ, Berlin); *Dies Irae* (Edição do autor, Goiânia, e MLAL, Roma, Itália)” (MIRANDA, 2010)

Fomos, ao nascer, condenados a amar a diferença.
Amar os diferentes. Viemos da margem.
Somos a anti-sinfonia que estorna na estreita pauta da melodia.
Não cabemos dentro da moldura... Somos dilacerados como todos os filhos da paixão. Briguentos. Desaforados.
Unidos: como meninos de rua.

“Os filhos da paixão” (Pedro Tierra)

3.3.4 A sociedade de Controle

A nossa atualidade é marcada pelo surgimento de novas tecnologias de poder que integram e completam as relações de poder da sociedade disciplinar. Por isso, torna-se fundamental o debate a respeito das novas configurações do diagrama de poder de controle. Pois, de uma forma ou de outra, os novos mecanismos de poder incidem e provocam mudanças tanto nos regimes das prisões, no regime das escolas e das demais instituições, como provocam efeitos em nossas maneiras de viver, em nossos relacionamentos, ou seja, em nossas subjetividades.

Nesta ótica, os fenômenos da criminalidade na atualidade, bem como, as políticas de segurança pública são, também, afetados pelas novas modulações das relações de poder e acabam por ter os seus contornos desestabilizados.

Em nossos dias, sobretudo, já não vivemos somente em uma sociedade disciplinar, como a descrita por Foucault, mas, também, numa sociedade de controle (DELEUZE, 1992). Não se trata da passagem de uma a outra, mas de modulação que implica uma nova conjugação de poderes. O surgimento da chamada sociedade de controle se caracteriza pela crise generalizada nos grandes confinamentos, como a escola, o hospital, a família, a prisão etc. Estas instituições serviam como instrumentos de controle social, exercendo sobre os indivíduos um poder que ao mesmo tempo em que moldava seus corpos e suas subjetividades, fazia emergir um saber sobre os mesmos.

Agora, no entanto, já não se trata somente do espaço fechado das instituições disciplinares e seus mecanismos de vigilância específicos; trata-se, também, de mecanismos de monitoramento mais difusos, flexíveis, móveis, ondulantes e imanentes que incidem sobre

os corpos e as subjetividades, prescindido, em alguns casos, das mediações institucionais antes tão necessárias. Segundo Hardt (1996), passamos dos moldes dos confinamentos às modulações dos controles:

“(…) os muros das instituições estão desmoronando de tal maneira que suas lógicas disciplinares não se tornam ineficazes mas se encontram, antes, generalizadas como formas fluidas através de todo o campo social. O ‘espaço estriado’ das instituições da sociedade disciplinar dá lugar ao ‘espaço liso’ da sociedade de controle (...) Enquanto a sociedade disciplinar forjava moldagens fixas, distintas, a sociedade de controle funciona por redes flexíveis moduláveis” (2000, p.357).

Nas sociedades de controle, nunca se termina nada, isto é, os indivíduos são motivados para que continuem sempre investindo em projetos, atividades e coisas que não chegam a uma conclusão. A empresa substitui a fábrica, a educação permanente substitui a escola, o controle contínuo substitui o exame. E, apesar dos projetos de reforma que recaem sobre a restauração destas instituições, trata-se, para Deleuze, de “gerir a sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das forças que se anunciam” (1992, p.220).

Nesta nova lógica de controle, o marketing tornou-se um instrumento de controle social. Este controle é contínuo, ilimitado de curto prazo e de rotação rápida. O homem já não é mais confinado, mas endividado. Os indivíduos se tornaram divisíveis, “dividuais”, e as massas se transformaram em dados, amostras. Na sociedade disciplinar, havia a assinatura que marcava o indivíduo e o número, como o CPF e o RG, indicando a posição dos indivíduos numa massa. Nas sociedades de controle, ao contrário, a assinatura e os números são trocadas por uma cifra, por senhas que marcam o acesso ou a rejeição da informação (Deleuze, 1992).

A sociedade de controle não é mais dirigida para a produção e sim para a sobreprodução, ou seja, não se compra mais matéria prima e já não se vendem produtos acabados. O que se quer vender são serviços e o que se quer comprar são ações. Como escreve Deleuze, “já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa” (1992, p.224-5).

Dessa forma, a sociedade de controle vai imprimindo as suas novas e velozes modulações sobre as nossas maneiras de viver e de nos relacionarmos. Seus “controlatos” –

que são os diferentes modos de controles – incidem tanto no regime das prisões, das escolas, assim como, das empresas e dos hospitais. Mas isso não quer dizer que não haja alternativas, pelo contrário, como nos diz Deleuze (1992, p.220), “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas.” Esta é a aposta!

3.4 Cena IV: “Vocês que fazem parte dessa massa, que passa nos projetos, do futuro⁸⁶”: refugio humano e vida nua.

Dois conceitos muito importantes para esta pesquisa são os de “refugio humano” (BAUMAN, 2005) e o de “vida nua” (AGAMBEN, 2007b). Ambos podem nos servir como ferramentas para pensar, a partir do analisador “chacina do Pan”, como as populações pobres da cidade do Rio de Janeiro são cotidiana e historicamente transformadas em lixo e como suas vidas se tornam, assim, descartáveis.

Utilizando da metáfora da liquidez (ou, fluidez) para caracterizar o atual estágio da modernidade, Bauman denomina esta de “modernidade líquida”. Para o autor, desde seus primórdios, a modernidade tem se caracterizado por um constante processo de derretimento dos sólidos, isto é, das lealdades, direitos e obrigações “que atavam pés e mãos, impediam movimentos e restringiam iniciativas”. (2001, p.10)

Trata-se, segundo o sociólogo, do derretimento de tais sólidos para a criação de sólidos mais sofisticados e potentes, ou seja, “para construção de uma nova ordem verdadeiramente sólida”. (2001, p.10) A nova ordem definia-se, principalmente, em termos econômicos. Pois, libertava a economia “de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e tradicionais” (2001, p.10).

“Essa nova ordem deveria ser mais ‘sólida’ que as ordens que substituía, porque, diferentemente delas, era imune a desafios por qualquer ação que não fosse econômica. A maioria das alavancas políticas ou morais capazes de mudar ou reformar a nova ordem foram quebradas ou feitas curtas ou fracas demais, ou de alguma outra forma inadequadas para a tarefa. Não que a ordem econômica, uma vez instalada, tivesse colonizado, reeducado e convertido a seus fins o restante da vida social; essa ordem veio a dominar a totalidade

⁸⁶ Referência à canção “Admirável gado novo” (Zé Ramalho).

da vida humana porque o que quer que pudesse ter acontecido nessa vida tornou-se irrelevante e ineficaz no que diz respeito à implacável e continua reprodução dessa ordem.” (BAUMAN, 2001, Pp. 10-11)

Bauman, em seus livros mais recentes, prefere utilizar a expressão “modernidade líquida” ao invés de “pós-modernidade”, pois, para o autor, o uso da primeira evita uma “confusão semântica” entre “sociologia pós-moderna e sociologia da pós-modernidade” ou “pós-modernismo” e “pós-modernidade”. Segundo o autor, pós-modernidade significa uma sociedade ou um tipo de condição humana e pós-modernismo “refere-se a uma visão de mundo que pode surgir, mas não necessariamente, da condição pós-moderna” (PALLARES-BURKE, 2010, p. 321).

Na era da chamada globalização⁸⁷, o derretimento dos sólidos adquire um novo sentido e direciona-se para um novo alvo, isto é, para os elos que “entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas” (BAUMAN, 1998b, p.12). Assim sendo, há uma redistribuição dos poderes e mecanismos de derretimento.

Um dos efeitos diretos de tal processo é a destruição dos pontos estáveis (padrões, códigos, regras) nos quais as pessoas podiam se apoiar e, a partir dos quais, se orientar. Trata-se, então, da fabricação de sociedades fluídas e de relações instáveis, efêmeras e artificiais. Por conseqüência, da produção da insegurança, ou, nas palavras de Bauman (1999, P.86), “o mundo pós- moderno tem suas referencias sobre rodas.”

A principal característica das sociedades da modernidade líquida é que as mesmas engajam seus membros na condição de consumidores, ou seja, consumir se transformou na principal norma a ser seguida. Segundo Bauman (2005), na fase inicial do capitalismo, as pessoas eram engajadas na condição de produtores ou soldados, pois havia a necessidade da produção de uma massa de mão de obra industrial e, também, de exércitos recrutados.

Hoje, no entanto, os consumidores precisam ser mantidos num “estado de excitação incessante” (BAUMAN, 2001, p.91), no qual sua capacidade de consumo aumenta (ou, nunca

⁸⁷ Para Bauman (1999), a globalização “está na ordem do dia”, sendo o processo globalizador integrante de destaque na era da modernidade líquida. Frei Betto (2010) prefere o termo “globocolonização”. Para o autor, esta resulta em “avanços tecnológicos de interação dos meios de comunicação e informação, que permitem o deslocamento, em tempo real, do capital financeiro, com o objetivo de desestabilizar (e descapitalizar) governos que resistem à hegemonia capitalista neoliberal”. Todavia, a globocolonização favorece a livre circulação de capital, mas restringe a livre circulação de pessoas. “Impede-se a globalização da migração”, defende o autor, Para Zaffaroni (2007, P. 29), globalização é maneira pela qual se exerce a expansão do poder punitivo na atualidade. O mesmo, originalmente europeu, teve no colonialismo e no neocolonialismo outras de suas formas de expansão e controle.

cessa) na medida em que seus desejos nunca são saciados frente às novas tentações/invenções do mundo do consumo.

Porém, se todas as pessoas podem e são levadas a desejar consumir, nem todas podem, de fato, se transformar em consumidoras. Aquelas que, porventura, não conseguem adquirir meios que lhe permitam participar desse jogo frenético do consumo, tornam-se, como já apontamos neste capítulo, “consumidores falhos”, isto é, incompletos, imperfeitos, irrelevantes. Estes são os “vagabundos⁸⁸” que habitam as sociedades líquidas e pairam, como verdadeiros pesadelos diários, no mundinho agridoce dos “turistas”.

Eles são, por assim dizer, aquela vasta legião de miseráveis e combalidos que se transformam diariamente nos alvos preferências das políticas de Tolerância Zero, da política de “choque de ordem” carioca, das chacinas, das blitz policiais e da prisão. São os pobres que, pelo simples fato de existirem, de andarem (ou viverem) pelas ruas, de atravessarem os sinais (ou fazer malabarismos nos mesmos), ameaçam as vidas dos “turistas”.

Essas criaturas errantes e perigosas são os consumidores “falhos” ou “frustrados” (BAUMAN, 1999, p.104). Foram eles que, por exemplo, no ano 2000 fizeram uma excursão num dos templos do consumo carioca, isto é, o shopping “Rio Sul” e despertaram a ira e o medo dos turistas desavisados.

Na ocasião, três de agosto de 2000, aproximadamente 300 pessoas, integrantes de movimentos sociais e moradores de comunidades pobres do Rio de Janeiro, fizeram um passeio pelo Shopping da zona sul carioca. O objetivo do grupo era conhecer o lugar, visitar as lojas, provar roupas, comer na praça de alimentação etc.

Este acontecimento, que na época repercutiu nos diferentes meios de comunicação, se transformou no documentário “Hiato”, dirigido por Vladimir Seixas (2008). Vale, aqui, reproduzir alguns trechos da reportagem da jornalista Brunna Rosa (2008) para o site da Revista Fórum.

"Estou assustada. Ninguém nos disse o que está acontecendo" - disse Jacira, que, ao saber que era um protesto, soltou o mostruário".

⁸⁸ “Turistas” e “vagabundos” são as expressões utilizadas por Bauman para referir-se a duas “classes” de seres humanos em relação ao mundo do consumo. Para o autor (1999, p. 101), a principal distinção que há entre os “turistas” e os “vagabundos” é que estes “são o refúgio de um mundo que se dedica ao serviço dos turistas”. Trata-se de conceitos que nos ajudam a pensar como a lógica capitalista produz a dicotomização dos seres humanos a partir do engajamento destes na condição de consumidores permanentes.

“Na loja Richard's houve um desentendimento entre um estudante e um vendedor que tentou fechar a porta. O incidente foi contornado com um pedido de desculpas do vendedor. Muitos clientes também não ficaram satisfeitos com a presença dos sem-teto. Mais barulhentos que o padrão de comportamento dos shoppings, eles provocavam algumas reações de rejeição.”

"O que se viu hoje, apesar de ser tudo pacífico, é que isto atrapalha o comércio - disse Cláudio Guarani."

"Não fiquei com medo. O movimento é bom porque a desigualdade aqui é imensa", disse o turista inglês Peter Cook.

"Não estamos invadindo. Queremos dar um passeio como qualquer família. Se nós construímos os shoppings, por que não podemos entrar?"

“As lojas que cerraram as portas só abriram quando os manifestantes reclamaram da discriminação, sentando-se na porta e cantando músicas de protesto. Orientadas pela administração do shopping, todas as cinco abriram minutos após as manifestações, mas não sem reclamar. Vocês têm que tomar alguma providência - dizia ao segurança em tom indignado o responsável pela Livraria Sodiler, que se identificou como Roberto, após abrir a loja para que os sem-teto entrassem”.

"É tudo muito caro aqui. Nossas roupas são de R\$ 5, R\$ 10. Aqui não, é tudo R\$ 90, R\$ 100. Um absurdo esses preços cobrados"

“O industriário Maurício Castro, de 40 anos, almoçava, quando três sem-teto sentaram-se à sua mesa. "É uma situação inédita, constrangedora, mas nada que seja assustador", afirmou sem interromper a refeição. Três estudantes gaúchas, em férias no Rio, disseram-se assustadas ao se deparar com alguns sem-teto deitados em frente a uma loja. "É por uma justa causa, mas essa cena toda é deprimente", afirmou Mariana Irume, de 16 anos. "Eles podiam fazer isso em outro lugar e não expor as crianças".

"Esses sem-terra quiseram entrar na minha fazenda em Minas Gerais, mas eu jamais esperaria encontrar esse povo aqui". Ela desistiu de lanchar na Praça de Alimentação, ocupada pelos manifestantes.”

O que se pode perceber, a partir da leitura dos trechos acima e das falas neles contidas, é que os “vagabundos” não podem (muito menos, devem) circular em locais (como

os shoppings centers) que foram construídos e planejados para o passeio e deleite dos “turistas”. Como escreve Galeano (2010),

“Paradoxalmente, os shopping centers, reinos do fugaz, oferecem com o máximo êxito a ilusão da segurança. Eles resistem fora do tempo, sem idade e sem raiz, sem noite e sem dia e sem memória, e existem fora do espaço, para além das turbulências da perigosa realidade do mundo”.

“Estou assustada”, disse uma cliente. Apenas a mera visão dos “vagabundos” circulando num local até então livre de seus corpos assustou a moça. Porém, por que não nos assustamos mais quando nos deparamos com famílias inteiras sobrevivendo nas ruas, catando o que comer nas lixeiras, suplicando esmolas? Por que não nos assustamos ao ver crianças cheirando cola ou quando sabemos de mais uma chacina de pobres ou a tortura de jovens por policiais?

O funcionário da loja tentou fechar as portas da mesma e não deixar o estudante entrar. Será que este trazia, escondido entre seus cadernos, misturado no seu estojo, alguma arma? Será que, ao entrar na loja, ele seria capaz de quebrar alguma coisa ou, pior, provocar um desastre impensado?

O passeio daquelas pessoas “atrapalha o comércio”, como disse um homem. Mas por que a circulação daquelas famílias pobres impede que os “turistas” continuem consumindo e as lojas vendendo? Será porque os “turistas”, depois de serem assustados pelos “vagabundos” insolentes, perderam, pelo menos naquele momento, o desejo de consumir?

“*Se nós construimos os shoppings, por que não podemos entrar?*”, disse um homem. Curioso paradoxo: aqueles que ajudam a construir shoppings, aeroportos, boates, restaurantes, universidades etc. são aqueles que, prontas as obras, ficam impedidos de usufruir (ou mesmo, circular) pelas mesmas. Se, por um lado, seus “corpos-máquina⁸⁹” são necessários para a construção de prédios, por outro, terminado o trabalho, eles não passam de “consumidores falhos” e perdem a serventia.

Por que o passeio daquelas pessoas no “Rio Sul” é uma “situação constrangedora” e “uma cena deprimente”? Não seria mais constrangedor observar diariamente famílias inteiras

⁸⁹ Quando discutimos a ideia de sociedade disciplinar em Foucault no capítulo II deste trabalho, vimos que o poder disciplinar investe sobre os corpos tendo por alvo produzir um corpo que seja economicamente útil (corpo-máquina) ao funcionamento do sistema e politicamente submisso (corpo dócil).

passando fome, sem ter o que comer e não ter o que comprar, e ficar em silêncio? Não é mais constrangedor saber das inúmeras misérias e desgraças que marcam a sociedade e, ainda assim, permanecer calado? Será que deprimente, de fato, não seria aceitar as coisas como elas são e apenas se esforçar para, resignadamente, se adequar a todo este circo de horrores neoliberal?

Os sem terra, os sem teto, os sem nada, os sem grana, são, também, os sem “passaporte” para entrar no mundo dos turistas. O passeio no “Rio Sul” foi apenas um exemplo, entre outros milhares, do que acontece quando as fronteiras, aparentemente invisíveis e subliminares, que separam o mundo dos turistas do mundo dos vagabundos se rompem, ou, se tornam assustadoramente tênues.

Aliás, os “vagabundos” podem até entrar no mundo dos turistas, mas, apenas de maneira provisória ou obscura. Entram como faxineiros, serventes, vigias, manobristas, embaladores etc. Jamais podem entrar e usufruir do mesmo status social do turista. Isso seria (e foi no caso do “Rio Sul”) uma afronta imperdoável. Os “vagabundos” são uma espécie de “refugio humano”.

A marchinha de carnaval composta por Wilson Batista e Roberto Martins na década de 1940, “pedreiro Waldemar”⁹⁰ descreve muito bem este cenário:

“Você conhece o pedreiro Waldemar?
Não conhece?
Mas eu vou lhe apresentar
De madrugada toma o trem da Circular
Faz tanta casa e não tem casa pra morar
Leva marmita embrulhada no jornal
Se tem almoço, nem sempre tem jantar
O Waldemar que é mestre no ofício
Constrói um edifício
E depois não pode entrar
Você conhece o pedreiro Waldemar?”

⁹⁰ Música lançada em 1949. Segundo o jornalista Franklin Martins (2010): Esta marchinha, que fez grande sucesso em 1949, tornou-se um clássico do carnaval carioca. O recado da crítica social é claro: o pedreiro Waldemar e os trabalhadores de um modo geral, que fazem tudo na sociedade, não usufruem dos benefícios do seu trabalho”. De acordo com Carvalho (2010), com o Estado Novo criou-se o “Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)”, responsável pela censura às artes e espetáculos. Para o autor, “a crítica social, porém, conseguia driblar a censura nas marchinhas de carnaval como em “Pedreiro Waldemar”, de Wilson Batista, talvez a mais expressiva e pungente denúncia da alienação do trabalhador em relação ao fruto de seu trabalho, feita por meio da música popular”.

Não conhece, mas eu vou lhe apresentar
De madrugada toma o trem da Circular
Faz tanta casa e não tem casa pra morar”

Assim, vivemos hoje, de acordo com Bauman (2001, 2007), numa modernidade líquida, marcada pela fluidez e efemeridade dos relacionamentos e pela vida vivida em condições de precariedade e incertezas constantes. O autor (2005), sustenta a tese de que a produção de vidas humanas refugadas é um dos efeitos imediatos ao processo de modernização que caracteriza as sociedades modernas.

Ou seja, a modernidade caracteriza-se duplamente, por um lado, pela produção do novo, da novidade e, por outro, pela fabricação em massa de lixo humano, daquelas vidas que se tornaram inúteis ao funcionamento da máquina de produção capitalista e, por isso, são descartáveis.

Neste contexto em que seres humanos são transformados em dejetos, um dos maiores problemas políticos enfrentados pelos Estados na atualidade é, sobretudo, o que fazer com a massa crescente de lixo humano descartável. Trata-se, como escreve Bauman (2005, p. 13), de uma “crise na indústria de remoção de refugo humano.”

Segundo Bauman (2005), politicamente o planeta está cheio. Em termos práticos, isso significa que não há mais “terras de ninguém”, isto é, depósitos de lixo, onde despejar os milhares de pessoas refugadas pelo processo modernizante. Historicamente, os países subdesenvolvidos⁹¹, serviram como gigantescos depósitos de lixo humano de suas metrópoles.

Contudo, o processo de modernização e a modernidade líquida se tornaram uma “condição universal da humanidade” (BAUMAN, 2005, p.13), ou seja, deixaram de ser um privilégio dos europeus. Os “países emergentes” (ou subdesenvolvidos) se modernizaram e passaram a produzir em larga escala, também, sua própria massa de “pessoas redundantes” (2005, p.12).

⁹¹ De acordo com Josué de Castro (2010): “o subdesenvolvimento não é a ausência de desenvolvimento, mas o produto de um tipo universal de desenvolvimento mal conduzido. É a concentração abusiva de riqueza - sobretudo neste período histórico dominado pelo neocolonialismo capitalista que foi o fator determinante do subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo: as regiões dominadas sob a forma de colônias políticas diretas ou de colônias econômicas”.

A produção de refugio humano é “um efeito colateral da construção da ordem” (2005, p.12), pois cada ordem circunscreve parte da população enquanto “inaptas” ou “indesejáveis”. Da mesma maneira, a fabricação de lixo humano é majorada pelo “progresso econômico” que, ao desvalorizar modos anteriores de trabalho, priva parte da população de seus meios de subsistência. Como escreve Marilena Chauí (2006, p. 39), “a sociedade pós-industrial é a ‘sociedade do descarte’”.

A globalização se tornou, em nossos dias, umas das principais linhas de produção de seres humanos refugados. “Também deu nova roupagem ao velho problema e encheu-o de um novo significado e de uma urgência sem precedentes”, escreve Bauman (2005, p. 13-4). Ainda, para o autor,

“A expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência (...). Para as pressões populacionais daí resultantes (...), não há escoadouros prontamente disponíveis, seja para a ‘reciclagem’ ou para a ‘remoção segura’. Daí os alarmes sobre a superpopulação do globo; daí também a nova centralidade dos problemas dos ‘imigrantes’ e das ‘pessoas em busca de asilo’ para a agenda política moderna, e o papel crescente dos vagos e difusos ‘temores relacionados à segurança’ desempenham nas estratégias globais emergentes e na lógica das lutas pelo poder.”
(BAUMAN, 2007a, p.14)

Para Bauman (2007a, p. 14), um dos mais novos e promissores ramos de produção de pessoas refugadas é a “indústria da segurança”. Ao mesmo tempo, esta, torna-se, também, “fator fundamental” no problema da remoção do lixo humano.

Vidas refugadas, pessoas descartáveis, seres humanos redundantes num mundo de incertezas e artificialidades. Relacionamentos efêmeros, nascidos sobre a luz do “descarte iminente”. O cenário da “modernidade líquida” é pintado com cores tristes e sombrias.

De acordo com Bauman (2005, p. 44), o “modelo ideal da pessoa excluída é o homo sacer. Este, “é a principal categoria de refugio humano estabelecida no curso da moderna produção de domínios soberanos ordeiros (obedientes à lei e por ela governados).”

3.3.5.1 Estado de exceção e vida nua

Para Agamben, vivemos hoje num momento em que o Estado de exceção se torna regra e a biopolítica se transforma, perigosamente, em “tanatopolítica”. Segundo o autor (2007b), as raízes da biopolítica moderna já estavam fincadas no período da Grécia Antiga e expostas na distinção entre “bíos” e “zoé”. Principalmente, pelo fato da zoé ser incluída na polis através de sua exclusão.

Os gregos não possuíam um único termo para se referirem aquilo que chamamos de vida. Para os mesmos, a idéia de vida era dupla e, por isso, usavam “dois termos, semântica e morfológicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum” (AGAMBEN, 2007b, P. 9): “zoé” representava a vida natural de todos os seres vivos, isto é, o simples fato de viver. Este termo podia ser usado para se referir a vida comum tanto de homens e animais, como de Deuses.

Por outro lado, o termo “bíos” era usado para se referir à vida entendida enquanto forma ou maneira de viver de um indivíduo ou de um determinado grupo. Diferentemente da zoé, que representava o simples fato de viver, a bíos implica numa vida que possui relevância política; numa vida marcada pela linguagem, pela racionalização.

Agamben usará do obscuro conceito de “homo sacer”, retirado do antigo direito criminal romano, para pensar na inscrição da vida nua (termo retirado da obra de Walter Benjamin) nas relações de poder dos Estados modernos Ocidentais. O conceito de homo sacer traz um paradoxo: é uma vida insacrificável e, ao mesmo tempo, matável.

Assim sendo, o homo sacer representa, duplamente, uma vida que não pode ser levada a morte dentro dos meios sancionados pelo rito, mas que, contraditoriamente, sendo impunemente exterminada por qualquer um sua morte não representa um crime, muito menos um sacrilégio. Escreve Agamben:

“Aquilo que define a condição do *homo sacer*, então, não é tanto a pretensa ambivalência originária da sacralidade que lhe é inerente, quanto sobretudo o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto. Esta violência – a morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele – não é classificável nem como sacrifício e nem como homicídio, nem como execução de uma condenação e nem como um sacrilégio. Subtraindo-se às formas sancionadas do direito humano e

divino, ela abre uma esfera do agir humano que não é a *sacrum facere* e nem a da ação profana, e que se trata aqui de tentar compreender”. (AGAMBEN, 2007, p. 90)

A vida do homo sacer, mera vida matável, localiza-se numa “zona de indiferenciação” entre o sacrifício e o homicídio, entre o sagrado e o profano, sendo que sua inclusão no espaço político se dá pela sua exclusão do mesmo, isto é, por sua morte. Trata-se de uma vida que “vive continuamente sob o signo da ambivalência: a impunidade de sua morte e o veto do sacrifício.” (CARVALHO, 2010, p. 11-12).

Para Agamben, a cisão constitutiva da política ocidental, que consisti na inclusão da vida nua através de sua exclusão, já estaria calcada na estrutura grega. Para o autor, “a vida nua tem, na política ocidental, este singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens” (2007, P. 15).

A vida nua, ou zoé, será inscrita na estrutura de fundamentação do Estado-nação moderno representando, assim, “o local em que se efetua a passagem da soberania régia de origem divina à soberania nacional” (AGAMBEN, 2007, P. 135).

A passagem da soberania régia à soberania nacional está alicerçada principalmente no conceito moderno de direitos humanos. Pois, para Agamben, é através do mesmo que a vida nua é inscrita no interior dos Estados modernos. Escreve o autor:

“(…) é chegado o momento de cessar de ver as declarações de direitos como proclamações gratuitas de valores eternos metajurídicos, que tendem (na verdade sem muito sucesso) a vincular o legislador ao respeito pelo princípio ético eterno, para então considera-las de acordo com aquela que é sua função histórica real na formação do Estado-nação. As declarações dos direitos representam aquela figura original da inscrição da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação. Aquela vida nua natural que, no antigo regime, era politicamente indiferente e pertencia, como fruto da criação, a Deus, e no mundo clássico era (ao menos em aparência) claramente distinta como zoé da vida política (*bíos*), entra agora em primeiro plano na estrutura do estado e torna-se aliás o fundamento terreno de sua legitimidade e de sua soberania”. (AGAMBEN, 2007b, P. 134)

Foi sobre a melodia do biopoder, com seus acordes fortes e sua bem construída harmonia com o racismo e deste com os Estados, entre outros fatores mais, que o século XX viu surgir o nazismo e o fascismo. Segundo Agamben (2007b, p. 132), os mesmos “se tornam

plenamente inteligíveis somente se situados sobre o pano de fundo biopolítico inaugurado pela soberania nacional e pelas declarações de direitos”.

De acordo com Pelbart (2010a, p. 3),

“(…) o nazismo consiste num cruzamento extremo entre a soberania e o biopoder, ao fazer viver (a raça ariana), e fazer morrer (as raças inferiores), um em nome do outro, e poderíamos imaginar que essa mesma lógica ainda continua vigente nisso que Agamben detecta como o estado de exceção, onde, como diz ele, o campo representa o paradigma biopolítico por excelência – poderíamos incluir aí os âmbitos mais cotidianos em nosso país, desde as situações prisionais até as incursões policiais nos morros de nossas cidades”.

No entanto, como nos alerta Bauman (1998a), o chamado “Holocausto”, bem como, o nazismo e o fascismo, foram um efeito, ou melhor, um desdobramento direto de processos desenvolvidos pela modernidade. “O Holocausto foi um choque único entre as velhas tensões que a modernidade ignorou, negligenciou ou não conseguiu resolver e os poderosos instrumentos de ação racional e efetiva que o próprio desenvolvimento moderno fez surgir” (BAUMAN, 1998, p.17)

Como podemos perceber, a modernidade, o processo de produção de lixo humano e as práticas de extermínio andaram (e, infelizmente, ainda andam) de mãos dadas pelos caminhos de nosso passado não tão distante, por nosso presente e, tragicamente, já se insinuando em nossa perspectiva de futuro.

A modernidade “acolheu a pauta genocida que lhe foi entregue, com zelo, pelo regime Imperial” (FLAUZINA, 2008, p.107). Mais do que tão somente cuidar do legado deixado pelo poder de soberania, a modernidade (e o biopoder) trataram, apressados, de inventar novas práticas e estratégias de controle da vida e produção do terror.

No que concerne aos campos de concentração, os mesmos nasceram do Estado de exceção e se tornam “o paradigma biopolítico por excelência” (PELBART, 2010a). O campo, segundo Agamben (2007b), “é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra”.

Nos campos, direito e fato se confundem e a lei é suspensa. Trata-se do lugar no qual a exceção é permanente. Neles, “tudo é verdadeiramente possível”. Escreve Agamben (2008), “espoliado de todo o estatuto político e integralmente reduzido à vida nua, o campo é também o espaço biopolítico absoluto, nunca antes realizado, em que o poder não se confronta senão com a pura vida sem qualquer mediação”.

Assim, vida nua é a vida alienada de qualquer direito e, por isso, matável. Empurrada para fora dos limites das regras sociais (das normas do direito, bem como, da sacralidade) e da humanidade, torna-se uma vida descartável. Sua inclusão na ordem jurídica se dá por sua exclusão da mesma. Uma vida impotente, castrada, despotencializada.

Agamben usa da figura do “homo sacer” para colocar em análise a própria política ocidental moderna e a maneira pela qual esta inclui a vida nua em seus cálculos e institui o Estado de exceção enquanto regra. De uma maneira ou de outra, em nossa contemporaneidade, todos nós nos tornamos vidas nuas, ou, “sobreviventes”.

O biopoder contemporâneo reduz a vida à mera sobrevida, isto é, produz uma zona de indistinção (ou, intermediária) na qual as fronteiras entre a vida e a morte, entre o humano e o inumano, entre a bestialidade e a sacralidade do corpo se tornam ambivalentes. Como escreve Pelbart (2010a, p.3) “de Guantánamo à África, isso se confirma a cada dia”.

"Pois não é mais a vida, não é mais a morte, é a produção de uma sobrevida modulável e virtualmente infinita que constitui a prestação decisiva do biopoder de nosso tempo. Trata-se, no homem, de separar a cada vez a vida orgânica da vida animal, o não-humano do humano, o muçulmano da testemunha, a vida vegetativa, prolongada pelas técnicas de reanimação, da vida consciente, até um ponto limite que, como as fronteiras geopolíticas, permanece essencialmente móvel, recua segundo o progresso das tecnologias científicas ou políticas. A ambição suprema do biopoder é realizar, no corpo humano, a separação absoluta do vivente e do falante, de *zoè* e *biós*, do não-homem e do homem: a sobrevida". (AGAMBEN Apud PELBART, 2010b, p.3))

Como já vimos neste capítulo, o biopoder se refere a um poder sobre a vida, isto é, um poder que busca majorar, expandir e, também, gerir a vida. Diferentemente desta dinâmica do biopoder, o poder de soberania se caracterizava por produzir a morte. O ápice deste exercício de poder era atingido através dos rituais de suplício.

No entanto, a partir da leitura de Agamben, podemos perceber que, em nosso presente, há uma conjunção de forças nas quais o poder sobre a vida e o poder que aniquila a vida se tornam paradoxalmente um único e mesmo poder. Neste contexto, a biopolítica descrita por Foucault (2003, 2005), transforma-se em “tanatopolítica” (AGAMBEN, 2007a). De acordo com Pelbart (2010b, p. 3), “o biopoder contemporâneo, segundo Agamben -e nisso ele parece seguir, mas também “atualizar” Foucault- já não se incumbe de fazer viver,

nem de fazer morrer, mas de *fazer sobreviver*. Ele cria *sobreviventes*. E produz a *sobrevida*”.

Esse paradoxo se torna possível na medida em que o estado de exceção se torna norma, a biopolítica se transforma em tanapolítica e o campo aparece como principal paradigma dos Estados modernos. Assim sendo, o homo sacer, longe de ser uma figura obscura e distante do direito criminal romano, se torna fatidicamente atual e presente nos cálculos da biopolítica contemporânea.

Diante deste cenário pintado com cores sombrias, desenhos rebuscados, personagens obscuros e discursos racistas, a vida de milhões que habitam em favelas, cortiços, marquises, viadutos, prédios abandonados etc se torna nua, matável, refugada, descartável.

Para estas vidas nuas ou para estes homo sacers da modernidade líquida, não se gasta sequer uma bala de uma pistola. Contra eles qualquer tipo de violência é impunível. A favor deles, as declarações de direitos humanos defendem sua humanidade e, ao mesmo tempo, condenam suas vidas a serem mortas impunemente.

Melhor definição destas vidas nuas descartáveis, desses milhares de “homo sacer”, encontramos em texto de Eduardo Galeano (2005, p. 71). Trata-se dos “ninguéns”:

“As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam supertições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da
imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata”.

No mundo contemporâneo, “a biopolítica se caracteriza essencialmente como cultura do genocídio e do extermínio” (CARVALHO, 2010, p. 14) produzindo “ninguéns” e “mulçumanos”; produzindo vidas refugadas. No Rio de Janeiro, cenário que tomamos como pano de fundo de nossa pesquisa, as forças que se conjugam na produção e extermínio das pessoas tidas como refugadas/redundantes são muitas. Dentre elas, podemos destacar, em nossa pesquisa, os discursos de determinados veículos de comunicação como destacados atores sinistros da fabricação de vidas humanas refugadas. Como canta Chico Buarque, “mas o que eu quero lhe dizer é que a coisa aqui tá preta”.⁹²

Assim, no Brasil, onde o genocídio é recorrente, inúmeras são as forças que se aliam no sentido da manutenção das misérias sociais e do status quo. No próximo capítulo (Ato III) veremos como os discursos das duas maiores revistas semanais do país – Veja e Época – narraram, justificaram e aplaudiram de maneira entusiástica, durante o período dos meses de maio a julho de 2007, o cerco policial ao Complexo do Alemão que resultou na “Chacina do Pan”.

⁹² Referência à canção “Meu caro amigo” (Chico Buarque / Frances Hime).

4 Ato III: “Não foi nada eu não fiz nada disso. E você fez um bicho de 7 cabeças”: “Essa mídia que, através de suas matanças fictícias, nos acostuma com as matanças reais⁹³”.

*Sou classe média
Papagaio de todo telejornal
Eu acredito
Na imparcialidade da revista semanal
Sou classe média
Compro roupa e gasolina no cartão
Odeio “coletivos”
E vou de carro que comprei a prestação
Só pago impostos
Estou sempre no limite do meu cheque especial
Eu viajo pouco, no máximo um pacote cvc tri-anual
Mais eu “to nem ai”
Se o traficante é quem manda na favela
Eu não “to nem aqui”
Se morre gente ou tem enchente em itaquera
Eu quero é que se exploda a periferia toda
Mas fico indignado com estado quando sou incomodado
Pelo pedinte esfomeado que me estende a mão
O pára-brisa ensaboado
É camelo, biju com bala
E as peripécias do artista malabarista do farol
Mas se o assalto é em moema
O assassinato é no “jardins”
A filha do executivo é estuprada até o fim
Ai a mídia manifest
a a sua opinião regressa
De implantar pena de morte, ou reduzir a idade penal
E eu que sou bem informado concordo e faço passeata
Enquanto aumenta a audiência e a tiragem do jornal
Porque eu não “to nem ai”
Se o traficante é quem manda na favela
Eu não “to nem aqui”
Se morre gente ou tem enchente em itaquera
Eu quero é que se exploda a periferia toda
Toda tragédia só me importa quando bate em minha porta
Porque é mais fácil condenar quem já cumpre pena de vida
(“Classe média” de Max Gonzaga)*

⁹³ ARBÉX Jr, José. *Showrnalismo. A notícia como espetáculo*. SP: Casa Amarela, 2005.

4.1 Cena I: “Se há um assalto a banco. Como não podem prender o poderoso chefão. Aí os jornais vêm logo dizendo que aqui no morro só mora ladrão⁹⁴”: mídia e produção de subjetividades.

No contexto de nossa pesquisa interessa-nos, sobretudo, colocar em análise os discursos da mídia como potentes produtores de subjetividades. Para tanto, fazemos uso do conceito de processos de subjetivação tal como problematizado por Félix Guattari em sua obra. Assim, neste capítulo, falaremos, ainda que de maneira breve, da articulação entre mídia e processos de subjetivação.

Antes, contudo, é preciso que deixemos claro que em nossa pesquisa, não almejamos alimentar a dicotomia entre as chamadas “grande mídia” (ou, “mídia corporativa”, “mídia burguesa”), por um lado, e as “mídias alternativas” (ou, “mídia independente”), por outro. Muito menos, pretendemos especular qual seria a “melhor” forma de se fazer jornalismo etc. Como já apontamos em nota na introdução deste trabalho, não é este nosso objetivo.

Evidentemente, não podemos colocar no mesmo plano os veículos de comunicação das grandes corporações de mídia – como é o caso das Organizações Globo, que possuem grande capital e adotam uma política de verdade que se coaduna muito mais com os interesses dos grupos financeiros do que com a ética – com veículos de comunicação, como a Revista Fazendo Mídia ou a Revista Caros Amigos, que constantemente enfrenta problemas financeiros para se sustentar e, sobretudo, adota uma postura crítica e ética diante dos fatos por ela noticiados.

A partir de nosso referencial de trabalho, compreendemos que tanto os veículos de comunicação das grandes corporações de mídia (ou, resumidamente “grande mídia”), como os veículos de comunicação que não fazem parte de grandes empresas ou grupos de capitais (ou, “mídia alternativa”), são produtores de modos de subjetivação, bem como, de verdades.

Em nossa pesquisa, optamos como se tornou claro no capítulo I de nosso trabalho, por utilizar tanto os discursos da “grande mídia” como os discursos da “mídia alternativa”. Trata-se de uma estratégia que nos permite uma maior pluralidade de informações e pontos de vistas sobre o acontecimento “Chacina do Pan”. O uso de diferentes veículos de mídia também nos

⁹⁴ Referência à canção “Vítimas da sociedade” (Bezerra da Silva).

permite, ainda que de modo limitado, perceber que não existe uma única verdade sobre um fato, mas que esta é sempre produzida.

No que concerne às subjetividades, para Guattari (1992, 1996), as mesmas não são uma essência inerente ao ser humano, não se referindo a uma suposta natureza humana. Não são transcendentais, mas antes, imanentes, ou seja, processuais. Elas são produzidas “por instâncias individuais, coletivas e institucionais” (GUATTARI, 1992, p. 11)

As subjetividades referem-se aos diferentes modos de experimentação do mundo: a maneira como vemos, ouvimos, sentimos, nos relacionamos com os outros. Elas dizem respeito às maneiras como vivemos e experimentamos a vida. Como escreve Guattari (1992, p 11), “a subjetividade, de fato, é plural, polifônica”.

A partir deste ponto de vista, as subjetividades são pensadas, então, como uma produção histórica que se dá a partir de inúmeros agenciamentos/atravessamentos sociais e, por isso, elas não são aquilo que está dado a priori. Elas são os efeitos de múltiplas produções e, ao mesmo tempo, são produtoras também.

Todavia, muitas vezes na história da filosofia moderna e nas ciências humanas a ideia de subjetividade foi construída como uma entidade centrada no indivíduo. Neste sentido, ambos seriam indissociáveis. Tal concepção implica na produção de um homem individualizado e de uma “subjetividade celular”.

Por outro lado, a fabricação de uma subjetividade celular emerge no contexto em que se desenvolve o capitalismo industrial, em meados do século XVIII. Ocorrem mudanças significativas nas esferas da vida pública e da vida privada, trazendo conseqüências, também, para o meio urbano. Como nos mostra Sennet (1988), o esvaziamento progressivo dos espaços urbanos na modernidade foi concomitante às mudanças nos meios de produção e, também, a privatização da vida burguesa, produzindo uma subjetividade individualizada cerceada nos muros do lar e do eu.

No capítulo (Ato) II de nossa pesquisa, vimos como a produção de individualidades, através do poder disciplinar, potencializou a fabricação de corpos dóceis e úteis ao funcionamento do sistema capitalista. Assim sendo, uma análise dos processos de subjetivação presentes na modernidade não podem ser desvinculados da problematização do próprio sistema de produção capitalista. Como escreve Guattari (1996, p. 42), “a ordem

capitalista é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica, produzindo os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala etc.”

Guattari (1996) usa a expressão “capitalística” ao invés de capitalista, para designar um modo de subjetivação que se tornou hegemônico com a emergência do sistema de produção capitalista. Para o autor, as forças capitalísticas não produzem apenas capitais, produzem subjetividades. A subjetividade, como diz o autor, é a matéria prima fundamental de toda e qualquer produção capitalística.

“O lucro capitalista é, fundamentalmente, produção de saber subjetivo, isso não implica uma visão idealista da realidade social: a subjetividade não se situa no campo individual, o seu campo é o de todos os processos de produção social e material. O que se poderia dizer, usando a linguagem da informática, é que, evidentemente, um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc. – sistemas que não tem nada haver com categorias naturais universais.” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 32)

O indivíduo não é o recipiente no qual a subjetividade estaria, por natureza, contida. Ele é, sobretudo, um efeito das relações de poder. Podemos dizer que a “fôrma indivíduo” é um processo de subjetivação que se torna hegemônica na modernidade com a emergência da sociedade disciplinar, bem como, do capitalismo.

No entanto, ao mesmo tempo em que é um modo de subjetivação, o indivíduo é, também, uma tentativa de homogeneização universalizante das subjetividades. É uma espécie de prisão na qual o que está sendo encarcerado é a multiplicidade da existência, bem como, sua potência criativa. “De uma maneira mais geral, dever-se-á admitir que cada indivíduo, cada grupo social, veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade” (GUATTARI, 1992, p. 21-2).

O indivíduo, assim, é uma invenção subjetiva que tem lugar na modernidade. Numa certa medida, o mesmo, segundo Figueiredo (1995, p. 34), “será sempre pensando como indivíduo no sentido próprio do que não se divide, coincidindo ou vindo sempre a coincidir consigo mesmo, ou seja, identificando-se”.

A noção de produção de subjetividade desvincula-se, então, da noção de indivíduo e nos permite produzir múltiplas análises sobre como nós somos construídos a partir de diferentes forças e acontecimentos. Segundo Guattari (1996, p. 31), “o indivíduo é serializado, registrado e modelado”. Contudo, para o autor, “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo”.

A produção de subjetividade se dá a partir de múltiplos agenciamentos sociais: por forças e acontecimentos que nos atravessam e desestabilizam os contornos daquilo que somos. Logo, não podemos dizer que somos os mesmos que antes, pois, estamos o tempo todo sendo afetados por estas forças e acontecimentos do contemporâneo. Assim, estamos sempre em movimento; afetando e sendo afetados.

Como escreve Pelbat (2000, p. 15),

“Mais do que criticar a ideia de sujeito, então, caberia examinar em que medida novos campos a tornam caduca, quais forças suscitam novos problemas e arrastam para outras paragens. Conviria perguntar que contornos hoje estão dando novos sentidos ao termo subjetividade, em que medidas distam dessa matriz da contradição ou da reapropriação ou da presença a si citada acima e, sobretudo, que novos poderes, de afetar e ser afetado, essas forças inauguram”.

Assim, as subjetividades são, ao mesmo tempo, um efeito e um instrumento de construção, de um processo no qual não há divisão entre dentro ou fora, individual ou coletivo, racional ou emocional etc. Como escreve Guattari (1992, p. 11), “ela não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca”.

Se as subjetividades são uma produção contínua de diferentes modos de existência, é preciso que problematizemos que forças, no contemporâneo, estão atravessando os modos de subjetivação e, sobretudo, que maneiras de estar no mundo estão sendo fabricadas. Neste aspecto, os discursos da mídia – seja o jornal impresso ou online, o programa de TV ou de rádio etc. – são uns dos mais importantes produtores de subjetividades.

A partir da obra de Michel Foucault, especialmente sua aula inaugural no College de France (“A ordem do discurso”, 2005), pensaremos os discursos como práticas que obedecem a regras determinadas de emergência e produzem efeitos concretos no mundo. Para o autor, o discurso não é aquilo que esconde uma verdade que necessita ser desvelada.

Quando Foucault trabalha com o conceito de discurso ele não relaciona o mesmo a noção de ideologia tal qual trabalhada por Karl Marx em sua obra. Contudo, isto não quer dizer que o autor francês não considere que o modo de produção capitalista ou que as relações de classe estejam implicadas na produção dos discursos. Foucault parte de outro ponto de vista no qual o que importa não é o que o discurso possa esconder, mas o que ele enquanto prática produz, isto é, que verdades ele fabrica.

Dessa maneira, o discurso é um efeito das relações de poder e, ao mesmo tempo, um modo de exercício destas. O mesmo produz verdades – estas, assim como os discursos, são produzidas a partir das relações de poder – e processos de subjetivação. Assim, quando nos referimos aos discursos da mídia, estamos pensando os mesmos como práticas que produzem efeitos de verdade no mundo.

A mídia é um dos principais equipamentos sociais de produção de modos de subjetivação. Segundo Coimbra (2001, p. 29), a mídia produz “esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo e que os meios de comunicação, ‘falam pelos e para os indivíduos’”.

Como escreve Guatarri (1992, p. 11), os fatores subjetivos “foram assumidos pelos mass médias de alcance mundial”, tornando-se ainda mais importantes na econômica política das relações de poder.

No mercado globalizado das notícias, os discursos midiáticos produzem certos processos de subjetivação. Vimos no primeiro capítulo de nosso trabalho que inúmeros meios de comunicação produziram, no primeiro semestre de 2007, discursos que “falavam” para seus leitores do perigo da realização dos jogos Pan Americanos na cidade do Rio de Janeiro. Tais discursos cooperaram para a produção de um clima de medo e insegurança na cidade. Obviamente, existem outros fatores implicados na produção do medo.

Segundo Batista (2003), a difusão do medo do caos no Brasil possui um papel estratégico no controle e disciplinamento das massas. Neste contexto, o papel desempenhado pelos discursos midiáticos não é de coadjuvante. A mídia é protagonista de espetáculos nos quais são encenadas peças que a mesma ajudou a escrever.

A narrativa midiática oferece ao público uma versão da história, uma determinada interpretação dos fatos que, contudo, é vendida como se fosse a única verdade possível. É

assim que diariamente os veículos de comunicação fabricam consensos sobre certas práticas, consolidam valores e criam heróis ou vilões no teatro do cotidiano. Como escreve Arbéx Jr (2005, p. 103), “os fatos, transformados em notícia, são descritos como eventos autônomos, completos em si mesmos”.

A mídia enquanto “fábrica de consensos” (ARBÉX Jr, 2005, p. 137), faz uso de alta tecnologia, pesquisas, discursos de acadêmicos para fazer com que a opinião pública aceite a versão que ela fabrica sobre determinado acontecimento. No entanto, como alerta Arbéx Jr (2005, p. 205), a principal matéria prima da “engenharia do consenso” são “nossos próprios preconceitos e convicções, assim como nosso temor de enfrentar a instabilidade em um mundo cada vez mais complexo.”

Por este viés, podemos dizer que a mídia é tão poderosa porque ela tem a capacidade de produzir, em grande escala, subjetividades submissas aos seus interesses, ou seja, aos interesses do capital globalizado. Como escreve Coimbra (2001, p. 29), a mídia “não nos indica somente o que pensar, o que sentir, como agir, mas principalmente nos orienta sobre o que pensar, sobre o que sentir”.

De acordo com Marilena Chauí (2006, p. 14),

“rápido, barato, inexato, partidário, mescla de informações aleatoriamente obtidas e pouco confiáveis, não-investigativo, opinativo ou assertivo, detentor da credibilidade e da plausibilidade, o jornalismo se tornou protagonista da destruição da opinião pública.”

Se para Chauí o jornalismo tornou-se destruidor da esfera da opinião pública, para Arbéx Jr (2005), o mesmo possui a capacidade de “fabricar opinião” e, assim, simular a democracia. Segundo o autor (2005, p. 56), “aparentemente, a ‘opinião’ divulgada pela mídia interfere no curso dos acontecimentos, dando a ilusão de que o público foi levado em consideração.”

A grande mídia é regulada pelas mesmas regras do mercado e controlada por um grupo seleto de investidores privados. Uma grande corporação de mídia raramente fala sozinha, pois, como escreve Marcondes Filho (1989, p. 11), ela é “ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos e grupos políticos”.

Para Arbéx Jr (2005, p. 97), antes que uma notícia seja publicada pela mídia, aquela precisa passar pela “sanção do mercado”. De acordo com o autor, a notícia é “o resultado de um pacto de cumplicidade: o mercado se vê refletido por uma mídia que, por sua vez, dá visibilidade aos eventos que reforçam a estrutura de mercado.”

Os meios de comunicação, segundo Chauí (2006, p. 73), são empresas privadas e representam “uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital”. E que tipo de mercadorias as corporações de mídia vendem? Obviamente, vendem notícias e a produção destas segue a lógica do capital: o que importa é o lucro. Como escreve Galeano (2002, p. 16): “os fabricantes de armas precisam de guerras como os fabricantes de abrigos precisam de invernos”.

E de que precisam os “fabricantes de notícia”? Ou melhor, não importa se as notícias são verdadeiras, pois, sendo a verdade algo que é produzido, importa que elas sejam lucrativas. Então, mudemos a pergunta para: e onde está o lucro dos “fabricantes de notícias”?

Por um lado, numa perspectiva de mercado, o seu lucro está na vendagem de jornais, revistas, no acesso a sites, na audiência nos programas da TV, anunciantes etc. Por outro lado, politicamente, a lucratividade das “fábricas de notícias” refere-se a capacidade destas em produzir determinados modos de subjetivação: uma determinada maneira de pensar a política; um jeito de torcer e assistir aos jogos da seleção brasileira de futebol; um modo de perceber a favela, o morador de rua etc.

Vimos brevemente neste capítulo, como a produção de subjetividades é de suma importância para a produção capitalista. Também vimos que os discursos da mídia são produtores de verdades e, ao mesmo tempo, de processos de subjetivação. Diante deste contexto, caberia perguntar se as corporações de mídia trabalham a favor da democracia ou a favor dos interesses do mercado? Nossa resposta favorita foi dada por Wacquant (2003, p. 157): “hoje, as grandes mídias não são um instrumento do debate democrático, mas um obstáculo a ser contornado para poder engajá-lo”.

Em entrevista feita com o jornalista Marcelo Salles, o mesmo, falou de sua indignação diante do jornalismo praticado pelas grandes corporações de mídia. Para o jornalista, estas empresas midiáticas estão muito mais comprometidas com o mercado do que com a ética ou com a chamada “missão social” do jornalista.

A missão social do jornalismo é transformada em submissão aos interesses do capital. Seu compromisso em respeitar o público torna-se obediência às grandes empresas capitalistas. Será que os discursos que destoam da política de verdade instituída nas redações dos grandes jornais têm lugar nas páginas dos mesmos? Será que há espaço para vozes dissonantes?

Em entrevista à Revista Caros Amigos (ano VII, número 77), Nilo Batista (2003), referindo-se ao senso comum criminológico presente nos noticiários, disse:

“(...) as opiniões contrárias não têm espaço. É o senso comum representado por aquele especialista de que o Bourdieu fala em *Sobre a televisão*, que é aquele cara que já está ali na pauta, por que o Rubem César pode falar tudo isso, é porque ele vai dar sempre uma opinião que pode ser publicada, é a mesma opinião do dono do jornal, não tem nenhuma possibilidade de ele colocar alguma opinião como essas aqui...”

Wacquant (2003, p.157), por sua vez, produz análise similar a de Nilo Batista e afirma:

“Uma sociologia elementar da profissão mostra ao contrário que os jornalistas apreciam e celebram sobretudo aqueles que pensam como eles, de maneira jornalística, segundo as categorias do senso comum político e social do momento – não é uma carência individual, é uma coação estrutural que pesa sobre eles. Tudo aquilo que rompe o ronron dessa politologia flácida que lhes serve de instrumento de apreensão da sociedade tem todas as chances de ser percebido como uma agressão ou de simplesmente não ser percebido (...)”

Nilo Batista e Löic Wacquant mostram como o que entra na pauta da **mídia** não segue a lógica daquilo que é mais importante ao público ou ao país, mas, antes, ao que condiz com a política de verdade adotada. Assim sendo, a aclamada “liberdade de opinião” não passa de retórica que no teatro das hipocrisias cotidianas encena peças ao lado de outras, como a “liberdade de imprensa” ou a “democracia dos meios de comunicação”.

Neste contexto, a “liberdade de imprensa” é como um espelho que reflete a liberdade que podemos experimentar vivendo numa democracia na qual os interesses do mercado prevalecem sobre as pessoas. A capacidade de consumir, o limite do cartão de créditos internacional, torna-se condição para uma cidadania vivida enquanto potência de consumo de produtos, mas também, subjetividades.

O Brasil é uma sociedade autoritária que possui espasmos democráticos. Um dos principais alicerces que sustentam nossa sociedade é a violência em suas inúmeras formas de manifestação: a tortura, a escravidão, o racismo, o latifúndio, a fome, a intolerância, a corrupção etc.

Assim sendo, a mídia é efeito e, ao mesmo tempo, (re)produtora deste cenário no qual o Estado de direitos é vivido enquanto Estado de privilégios para poucos.

De acordo com Milton Santos (2007, p. 38), a tirania da informação e do dinheiro são violências centrais que servem de base para aquilo que o autor denomina “globalitarismo”, isto é, a globalização enquanto expansão e hegemonia de novos totalitarismos; acirramento das desigualdades e das misérias.

“É uma forma de totalitarismo muito forte, insidiosa, porque se baseia em idéias que aparecem como centrais à própria idéia da democracia – liberdade de opinião, de imprensa, tolerância – utilizadas exatamente para suprimir a possibilidade de conhecimento do que é o mundo, do que são os países, os lugares. Eu chamo isso de tirania da informação, que, associada à tirania do dinheiro, resulta no globalitarismo”.

Neste contexto, as altas tecnologias, as novas técnicas de informação que poderiam potencializar a ampliação do conhecimento, a multiplicidade de pontos de vistas, tornam-se, segundo Milton Santos, perigosamente instrumentos despóticos. Contudo, não podemos negar que contemporaneamente, as novas tecnologias midiáticas produziram uma verdadeira explosão de novos canais de comunicação.

Por outro lado, a qualidade da informação produzida não é alvo de discussão. Informar mais não é sinônimo de debate público de idéias, muito menos de democratização dos pontos de vistas sobre os acontecimentos. De acordo com Milton Santos (2007, p. 39), “as técnicas de informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares.”

O que o Milton Santos demonstra é que a tirania da informação e do dinheiro são condições para o funcionamento do sistema capitalista. Por este viés, o papel das grandes corporações de mídia não é outro senão criar condições para a expansão e legitimação do

capital globalizado, por um lado, e atacar tudo aquilo que possa interferir nos interesses daquele, por outro.

Não é por acaso que a produção de subjetividade é umas das principais “matérias primas do capitalismo” (Guattari, 1996). Produzem-se modos de subjetivação resignados e amedrontados como se produzem carros, isto é, em escala industrial. Ambos são fundamentais à economia capitalista. Enquanto o primeiro precisa de ruas pra acelerar, postos de combustíveis para abastecer, o segundo precisa de calmantes para suportar, de novelas para viver.

Como escreve Galeano no seu texto “O medo global” (2001, p. 83),

“Os que trabalham têm medo de perder o trabalho.
Os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho.
Quem não tem medo da fome, tem medo de comida.
Os motoristas têm medo de caminhar e os pedestres têm medo de serem atropelados.
A democracia tem medo de lembrar e a linguagem tem medo de dizer.
Os civis têm medo dos militares, os militares têm medo da falta de armas, as armas têm medo da falta de
[guerras.
É o tempo do medo.
Medo da mulher da violência do homem e medo do homem da mulher sem medo.
Medo dos ladrões, medo da polícia.
Medo da porta sem fechaduras, do tempo sem relógios, da criança sem televisão, medo da noite sem comprimidos para dormir e medo do dia sem comprimidos para despertar.
Medo da multidão, medo da solidão, medo do que foi e do que pode ser, medo de morrer, medo de viver”.

Deste modo, os interesses do capital globalizado se confundem com os interesses das grandes corporações de mídia. Estas, por suas vez, andam de mãos dadas com o Estado. Arbéx Jr (2005) mostra como a mídia estadunidense ocupou um lugar central na ofensiva de George W. Bush no Afeganistão (ano) e, posteriormente, no Iraque (2005, p. VII) após os ataques de 11 de setembro de 2001 no World Trade Center. De acordo com o autor, o atentado serviu, entre outras finalidades, para mostrar o funcionamento da grande mídia daquele país como uma verdadeira “máquina de guerra”, intimamente associada ao Estado.

Nos Estados Unidos – onde a “potência da mídia se combina com a potência das armas” (GUATTARI, 1992, p.13) – a grande mídia não poupou esforços para alimentar a campanha pela guerra contra o “terrorismo” que ameaçava, então, a aclamada democracia e liberdade estadunidense. No Rio de Janeiro, a grande mídia carioca não se exime de exercer papel parecido.

No contexto da “Cidade Maravilhosa”, “os terroristas” não são os árabes, mas os pobres, negros e favelados. Não negamos que, desde meados da década de 1980, as favelas se tornaram espaços privilegiados para a comercialização de drogas e armas. Porém, será que as mesmas são apenas espaços nos quais a única coisa que impera é o crime, o varejo do tráfico e a violência? Será que ser morador de favela é condição para se tornar criminoso?

Com o fim da ditadura militar e a chamada redemocratização vivida pelo Brasil a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, a figura do inimigo a ser combatido deixa de ser a do subversivo, comunista, e passa a ser a do inimigo “traficante”. Este é facilmente localizado nos morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Coimbra (2001, 2002), os discursos da grande mídia ocuparam papel de destaque na fabricação deste “novo inimigo” da sociedade.

Segundo Coimbra (2002, p. 36), muitos dos aparatos repressivos da ditadura vivida pelo Brasil permanecem perigosamente atuais. Ao se referir à Doutrina de Segurança Nacional⁹⁵, a autora sustenta que dentro da ordem neoliberal

“os inimigos internos do regime’ (...) passam a ser os segmentos mais pauperizados, e não somente os opositores políticos. São todos aqueles que os ‘mantenedores da ordem’ consideram ‘suspeitos’, e que devem, portanto, ser eliminados. Grupos de extermínios (...) funcionam ainda para esses fins, financiados por comerciantes e empresários, e, com auxílio de muitos dispositivos sociais – como a mídia – têm fortalecido processos de subjetivação que produzem juízes e autores como sujeitos necessários à ‘limpeza’ do corpo social ‘enfermo’. Esses enfermos são percebidos como perigosos e ameaçadores”.

Neste contexto, os discursos da mídia produzem verdades, modos de subjetivação, mas também, produzem bandidos, heróis e esquecimento. Vejamos agora como as revistas *Época* e *Veja* noticiaram a mega-operação no Complexo do Alemão em 27 de junho de 2007. Os discursos de tais revistas falam por si mesmas e são analisadores privilegiados do acontecimento “Chacina do Pan”.

⁹⁵ Segundo Coimbra (2002, p. 31), “O ponto de partida da Doutrina de Segurança Nacional foi a revisão do conceito de ‘defesa nacional’. Concebido tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos, este conceito, ao final dos anos 1950, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo principal, as ‘forças internas de agitação’. Essa revisão apoiava-se na bipolarização do mundo advinda da chamada ‘guerra fria’.

4.2 Cena II: “A favela, nunca foi reduto de marginal. Ela só tem gente humilde e marginalizada e essa verdade não sai no jornal. A favela é, um problema social⁹⁶”: a Revista Época e os “novos rumos da guerra contra o crime no Rio de Janeiro” ou “a afirmação do Estado contra a barbárie⁹⁷”.

Utilizamos em nossa pesquisa as edições 476 (junho) e 477 (julho) publicadas em 2007 pela revista Época. A capa da revista Época da edição 476 de junho de 2007 traz a foto de um policial (o conclamado inspetor Leonardo Torres, vulgo: “Trovão”) desfilando por uma pequena viela no Complexo do Alemão na qual se amontoavam uma dezena de corpos que foram, para utilizar a expressão da própria polícia, “abatidos como se fossem patos⁹⁸”.

Sobre a foto, em caixa alta, estava escrito: “UM ATAQUE INOVADOR”. Assim foi a maneira pela qual a Revista Época classificou a mega-operação no Alemão. Veremos, neste capítulo, em que sentido, a partir do discurso da referida revista, a operação policial foi inovadora – questionando, é claro, se de fato foi inovadora.

Como subtítulo, a edição 476, trazia: “Porque o cerco aos traficantes no Rio é um marco ao combate ao crime no Brasil”. A partir da capa da revista, podemos perceber que a mesma não apenas aplaudiu a mega-operação no Alemão como, também, fez questão de afirmar que a população carioca estava diante de um acontecimento divisor de águas no que tange ao “combate a criminalidade”.

“A tomada do Complexo do Alemão pela polícia do Rio de Janeiro, na semana passada, representa um marco histórico do combate à violência no Brasil. Mais que qualquer outra batalha já travada contra o tráfico no país, a invasão de um dos principais núcleos de resistência dos criminosos significou uma afirmação do Estado contra a barbárie” (REVISTA ÉPOCA, Ed. 476, 2007).

Neste sentido, o discurso da revista tratou a operação policial no Alemão não como mais uma intervenção da polícia numa favela carioca, mas, antes, como a tentativa de afirmação do Estado contra o caos, a desordem ou, usando o vocabulário da Época, contra a

⁹⁶ Referência à Canção “Eu sou favela” (Sérgio Mosca e Noca da Portela).

⁹⁷ Trechos da Revista Época (2007, Ed. 476).

⁹⁸ Como já vimos no Ato I (página 47), um policial que participou da mega – operação no Complexo do Alemão declarou, se referindo à facilidade que encontrou em matar supostos criminosos, que foi “como atirar em patos”.

“barbárie”. A sorte da população do Rio, bem como, o destino da cidade estava sendo traçado a ferro e fogo nas ruas esburacadas, nas vielas estreitas, nas casas de tijolos vermelhos do Complexo do Alemão.

De repente, a solução para grande parte dos problemas vividos pela cidade do Rio podia ser solucionada, quase como um passe de mágica, através de uma intervenção policial num dos maiores conjuntos de favelas da cidade. A paz e a cidadania dos cariocas dependiam dos rumos que a conclamada “guerra no Alemão” tomaria. O Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrano se apressou em deixar claro que:

“Não fomos lá prender uma ou duas pessoas, uma liderança do tráfico. Fomos lá desmanchar bunkers, ilhas inexpugnáveis. Fomos lá devolver direitos aos cidadãos”, diz o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame”.

Que espécies de direitos foram devolvidos a população sitiada do Complexo do Alemão através dos tiros, das invasões, das ofensas, da violência das forças policiais? Assim como George W. Blush, presidente dos Estados Unidos no período de 2001 a 2009, foi supostamente ao Iraque devolver maravilhosamente a democracia para aquele povo oprimido, a polícia carioca foi ao Alemão trazer a paz!

Como disse o escritor português José Saramago no vídeo “Falsa democracia” (2008),

“A democracia está aí, como se fosse uma espécie de Santa do Altar, de quem já não se espera milagres, mas que está aí como uma referência (...) e não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia seqüestrada, condicionada, amputada”.

A revista *Época* ensina aos seus leitores que a violência (a legitimada, isto é, a policial) pode trazer cidadania e nos dar esperança e de que os tiros, as facadas, os caveirões, as armas (novamente, da polícia) são como trombetas que depois de longos dias de lutas infundáveis anunciarão, enfim, como uma dádiva divina, a chegada de um novo tempo para o Rio de Janeiro. Parafraseando *Hamelet* (SHAKESPEARE, 1986), o príncipe da Dinamarca, há algo de podre em nosso reino.

Sob o título “os novos rumos da guerra contra o crime”, a Revista *Época* apresenta idéias que “darão resultado para vencer esta guerra”. Os autores da matéria classificam a mega-operação no Complexo do Alemão como “um ataque ao tráfico no Rio”.

“Ainda falta muito para que o crime seja vencido no país. Mas as características da ação dos últimos dias no Rio sugerem que algo realmente mudou”, escreve a Revista E o que teria, então, mudado? A resposta é bem objetiva e curta: “houve planejamento, inteligência e firmeza”.

Autores como Cano, Batista, Campos, Tancredo afirmaram, como podemos ler no capítulo I de nosso trabalho, que se algo mudou no que se refere à política de segurança pública fluminense foi uma intensificação da violência e da letalidade das operações policiais (o que a revista *Época* chama de “atitude inovadora”). Ao mesmo tempo, em que diminuía o número de prisões, de drogas e armas apreendidas, crescia assustadoramente o número de mortos em autos de resistência.

Aqui deixaremos rapidamente os discursos da Revista *Época* para nos debruçarmos com mais detalhes sobre os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISPRJ) no que concerne ao balanço das incidências criminais no primeiro semestre de 2007.

De acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, entre os meses de janeiro e junho de 2007 houve uma redução do número de prisões “com menos 2.132 casos, ou 23,6%, e aumento do cumprimento de mandado de prisão, com mais 819 casos, ou 19,4%” (2007, p. 4).

Em relação ao número de armas apreendidas houve uma redução em 14,3% ao comparar-se os primeiros semestre de 2007 e 2006. No entanto,

“No primeiro semestre de 2007, apesar de haver redução no número de armas apreendidas, com menos 14,3% comparado a 2006; em relação à qualidade do potencial destrutivo deste armamento, observou-se um aumento de 19,2% para 23,4% na apreensão de fuzis, metralhadoras/ submetralhadoras e pistolas, classificadas como “Categoria A”. (2007, p. 4)

O número de drogas apreendidas registrou uma redução de 7,3% em comparação ao primeiro semestre dos anos de 2007 e 2006. Por outro lado, apenas no primeiro semestre de 2007, em comparação ao primeiro semestre de 2006, o número de auto de resistências subiu 33,5%, “com mais de 174 mortes” (2007, p. 4). De acordo o documento do ISP,

“O número de mortes por auto de resistência também foi maior no primeiro semestre de 2007. Considerando a série desde 2000,

observa-se que em 2000, foram 172; em 2001, 300; em 2002, 409; em 2003, 621; em 2004, 469; em 2005, 501; em 2006, 520; e, em 2007, 694 mortes”. (2007, p. 31)

Segundo reportagem de Uchoas (2009),

“Um estudo da ex-diretora do Instituto de Segurança Pública, a antropóloga Ana Paula Miranda, comprova por comparação que a utilização dos autos de resistência mascararam uma política de extermínio. Segundo os dados, de 2000 a 2008, a relação “presos em flagrante” versus “mortos pela polícia” caiu cinco vezes. Era de 75,4, passou a 21,8 em 2004 até chegar a 15,2 no último ano. A interpretação dos dados tem sido unânime para os estudiosos de Segurança Pública. A polícia, cada vez mais, deixa de prender para matar”.

No que concerne ao número de policiais militares mortos em serviço, tanto no primeiro de 2007 como em 2006, houve a mesma quantidade de mortos, ou seja, 15 mortes para cada semestre. Do mesmo modo, o número de policiais civis mortos em serviço nos primeiros semestres dos anos referidos, foi de uma morte para cada semestre.

Como resultado do festejado “planejamento, inteligência e firmeza” (ÉPOCA, 2007, Ed.476), no ano de 2007, 1.330 pessoas foram mortas pela polícia sobre a rubrica de “auto de resistência”. Reportagem do jornal paulista Estadão (WERNECK, 2009), referindo-se a dados divulgados pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro no ano de 2009, mostram que o número de mortos em autos de resistência passou de 10 mil em 11 anos!

De acordo com a reportagem, de janeiro de 1998 a setembro de 2009, “policiais civis e militares mataram 10.216 pessoas no Estado. A média é de 2,4 mortos por dia” (WERNECK, 2009). Em 1998, a categoria “autos de resistência” foi incluída nas estatísticas oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

O “auto de resistência” foi uma invenção do período da ditadura militar (1964-1985) que, infelizmente, perdura até hoje. Trata-se de um dispositivo criado para encobrir as exceções sumárias praticadas por policiais em serviço. Em termos técnicos, significa “morte em confronto”, isto é, em último caso, o policial mata o suposto criminoso para assim defender-se.

De acordo com Ignácio Cano (2009), “é claro que junto com os confrontos legítimos há também casos de execução sumária e todos são varridos para baixo do tapete sob o nome de auto de resistência.” O sociólogo classificou a matança dos autos de resistência no Rio de Janeiro como “radiografia da barbárie” (WERNECK, 2009).

Em 1995, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (1995-1998, PSDB), criou, em decreto, “uma premiação em dinheiro para policiais por atos ‘de bravura’” (WERNECK, 2009). A medida, conhecida como “gratificação faroeste”, “estimulou mortes em supostos confrontos, apontou o estudo Letalidade da Ação Policial no Rio, do Instituto de Estudos da Religião (Iser)” (Werneck, 2009).

De acordo com a reportagem de Werneck (2009),

“A pesquisa, encomendada pela Assembléia Legislativa e concluída no fim de 2007, mostrou que, desde a entrada em vigor da política de premiações, o número de mortos em ações policiais dobrou na capital fluminense, passando de 16 para 32 por mês, e o índice de letalidade subiu de 1,7 para 3,5 mortos por ferido. Foram comparados dois períodos: janeiro de 1993 a abril de 1995 (anterior à aplicação da gratificação) e maio de 1995 a julho de 1996, posterior, em que a Secretaria de Segurança passou a ser comandada pelo general Nilton Cerqueira”.

O resultado da pesquisa encomendada pela Assembléia Legislativa “apontou fortes indícios de exceções sumárias na gestão Cerqueira”:

“(…) não houve testemunhas na maioria dos casos (83%); o número médio de perfurações era de 4,3 por vítima; 61% dos mortos apresentavam pelo menos um tiro na cabeça; e 65% tinham recebido pelo menos um tiro pelas costas, o que indica que muitos estariam fugindo da polícia. No entanto, dos 301 inquéritos encontrados pelos pesquisadores, 295 foram arquivados sem julgamento” (WERNECK, 2009).

A “gratificação faroeste” existiu entre 1995 e 1998. Contudo, para Ignácio Cano, a mesma teve “impacto de longo prazo e consolidou o confronto armado como política de segurança” (WERNECK, 2009). Como defende Coimbra (2002, anos), apesar de oficialmente a ditadura militar ter acabado em meados da década de 1980, ainda assim, instrumentos

repressivos e de extermínio, como os autos de resistência, continuam, ainda que vestidos com outra roupagem, atuais.

Para a Revista Veja (VEJA RIO, 2007),

“O general Nilton Cerqueira assumiu a secretaria em 1995, no governo Marcello Alencar, em meio a uma onda de seqüestros. Criou a gratificação por bravura para premiar policiais. O número de mortos em confrontos com a polícia dobrou, mas vários índices criminais caíram”.

Se no governo de Marcello Alencar a média de mortos “em confronto” era de 1 por dia, na atual gestão de Sérgio Cabral Filho, segundo reportagem de Werneck (2009), a média subiu para 3,3 por dia. A média foi de 2,9 durante o período de Rosinha Garotinho (2003-2006), 2, 4 no de Benedita da Silva (1999- março de 2002) e 1,2 no de Anthony Garotinho (1999 – março 2002).

De acordo Werneck (2009),

“o atual governador do Rio é o campeão de autos de resistência: em 2007, foi registrado o maior número absoluto (1.330) e a maior taxa por 100 mil habitantes (8,2). Em junho daquele ano, operação policial no Complexo do Alemão resultou na morte de 19 pessoas. Sob Cabral, (...), foi atingida a marca de 147 mortes praticadas por policiais em um mês, quase cinco por dia. Isso ocorreu seguidamente em abril e maio de 2008. Foi o ápice dos autos. Em 2009, até setembro, a média de mortos pela polícia (2,9 por dia) está mais baixa que a dos primeiros anos de Cabral: 3,6 em 2007 e 3,1 em 2008”.

De acordo com denúncias feitas em 2009 pela Ong “Human Rights Watch”, 11 mil pessoas foram mortas pela polícia do Rio de Janeiro e São Paulo desde 2003. Segundo Uchoas (2009), dentre as pessoas assassinadas, “pelo menos 64% teriam sido sumariamente executadas. A pesquisa foi realizada por amostra de 51 casos, a partir de relatórios médicos. No Estado do Rio, 7,8 mil acusações de crime policial geraram apenas quatro condenações”.

De acordo com Uchoas (2009),

“Sérgio Cabral já assumiu o governo com um discurso populista de que não iria dar trégua, nem tolerar excessos. Esse é, na verdade, um

discurso que estimula a política de extermínio, e é reproduzido por toda a cúpula de Segurança Pública. A tendência de aumento do uso de autos de resistência é histórica, mas já ficava claro no início de que haveria um salto no governo Cabral”, defende Maurício Campos, da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência”.

A partir dos dados do Instituto de Segurança Pública do Rio, podemos perceber que, de fato, a atual política de segurança colocada em marcha pelo governo Cabral aumentou a letalidade das ações policiais, ao mesmo tempo em que diminuiu o número prisões e a quantidade de drogas e armas apreendidas.

Seria então esta política de segurança que a Revista Época afirma ter sido feita com “planejamento, inteligência e firmeza”? É demonstração de inteligência matar pessoas “como se fossem patos”, deixar crianças durante semanas sem aula? É sinal de firmeza que a polícia use facas para matar supostos criminosos? É mostra de planejamento matar dezenove pessoas num dia e violar os locais para que a perícia não possa trabalhar?

De acordo com a reportagem da Época (2007, Ed. 276), se antes a chamada “guerra contra o tráfico” era personalizada na figura de traficantes como Fernandinho Beira-Mar ou Marcinho VP, agora o novo personagem que heroicamente entra em cena é a do inspetor Leonardo da Silva Torres (“Trovão”). O mesmo, como já escrevemos no início deste capítulo, virou capa da Revista Época, sendo fotografado desfilando por uma estreita viela repleta de corpos de supostos criminosos mortos pela operação policial.

De acordo com a matéria da revista, o inspetor da polícia

“encarna não só a batalha no Alemão, mas a força policial inovadora que hoje combate nos morros. Formado pela Swat americana e pelo Centro de Inteligência da Marinha Brasileira, Torres integrou a patrulha avançada de ocupação do Alemão. Seu uniforme de campanha e o charuto que mantém aceso mesmo em serviço deram uma cara nova aos agentes da invasão. Mais que isso, eles fizeram de Trovão alguém com quem a população pode se identificar. Agora, há a sensação de que a ação da polícia é para valer. Tanto o secretário Beltrame quanto o governador do Rio, Sérgio Cabral, são elogiados publicamente. É como se a população do Rio de Janeiro não se sentisse mais órfã nem refém do tráfico” (REVISTA ÉPOCA, 2007, Ed. 476)

“Alguém com quem a população possa se identificar”? A que população a revista está se referindo? Pois, será que a população do Complexo do Alemão pode se “identificar” com a polícia? Com aqueles que invadiram e atiraram em casas, bateram em moradores?

No dia 10 de julho de 2007 o jornal O Globo publicou a seguinte matéria: “População aprova operação policial” (FAZENDO MÉDIA, 2007). Nesta, o jornal divulga o resultado de uma pesquisa que o mesmo encomendou ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) sobre a mega-operação policial no Complexo do Alemão.

Reproduzimos o quadro publicado na matéria “Moradores do Alemão reprovam invasões”, da Revista Fazendo Média (2007):

O Globo, terça-feira, 10 de julho de 2007. Seção Rio, página 19.

População aprova operação policial

Pesquisa ouviu mil pessoas

Uma pesquisa realizada pelo Ibope após a operação da Secretaria de Segurança no Complexo do Alemão, no dia 27 do mês passado, mostra que a maioria da população aprovou a ação. De acordo com o instituto, dos mil entrevistados, 83% disseram ser favoráveis à operação. Mais: 87% aprovaram ações semelhantes em outras favelas. A pesquisa ouviu mil pessoas, pelo telefone, nos dias 3 e 4 de julho.

Dos entrevistados, 89% souberam da operação. Perguntados se apoiariam ação semelhante na sua vizinhança, que pusesse em risco a própria vida ou de parentes, 56% disseram sim, e 37%, não. Para representantes da sociedade civil e especialistas em segurança, os resultados da pesquisa não surpreendem.

- É evidente que a sociedade não aceita o domínio de bandidos sobre territórios da cidade e quando o estado reage, ela aprova - disse o diretor do movimento Viva Rio, Rubem Cesar Fernandes que reivindica que o estado assuma também a defesa dos direitos humanos.

O ex-secretário nacional de Segurança coronel José Vicente disse ser natural que a população aprove o

enfrentamento do crime:

- Mas esse enfrentamento contribui para a queda dos indicadores de criminalidade em todas as regiões, como em Niterói, por exemplo?

Curiosamente, o jornal O Globo não divulgou onde residiam as mil pessoas que foram entrevistadas por telefone entre os dias 3 e 4 de julho pelo IBOPE. O jornalista Marcelo Salles, um dos idealizadores da Revista Fazendo Média, nos afirmou em entrevista no dia 1 de maio de 2010, que apesar do próprio entrar em contato com IBOPE, ninguém soube lhe informar onde residiam as pessoas entrevistadas.

Em resposta, a equipe da Revista Fazendo em parceria com o “Grupo cultural Raízes em Movimento” fizeram uma pesquisa com 787 moradores do Complexo do Alemão no dia 21 de julho de 2007.

O resultado da pesquisa independente é que a maior parte dos entrevistados (91%) condenava a mega-operação. Ainda de acordo com a pesquisa, 7% dos entrevistados disseram apoiar operações como a do dia 27 de junho e 2% não quiseram responder. O levantamento feito pelo Fazendo Média e pelo Grupo Raízes em Movimento contradiz flagrantemente a pesquisa do jornal O Globo.

De acordo com o coordenador de fotografia do Raízes em Movimento, Sadraque Santos,

"Nem tudo que a grande mídia mostra é verdadeiro. Por exemplo, como é que o 'Globo' faz uma pesquisa dizendo que 83% da população concorda com a operação que aconteceu dentro do Complexo do Alemão, sendo que dentro do próprio Complexo do Alemão eu tenho certeza absoluta que ninguém foi ouvido? Não ligaram pra ninguém. Até porque, hoje, dos 5 mil telefones da favela, 4 mil estão desligados. Por conta, justamente, da operação policial, quando eles atiraram no armário telefônico e deixaram 4 mil telefones mudos e até hoje esses telefones não foram consertados. Então como essa pesquisa pode ser verdadeira, se foi feita por telefone?" (FAZENDO MÉDIA, 2007)

A partir da pesquisa realizada pelo Fazendo Média e pelo Raízes em Movimento, podemos perceber que não foi a população do Complexo do Alemão que pode “se identificar” com o inspetor da polícia Leonardo Silva (“Trovão”). Porém o jornal O Globo – juntamente com outros veículos de comunicação da grande mídia, é claro – não poupou esforços em produzir um consenso favorável sobre a “Chacina do Pan”.

Durante décadas os discursos midiáticos, arraigados de preconceitos e racismos, bem como, legitimado pela fala autorizada de acadêmicos e parlamentares, vem produzindo e reforçando consensos que tornam possíveis chacinas como a do Pan em 2007, da Baixada Fluminense em 2005, da Candelária e Vigário Geral em 1995, da Favela Nova Brasília em 1994 e 1993.

Como escreve o jornalista José Arbéx (2005, P. VIII),

“O que torna a mídia tão perigosa é a sua capacidade de andar de mãos dadas com o Estado, enquanto vende a imagem de ‘neutralidade’, ‘objetividade’ e ‘democracia’. É a sua base de condicionar o imaginário, moldar percepções, gerar consensos, criar a base psicossocial para uma operação de grande envergadura, como a guerra. Tudo aquilo, enfim, que Joseph Goebbels soube oferecer, com grande competência, ao seu patrão Adolf.”

Algumas pessoas – como é de se esperar – não gostaram do fato da Revista Fazendo Média questionar a política de extermínio do governo Fluminense no Complexo do Alemão. Indignadas disseram:

“É engraçado, quando se toma uma atitude contra o crime organizado, quando se enfrenta, cai todo mundo em cima criticando. Tá bom do jeito que está? Quem manda é marginal, direitos humanos é pra bandido? Moro no Rio, e essa mentalidade de "eu posso", "eu sou o bom", "eu tenho meus direitos", "não tô nem aí pra você", isso tem que acabar, essa cidade está virando um amontoado de gente mal-educada, que se acha grande coisa! Pobreza não é defeito, agora defender marginal?! è coisa de carioca mesmo, não dá pra entender!!” PATRICIA | 01.08.07 - 2:21 pm | (REVISTA FAZENDO MÉDIA, 2007)

Já sabemos que para a Revista Época (2007, Ed. 476) a operação no Alemão foi inovadora – um verdadeiro “marco” em termos de política de segurança pública – e que a

“população do Rio” não se sente mais “órfã”. Os cariocas agora podem se identificar com um inspetor da polícia que fuma charuto enquanto desfila por uma viela estreita cheia de supostos criminosos mortos.

Segundo a Revista (2007, Ed. 476), entre os fatores que cooperaram para o sucesso da mega-operação estão: a integração entre as polícias militares, civis e os soldados da Força Nacional de Segurança. A fala do Secretário de Segurança Pública é reproduzida na reportagem: “Foi a maior prova de integração já demonstrada entre as polícias civil e militar com a Força Nacional de Segurança”, declarou José Mariano Beltrame.

Outro fator importante apontado pela Revista Época foi a chamada “inteligência” da equipe que planejou, durante meses, como frisa a reportagem, a operação policial.

“Os planos foram traçados a partir de informações colhidas por 150 informantes, infiltrados no morro havia meses, e por fotos aéreas da região. Houve método e organização na incursão, planejada ao longo de dois meses. Na manhã do ataque, nove atiradores de elite ocuparam pontos estratégicos, no alto do morro. Dando proteção aos policiais e soldados, eles permitiram fechar o cerco. Pela primeira vez os policiais conseguiram postar-se em locais geograficamente acima dos traficantes. É certo que o número de mortos é elevado. Apenas nesta ação houve 19 mortes e, desde 2 de maio, quando o confronto começou, quase 50 pessoas morreram e mais de 70 ficaram feridas. Também é verdade que há suspeitas de que, entre os mortos, houvesse inocentes. Mas vários cuidados foram tomados para evitar mais vítimas, como desviar o tráfego aéreo e evitar ações perto de escolas”.

Apesar do discurso da Revista admitir que houve muitas mortes e de que havia suspeita de mortes de “inocentes” – então se for um suposto criminoso a polícia tem licença para matar? –, a mesma não se deu ao trabalho de investigar as denúncias que, por exemplo, a Comissão de Direitos Humanos da OAB fez logo após o dia 27 de junho. A Revista preferiu, não por acaso ou preguiça, mas por escolha política, aceitar de bom grado a fala da Secretaria de Segurança Pública do Rio. Como declarou Beltrame (Revista Época, 2007, Ed. 476), “a grande lição de tudo isso é que um Estado que se organiza, planeja e que toma atitudes fortes tem condições de se impor.”

A Revista *Época* (2007, Ed. 276) anuncia que o governo Fluminense quer “banir o Estado paralelo que se instalou nos morros”. Além disso, a revista cita um “ambicioso projeto de ação social” que, por sua vez, é “baseado na experiência colombiana”. Com o desenvolvimento de nosso capítulo, veremos que países como a Colômbia e cidades como Nova York, Chicago e Los Angeles, foram constantemente lembradas como “bons exemplos”, no que tange a políticas de segurança, para o Rio de Janeiro.

Aqui, cabe nos desviarmos brevemente dos discursos da Revista *Época*, e fazermos, ainda que resumidamente, uma passagem pela questão colombiana. Afinal, o “ambicioso projeto de ação social” de Cabral baseia-se na “experiência colombiana”. Veremos em que pode implicar esta afirmação.

Em 2006, antes das eleições ao governo do estado, Sérgio Cabral Filho fez uma visita aos nossos irmãos colombianos. Em entrevista a Mauricio Campos (militante da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência), o mesmo afirmou que Cabral passou vários meses na Colômbia fazendo um “intercambio direto”, isto é, “foi lá para conhecer a experiência da segurança. Na Colômbia existe uma política de segurança chamada segurança democrática que o (Álvaro) Uribe começou a implantar”.

De acordo com Mauricio Campos, é “uma coisa difícil de você ver em época eleitoral um candidato – mesmo sendo um favorito, como era o caso do Sérgio Cabral, na época – se ausentar do local, da base eleitoral, por um tempo. E ele fez isso em 2006. Para se ver a importância que ele dava em fazer os contatos”.

Diferentemente do que ocorre no Brasil, na Colômbia quem executa a política de segurança são instâncias federais e não locais. Segundo Mauricio Campos, “os governos locais não tem muita interferência na segurança. Já de cara é uma coisa bem diferente daqui, mas mesmo assim ele (Sérgio Cabral) quis trazer a experiência de lá”.

Por que Sérgio Cabral queria trazer a chamada “experiência colombiana” para o Rio de Janeiro? Seria nosso vizinho sul-americano um modelo a ser seguido na área de segurança pública? De acordo com Maurício Campos:

“Assim que (Alvaro) Uribe entrou (tornou-se presidente) ele anistiou apenas os paramilitares e, ao mesmo tempo, uma série de operações violentas foram feitas nas cidades. Por outro lado, uma série de ações de intervenção em comunidades”.

“E uma das experiências que teve lá na Colômbia foi uma série de operações extremamente violentas com participação do exército e de policiais nas favelas para, teoricamente, combater grupos criminosos armados, mas na verdade era voltada para organizações de esquerda que estavam tentando se implantar nestes bairros mais pobres”.

“E qual a grande diferença que existia de lá e aqui? Lá foi feito na verdade um grande acordo com os paramilitares e estes com o auxílio do governo alcançaram grande parte de seus objetivos. Essa foi a grande razão para a queda dos índices de homicídio na Colômbia. Que é colocado como o grande feito da política de segurança democrática do Uribe. Aqui foi o contrário. Não existia isso”.

“Aqui, a chegada do (Sérgio) Cabral e depois do Eduardo Paes, foi um estímulo a multiplicação do paramilitarismo. Foi exatamente o contrário. Não houve nada parecido com que foi feito na Colômbia. Aqui os paramilitares se multiplicaram e começaram a entrar em conflito entre si. O que ta existindo é uma ampliação enorme dos paramilitares aqui no Rio de Janeiro. Isso tem haver inclusive com vínculos de políticos”.

“Toda carreira do Eduardo Paes foi construída em área em que os paramilitares eram fortes. Ligação direta com os paramilitares: barra, Jacarepaguá. Nestes lugares o crescimento do paramilitarismo cresce junto com a especulação imobiliária, a multiplicação dos condomínios e a expulsão de comunidades pobres mais antigas”.

“É óbvio que o que foi feito na Colômbia jamais daria certo aqui. Na prática Sergio Cabral fechou os olhos para a expansão do paramilitarismo”.

Seria este o audacioso projeto de “ação social”, “inspirado do modelo colombiano”, que a revista *Época* anunciou que o governo do Estado realizaria nas favelas cariocas assim que “acabasse com o poder paralelo”? Ação social se transformou, nos discursos da grande mídia e dos políticos do governo, em sinônimo de fomento do paramilitarismo? Ou, das milícias?

O debate sobre as questões da Colômbia (paramilitares, guerrilheiros, drogas, Uribe, Estados Unidos, Rio de Janeiro) merecem uma pesquisa a parte. Em nosso trabalho, pelas limitações de tempo próprias de uma dissertação de mestrado, não nos aprofundamos como gostaríamos na análise do caso colombiano.

Na medida em que o governador do Estado usa a Colômbia como exemplo de política de segurança pública a ser reproduzido no Rio de Janeiro, torna-se imprescindível questionarmos o que acontece na Colômbia. Do mesmo modo, qual o papel que a mesma desempenha hoje na América Latina e sua relação com os Estados Unidos, entre outras questões.

Acreditamos que, ainda que se trate de apenas alguns parágrafos, é importante que façamos um registro, em nossa pesquisa, do caso colombiano dos “falsos positivos”.

De acordo com Castro (2010, p. 131), o relatório da Anistia Internacional, “Déjennos em Paz!”, mostra que nas últimas décadas mais de 70.000 pessoas foram mortas na Colômbia, a maioria civis. Esta violência de proporção absurda é um dos efeitos do “conflito armado interno” colombiano “cujos principais atores – grupos guerrilheiros, forças de segurança, narcotraficantes e paramilitares – cometem todos os tipos de abusos contra a população civil”. Segundo a autora, torturas, desaparecimentos forçados, ameaças e expulsão de terras são alguns dos referidos “abusos”.

O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, chama o conflito interno que seu país vive de “Guerra contra o Terror”. Para o mesmo, não se trata de um conflito entre posições antagônicas, mas uma “guerra do Estado contra terroristas”. Assim, “ele se livra de uma série de acusações de abuso de poder, fere tratados internacionais para a proteção dos direitos humanos dos quais a Colômbia é signatária e consegue projetar-se mundialmente como um grande combatente desse inimigo mundial, o terrorismo” (CASTRO, 2010, p. 132).

A aliança que Uribe fez com os paramilitares (cerca de 30.000), a qual se referiu Maurício Campos, fez com que estes entregassem suas armas sem, contudo, serem julgados pelos abusos que cometeram contra os civis. De acordo com Castro (2010, p. 132), “a não punição deles leva à vítima a mensagem subliminar de intimidação. Poucas são as pessoas que têm a coragem de denunciar os abusos das quais são vítimas”.

Segundo Castro (2010), apesar do número de civis desaparecidos ter diminuído após o acordo entre governo e paramilitares, em 2008 o caso dos jovens de “Muchachos de Soacha” abalou a opinião pública colombiana e mostrou que o exército estava envolvido com o desaparecimento forçado de civis que não tinham qualquer envolvimento com as guerrilhas.

O irmão de Roberto Jairo Meras, morador de Soacha, subúrbio industrial de Bogotá, desapareceu no dia 26 de janeiro de 2008. Roberto fez aquilo o que a maioria das pessoas não faz por se sentir intimidadas: denunciou o desaparecimento de seu irmão à Comissão de Busca de Desaparecidos. Graças ao trabalho diligente dos médicos forenses dessa comissão, setes meses depois o paradeiro do seu irmão foi descoberto. Seu corpo foi encontrado em uma cova rasa junto com mais dez cadáveres, a maioria de adolescentes, em Ocaña, a 400 quilômetros a Noroeste de Bogotá, nas proximidades da fronteira com a Venezuela.

Quando os corpos dos jovens foram encontrados, os mesmos estavam vestidos com roupas da guerrilha. De acordo com Castro (2010), um grupo do exército enviou um aliciador à pequena cidade de Soacha tendo por alvo atrair jovens pobres e desempregados. Obviamente, aquele trazia a falsa promessa de empregos para os “muchachos”. O aliciador ganhou, ainda segundo Castro, recebeu 150 dólares por cabeça. Mas para que? E as tais roupas que os jovens vestiam?

Os jovens aliciados, levados para longe de sua cidade, foram executados por soldados do exército colombiano. Estes, por sua vez, vestiram os jovens com roupas da guerrilha para forjar, grossamente, que os mesmos eram guerrilheiros e, possivelmente, teriam morrido em combate. E por que os soldados matariam os jovens de Soacha? A troco de que?

De acordo com Castro (2010, p. 135-6),

Os detalhes dessa investigação não foram divulgados, mas relatórios de grupos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos detalharam a prática, no Exército colombiano, da síndrome da ‘contagem dos corpos’, que já havia sido denunciada inúmeras vezes, mas que havia sido rechaçada pelo Presidente Uribe como ‘falsas denúncias’. A utilização sistemática do modelo de contagem de corpos como forma de auferir o sucesso ou não da guerra contra as guerrilhas, defendida publicamente pelo general Mario Montoya,

tornou-se um incentivo institucional à prática do assassinato. Na falta de baixas inimigas, os *positivos* no jargão dos soldados, a serem apresentadas, *forjam-se* os corpos dos indivíduos mortos. Tudo em nome do propósito mesquinho e perverso da promoção pessoal, da folga do batalhão, da recompensa financeira. Depois de mortas, as vítimas são vestidas com fardas de guerrilheiros, algumas não apresentando nem mesmo buraco de bala. Não se tratando, porém, de guerrilheiros mortos em combate, passaram a ser chamados pela mídia colombiana de os *falsos positivos*. O modo displicente como a cena é montada demonstra que seus praticantes estavam certos de que ficariam impunes. Essa seja talvez a maior perversidade da história toda, a de praticarem seus crimes na certeza de ninguém, nenhuma instituição pública, iria procurar pelos desaparecidos, e exigir que fossem encontrados. ‘Quem’, acreditam eles, ‘vai reclamar o corpo de um indivíduo como este, pobre, desempregado, desprotegido?’.

Os jovens mortos, “muchachos de Soacha”, ganharam as páginas da mídia e o caso fez com que o presidente Álvaro Uribe anunciasse a “aposentadoria antecipada de 27 oficiais das Forças Armadas, dentre eles o General Comandante em chefe do Exército, Mario Montoya” (CASTRO, 2010, p. 134).

Ainda segundo Castro (2010, p. 136), de “2002 a 2008 foram computados pelo menos 2.000 ‘falsos positivos’, dentre eles 122 mulheres e 59 menores de idade, uma média de uma pessoa inocente morta por dia. Tratava-se, portanto, de uma conduta sistemática”.

Obviamente, as questões relacionadas à segurança pública na Colômbia são complexas e exigiriam, como já dissemos acima, uma pesquisa a parte. Mas deixamos aqui, mesmo que brevemente, o registro do caso dos “falsos positivos”. Casos como dos “muchachos de Soacha” urgem por ganhar visibilidade para além da dor e do sofrimento de suas famílias. Assim como o caso da “Chacina do Pan” não pode ser impunemente esquecido, tantas outras chacinas e violências que há séculos fazem parte dos cenários de nossa América Latina, não podem ser simplesmente vistos como uma “fatalidade”.

Apesar do pouco conhecimento que temos sobre as questões sociais da Colômbia, ainda assim, pelo acompanhamos através de artigos de revistas na internet ou capítulos de livro sobre o tema, é assustador pensar que o governador do Estado do Rio tome a Colômbia

como um exemplo no que concerne, como escreveu a Revista *Época* (2007, Ed. 476), a um “audacioso projeto de ação social”.

Voltemos a Revista *Época* (2007, Ed. 476). Esta afirmou que “a violência envergonha, amedronta e empobrece o país. Ela cobra 40 mil vidas e 5% das riquezas que o Brasil produz”. No entanto, a mesma revista apóia descaradamente a política de extermínio do governo fluminense que produz violência e morte. Ou será que a violência cometida contra os pobres das favelas do Rio de Janeiro não é sequer considerada violência? Parece, de fato, que a humanidade dos pobres foi seqüestrada e, assim, contra eles, qualquer tipo de violência – como a Chacina do Pan – não é apenas permitida como, até mesmo, desejável.

Como declarou Alan Brum, coordenador geral do Grupo Cultural Raízes em Movimento, a Salles na Revista *Caros Amigos* (2007, p. 35),

“Existe um estigma consolidado pela mídia de que aqui (no Complexo do Alemão) é o lugar do mal. E parece que a sociedade quer ver o estigma do mal extirpado. Mas, segundo a Secretaria de Segurança, não chega a 450 o número de pessoas envolvidas com o tráfico, isto é, menos de 0,20 por cento do total de moradores. E, mesmo que viessem a matar os 450, também não resolveriam o problema porque existe uma lógica perversa de recomposição das peças. Não mudou nada, até porque no Complexo do Alemão não se planta maconha, não se refina cocaína e não se fabricam armas. Então é uma política de segurança equivocada, de dar shows midiáticos e a sociedade acredita que isso é a solução”.

“Enquanto essa realidade não for mudada, haverá empregadas domésticas espancadas em pontos de ônibus e casais assassinados diante do filho de 7 anos, como ocorreu nos últimos dias. Conquistar redutos de traficantes é essencial. Mas não basta”, diz a Revista *Época* (2007, Ed. 4776). Por detrás da suposta defesa da sociedade contra os traficantes, nossos grandes inimigos, se esconde o projeto racista da construção de “cidades limpas”. Como escreve Coimbra (2002, p. 36),

“A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os ‘olhos, ouvidos e narizes’ das classes mais abastadas”.

De acordo com a *Época* (2007, Ed. 476), outro ponto inovador – além da “inteligência e planejamento” – da operação no Alemão foi: “a transparência no discurso”. Pois, “Beltrame deu entrevistas a semana toda, explicando o que foi feito e prevendo novas ações em outras favelas”. Podemos perceber que, segundo a lógica que a Revista quer passar, quantidade de declarações se transforma em sinônimo de transparência nos discursos.

No entanto, não podemos discordar que não apenas Beltrame, mas também, coronéis e o próprio governador Sérgio Cabral Filho, durante o ano de 2007, deram mostras da transparência de seus discursos. Podemos aqui, relembra algumas falas que já foram, inclusive, utilizadas nesta pesquisa. Vejamos a transparência destes discursos:

- A. Sérgio Cabral, em 24 outubro de 2007 acerca da Rocinha e a taxa de natalidade: “É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal”
- B. José Mariano Beltrame sobre a mega-operação no Complexo do Alemão: “tiro em Copacabana é uma coisa e, no Alemão, é outra”.
- C. O Coronel Marcus Jardim (16ª BPM, Olaria) sobre o ano de 2007 já havia afirmado que seria o ano de três pês: pan – PAC e pau nos moradores das favelas cariocas. Não satisfeito, afirmou em 2008 que a “PM era o melhor inseticida social”.

De fato, nestes discursos transparecem com toda nitidez a afirmação de “uma mentalidade política beligerante, militarizada e por vezes racista e eugênica” (Nota de repúdio ANEXO L). Tais práticas discursivas alimentam e reproduzem processos como o da criminalização da pobreza e a transformação de seres humanos em vidas descartáveis. Além disso, “tais práticas em matéria de segurança pública cultivam uma cultura “espiral de violência” e induzem a uma lógica de extermínio” (ANEXO L).

Todavia, apesar da conclamada e aplaudida “transparência” e “inteligência inovadora” da operação no Alemão, a Revista publicou que “Beltrame estima que só foram apreendidos 10% do arsenal dos traficantes nas 12 comunidades do complexo”. Ainda de acordo com a reportagem, o secretário de segurança pública “assumiu publicamente a existência do ‘Estado paralelo’ comandado pelos traficantes”.

Por que a operação no Complexo do Alemão foi tão aclamada pela Revista *Época*? Afinal, a polícia exterminou 19 pessoas – usando, para tanto, 78 tiros! (SALLES, 2007, Revista *Caros Amigos*, p. 36) – feriu uma dezena e, para coroar a ação, segundo o próprio Beltrame, apreendeu apenas “10% do arsenal” dos chamados “traficantes”. Onde está a

inteligência de uma operação como esta? Crianças ficaram sem poder ir às escolas, trabalhadores sem poder trabalhar tendo suas casas arrombadas e perfuradas por balas de fuzis.

Em seu blog (intitulado “Pauta do dia: jornalismo policial”), Roberta Trindade (2007), publicou todo o material supostamente apreendido pelos cerca de 1.350 policiais no dia da Chacina do Pan:

115 kg de maconha
30 kg de cocaína
2 kg de crack em pedra
1 kg de crack em pasta
100 frascos de lança-perfume
50 unidades de explosivo em pasta
1 detonador
2 metralhadoras Ponto 30
1 fuzil AK-47
1 fuzil HK-G3
1 fuzil Parafal
1 submetralhadora
5 pistolas
1 sub-metralhadora Uzi
1 revólver calibre 38
1 lançador de rojão
4 sacos de munição calibre 45
1 saco de calibre 40
1 saco de calibre 9 mm
1 saco de munição AK-47
1 saco de calibre 223
1 saco de calibre Ponto 30
1 saco de calibre 762
1 saco de pólvora
10 caixas e um saco de espoleta
1 rojão
4 morteiros

1 balança de precisão
10 carimbos com identificação do Comando Vermelho
1 moto roubada recuperada

A Revista *Época* (2007, Ed. 476) foi buscar a fala autorizada de um especialista, professor de Economia da Universidade Princeton, nos Estados Unidos. José Alexandre Scheinkman, “autor de estudos que relacionam o fim da violência à prosperidade econômica”. O Professor disse à Revista que: “o Brasil está começando a perceber que a criminalidade não diminuirá se não houver punição”.

A história do Brasil, desde a colonização lusitana até nossos dias demonstra que se algo nunca faltou neste país foi, entre outras coisas, punição como sinônimo de violência, morte e tortura aos pobres, aos pretos roubados da África, aos pardos, aos índios, enfim, aos filhos e filhas da pobreza. Esta pátria, “mãe gentil”, sempre foi cruel e racista com os miseráveis, e benevolente e doce como o espoliadores, os colonizadores, os endinheirados. Como afirmou Nilo Batista, em entrevista a Revista *Caros Amigos* (2003), “impunidade é um verbete do léxico da direita, porque no nosso país sobra punição”.

Estará o professor de Princeton fazendo uma análise da realidade brasileira a partir da ótica estadunidense, da política de “tolerância zero” de afirmar a necessidade de punir mais; de prender mais; de fazer confundir vingança com justiça e defender a falácia que problemas sociais, como a criminalidade, é o resultado da falta de ordem. Ora, a miséria e a criminalidade são efeitos diretos da lógica, isto é, da ordem capitalista.

Como disse o geógrafo Milton Santos (APUD ARBÉX Jr, 2005, P. 201), “a gente que repetir a interpretação do Brasil através do que aprendeu na Europa e nos Estados Unidos”.

Ou, como escreve Wacquant (2008, p. 98),

“em cada país pode-se achar intelectuais que espontaneamente fazem o papel de ‘contrabandistas’ ou ‘transmissores’, legitimando com sua autoridade acadêmica a adaptação das políticas e dos métodos norte-americanos para o fortalecimento da lei e da ordem em suas próprias sociedades”.

O professor Scheinkman concedeu uma entrevista a Revista *Época* enquanto participava, naquela semana, de um seminário nos EUA sobre “um novo repertório de

estratégias ante o crime e a violência na América Latina”. O evento foi organizado pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso e pela Universidade Harvard – instituições neoliberais.

Perguntado sobre a utilidade do pensamento econômico para o combate ao crime, Scheinkman respondeu que

“Hoje está estabelecido o fato de os criminosos serem sensíveis à probabilidade de punição. O economista Gary Becker, da Universidade de Chicago, foi o primeiro a falar no criminoso como alguém que toma decisões levando em conta os ganhos e os riscos. Esse não é o único fator que explica a variação nos índices de criminalidade, mas tem se revelado uma linha de pesquisa muito frutífera”.

Sobre o Brasil, o professor diz que

“No caso brasileiro, uma constatação óbvia é que o crime não é punido. No Rio, a taxa de elucidação de homicídios é baixíssima: menos de 3%. Praticamente ninguém é condenado se não for pego em flagrante. Nos EUA, em 65% dos homicídios pelo menos um dos acusados é levado a julgamento. Se a polícia fluminense tivesse metade da eficácia da americana, a taxa de homicídio provavelmente cairia quase 40%. A polícia brasileira só vai melhorar quando o governo agir”.

Sobre que bases repousam a eficácia da polícia americana? Um dos efeitos do tolerância zero foi, segundo Wacquant (2001, p. 81) o “crescimento fulgurante das populações aprisionadas nos três escalões do aparelho carcerário americano...”. Ainda segundo o autor (20010, p. 88), “os Estados Unidos fizeram a escolha de construir para seus pobres casas de detenção e estabelecimentos penais em lugar de dispensários, creches e escolas”.

Então, podemos perceber que, se por um lado o governo brasileiro, como diz o pesquisador de Princeton, não age, por outro, o governo dos Estados Unidos tem dado provas concretas de como “agir” aumentando o número da população encarcerada. Deveria o Brasil ao invés de escolas, postos de saúde e creches, construir prisões como destino direto de suas populações pobres?

As prisões, verdadeiros campos de concentração para pobres, “se transformam em aterro sanitário para dejetos humanos”, escreve Wacquant (2008, p. 14).

Segundo o professor de Princeton, para que uma cidade prospere é fundamental haver um controle da criminalidade. “As cidades que não conseguem controlar o crime não conseguem crescer”, defende o especialista. Ele usa como exemplo/modelo a cidade de Nova York:

“Por que Nova York prosperou? Primeiro, porque lá se produzem coisas que demandam capital humano e que exigem pessoas próximas umas das outras, como finanças, medicina ou propaganda. Segundo, porque gente educada quer viver num lugar com muitos serviços culturais, de entretenimento etc. Se você não resolve o problema da criminalidade, evidentemente não pode fazer isso. Uma das razões por que Nova York funciona bem é ser uma cidade muito segura”.

O professor Scheinkman, afirma que Nova York prosperou. Contudo, prosperou para quem? Para a indústria de combate ao crime? Para as prisões privadas? Para as fábricas de armamento? Com certeza, não foi para os jovens negros e pobres que, pelo tratamento que recebem do governo local, não são considerados “gente educada”, como disse o professor.

De acordo com Wacquant (2008, p. 24), “os negros jovens do Halem têm hoje mais chance de morrer por morte violenta no coração de Nova York do que tinham ao partir para o front durante a guerra do Vietnã”. Famílias pagam seguro funeral para seus filhos adolescentes!

Seria este o tipo de “controle do crime” produzido nos Estados Unidos e exportado pela Europa e para a América Latina como a nova maravilha na área de segurança pública? Nesta equação, onde entra a vida dos jovens pobres dos guetos de Nova York? Ou será que a vida dos mesmos não soma, mas, pelas forças dos movimentos de lei e ordem, são subtraídas da conta que tenta conjugar repressão aos pobres como sinônimo de segurança pública?

E o que faz de Nova York uma cidade tão segura? A mesma foi o berço onde, na década de 1990, se desenvolveu a política de Tolerância Zero. Como escreve Wacquant (2008, p. 97-8), Nova York “foi elevada ao patamar de ‘meca da segurança’ por sistemática campanha publicitária”. Contudo, a cidade, no centro da guerra contra o Estado de Bem Estar

social, “tem sido destacada no retrocesso social e racial experimentado pelos Estados Unidos desde meados dos anos 1970”.

De fato, Nova York é um exemplo em termos de segurança pública para o Brasil? Teriam os estadunidenses, em meados da década de 1990, no processo que demoliu o Estado de Bem estar social, achado a chave para fechar as portas da insegurança social e da criminalidade? Seria o “Tolerância Zero” – curiosamente chamado em Nova York de “medidas de ‘qualidade de vida’ (WACQUANT, 2008, p. 97-8) – a nova panacéia contra a criminalidade na América Latina?

A resposta, a partir das análises de Löic Wacquant, é surpreendente. Escreve o sociólogo sobre a importação do Tolerância zero para a América Latina:

“O estilo policial e penal norte-americano está sendo importado no atacado. Duas décadas depois que os ‘Chicago Bots’ reconfiguraram as economias do continente, os ‘New York Boys’ de William Bratton, Rudolph Giuliani e do Manhatttan Institute espalham seu catecismo de ‘lei e ordem’ por lá, com conseqüências devastadoras em razão dos altos índices de pobreza, da situação insipiente dos programas de bem-estar social e do comportamento corrupto e violento do crime e das burocracias judiciais. Nas sociedades que vivenciaram experiências autoritárias recentemente, como as do Brasil e da Argentina, a aplicação das penalidades neoliberais significa, na verdade, o restabelecimento da ditadura sobre os pobres”. (p. 100).

Em suas análises, Wacquant demonstra que, apesar da propaganda positiva alardeada por veículos de comunicação da grande mídia – seja no Brasil ou na Europa, a política de Tolerância Zero se mostrou um grande fracasso no sentido de diminuir a criminalidade. Tal política não passa de um novo modelo de gestão punitiva da miséria social. Esta, por sua vez, é gerada em grande escala pelas desordens do mundo do trabalho em tempos de neoliberalismo.

A Revista Época (2007, Ed. 476) “investigou as ações inovadoras que têm funcionado para reduzir a violência no Brasil e no mundo”. Com ajuda de “especialistas”, a revista apresenta em sua edição numero 476 oito sugestões “para conter a violência e melhorar a segurança das cidades brasileiras. É nossa contribuição para uma das questões mais urgentes que o país precisa resolver”.

Um das sugestões da Revista foi “Administrar a polícia como empresa”. De acordo com a mesma, “num modelo de gestão voltado para a eficiência, os recursos são empregados conforme as necessidades, não de acordo com as pressões ou com o poder de intimidação dos funcionários”. Como exemplo, *Época* cita três cidades estadunidenses: Los Angeles, Chicago e Nova York. Ambos souberam “dirigir os policiais mais competentes e qualificados para as áreas mais problemáticas”. A matéria cita William Bratton, chefe do Departamento de Polícia de Los Angeles, como “uma das maiores estrelas da polícia americana”. Bratton participou, na década de 1990, da política de Tolerância Zero em Nova York e, segundo a revista, adotou o mesmo “modelo” na Califórnia. “Desde então, os assassinatos caíram em um terço e as agressões violentas baixaram mais de 50%”.

Porém, escreve Wacquant sobre o festejado William Bratton (2008, p. 102),

“É bastante sintomático o desdém demonstrado pelo antigo chefe de polícia de Nova York, William Bratton, pelas causas profundas da insegurança, pobreza, desemprego, desigualdade, descrença e discriminação, confirmando, assim, os propósitos punitivos da criminalização *made in USA*. Tal criminalização não visaria tanto a impedir o crime, mas a estabelecer uma guerra sem tréguas contra os pobres e contra todos os marginalizados pela ordem neoliberal, que tem ganhado terreno em todo lugar sob a bandeira da ‘liberdade’”.

Curiosamente, *Época* afirma que um dos critérios de medição da qualidade da polícia é a taxa de “letalidade”. “Quanto mais mortes produz, menos eficiente é a polícia”. Vimos através dos dados do ISP-Rio, que no governo de Sérgio Cabral Filho o número de prisões, bem como, o de armas e drogas apreendidas diminuíram enquanto o número de mortos pela polícia aumentou. Apenas no ano de 2007, quando ocorreu a Chacina do Pan, foram mais de mil pessoas mortas em autos de resistência. Apesar dos números, a Revista *Época* não poupou elogios a política de extermínio do governo fluminense.

Outra sugestão dada pela Revista *Época* foi “modernizar a gestão de recursos humanos”. Para a Revista, não existe relação direta entre salário e eficiência policial. Contudo, a matéria aponta o “bico” feito por policiais como prejudicial ao desempenho do mesmo, pois interfere no seu período de descanso. Como exemplo de controle dos trabalhos extras realizados por policiais *Época* cita, novamente, Nova York. “Lá, os policiais são

obrigados a informar os trabalhos extras à corporação. Não podem, por exemplo, fazer segurança em boates e são obrigados a respeitar um tempo mínimo de descanso”.

“Integrar policiais civis e militares” foi mais uma sugestão da Revista. Na matéria sobre a mega-operação no Alemão, *Época* cita como um dos fatores que cooperaram para o “sucesso da operação” a integração entre as polícias civil e militar e a Força Nacional de Segurança. Como exemplo, a Revista cita o governo de Minas Gerais que implantou um modelo de integração que “definiu as bases territoriais comuns para a atuação das duas polícias”.

Segundo o secretário de Estado de Defesa Social, Maurício de Oliveira Campos Júnior, coordenador do trabalho de segurança pública integrada, a metodologia consiste em quatro passos: identificação do problema, análise, resposta e avaliação. “Nas reuniões são identificados os problemas, é feita a distribuição de tarefas e os resultados são cobrados por todos”, afirma. ‘Ganhamos agilidade e qualidade de informações e evitamos duplicidade de trabalho.’”

A integração é apontada como um dos principais fatores para a queda da criminalidade no Estado. Segundo a Secretaria de Defesa Social, entre 2005 e 2006 o número de assaltos a banco caiu 37%, e o de roubo de carga 50%. Na região metropolitana de Belo Horizonte, as ocorrências de crimes violentos, que em 2003 somaram 1.463 casos para cada grupo de 100 mil habitantes, fecharam o ano passado em 962 casos por grupo de 100 mil. (REVISTA EPOCA, 2007, Ed. 476).

Outras “sugestões” apresentadas pela Revista *Época* (2007, Ed. 476) foram: investimento na perícia criminal, demissão dos “maus policiais”, redução da burocracia e implementação da justiça restaurativa.

Como podemos ver na edição 476 d *Revista Época* (2007), as cidades estadunidenses de Nova York, Chicago e Los Angeles foram citadas como exemplos de implementação de política de segurança pública. O que há em comum entre ambas, principalmente as duas primeiras, é que as mesmas foram palco da política de tolerância zero. A Revista faz uma propaganda direta a favor de tal política que, como nos mostra Wacquant em suas obras, não

passa de um novo tipo de gestão punitiva da miséria social gerada pelo próprio sistema capitalista.

Ao invés de diminuir a criminalidade, como sustentam os defensores da tolerância zero, esta potencializa a criminalização dos pobres e, como efeito concreto, incha as prisões dos Estados Unidos. Ainda assim, a mesma é vendida pela Revista *Época* como a nova maravilha na área de segurança pública. Como aponta Wacquant, tolerância zero é um projeto que conta com o apoio de políticos, empresários, da grande mídia e de acadêmicos. Neste contexto, a prisão é usada como “depósito da escória e dos dejetos humanos de uma sociedade que se submete cada vez mais ao diktat do mercado.”

Segundo Wacquant (2008, p. 102),

“O conceito de tolerância zero é uma impropriedade de nomenclatura. Ele não implica, como parece, uma estrita sanção por todas as leis (...), mas a sanção, necessariamente, discriminatória, de certos grupos, em certos lugares simbólicos e usando certas leis. Quando foi que a ‘tolerância zero’ atingiu os crimes de colarinho branco, as fraudes e os desvios de dinheiro, a poluição ilegal ou a violação da legislação de emprego e saúde? Na realidade, seria mais apropriado descrever as medidas de lei e ordem, implementadas em nome do ‘tolerância zero’, como estratégias de ‘intolerância seletiva’”.

A edição 477 da Revista *Época*, publicada em julho de 2007, traz como reportagem de capa os jogos Pan-americanos. A mega-operação no Complexo do Alemão foi tratada na matéria “mais do que uma troca de tiros”. Além disso, a revista publicou uma reportagem feita com o governador Sérgio Cabral Filho.

Neste momento, em que os holofotes da grande mídia começam a deixar o conflito no Complexo do Alemão, a grande estrela que surge são os jogos Pan-americanos. Contudo,

“O risco de haver um revide dos criminosos passou a ser a grande preocupação do governo fluminense, sobretudo com o início dos Jogos Pan-Americanos, no dia 13. Para o governador Sérgio Cabral, o fato de o tráfico prosseguir no Alemão não significa que a operação tenha fracassado. “O objetivo não era acabar com o tráfico, mas sim mostrar a autoridade”, disse Cabral a *ÉPOCA*.”

Época (2007, Ed. 477) cita quatro motivos para que o Estado não “deixe o Alemão”. O primeiro, e “mais importante”, é “vencer o combate”. Segundo a Revista, para que a “vitória” do Estado contra o tráfico no Alemão se consolide, é preciso que o primeiro não deixe de marcar sua presença, “com energia e determinação” nas Favelas do Alemão. “A vitória será uma prova de que, ao contrário do que muitos imaginam, é possível ao Estado (...) reconquistar o poder nas áreas controladas pelo tráfico”.

O segundo motivo refere-se à necessidade do governo fluminense “sufocar o Estado paralelo nos morros da cidade”. Assim, a permanência no Alemão é estratégica para garantir que o chamado “Estado paralelo” não ganhe terreno novamente no conjunto de favelas. Para a Revista, “se a polícia recuar, a vitória mais uma vez será do crime, não da sociedade”.

“Nós vamos lá, apreendemos algumas armas, viramos as costas e eles se recompõem com mais força, porque aí perceberam o poder de fogo do Estado e vão procurar se armar para enfrentar esse potencial”, diz o secretário Nacional de Segurança, Luiz Fernando Corrêa. “A próxima investida, se nos omitirmos agora, será mais dolorosa, provavelmente mais sangrenta e muito mais danosa para toda a sociedade.” (REVISTA ÉPOCA, Ed. 477).

O terceiro motivo para a manutenção da ocupação policial no Alemão é “abrir caminho para a ação social do governo”. Esta se traduz sobre a rubrica dos investimentos do PAC no Complexo do Alemão. Segundo Sérgio Cabral, “as obras devolverão a cidadania aos moradores”. Pelas balas da polícia se acaba com o “Estado paralelo” e pelas obras do governo se “devolve cidadania” aos moradores do Alemão. Cabral “quer aproveitar os recursos do PAC para alargar as ruas e permitir o acesso aos morros não só da polícia, mas de outros agentes do Estado. Nada disso será possível se a polícia não consolidar suas posições no morro”.

O quarto motivo para que a polícia fique no Alemão é “evitar que os traficantes se vinguem massacrando moradores”. Pelo que sabemos sobre as relações de poder nas favelas cariocas, quem possui o hábito de “massacrar moradores” é a polícia. O que foi a aplaudida mega-operação no Alemão senão o massacre covarde da população local? Não defendemos o varejo de drogas nas favelas, mas não foram os “traficantes” pé de chinelo que deram tiram em trabalhador, que mataram uma dezena de pessoas e deixaram uma centena de feridos.

Segundo um morador do Complexo do Alemão, em entrevista dada a Salles (REVISTA CAROS AMIGOS, 2007, número 125),

“Veja bem, o problema aqui não é o bandido. É a polícia. Nós, moradores, qualquer um, seja criança, jovem, adulto ou velho, nós temos medo da polícia. Porque a polícia entra para esculachar. O bandido aqui não vai matar a mim ou ao amigo aqui. Ele jamais vai matar a gente à toa. Agora, a polícia, não. A polícia não conhece ninguém e quer matar qualquer um”.

O próprio jornalista Marcelo Salles, que esteve no Complexo do Alemão logo após a chacina do dia 27 de junho de 2007, relatou:

“Aqui dentro, cai por terra o mito do traficante desumanizado, tirano, que aterroriza a comunidade. Há, sim, um controle sobre a região. Isso é inegável. Mas daí a dizer que ‘os pobres moradores vivem acuados entre a polícia e os traficantes’ é uma falácia. Em primeiro lugar, porque aqui não há pobrezinhos. Há pessoas como eu e você, lutando pela sobrevivência. (...). Em segundo lugar, e isso é bom deixar claro: a esmagadora maioria das pessoas com quem conversei reprova as invasões policiais e sente muito, mas muito mais medo da polícia do que dos bandidos. Mesmo assim existe a compreensão de que o trabalho policial é necessário, mas não da maneira como vem sendo feito”.

De acordo com a Revista (2007, Ed. 477), o chefe do varejo de tráfico no Alemão, Antônio José Ferreira, o “Tota”, estaria “torturando e matando informantes ajudaram a polícia a preparar a operação. O serviço de inteligência da PM informou que o tráfico montou um tribunal no alto do morro”. A matéria cita que, logo após a operação do dia 27 de junho, “o negócio dos traficantes” continua. Do mesmo modo, continuam os conflitos: “não houve nem um dia sequer sem tiroteio depois da operação. Na quarta-feira 4, um policial foi ferido de raspão na orelha depois de uma troca de tiros com traficantes. As aulas permanecem suspensas nas escolas” (REVISTA ÉPOCA, Ed. 477) .

Timidamente, a Revista publica que há denúncias de execução contra os policiais no Complexo do Alemão. Citou que as Comissões de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio, bem como, da OAB, “divulgaram denúncias de que alguns mortos tinham

sido executados com tiros nas costas e facadas. Pelo menos dez, segundo a denúncia inicial, não tinham passagem pela polícia”.

Segundo a Revista, as acusações de que houveram facadas foram “desmentidas pelos laudos”. Contudo, a matéria não torna claro de que laudos são estes que a mesma se refere. Em nossa pesquisa, encontramos inúmeros manifestos contra a operação no Alemão, denúncias, bem como, tivemos acesso ao “Relatório Técnico. Visita de cooperação técnica – Rio de Janeiro. Julho 2007” (ANEXO A). No entanto, não conseguimos encontrar nenhum suposto laudo que afirmasse que “não houveram facadas” na operação da polícia no Alemão.

A Revista publicou que

“A perícia revelou que uma das vítimas, David Souza Lima, de 14 anos, levou cinco tiros nas costas. Outras 16 pessoas foram atingidas por trás. Três foram baleadas na nuca e cinco levaram tiros à queima-roupa. “Existem elementos típicos de execução, mas não podemos dizer que houve execução nem que não houve”, diz o deputado Alessandro Molon, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj. “Temos de continuar investigando para que não reste dúvida.” Uma equipe de peritos da Secretaria Nacional de Segurança fará laudos independentes, que serão confrontados com os do Estado”.

A ainda escreveu que a operação no Alemão teve “apoio da população carioca”, sendo que “uma pesquisa mostrou 92% de aprovação à ofensiva no Alemão”. Provavelmente – como já vimos neste capítulo sobre a pesquisa encomendada ao IBOPE pelo jornal O GLOBO – os próprios moradores das favelas que compõe o Complexo do Alemão não devem ter sido ouvidos. A revista afirma que a população do Alemão precisa ser “tranquilizada”, em especial, as crianças.

A edição 476 da Revista Época apoiou declaradamente a operação policial no Alemão (“um marco no combate ao tráfico no Brasil”) e deu pouquíssimo espaço para vozes críticas sobre o suposto “sucesso” da intervenção policial. Como vimos neste capítulo, a própria revista sustentou que: “quanto mais mortes produz, menos eficiente é a polícia”.

Contudo, a própria Revista Época (2007, Ed. 477), publica:

“Um levantamento feito pelo ex-secretário nacional de Segurança Pública José Vicente Silva mostra que o desempenho da polícia

fluminense vem caindo desde 2002. Na comparação com 2006, nos três primeiros meses deste ano houve 23% menos presos. As apreensões de armas caíram 8%. As de drogas, 9%. O número de mortos pela corporação, em contrapartida, subiu 250% entre 2002 e 2005. Só no primeiro trimestre deste ano, a polícia matou 40% a mais, em comparação com o mesmo período do ano passado”.

Se a Revista *Época* (2007, Ed. 476) aponta que quanto mais morte a polícia produz, menos eficaz será, então, em hipótese alguma, por este viés, a mega-operação no Complexo do Alemão pode ter sido um “sucesso”. Ainda assim, vimos neste capítulo, que para a *Época* não houve chacina, apenas algumas denúncias dispersas que a Revista timidamente citou ou sequer se deu o trabalho de investigar. Como pode uma operação que envolve mais de 1000 policiais, que gasta 70 balas para matar 19 pessoas, que apreende um número insignificante de armas e drogas ser prova de “inteligência, planejamento e determinação”? (REVISTA *ÉPOCA*, 2007, Ed. 476).

A cobertura da Revista *Época* (2007, Ed. 476 e 477) da mega-operação no Complexo do Alemão (em 27 de junho de 2007) é uma ofensa gritante aos propalados direitos humanos de milhares de pessoas que vivem e, hoje, sobrevivem nas 13 favelas do Alemão. É um exemplo de como a mídia pode ser transformar num apêndice da “máquina mortífera” (BAUMAN, 1998a) montada pelo Estado em sua ânsia de aniquilar aqueles que valem menos que a bala que os mata. Neste caso, a revista fez uma verdadeira apologia à violência policial.

Aqui, ao falarmos sobre violência, nos lembramos do samba de Bezerra da Silva que foi pejorativamente rotulado de “Sambandido” (SANCHES, 2010), pois suas músicas traziam críticas às relações sociais e a maneira como as favelas e seus moradores eram (e, são) discriminados, marginalizados etc. E como o Bezerra cantou, “esclarecendo ao meu povo a demagogia como é / Violência gera violência / Quem avisa amigo é⁹⁹”. No samba “partideiro sem nó na garganta” Bezerra da Silva canta:

“Dizem que eu sou malandro
Cantor de bandido e até revoltado
Somente porque canto a realidade
De um povo faminto e marginalizado

⁹⁹ Referência à canção “Violência gera violência” (Bezerra da Silva).

Na verdade eu sou um cronista
Que transmito dia a dia do meu povo sofredor
Dizem que gravo música de baixo nível
Porque falo a verdade que ninguém falou”.

Antes de passarmos para a cobertura feita pela Revista Veja da mega-operação no Alemão, finalizaremos este sub-capítulo dedicado a Revista Época, com uma entrevista que o governador Sérgio Cabral Filho concedeu à mesma em julho de 2007. Para ele, o objetivo da operação no Alemão não foi acabar com o tráfico, mas “chegarmos em níveis civilizatórios de criminalidade”.

“Quais os pontos positivos da operação”? Perguntou a Revista. Segundo Cabral,

“O primeiro é que ganhamos mais um espaço para o poder público, demos um duro golpe na quadrilha, apreendemos armas e prendemos marginais. O segundo, e mais importante, é que desmotivamos os meninos que moram lá a entrar no tráfico. Esses meninos observam seus pais ganhando R\$ 600 por mês e vêem seus amigos no tráfico ganhando cinco vezes isso, num ambiente de facilidade em que o crime não era punido nem reprimido. Esses garotos vêem uma operação dessas e pensam: opa!, hoje não é bem assim, não é tão fácil. O fato de a polícia estar agindo gera o temor da punição, gera o respeito pela autoridade” (REVISTA ÉPOCA, 2007, Ed. 477).

De acordo com a filósofa Hanna Arendt (2005), é mais apropriado perguntarmos o que “foi autoridade” do que “o que é autoridade”. Para a autora, a autoridade desapareceu do mundo moderno.

Recorremos a Arendt, para contrapor a ideia expressa pelo governador Cabral de que operações policiais como a que ocorreram no Alemão podem impor respeito pela autoridade. A autora sustenta que a autoridade exige obediência, contudo, não se consegue autoridade através de meios externos de coerção. “Onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou”, sustenta Arendt (2005, p. 129).

Seria a mega-operação no Complexo do Alemão um instrumento educativo na medida em que mostraria para os garotos que “opa, não é tão fácil” ser soldado do varejo local de drogas? Será que é através da imposição do terror, que só gera medo e insegurança, que os

jovens do Alemão irão, como bons alunos atentos às lições dadas pelos professores/policiais, aprender a se comportar dentro de “níveis civilizatórios de criminalidade”? – para utilizarmos as próprias palavras do governador Sérgio Cabral.

O governador, talvez, não conheça a obra de Paulo Freire, para quem a educação é um ato de amor e, jamais, de violência. Os garotos do Complexo do Alemão, muito menos, seus amigos e familiares, não precisam de torturas, tiros e exceções sumárias para aprenderem a respeitar a autoridade. Eles precisam de amor que os respeite como pessoas que são com suas diferenças.

Segundo a fala de um professor que trabalha na Vila Cruzeiro (FANTÁSTICO, 2007), “tem vários alunos com síndrome de pânico, fazendo tratamento, tomando anti-depressivo (...)”. Outra professora, também da Vila Cruzeiro, “nós já perdemos muitos alunos... é uma guerra desleal. Muitos alunos já foram...” E quantos ainda morrerão? Na reportagem exibida no Fantástico, é mostrado o drama de professores e moradores do Complexo do Alemão, no entanto, em nenhum momento a reportagem questiona a operação policial. É uma reportagem que fala de crianças sofrendo com o conflito entre policiais e “traficantes”, mas parece que é algo inevitável que a operação seja feita como foi.

“A perícia mostrou que 16 dos 19 mortos levaram tiros também nas costas e cinco foram baleados na nuca. Houve excessos da polícia?”, perguntou a Revista Época (2007, Ed. 477) a Sérgio Cabral.

“Minha orientação é trabalhar contra a truculência. O cidadão deseja a ordem pública, mas com civilidade. Vamos combater a corrupção policial, acompanhar os processos e punir quem tiver de ser punido. Não estou fazendo propaganda desse número, mas já expulsamos 350 policiais por má conduta. É fundamental que a população admire a polícia, e, para ganharmos essa guerra, o policial precisa se sentir estimulado”.

O governador afirma trabalhar contra a truculência, no entanto, é com truculência que foi realizada a mega-operação no Alemão. Se todos os culpados pela matança da Chacina do Pan fossem, de fato, punidos teríamos mudanças significativas no governo do Estado do Rio de Janeiro e na Secretaria de Segurança Pública. Pelo menos, não haveria possibilidade de re-eleição para certos políticos.

Perguntado se estava temendo “reação dos bandidos durante o Pan”, possíveis “atos de terrorismo” ou “ônibus incendiados”, Cabral respondeu: “Assim que assumi, transferei os 12 chefes do tráfico para o presídio de Catanduvas, no Paraná. Não estamos dando trégua. Essa operação foi só a primeira de muitas que virão. Os bandidos já viram que não estamos de brincadeira”.

De fato, em junho de 2007, ninguém estava de brincadeira no Complexo do Alemão. Nem mesmo as crianças.

4.3 Cena III: “Eu não tenho papa na língua e nem conversa fiada. Respeito ao sambista do morro deixem de palhaçada¹⁰⁰”: A revista Veja e “o ataque a cidadela do tráfico”.

A revista *Veja* é a revista semanal de maior circulação no Brasil. A mesma pertence a Editora Abril e foi criada em 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta. A tiragem da revista é de aproximadamente um milhão de exemplares. Segundo Portela (2010), dentro de sua categoria no mundo, *Veja* só perde para as estadunidenses “Newsweek” e “Time”. Assim, a revista pode ser considerada como uma das revistas semanais de maior tiragem no mundo.

No Brasil, *Veja* é uma das mais tradicionais revistas semanais. Todavia, de acordo com dossiê escrito pelo jornalista Luis Nassif (2010a), hoje a revista é um exemplo de “anti-jornalismo”. Em seu trabalho, Nassif faz duras críticas a mesma:

“O maior fenômeno de anti-jornalismo dos últimos anos foi o que ocorreu com a revista **Veja**. Gradativamente, o maior semanário brasileiro foi se transformando em um pasquim sem compromisso com o jornalismo, recorrendo a ataques desqualificadores contra quem atravessasse seu caminho, envolvendo-se em guerras comerciais e aceitando que suas páginas e sites abrigassem matérias e colunas do mais puro esgoto jornalístico”.

Em nossa pesquisa, utilizamos os discursos da revista *Veja* devido à importância que a mesma possui no cenário da mídia brasileira. O que nela se publica chega às mãos e às casas de milhares de pessoas. Assim, para nós é significativo analisarmos o que este semanário publicou em maio e julho de 2007 sobre a operação policial no Complexo do Alemão.

¹⁰⁰ Referência à canção “Partideiro indigesto” (Bezerra da Silva).

Veremos em nosso texto que a revista *Veja*, não muito diferente de sua concorrente *Época*, ajudou a produzir um consenso de que: a) o Complexo do Alemão é a fonte de grande parte dos problemas de segurança pública no Rio; b) a operação policial – que deu-se a partir de maio de 2007 e durou até meados de julho do mesmo ano – no conjunto de favelas deveria ser enérgica para que o Estado vencesse o tráfico e pudesse, assim, recuperar toda aquela região; c) a mega-operação policial de 27 de junho de 2007 foi um marco no combate a “criminalidade”, ou seja, um verdadeiro e aplaudido sucesso.

Da revista *Veja* utilizamos as edições 2009 (maio) e 2015 (julho) de 2007. Além delas, usamos também a edição de fevereiro da Revista *Veja Rio* (complemento da Revista *Veja* vendida no Rio de Janeiro). Apesar da importância que a própria revista deu à operação no Complexo do Alemão, curiosamente a mesma, dentro do período que durou a invasão policial (maio a julho de 2007) só dedicou duas reportagens em duas de suas edições ao acontecimento.

Na edição número 2009 de maio de 2007, a Revista publicou uma matéria – assinada pelo jornalista Ronaldo Soares – sobre a operação policial no Alemão. O título da matéria foi: “Um ataque à cidadela do tráfico” (pp. 68 – 9). Como subtítulo da mesma está: “governo do Rio trava guerra com bandidos para retomar área que se tornou um enclave de narcotraficantes”. Acima do título, há uma grande foto tirada do alto, de “uma fatia do aglomerado conhecido como Complexo do Alemão” (2007, Ed. 2009, p.68).

À direita, entre a foto do Alemão e o texto que compõem a matéria, há a foto de um homem com uma máscara ninja cobrindo o rosto, óculos escuro, vestido com uma jaqueta do exército e segurando em mãos um fuzil. Esta é a imagem que a revista selecionou para representar para seus leitores a figura do chamado “narcotraficante”. A reportagem mereceu três páginas.

De acordo com a revista *Veja* (2007, Ed. 2009), 130.000 pessoas moram em 18 favelas que compõem a região do complexo do alemão. Ontem, pólo industrial, hoje “o maior cemitério de fábricas da cidade”. Contudo, são 13 o número de favelas no Alemão. Quanto a população das mesmas, há quem estime que seja aproximadamente 300.000 pessoas (ÚLTIMO SEGUNDO, 2007).

Para a Revista (2007, Ed. 2009, p. 68), o Alemão não faz parte da cidade, antes é um obstáculo a mesma: “boa parte dos barracos ocupa o lugar onde antes havia uma cidade

formal, que sucumbiu e se degradou. Essa é a gênese da imensa trincheira que se formou ali. Tomada pelos traficantes, a região virou um enclave em meio à cidade”.

A revista chama a ocupação do Complexo do Alemão pela polícia de “uma guerra sem precedentes”. A matéria cita que, até o momento da publicação desta, havia 50 feridos e 16 mortos. Estranhamos que a revista afirme que “quase todos os feridos, aliás, são moradores atingidos pelos próprios traficantes, que pretendiam jogar a opinião pública contra a polícia” (2007, Ed. 2009, p. 68). Em nossa pesquisa, não encontramos nenhum relato, seja da polícia, de jornalistas ou de moradores do Complexo do Alemão, que corroborem a afirmação acima.

Veja (2007, Ed. 2009, p.68) afirma que o que está em jogo na suposta “guerra no Alemão” é “o futuro da cidade e do Estado contra a bandidagem”. O fracasso do Estado nesta “guerra” selaria a derrota do mesmo diante do tráfico. A revista desenha o conflito no Complexo do Alemão como a grande batalha dos últimos tempos. Estariam os cariocas diante do “Canudos do mal”¹⁰¹ do século XXI? Seria esta operação policial o nosso esperado “dia D”? (Barros, 2007).

“Além de uma afronta à autoridade, a reação dos bandidos revela o risco político embutido na empreitada. Desmoralizada no Complexo do Alemão, a polícia do Rio estará colocando no novo governo na vala comum da ineficiência do combate ao crime”. (2007, Ed. 2009, p. 70)

Segundo a revista (2007, Ed. 2009), Sérgio Cabral afirmou que no Complexo do Alemão há “um foco de terroristas e pessoas do mal”. Se em sua guerra contra o Iraque Bush afirmava serem os iraquianos, afegãos etc., “pessoas do mal”, Cabral, por sua vez, identifica a fonte da maldade em solo carioca nos moradores do Complexo do Alemão. Como escreve Guimarães Rosa (2006, p. 17), “Deixa: bobo com bobo – um dia, algum estala e aprende (...)”. Só que de bobo, ambos não tem nada.

Como escreve a Veja (2007, Ed. 2009, p. 68),

¹⁰¹ Jorge Antonio Barros (2007) em seu blog no site do jornal O Globo (“Repórter de crime. Um raio-x da segurança”) afirmou que “O tráfico de drogas transformou o Alemão numa cidadela forte, encravada num maciço no subúrbio carioca. O Complexo do Alemão virou a Canudos do mal. Os bandidos resistem às várias expedições da polícia, assim como resistiram ao Exército os revoltosos liderados por Antônio Conselheiro. E, o pior, contam com o apoio de alguns setores da comunidade que temem o tráfico, não confiam na polícia ou de alguma forma dependem financeiramente dos negócios comandados pelos bandidos. Em: CANUDOS DO MAL.

“foi ali, (...), que aconteceram alguns dos crimes mais bárbaros que se tem notícia. Um exemplo, no alto de um dos morros, o jornalista Tim Lopes foi julgado, torturado e morto, em 2002. É a partir dali que o comando vermelho se abastece de drogas, armas e munições para dominar a maioria das favelas da cidade.

A Revista (2007, Ed. 2009, p. 69) cita a fala do economista André Urani, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), para o qual “o que o governo está fazendo é emblemático. O Complexo do Alemão é o símbolo da perda de controle do poder público sobre o território”.

De fato, a pobreza que emerge da região onde se situa o Complexo do Alemão é um efeito de décadas de descaso e falta de investimento do poder público naquelas localidades. O Estado se faz presente, principalmente, através da força policial. Como escreve Wacquant (2008, p. 60), “o Estado modela a marginalidade urbana não apenas por delegação, mas também (...) por omissão (social e racialmente seletiva)”. O autor refere-se à realidade dos Estados Unidos, no entanto, omissão é uma palavra presente, também, na agenda do Estado Brasileiro.

Segundo Veja (2007. Ed. 2009, p. 70), apesar da ocupação policial no Alemão, “bandidos circulavam livremente com armas pela favela e até davam entrevistas”. Um suposto “traficante” declarou a Veja que: “Se fosse para a polícia confrontar com ‘nós’ (sic), tudo bem, mas eles atiram em morador”. A Revista, por sua vez, classificou a fala deste como “uma mentira repetida pelos facínoras no que se tornou uma batalha de informações em meio à guerra”.

Contudo, se houvesse mesmo uma “batalha de informação” o Estado não teria o que reclamar, afinal tem do seu lado os veículos de comunicação de grandes corporações de mídia. A pergunta que nos fazemos é: como os supostos “traficantes” (ou, “facínoras”), do Complexo do Alemão podem protagonizar uma “batalha de informação”? Em nossa pesquisa, assim como aconteceu com os moradores feridos pelos próprios “traficantes”, não encontramos nenhuma referencia que corroborasse a afirmação da Revista sobre a existência de uma “batalha de informações”.

A revista, contudo, pondera que “invasões de favelas são justificáveis, sim, mas não devem ser a norma. O Estado tem de tomar conta do território, mas com o objetivo de permanecer por lá”. Em 23 de maio, sendo que a operação começou dia 2 de maio, a revista

época cobrava a demora da polícia em “dominar o território”. Não sabia a revista que a operação iria ainda se prolongar por mais de um mês e que o seu ápice seria no dia 27 de junho com a morte de 19 pessoas.

As edições da Revista Veja que seguiram a edição número 2009 (23 de maio de 2007), incluindo as edições 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 não fizeram sequer uma única referência ao conflito no Complexo do Alemão. Se, como a própria revista (Ed. 2009) afirmou que se tratava “de uma guerra sem precedentes” e que o que estava em jogo era “o futuro do Rio de Janeiro”, por que ficar em silêncio diante da continuidade da operação policial?

O silêncio do semanário teve fim quando a edição 2015 publicada em 4 de julho de 2007 chegou às bancas. Em reportagem dos jornalistas Ronaldo França e Marcelo Bortoloti, foram dedicadas 4 páginas a “A guerra necessária... Para a reconstrução do Rio”, como diz o título da matéria. Como subtítulo da mesma: “O Rio de Janeiro começa a virar o jogo na maior operação de combate ao tráfico já realizada no país.” (2007, Ed. 2015, p. 90).

A Revista (2007, Ed. 2015, pp. 90-2) classifica a mega-operação do dia 27 de junho de 2007 no Alemão como a “ação mais eficaz” do governo (p.). O “mérito” da operação foi “mostrar, enfim, como se deve tratar a questão da criminalidade, que se espalha por todas as grandes cidades do país.” Segundo a reportagem, os últimos governos do Estado do Rio “patinavam na inação ou em ações paliativas. O resultado foi o fortalecimento da bandidagem, uma perigosa desmoralização do estado formal”. No entanto, a Revista anuncia: “agora a coisa mudou”.

Para a Revista (2007, Ed. 2015, p. 92), “o rigor na operação era indispensável”. Contudo, apesar de oito horas de confronto no dia 27 de junho, a reportagem relata que a polícia não alcançou seus objetivos, sendo estes: “prender os líderes do tráfico local e estabelecer uma ocupação permanente, sem a qual qualquer batalha terá sido em vão”. Ainda de acordo com a matéria, “o problema que (o Complexo do Alemão) traz à cidade não se resume ao tráfico.”

“O clima de insegurança que o domínio dos traficantes impõe estimula a prática de uma série de outros crimes. Estima-se que a criminalidade no Alemão seja a razão de metade dos casos de violência e crimes registrados na Zona Norte da cidade. O número de bandiso é incerto. Pode chegar a 600. Mas não há menos do que 200 homens armados estabelecidos ali. O arsenal de que dispõem é

estimado em 150 fuzis, metralhadoras capazes de derrubar aviões, granadas e uma incontável coleção de pistolas e revólveres. Há entre os bandidos alguns com formação militar.” (VEJA, Ed. 2015, p. 92).

Como vimos, a Revista *Época* (edições 476 e 477), cita brevemente que houve denúncias de exceção no Complexo do Alemão, sem, contudo, se preocupar em investigar se a polícia promoveu uma chacina na região. A Revista *Veja* (2007. Ed. 2015, p. 92), muito mais truculenta e grosseira do que sua concorrente, publicou:

“Ao final da batalha, algumas ONGS e entidades que se pretendem defensoras dos direitos civis se apressaram em classificar a operação como uma matança indiscriminada, por causa das dezenove mortes ocorridas. Foi possível ouvir também, embora bem mais longínquos do que de costume, os ecos do velho discurso de que invasões policiais não resolvem o problema”.

Se a revista *Veja* praticasse, de fato, um jornalismo pautado pela ética e não pelos interesses políticos e econômicos, se daria ao trabalho de investigar, antes de menosprezar e atacar quem questionou o sucesso da operação no Alemão. É assustador imaginar que uma revista como esta chegue às mãos de mais de milhão de pessoas. A mesma continua atirando com seu canhão:

“Há, de fato, de tomar um cuidado extremo para evitar as arbitrariedades e ações incoerentes numa área densamente povoada. Mas o que essa gente quer é passar a mão na cabeça de facínoras, sob a fala premissa que eles são bandidos porque nasceram pobres”.

Obviamente, quando em outubro de 2007, os peritos designados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo da República (ANEXO), provaram como vimos no ato I, que houve exceções na mega-operação no Complexo do Alemão no dia 27 de junho de 2007, a Revista *Veja* não publicou absolutamente nada em suas edições posteriores sobre o relatório dos peritos. Assim, sem promover debate, sem questionar a operação da polícia, é cômodo fechar os olhos para as críticas de extermínio e (re)afirmar o consenso produzido de que: direitos humanos é “passar a mão na cabeça de facínoras”.

A revista cita o discurso de José Mariano Beltrame, secretário de segurança pública, e diz que é o “melhor raciocínio sob o assunto”: “Hoje morreram dezenove pessoas. Se esperássemos alguns anos seriam muito mais. O remédio é mesmo amargo, mas necessário”.

Para nós, que questionamos a política de extermínio colocada em ação pelo governo fluminense, o raciocínio do secretário não é o “melhor”, mas, sem dúvida, o mais sangrento e cruel. Aliás, não se trata de um remédio, mas, antes, de um veneno para o povo do Alemão e um analgésico para outros.

Para Veja (2007, Ed. 2015, p. 93), o diferencial da política de segurança do governo Cabral é “a disposição de conjugar a ação enérgica com ações sociais efetivas – e não apenas aquelas que visam à colheita de votos em empobrecidos currais eleitorais”. Ainda de acordo com a revista, “mas de nada adiantarão se o Estado não for o dono do território.”

A Revista publicou um quadro (“Complexo do Alemão em números”, p. 91) com alguns números sobre o Complexo do Alemão e a operação policial que ocorreu neste. São 30.808 domicílios, 130.000 moradores, 18 favelas, 5 bairros num território de 2,5 km que compõem o conjunto de favelas. Além disso, a revista apresenta uma estimativa do número de “traficantes” da região, sendo 600. Outra estimativa é do faturamento do “tráfico de drogas”: 3,5 milhões de reais mensais. Por fim, o número estimado de armas: 150 fuzis, metralhadoras antiaéreas, pistolas e granadas.

Os números publicados pela Revista sobre a operação policial foram: a) policiais: 1.300; b) munição: 180.000; c. fuzis ou armas longas utilizadas: 1080; d) rádios utilizados: 70; e) barreiras removidas na rua principal: 6; f) duração do confronto: 8 horas; g) mortos: 19; h) feridos: 9; i) armas apreendidas: 13; j) explosivos apreendidos: 50; l) munição apreendida: 2.000 balas.

Como pode a operação no Alemão ter sido um sucesso, envolvendo mais de mil policiais, durar oito horas, matar 19 pessoas, apreender apenas 14 armas e não prender nenhum “supostos traficante”? Os próprios números divulgados pela Revista Veja destoam do discurso de vitória sustentando pela revista. Se tal operação foi um “sucesso”, não foi para o Rio de Janeiro, muito menos, para sua população.

A edição da revista Veja Rio de 18 de julho de 2007, traz em sua sessão perfil o secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. Na capa da mesma, Beltrame pousa com um sorriso aberto e um chimarrão. Em letras em caixa alta o título da revista é: “VAMOS VENCER O CRIME”. Como subtítulo: “É a aposta do gaúcho José Beltrame, secretário de segurança pública que caiu nas graças dos cariocas ao enfrentar o crime no Complexo do Alemão”.

Sob o título de “inimigo do tráfico”, a matéria assinada pela jornalista Fátima Sá, apresenta Beltrame como um discreto gaúcho “empenhado em derrotar o crime com coragem e inteligência”. A matéria começa com a jornalista contando como José Mariano Beltrame foi festejado na festa de lançamento de um novo modelo de carro da montadora francesa Citroën. Na ocasião, o presidente da Citroën Brasil, Sérgio Habib, antes do show da cantora Marisa Monte, citou alguns dos 3.200 convidados presentes na festa.

“Faltavam vinte minutos para a cantora Marisa Monte subir ao palco quando o presidente da Citroën do Brasil, Sérgio Habib, assumiu o microfone. O show, na casa de espetáculos Vivo Rio, marcaria o lançamento de um novo carro da marca. Depois dos agradecimentos de praxe, Habib pôs-se a citar alguns presentes entre os 3 200 convidados”.

Segundo a matéria, Beltrame, “especialista em inteligência pela Polícia Federal (...) faz da discrição sua melhor arma contra o crime”. Seria a midiática mega-operação no Complexo do Alemão um sinal de sua descrição? Definitivamente, não. No entanto,

“Ao assumir o cargo de secretário de Segurança, seis meses atrás, foi obrigado a sair da sombra. As manifestações de apoio não são unânimes, é claro. Para ONGs e entidades como a Anistia Internacional, a megaoperação – que resultou em dezenove mortos – foi caótica e violenta. Mas, para a maioria da população fluminense, foi um sucesso. Pesquisa do Ibope encomendada pelo governo mostrou que 83% da população aprovou a ação da polícia”.

Como já vimos neste capítulo, a equipe da Revista Fazendo Média e o Grupo Cultural Raízes em Movimento, fizeram uma pesquisa com moradores do Complexo do Alemão. O resultado foi que a maioria condenava operações policiais como a do dia 27 de junho. Ninguém foi mais afetado e violentando por esta operação do que a própria população do Alemão. Logo, dizer que a “população fluminense” apóia o governo é, no mínimo, não levar em consideração que aqueles também fazem parte desta.

Para a reportagem Ra Revista Veja Rio (SÁ, 2007), a operação no Conjunto de Favelas significou uma “vitória da polícia e apoio popular” a Beltrame, que assumiu o "cargo mais espinhoso do serviço público brasileiro".

“Na semana que vem, o Instituto de Segurança Pública deve anunciar as estatísticas criminais dos dois últimos meses no estado

do Rio. O prognóstico é animador. De janeiro a junho deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, caíram os homicídios (382 a menos) e os roubos de veículos (2 451 registros a menos). Embora ainda tenha uma longa e difícil batalha pela frente, ao que tudo indica a Secretaria de Segurança pode estar vencendo o jogo. E o carioca espera continuar aplaudindo”.

No entanto, como já vimos em nossa pesquisa, houve aumento no número de mortos por auto de resistência ao mesmo tempo em que caíram as apreensões de armas, drogas e, também, o número de prisões. A política de verdade adotada pela Revista Veja, não muito diferente da sua concorrente Época, cooperou de maneira sinistra para que a operação policial no Conjunto de Favelas do Complexo Alemão em 2007 fosse vista, pelo grande público classe média leitor de suas revistas, como um acontecimento inovador que demonstrava como o “combate a criminalidade” deveria ser tratado no Rio de Janeiro e no Brasil.

Ambas as revistas ignoraram ou, simplesmente, desprezaram as denúncias que a polícia poderia estar protagonizando execuções sumárias no Alemão – como aconteceu no dia 27 de junho de 2007, quando 19 pessoas foram mortas. Veja e Época se preocuparam muito mais em fabricar o consenso que a invasão policial era necessária e que a truculência e letalidade desta era indispensável para que o Estado, naquilo que as revistas chamaram de a grande guerra contra o tráfico, recupera-se a região onde se encontra o Complexo do Alemão.

Vimos que enquanto a Revista Época apoiava a política de extermínio em ação no Alemão através do cerco da polícia, a revista aproveitava a ocasião para fabricar a ideia de que a política de Tolerância Zero da Nova York da década de 1990 tinha sido um sucesso que, transposta para a realidade carioca, poderia representar, como diria a revista, “um duro golpe contra a bandidagem”. Como vimos neste capítulo, a política de Tolerância Zero é, na verdade, um novo modelo de gestão punitiva da miséria social que produz efeitos como o aumento dos comportamentos criminalizáveis dos pobres e uma inflação da população pobre encarcerada nas prisões.

Os dados estatísticos que poderiam demonstrar que a mega-operação policial no Complexo do Alemão no dia 27 de junho representou um verdadeiro fracasso – 19 pessoas foram mortas; nenhum suspeito foi preso; foram apreendidas apenas uma dezena de armas, munições e alguns quilos de drogas – são usadas pelas revistas Veja e Época como se representasse uma das provas do sucesso da invasão policial. Por exemplo, ao invés de

dizerem que a polícia prendeu apenas 14 armas, as revistas enfatizam que dentre estas havia uma perigosa metralhadora anti-aérea.

Ao se posicionarem ao lado do governo fluminense e de sua política de segurança pública transformada em política pública de extermínio dos pobres, ambas as revistas – *Veja* e *Época* – se tornaram, no nosso entender, apêndices da máquina mortífera montada pelo Estado para aniquilar aqueles que se tornam, diariamente, seres humanos refugados ou descartáveis. Durante nossa pesquisa, encontramos num texto de Löic Wacquant (2008, p. 114), a formulação de umas das principais questões de nossos dias: “É o caso de perguntar: a forma extrema da gestão punitiva da miséria não consiste em suprimi-la pela eliminação física dos miseráveis?” É a “Chacina do Pan” uma resposta a esta pergunta? Acreditamos que se a mesma não for a resposta da questão lançada por Wacquant, é, no mínimo, um perigoso sinal de como práticas de extermínio dos pobres tem se atualizado diariamente no Rio de Janeiro.

5 Ato IV (Considerações finais): “Enquanto o rico mora numa casa grande e bela, o pobre é humilhado e esculachado na favela¹⁰²”.

Como dissemos na introdução de nosso trabalho, encaramos a construção do mesmo como um ato de resistência diante das inúmeras violências e misérias que cotidianamente atuam transformando seres humanos em lixo e suas vidas em vidas sem valor (ou, descartáveis). A vida é múltipla e os mecanismos e poderes que tentam capturá-la e subtraí-la também o são. Por isso, esta pesquisa é, também, um ato do que chamamos aqui de “esperança impaciente”: acreditamos que nutrir esperança por dias menos terríveis é fundamental e necessário, no entanto, é preciso, também, como nos ensina José Saramago¹⁰³, ser impaciente e não esperar de bom grado que apenas ter esperança fará com que as coisas mudem.

¹⁰² Referência à canção “Rap Brasil” (Kátia e Julinho Rasta).

¹⁰³ “Talvez seja, talvez, mas eu inclino-me a pensar que, pelo contrário, muitas revoluções se perderam por demasiada paciência. Obviamente, nada tenho de pessoal contra a esperança, mas prefiro a impaciência. Já é tempo de que ela se note no mundo para que alguma coisa aprendam aqueles que preferem que nos alimentemos de esperanças. Ou de utopias” (SARAMAGO, 2010).

A mudança virá (ou, poderá vir) de nossa luta cotidiana e não meramente de nossos suspiros e anseios pela mesma. Ter esperança, para nós, não significa pacientemente esperar. Em nós, a esperança tem outra cor, outro brilho e contorno: ela transforma-se em sinônimo de luta, em desobediência e resistência criativas diante das práticas e misérias que tentam matar a “belezura” da vida. A esperança, então, é aquilo que se manifesta em nossos atos, falas e decisões e não tão somente aquilo que nos faz sonhar.

Pouco também nos interessa ficar nos lamuriando das desgraças cotidianas, assumindo uma postura fatalista enquanto nada fazemos para mudá-las. Para nós, de pouco adianta afirmarmos que temos esperança se, resignadamente, não fazemos nada para criar realidades nas quais se tornem possíveis a mudança desse estado de coisas. Como escreveu Paulo Freire (1996, p.67), “não há o que fazer’ é o discurso acomodado que não podemos aceitar.”

Se, como canta Chico Buarque, “tem dias que a gente se sente com quem partiu ou morreu”, é preciso que, diante de tudo aquilo que “não tem pé nem cabeça”, que não tem sentido, que não tem vergonha e que despotencializa a vida e nossa capacidade de sonhar e criar, não nos calemos e, jamais, como nos alerta Bertold Brecht (2010), digamos que isso é natural. “A fim de que nada passe por imutável¹⁰⁴”, diz o poeta.

Para nós, a vitória está nas pequenas rupturas que provocamos; nos desvios que produzimos; nos diferentes modos de viver, de andar e correr que vamos inventando. Se a utopia está inscrita no horizonte distante e se a cada passo que damos em sua direção a mesma foge veloz, como as águas de um rio, então, se ela serve para alguma coisa é para, como nos conta Eduardo Galeano¹⁰⁵, continuarmos andando, sonhando, amando, vivendo alimentando o desejo sincero da mudança permanente; da metamorfose ambulante de Raul; da não vergonha de ser feliz de Gonzaguinha; da alegria alegria de Caetano¹⁰⁶.

Assim como Carlos Drummond de Andrade (1998b), não queremos ser o poeta de “um mundo caduco”. Mundo que depois de enlouquecer as vacas está enlouquecendo os homens, ou seria o contrário¹⁰⁷? Não sabemos, esta talvez esta seja uma questão para o

¹⁰⁴ Bertold Brecht (2010): Nós vos pedimos com insistência: / Nunca digam - Isso é natural / Diante dos acontecimentos de cada dia, / Numa época em que corre o sangue / Em que o arbitrário tem força de lei, / Em que a humanidade se desumaniza / Não digam nunca: Isso é natural / A fim de que nada passe por imutável.

¹⁰⁵ Galeano falou da utopia numa mesa com o escritor José Saramago no Auditório Araújo Vianna num painel do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 29 de janeiro de 2005.

¹⁰⁶ Fazemos referências às canções: “metamorfose ambulante” (

¹⁰⁷ Segundo Eduardo Galeano (2002, p.15), o argelino Ahmed Bem Bella disse: “este sistema, que já enlouqueceu as vacas, está enlouquecendo os homens.”

alienista doutor Simão Bacamarte (ASSIS, 1998). O que sabemos é que o mundo de muitas famílias é destruído por chacinas como a do Complexo do Alemão (“Chacina do Pan”) e por políticas de segurança pública que se constituem enquanto políticas de extermínio dos pobres.

Em 15 de abril de 1996, Maicon de Souza e Silva, na época com dois anos e seis meses, morreu ao ser atingido na cabeça por uma bala perdida. No momento em que ele foi atingido, a polícia fazia uma incursão na comunidade de Acari, onde o menino e sua família moravam. Seus pais, Maria da Penha Souza e José Luiz Faria da Silva, relatam como a tragédia aconteceu:

“Era uma tarde de sol. Maicon tinha dois anos e seis meses. A favela estava na maior tranqüilidade e as crianças brincavam de correr umas atrás das outras. O Maicon era o menorzinho e corria sorrindo atrás do irmão e dos amiguinhos. Enquanto brincavam, eu costurava e o pai concertava a bicicleta” (SORARES, MOURA e AFONSO, 2009, p.19).

“De repente, policiais do 9º BPM entraram atirando sem direção. Só se ouviam os gritos das crianças. E os gritos passavam medo. O pai de Maicon sentiu uma dor e correu na direção dos tiros. Deparou-se com o filho estirado, ensangüentado, e gritou: ‘Maicon! Não! Não ! Não! Não posso acreditar no que vejo!’”. Ao ouvir os gritos de José, corri também e perguntei: ‘Cadê o Maicon?’. ‘Olha lá’, berrou ele. Corri desesperadamente, tirei meu filho do chão, abracei-o e percebi que meu filho moreninho estava vermelho. O sangue lavava seu pequeno corpo e eu, abraçada com ele, gritava: ‘Socorro, meu filho está morrendo!’” (SORARES, MOURA, AFONSO, 2009, p.19-20)

Segundo relato dos pais, os policiais tentaram fugir, mas como o carro deles ficou preso em um quebra-molas, os mesmos não conseguiram fugir e tiveram que prestar socorro ao menino. No entanto, ao chegar ao Hospital Carlos Chagas, Maicon “já estava morto e o desespero tomou conta da família” (SORARES, MOURA e AFONSO, 2009, p.20).

“No dia seguinte, às nove horas, o Maicon volta à favela, mas num pequeno caixãozinho branco, para dar o seu último adeus. Foi muito choro e revolta. O enterro foi a parte mais dolorosa. Quando vimos que nosso filho partia realmente e que não podíamos fazer mais nada, os pais do Maicon, solicitamos que os fatos fossem apurados até o fim” (SORARES, MOURA e AFONSO, 2009, p.20).

“Durante um ano eu quis me matar. José não conseguiu trabalhar durante três meses, me vigiando. Aí, passado um ano, lembrei do Renan, meu outro filho, e quis seguir em frente por causa dele” (SORARES, MOURA e AFONSO, 2009, p.20).

Dulcinea da Silva Sipriano é mãe de Marcus Vinícius Sipriano de Andrade, assassinado em Queimados aos 15 anos de idade, naquela que ficou conhecida como a “Chacina da Baixada¹⁰⁸”, em 2005. Na ocasião, 29 pessoas, escolhidas de maneira aleatória e pegas de surpresa, foram assassinadas. Apenas uma pessoa que foi baleada conseguiu sobreviver. As balas encontradas nos corpos das vítimas eram de armas de uso exclusivo da polícia Civil e Militar. “Segundo avaliação do então chefe da Polícia Civil, os criminosos tiveram o cuidado de recolher as cápsulas e os estojos das balas para não deixar pistas” (SOARES, MOURA e AFONSO, 2009, p. 40)

Dulcienea relata como, depois de ouvir o barulho de tiros, descobriu que estes tinham tirado a vida de seu filho Marcus Vinícius:

“Quando pararam todos nós saímos na direção de onde tinham dados os tiros. Ao chegarmos lá, o meu neto, que tinha sete anos, gritou: ‘Vó, meu tio está aqui. Vamos levar ele para a posse, ele está vivo’.

“Meu filho ainda respirava. Ele me olhou, apertou minha mão e morreu. Foi um pedaço que arrancaram de mim”.

“Eu moro na Praça Bíblia, em Queimados. Eles vieram encapuzados. Estavam procurando quem iam matar. Passaram de carro, olhando pelo vidro aberto até a metade. Passaram em frente a um bar que fechou, olharam. Seguiram adiante. Olharam lá para cima, havia várias pessoas do bairro numa barraca desativada. Todos sempre se reúnem ali. Sentavam num murinho e ficavam conversando. Nenhuma dessas pessoas tinha vício”.

“Os policiais olharam para esse lugar onde as pessoas conversavam e resolveram subir lá, para matar. Meu filho tinha saído de casa nessa hora e ia voltar logo. Não voltou, foi assassinado” (SOARES, MOURA e AFONSO, 2009, p. 42-3)

¹⁰⁸ A “Chacina da Baixada” aconteceu em 15 de março de 2005 e envolveu as cidades de Nova Iguaçu e Queimados, ambas localizadas na Baixada Fluminense.

A Chacina da Baixada Fluminense representa mais um triste capítulo na história da produção de vidas descartáveis no Estado do Rio de Janeiro. Investigações da Polícia Civil e da Polícia Federal comprovaram o envolvimento de pelo menos 11 policiais na matança. 29 pessoas foram executadas friamente, sem a mínima chance de defesa. Quanto ao motivo do extermínio:

“Os crimes foram cometidos com o objetivo de demonstrar a força de um grupo de policiais em Nova Iguaçu e Queimados. Tudo leva a crer que a ação representou uma retaliação à prisão de nove policiais militares do 15º Batalhão da Polícia Militar (Duque de Caxias), insatisfeitos com o novo comandante do Batalhão, que vinha combatendo desvios de conduta e práticas de corrupção” (SOARES, MOURA e AFONSO, 2009, p. 40).

A mãe de Marcus Vinícius desabafa que:

“Eu convivi com meu filho por 15 anos. Foi uma coisa maravilhosa. E desde o dia em que aconteceu esta tragédia na minha vida, na vida do pai dele, dos irmãos, da minha sogra, tudo mudou muito. Eu já tinha problema de saúde, aí dobrou. Eu choro todas as noites. Tem dia em que eu estou calma, mas tem dia em que estou com os nervos à flor da pele” (SOARES, MOURA, AFONSO, 2009, p. 46).

As duas histórias contadas acima fazem parte do livro “Auto de Resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada”. As histórias que compõem o livro foram escritas por 21 familiares de pessoas assassinadas em chacinas no Rio de Janeiro. A maioria das autoras dos textos são mulheres, mães, irmãs, esposas etc., que contam um pouco da história de como seus filhos, maridos, irmãos etc., foram tirados violentamente dos braços e da companhia delas. Em seus relatos, se esboça com muita dor um retrato da violência que, há décadas, paira estúpida sobre os filhos e filhas de comunidades pobres do Estado.

Estranha realidade na qual pessoas são covardemente mortas por serem pobres. Será que os policiais que protagonizaram a “Chacina da Baixada” acreditaram que poderiam ir para comunidades pobres e sair matando pessoas impunemente? O extermínio de pobres parece ser um dos modos de funcionamento da polícia do Rio de Janeiro. Em nenhum momento em nosso trabalho, afirmamos que todos os policiais são assassinos ou que entre os moradores das favelas e morros do Rio não há pessoas que cometam crimes, que torturem, matem etc.

A questão que levantamos não é a de apontar possíveis culpados ou inocentes, mas de colocarmos em análise o funcionamento da polícia enquanto instituição atravessada por uma série de relações de poder que corroboram na produção de policiais enquanto exterminadores. Do mesmo modo que estes são produzidos para matar, os pobres são produzidos enquanto classe que precisa, para a defesa da sociedade, ser eliminada. Referirmo-nos a vida dos moradores de comunidades pobres enquanto vidas descartáveis, pois suas existências tornam-se, diariamente, sem valor. No entanto, é preciso que investiguemos com mais cuidado, o quanto a vida dos policiais, expostos a processos de formação e práticas que os desumanizam, transformam-se também em vidas descartáveis.

A tortura, a violência, o extermínio não desumaniza apenas a pessoa que sofre tais práticas, mas desumaniza, também, aquele (policial ou não) que as pratica. Se o primeiro fica machucado ou morto, o segundo leva em sua história de vida a marca de um crime que cometeu. Talvez nunca seja julgado ou preso e permaneça impune, mas a impunidade jurídica não significa sossego ou paz. Significa, talvez, a concessão velada para continuar matando ou violentando e viver, também, uma vida marcada por tais práticas.

Como cantava Cartola: “o mundo é um moinho¹⁰⁹”. A vida, ou melhor, “roda viva¹¹⁰”, insiste em girar, rodar, deixando-nos às voltas com “a flor e o espinho¹¹¹”. Pelas varandas, às vezes sorrisos outras “flores tristes e baldias¹¹²” e pelo caminho folhas secas “caídas de uma mangueira¹¹³”. “Deus lhe pague¹¹⁴”: pela fumaça, pela cachaça, pelas mortes, pela fome, pelas chacinas tão irreais, mas, ainda assim, tão recorrentes.

É com o diz a letra do rap, “era só mais um Silva que a estrela não brilha. Ele era funkeiro, mas era pai de família¹¹⁵”. Tantos Severinos e Severinas a passarem nas sombras da história, longe das luzes brilhantes do glamour e da glória. Milhares de Silvas e Severinos que, historicamente, compõem as chamadas “classes perigosas” (GUIMARAES, 2008) e que, cotidianamente, são os alvos privilegiados das forças repressivas de plantão. Gente que na imundice do pátio da história cata, como bicho, o que comer entre os detritos. Pior que o

¹⁰⁹ Referência à canção “O mundo é um moinho” (Cartola).

¹¹⁰ Referência à canção “Roda viva” (Chico Buarque).

¹¹¹ Referência à canção “A flor e o espinho” (Nelson Cavaquinho, Guilherme de Brito e Alcides Caminha).

¹¹² Referência à canção “Gente humilde” (Garoto, Vinícius de Moraes e Chico Buarque).

¹¹³ Referência à canção “Folhas secas” (Nelson Cavaquinho e Guilherme de Brito).

¹¹⁴ Referência à canção “Deus lhe pague” (Chico Buarque).

¹¹⁵ Referência ao Rap “Era só mais um Silva” (Mc Serginho).

bicho, “não era um cão, não era um gato, não era um rato”. Exclama Manuel Bandeira: “O bicho, meu Deus, era um homem¹¹⁶!”

Infelizmente, como conta Galeano, os povos latino-americanos têm o “costume de sofrer com os dentes cerrados” (1989, p. 17). O silenciamento das pessoas, o medo de lutar, o receio de represálias, a resignação diante das misérias do mundo e a hipocrisia da vida numa democracia burguesa, são efeitos, também, da produção de subjetividade dominante. Aprendemos, a partir de uma série de tecnologias de poder presentes inicialmente na família ou na escola, a aceitarmos a aberração de dia após dia convivemos numa realidade onde, como diz Paulo Freire (1996, p. 103) há “miséria na fartura” – ou, a tortura na democracia, as chacinas na cidade etc. Nossos gritos são domesticados. Como escreve o poeta Eduardo Alves Costa (2010),

“E por temor eu me calo,
por temor aceito a condição
de falso democrata
e rotulo meus gestos
com a palavra liberdade,
procurando, num sorriso,
esconder minha dor
diante de meus superiores.
Mas dentro de mim,
com a potência de um milhão de vozes,
o coração grita - MENTIRA!”

Dessa mesma poesia (“No caminho com Maiakóvski”) de Eduardo Costa (2010) são os famosos versos:

*“Tu sabes,
conheces melhor do que eu
a velha história.
Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na Segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,*

¹¹⁶ Manuel Bandeira. Poesia: *O Bicho* (1947).

*e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada”.*

Apesar da produção constante do silenciamento, do medo, da insegurança, vozes dissonantes soam rebeldes pelos cantos da cidade. Como afirmou Foucault certa vez, sociedade disciplinar não significa “sociedade disciplinada”. As relações de poder que fabricam subjetividades capitalísticas podem, também, ser usadas para produzir processos de singularização. Vimos em nossa pesquisa, que para Guattari, não há uma natureza humana, mas processos de subjetivação que são as diferentes maneiras como experimentamos a vida, como sentimos, falamos, enfim, como vivemos etc. Vimos, também, que para o autor, as subjetividades são produzidas a partir de inúmeros atravessamentos.

Se há um modo de subjetivação dominante que implica em determinadas posturas/sentimentos/pensamentos diante da sociedade, da vida, do consumo etc. há, também, modos de subjetivação que escapam das serializações das subjetividades capitalísticas. São subjetividades desobedientes, que driblam as fôrmas subjetivas dominantes e inventam outras maneiras de viver, de sorrir, de amar, de protestar etc. A este processo criativo Guattari (1996) chamou de “processos de singularização”. Assim com há vários exemplos de “subjetividades capitalísticas”, podemos citar um exemplo de um processo de singularização em Israel.

“Em Israel, um grupo de jovens na faixa etária entre 16 e 19 anos, estudantes secundaristas, ousaram desobedecer às ordens instituídas e se rebelaram, negando-se em pegar em armas e participarem do massacre na Palestina. Tais jovens, chamados de Shministim, foram presos por não concordarem em cooperar com o atentado a humanidade patrocinado pelo governo Israelense na Faixa de Gaza. Desde o dia 18 de Dezembro de 2009, há uma campanha de envio de mensagens ao governo de Israel para mostrar a este que tais jovens não estão sozinhos e que muitos são aqueles que apóiam sua iniciativa e são absolutamente contra a limpeza étnica orquestrada por este país na Palestina. Estes jovens ousaram protagonizar o que muitos de nós esquecemos que somos capazes de produzir: um mundo diferente. Ao dizerem não à estupidez e à violência que

dilaceram o povo palestino, eles mostraram que por mais que se tente minar com as utopias sinceras e os sonhos, ambas estarão sempre inscritos nas linhas de nossos horizontes. Enquanto houver quem diga não e se recuse a participar inerte destes teatros cotidianos de falsidades e imundices, a esperança brotará fértil nos caminhos do presente e, apesar das pedras e das perdas no meio do caminho, o sol brilhará dissipando as escuridões que pairam sobre estes dias tão sombrios. A estes jovens dou meu apoio e meu respeito”¹¹⁷.

Os “Shministim”, como diz o texto que escrevemos em janeiro de 2009, são jovens estudantes que se recusaram a se alistar no exército de Israel na guerra protagonizada por este contra o povo palestino na faixa de Gaza. Os jovens, como represaria de seu país, foram presos. Eles, ainda assim, se negaram a participar da ofensiva do governo de seu país contra o povo palestino e, como os mesmos dizem em seu vídeo:

“Shministim é secundarista em Hebraico. Somos objetores de consciência de Israel. Recusamos servir o exército israelense porque eles ocupam a terra de outro povo, os Palestinos. Crianças palestinas não podem ir às escolas por causa dos pontos de controle. Sequer (as mesmas tem) acesso ao sistema de saúde. Milhares de jovens palestinos são presos sem razão. Muitos foram mortos ou tiveram suas casas demolidas. O governo diz que esta política nos torna seguros. Mas, negar aos Palestinos seus básicos direitos humanos, nos coloca em perigo. É ilegal. É errado. É imoral. É contra minhas crenças pessoais. É contra meus valores básicos. É contra meus valores. Por isto somos objetores de consciência. Nós somos Shministim. Fomos presos por recusar servir ao exército. Precisamos de seu apoio. Por favor, assine uma carta. E conte para seus amigos. Palestinos, israelenses, judeus mulçumanos, cristãos, ateus, todos. Só podemos lutar juntos contra a violência. Contra a repressão. Não importa quem a pratique. Junte-se a nós pela paz, coexistência e um futuro para crianças como nós em todos os lugares. Envie uma carta hoje” (YOUTUBE, 2010).

A carta a que os “Shministim” se referem são cartas e emails ao Ministro da Defesa do Governo de Israel pressionando este pela liberdade dos estudantes. Com ajuda de um grupo chamado "Jewish Voice for Peace" eles fizeram um vídeo e um site na internet¹¹⁸. Até o momento em que escrevemos esta pesquisa, os “Shministim” continuam presos. Em nosso

¹¹⁷ Texto originalmente publicado em janeiro de 2009 com o título “Aos que ousaram desobedecer”. Disponível em: <<http://experimentandoversos.blogspot.com/search?q=Israel>>

¹¹⁸ O endereço do site é: <<http://december18th.org/>>.

O endereço do vídeo é: <<http://www.youtube.com/watch?v=KYIK9jid-XE>>

entender, eles são um grande exemplo da potência que pode ter um processo de singularização subjetivo. Potente, também, é saber usar as novas tecnologias, como a internet, como instrumento de luta e resistência.

Vimos em nossa pesquisa, como a “Chacina do Pan” transformou-se na chacina que nunca aconteceu. Pois, como a mesma foi silenciada pelos veículos de comunicação da grande mídia, é como se, para o grande público, não houvesse acontecido extermínio nenhum. Desde o segundo semestre de 2007, isto é, antes mesmo de iniciarmos o mestrado em meados de 2008, que buscamos pesquisar todo tipo de informações, notícias em diversos meios de comunicação, artigos etc. sobre a operação policial no Complexo do Alemão.

A partir de 2008, participamos de inúmeros eventos como palestrante – encontros, congressos, rodas de conversa, seminários, palestras em universidades e em turmas de graduação em psicologia– no estado do Rio de Janeiro e em outros estados. Uma das perguntas que sempre ouvíamos ao falarmos da “Chacina do Pan” era (e, até o momento, continua sendo): “houve chacina no Pan?!”. Alguns chegam a exclamar: “Nossa, eu não sabia!”.

Outra questão recorrente, quando falamos de nossa pesquisa em algum evento ou mesmo informalmente, é a indagação: “mas isso (a pesquisa) é psicologia?”. E por que fazer uma pesquisa que discuti questões relacionadas a política de segurança pública do governo, a mídia, a produção de subjetividades, a produção do medo e da insegurança, a fabricação de vidas descartáveis, não é psicologia? Muitas pessoas concordam que se trate de temas importantes, mas estranham que nossa pesquisa seja em psicologia.

Em maio de 2009, fui convidado a participar do programa “Atitude.com”, TV Brasil. O tema do programa era “medo urbano”. Ao falar por telefone com uma moça, que fazia parte da produção do programa, a mesma me explicou que precisava de um psicólogo que falasse das questões clínicas que o medo podia acarretar aos sujeitos. Expliquei a ela, então, que eu até aceitaria ir ao programa, mas, por causa de minha pesquisa, eu desejava falar do medo a partir de outra perspectiva. Ou seja, pensar como o sentimento de medo é produzido e direcionado socialmente para a dominação e controle do povo etc.

Depois que fiz um breve resumo de minha pesquisa por telefone, a funcionária da TV Brasil falou: “ah, sim. Você faz pesquisa em sociologia, não é?” Eu já havia dito que a pesquisa era em psicologia e que eu era psicólogo. No entanto, ainda causa muito

estranhamento às pessoas entenderem um psicólogo que faz pesquisas sobre segurança pública, por exemplo.

Todavia, é importante que ocupemos os espaços da mídia e que afirmemos nossas práticas, por mais diversas e estranhas ao senso comum que as mesmas possam parecer. Apesar do estranhamento da funcionária do programa, fui ao mesmo e pude, em rede nacional, falar um pouco de minha pesquisa. Curiosamente, a produção do programa convidou outra psicóloga para falar das questões clínicas (tratamento, sintomas etc) relacionados ao medo urbano.

Na história recente da psicologia no Brasil, a clínica exercida em consultório privado ocupou o lugar de protagonista desde os primórdios de sua regulamentação como profissão (FERREIRA NETO, 2004). Todavia, com o passar das décadas, as áreas de atuação dos psicólogos se expandiram e a clínica de consultório, apesar de ainda ser um elemento sedutor tanto aos formandos quanto aos profissionais, entra em crise.

Os campos de atuação para o exercício da psicologia vão, como na música de Raul, numa “metamorfose ambulante”. Contudo, o surgimento de novas áreas de intervenção implica, por um lado, no desafio de se pensar que efeitos o profissional de psicologia produz onde tem atuado e, por outro, que o aumento das áreas de atuação não deve ser separadas de uma reflexão crítica a respeito da dinâmica de funcionamento do sistema capitalista em sua fase atual. Ao mesmo tempo em que novas possibilidades de atuação se abrem para os psicólogos, é preciso que coloquemos em análise quais as novas demandas nos são endereçadas.

Fazer esta pesquisa significa, também, produzir um registro histórico da violência que o povo do Complexo do Alemão passou, mas que foi rapidamente silenciada e estrategicamente esquecida. Logo após a chacina, ouvimos em muitos eventos (acadêmicos ou de movimentos sociais) pessoas falando sobre a mesma; discutindo a política de extermínio do governo fluminense; falando sobre vida nua e estado de exceção. No entanto, três anos depois da matança policial no Alemão, nada mais se ouve sobre a mesma nem nos veículos da “mídia alternativa”, salvo raras exceções, muito menos na “grande mídia”.

Nossa pesquisa representa apenas um recorte dentre as inúmeras possibilidades de análise que podem ser feitas a partir do acontecimento “Chacina do Pan”. Privilegiamos

determinados autores e livros e deixamos de lado outros tantos, reconhecidamente importantes. Mas como em qualquer trabalho, é preciso se fazer seleções e cortes de material.

No entanto, para nós, esta pesquisa não se encerra aqui. O que se conclui neste momento, é apenas uma etapa de nosso trabalho. Há, ainda, muitas questões que surgiram e que não tiveram espaço neste trabalho, mas que almejamos investigar. Uma delas, refere-se a política adotada pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de implementar Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em morros e favelas cariocas. A grande mídia, mais uma vez mostrando-se conivente com o governo fluminense, se apressou em vender as UPPs como a grande maravilha – não mais as “mega-operações” policiais nas favelas e morros – que resolverá, como num passe de mágica, a questão da “onda de criminalidade crescente” no Rio.

Em época de eleições para a Presidência da República e para o Governo do Estado, candidatos a ambos os cargos aparecem em seus programas eleitorais na televisão falando em UPPs, em sua implementação e expansão. No entanto, não são poucas as críticas e as denúncias que as mesmas recebem sobre abusos e violências cometidas por policiais onde já há UPPs instaladas, violências etc. – obviamente, na “grande mídia”, qualquer voz dissonante ao coro adorador das UPPs sequer ganha espaço para manifestar-se.

Tudo se torna mais complexo, ao imaginarmos que agora é certo que o Brasil em 2014 sediará a Copa do Mundo de Futebol e que em 2016 o Rio de Janeiro sediará as Olimpíadas. Trata-se de dois eventos de proporções muito maiores do que os jogos Pan-Americanos que ocorreram no Rio em 2007. “Realizar uma grande Copa” ou “Realizar uma grande Olimpíada” eram expressões ouvidas, mais timidamente, em 2007. Agora, as mesmas se tornaram lugar comum diariamente nos programas de TV, rádio, jornais, internet tanto nos discursos de políticos, jornalistas, acadêmicos, palpiteiros etc.

UPPs, Copa do Mundo, Olimpíadas, mídia, segurança pública, criminalidade, favelas, morros, produção de subjetividades, pobreza são temas que se entrelaçam no contexto do Rio de Janeiro e no Brasil, hoje. Se tomarmos os jogos Pan-Americanos de 2007 como um exemplo do que pode vir acontecer, com proporções ainda maiores, em 2014 e 2016, temos motivos suficientes para temermos o que será feito contra as comunidades pobres sobre a rubrica da realização de tais eventos. Esperamos que os mesmos sejam muito diferentes do Pan e que tragam ao povo apenas alegria e não violências e chacinas.

Por mais que as forças capitalísticas, disciplinares e biopolíticas ajam no sentido de capturar o que de mais potente há na vida, produzindo corpos dóceis e mentes submissas, redesenhando as paisagens do mundo de acordo com os interesses mesquinhos do capital globalizado e de sua lógica estúpida e destrutiva, ainda assim, algo sempre escapa do roteiro pré-estabelecido e, desobedecendo as regras do jogo encenado, inventa outros caminhos, outras falas, outras cenas. Como diz Fernando Pessoa, “tudo vale a pena se alma não é pequena”. Pois, se “é preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã”, então, “esperar não é saber”. “Vem vamos embora: que quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”¹¹⁹

Apesar de tantas misérias e violências presentes em nossa sociedade, tanto sangue derramado no chão e lágrimas nos olhos, tantas chacinas e hipocrisia “mais que nunca é preciso cantar e alegrar a cidade¹²⁰”. E como alerta o alegre rancho carnavalesco “Flor do Sereno”, “vamos que cantar é importante nesta vida¹²¹”. Mas nossas pesquisas, nossas práticas cotidianas, bem como, nosso canto não é de submissão, não é de “não estou nem aí”. Como cantou João Nogueira, nosso canto é uma missão:

Canto para anunciar o dia
Canto para amenizar a noite
Canto pra denunciar o açoite
Canto também contra a tirania
Canto porque numa melodia
Acendo no coração do povo
A esperança de um mundo novo
E a luta para se viver em paz¹²²!

Alguém pichou num muro na região do Complexo do Alemão a seguinte frase: “Não viva em vão”.

¹¹⁹ Referência a poesia “mar português” (Fernando Pessoa); à canção “Pais e filhos” (Dado Vila-lobos, Marcelo Bonfá e Renato Russo); à canção “pra não dizer que não falei das flores” (Geraldo Vandré).

¹²⁰ Referência à canção “Marcha da quarta-feira de cinzas” (Vinícius de Moraes e Carlos Lyra).

¹²¹ Referência à canção “Marcha regresso” (Elton Medeiros, Maurício Tapajós e Cacaso).

¹²² Referência à canção “Minha missão” (João Nogueira e Paulo César Pinheiro).

REFERÊNCIAS

A) LIVROS

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Porto Alegre: L&PM, 1997a.

_____ **Memórias póstumas de Brás Cubas**. L&PM, 1997b.

_____ **Quincas Borba**. L&PM, 1997c.

_____ **O alienista**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007a

_____ **Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007b, 2ª reimpressão.

_____ **O que resta de Auschwitz**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Congresso Internacional do Medo*. Em: **Sentimento do Mundo**. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008a. (Coleção Folha Grandes Escritores Brasileiros, V. 4).

_____ *Sentimento do mundo*. Em: **Sentimento do Mundo**. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008b. (Coleção Folha Grandes Escritores Brasileiros, V. 4).

ARENDDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. Em: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARANTES, Paulo **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARBÉX JÚNIOR, José. **Showrnlismo. A notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

_____ **Jornalismo canalha**. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

BARROS, Regina Benevides. **Grupo: a afirmação do simulacro**. Porto Alegre: Sulinas/Ed.UFRGS, 2009.

BATISTA, Vera Malaguti *O globo da morte*. Em: Rauter, C.; Passos, E.; Benevides, R. (Orgs.) **Clínica e Política. Subjetividade e violação dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ, Instituto Franco Basaglia/Editora Te Corá, 2002. p. 59 – 64.

_____ **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____ *Prefácio*. Em: ZACONNE, O. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: JZE, 2005.

_____ **Vida líquida**. Rio de Janeiro: JZE, 2007.

_____ **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: JZE, 2001.

_____ **Globalização. As conseqüências humanas.** Rio de Janeiro: JZE, 1999.

_____ **Modernidade e Holocausto.** Rio de Janeiro: JZE, 1998a.

_____ **Mal estar na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: JZE, 1998b.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CAMPOS, Adrelino. **Do quilombo à favela.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COIMBRA, Cecília. *Doutrina de Segurança Nacional e produção de subjetividade.* Em: Rauter, C.; Passos, E.; Benevides, R. (Orgs.) **Clinica e Política. Subjetividade e violação dos Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ, Instituto Franco Basaglia/Editora Te Corá, 2002. p. 25-38.

_____ **Operação Rio: o mito das classes perigosas.** Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001

COIMBRA, Cecília; BULCÃO, Irene; AQUINO, Rubim (orgs.). **Vinte anos da Medalha Chico Mendes de Resistência.** Rio de Janeiro: Abaquar/Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

COSTA, Jurandir Freire **A ordem médica e a norma familiar**. São Paulo: Graal, 2004.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*. Em: **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219 – 226.

DELEUZE, Gilles.; FOUCAULT, M. *Os intelectuais e o poder*. Motta, M. B. (org.) **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 37 – 47.

FERREIRA, Amauri. **Discurso do Trabalho Irracional**, 2005. Disponível em:
<<http://amauriferreira.blogspot.com/>>.

FERREIRA NETO, João Leite. **A formação do psicólogo: clínica, social e mercado**. São Paulo/Belo Horizonte: Escuta/Fumec, 2004.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Editora Escuta/Educ, 1995.

FLAUZINA, Ana Luisa **Corpo negro caído no chão**. O sistema penal e projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FORRESTER, Viviane **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FORTES, Rafael. **Segurança pública, direitos humanos e violência**. RJ: Luminária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2004

_____ *Direito de morte e poder sobre a vida*. In: **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2003. p. 125 – 152.

_____ **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____ **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____ **Ditos e escritos IV: Estratégia, saber-poder**. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

_____ *Poder-corpo*. Em: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999a. p. 145-152.

_____ *Soberania e disciplina*. Em: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999b. p. 179-192.

_____ *Nietzsche, a genealogia e a história*. Em: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999c. p. 15 -38.

_____ *Verdade e Poder*. Em: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999d. p. 1-14.

- _____ *A prisão vista por um filósofo francês*. MOTTA, Manuel Barros da. (org.) **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 152 – 158.
- _____ *Prisões e revoltas nas prisões*. MOTTA, Manuel Barros da. (org.) **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p.61 – 68.
- _____ *Os intelectuais e o poder*. MOTTA, Manuel Barros da. (org.) **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 37 – 47.
- _____ *Sobre o internamento penitenciário*. MOTTA, Manuel Barros da. (org.) **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. p. 69 – 80.
- _____ *Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978*. MOTTA, Manuel Barros da. (org.) **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006e. p. 335 – 351.
- _____ *Entre vista sobre a prisão: o livro e o seu método*. MOTTA, Manuel Barros da. (org.) **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006f. p. 159 – 174.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____ **Dias e noites de amor e de guerra**. Porto Alegre: L&PM editora, 2001.

_____ **O teatro do bem e do mal**. Porto Alegre: L&PM editora, 2002.

_____ **O livro dos abraços.** Porto Alegre: L&PM editora, 2005.

_____ **Espelhos: uma história quase universal.** Porto Alegre: L&PM editora, 2009.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** Rio de Janeiro: Editora34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica. Cartografias do desejo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

HARDT, Michel. *A sociedade mundial de controle.* In: Alliez, E. (org). **Gilles Deleuze: Uma vida filosófica.** São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 357 – 372.

HOBSBAWN, Erich. **A era dos extremos (o breve século XX – 1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KLEIN, Naomi. *Introdução.* Em: **A doutrina do choque.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOLKER, Tânia. *Tortura nas prisões e produção de subjetividade.* In: Rauter, R. et al (Org.) **Clínica e política. Subjetividade e violação dos direitos humanos.** Rio de Janeiro: Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ, Instituto Franco Basaglia/Editora Te Corá, 2002. p. 89 – 99.

LOURAU, R. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

MACHADO, Roberto. *Introdução*. Em: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MORETZSOHN, Silvia. **Jornalismo em “tempo real”. O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

MOTTA, Manuel Barros da. Apresentação. In: MOTTA, Manuel Barros da. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

PELBART, Peter Pal. *Eu(reka!)* Em: **A vertigem por um fio**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000.

RIBEIRO, Camila; DIAS, Rafael; CARVALHO, Sandra. *Discursos e práticas na construção de uma política de segurança: o caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007–2008)*. Em: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). **Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 6-15

RODRIGUES, Heliana Conde de Barros. “Psicanálise e Análise Institucional”. Em: RODRIGUES, Heliana C. B.; SÁ LEITÃO, Maria Beatriz.; BARROS, Regina B. **Grupos e instituições em análise**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 42-55.

SANT’ANNA, Afonso Romano de. **Epitáfio para o século XX e outros poemas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

SANTOS, Joel Rufino. *Mídia e produções de subjetividade: questões do racismo*. Em: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade**. 2 ed. – Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. p. 172 – 174.

SANTOS, Laymert Garcia. *A exceção à regra (Prefácio)*. Em: ARANTES, Paulo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record: 2007.

SENNET, Richard **O declínio do homem público: tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHAKESPEARE, Willian. **Hamlet: o príncipe da Dinamarca**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1986.

SOARES, Barbara M; MOURA, Tatiana; AFONSO, Carla. **Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas de violência armada**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____ **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____ **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____ **As duas faces do gueto**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

WIEL, Elie. **A noite**. RJ: Ediouro, 2002.

YOUNG, Jock **A sociedade excludente**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002.

ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ZAFFARONI, Raul Eugenio. **Em busca das penas perdidas**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Introdução*. Em: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.) **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 7 – 24.

B) Artigos

BATISTA, Vera Malaguti. **O Tribunal de Drogas e o Tigre de Papel**. Disponível em: <<http://www.mundojuridico.adv.br>> . Acesso em 22 de junho de 2010.

CARVALHO, Thiago Fabres de. **O “Direito Penal Do Inimigo” E O “Direito Penal Do Homo Sacer Da Baixada”:** Exclusão E Vitimação No Campo Penal Brasileiro. Disponível em: <<http://www.ihj.org.br/pdfs/ArtigoThiagoFabres.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2010.

CASTRO, Suzana **O escândalo dos falsos positivos na Colômbia**. Comunicação & política, v.27, n°3, p.130-142. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/311001ART5%20Susana%20de%20Castro.pdf>> Acesso em junho de 2010.

COIMBRA, Cecília. LOBO, Lília. NACIMENTO, Maria Lívía. **Por uma invenção ética para os direitos Humanos**. Revista Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, Vol. 20, N. 2, p. 89 – 102, 2008. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a07v20n2.pdf>> Acesso em dezembro de 2008.

MAGALHAES, Alexandre Almeida de. **A campanha contra o “caveirão” no Rio de Janeiro**. Revista *Estudos e pesquisas em psicologia*, vol.7, dez. 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epp/v7n2/v7n2a19.pdf>>. Acesso em maio de 2010.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Entrevista com Zygmunt Bauman**. Tempo soc., São Paulo, v. 16, n. 1, June 2004. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702004000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em junho de 2010.

REBEQUE, Cristiano; JAGEL, Daniela; BICALHO, Pedro. **Psicologia e políticas de segurança pública: o analisador ‘Caveirão’**. Revista *Psico, Porto Alegre, PUCRS*, v. 39, n. 4, p. 418-424, out./dez.2008. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4000>>
Acesso em maio de 2010.

C) Revistas

ALVES FILHO, Francisco. **REVISTA ISTO É** (versão Online). *O Rio adota a estratégia do confronto*. Julho de 2007. Edição 1967. Disponível em:
<<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/1967/artigo55195-1.htm>>. Acessado em julho de 2007.

BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, p. 271- 289, 2º semestre de 2002. Disponível em:
<<http://www.bocc.uff.br/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf>>
Acesso em 10 de junho de 2010.

_____ *Fragmentos de um discurso sedicioso. Discursos Sediciosos - Crime, direito e sociedade*, órgão oficial do Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. Ano 1, número 1, p. 69/77. Em:
<[http://www.aidpbrasil.org.br/Discurso % 20Nilo % 20 Batista.pdf](http://www.aidpbrasil.org.br/Discurso%20Nilo%20Batista.pdf)>
Acesso em 17 de junho de 2010.

_____ *Entrevista*. Revista **CAROS AMIGOS**. São Paulo: Editora Casa Amarela. Ano VII, Número 77, agosto 2003.

BRECHT, Bertold. Bertolt Brecht, (10.02.1898 - 04.08.1956). *Teatrorólogo e poeta alemão*. Revista **CONSCIÊNCIA.NET**. Disponível em:
<[http://www.consciencia.net /a rtes/literatura/brecht.html](http://www.consciencia.net/a_rtes/literatura/brecht.html)>
Acesso em julho de 2010.

FELINTO, Marilena. *Desumanizando a empregada puta*. Revista **CAROS AMIGOS**. São Paulo: Editora Casa Amarela. Ano XI, Número 124, julho 2007.

FERNANDES, Nelito. **REVISTA ÉPOCA** (Versão Online). *Os bandidos já viram que não estamos de brincadeira*. Julho de 2007. Edição: 477. Disponível em:
<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG77973-5856,00.html>>.
Acesso em julho de 2007.

FRANÇA, Ronaldo; BORTOLOTTI, Marcelo. **REVISTA VEJA** (Versão Online). *A guerra necessária... Para reconstrução do Rio*. Edição 2015, julho de 2007. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx?Edicao=2015&pg=08>>.
Acesso em julho de 2007.

KFOURI, J. ; TRAJANO, J. *Entrevista*. Revista **CAROS AMIGOS**. São Paulo: Editora Casa Amarela. Ano XI, número 123, junho 2007.

MARQUES, Carlos José **REVISTA ISTO É** (Versão Online). *Violência versus PAN*. Edição 1967, junho de 2007. Disponível em:

<<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/1967/artigo55200-1.htm>>.
Acesso em junho de 2007.

MASSON, Celso; AZEVEDO, Solange; FERNANDES, Nelito. **REVISTA ÉPOCA** (versão Online). *Os novos rumos da guerra contra o crime*. Versão Online. Edição 467, junho de 2007. Disponível em:

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG77883-5990-476,00_O_S+N_OVOS+RUMOS+DA+GUERRA+CONTRA+O+CRIME.html>.
Acesso em junho de 2007.

OLIVEIRA, Jadson. *Liberdade de imprensa é liberdade de empresa*. **REVISTA FAZENDO MÉDIA**. Disponível em:

<<http://www.fazendomedia.com/liberdade-de-imprensa-e-liberdade-de-empresa/>>
Acesso em junho de 2010.

REDAÇÃO FAZENDO MÉDIA. *Movimentos repudiam declaração de coronel da PM no Rio de Janeiro*. Abril de 2008. Disponível em:

<<http://www.fazendo-media.com/2008/movimentos20080427.htm>>.
Acesso em maio de 2008.

REVISTA ÚLTIMO SEGUNDO. *Complexo do Alemão tem IDH maior que alguns Estados*. Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:m114oFSeRqoJ:ultimosegundo.i.g.com.br/brasil/2007/06/27/complexodoalem27otemidhmaiorquealguns estados877540.html+numero+da+populacao+complexo+do+alemao&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>.
Acesso em junho de 2007.

ROSA, Bruna. **REVISTA FÓRUM** (Versão Online). *Documentário 'Hiato': retrata passeio dos sem teto em shopping no RJ*. Disponível Em:

<<http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/NoticiasIntegra.asp?idartigo=3134>>.
Acesso em junho de 2008.

SÁ, Fátima. **REVISTA VEJA RIO** (Versão Online). *O inimigo do tráfico*. Julho de 2007. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/vejarj/180707/capa.html>>. Acesso em julho de 2007.

SALLES, M. *Complexo do Alemão. Entre a perversidade da mídia e a perversidade da polícia*. Revista **CAROS AMIGOS**. São Paulo: Editora Casa Amarela. Ano XI, Número 125, Agosto 2007a. pp. 34-39.

_____ *Ordem alfabética*. Janeiro de 2008. Disponível em:
<<http://www.fazendomedia.com/diaadia/protoblog16.htm>>.
Acesso em janeiro de 2008.

SANCHES, Alexandre. *Bezerra da Silva, o partideiro indigesto*. Revista **CAROS AMIGOS**. São Paulo: Editora Casa Amarela. Ano XIV, Número 157, Abril de 2010. p. 11.

SANTOS, Milton. *Entrevista*. **TEORIA E DEBATE** nº 40 - fevereiro/março/abril de 1999. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/conteudo/entrevista-milton-santos>>. Acesso em: junho de 2010.

SOARES, Ronaldo. **REVISTA VEJA** (Versão Online). *Ataque à cidadela do tráfico*. Edição 2009, maio de 2007. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx?edicao=2009&pg=08>>.
Acesso em maio de 2007.

UCHOAS, Leandro *Ferramenta jurídica que legitima o extermínio*. **REVISTA FAZENDO MÉDIA**. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com/?p=1917>> Acesso em: 20 de dezembro de 2009.

D) RELATÓRIOS E MANIFESTOS

RELATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL PARA O RELATOR DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EXECUSÕES SUMÁRIAS, ARBITRÁRIAS E EXTRAJUDICIAIS. Rio de Janeiro, 2007. Assinam várias entidades.

NOTA DE REPÚDIO. Assinam várias entidades. Rio de Janeiro, 17 de Abril de 2008.

MANIFESTO PÚBLICO CONTRA A MEGA-OPERAÇÃO NO ALEMÃO.. Assinam várias entidades. Rio de Janeiro, 28 de junho de 2007.

MANIFESTO PELA APURAÇÃO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS COMETIDAS NA OPERAÇÃO COMPLEXO DO ALEMÃO. Assinam várias entidades. Rio de Janeiro, 2007.

MANIFESTO CONTRA AS POLÍTICAS DE EXTERMÍNIO. Assinam várias entidades. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 2007.

MANIFESTO CHEGA DE MASSACRES. Assinam várias entidades. Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência.

MINISTÉRIO DAS CIDADES: “Programa de Aceleração do Crescimento (2007-2010). Governo Federal. Brasília, junho 2007a.

_____ “Programa de Aceleração do Crescimento PAC– Rio: Complexo do Alemão”. Governo Federal; Governo do Estado do Rio de Janeiro. Brasília, 2007b.

PRIMEIRO RELATÓRIO ANUAL DE DIREITOS HUMANOS DO BRASIL (1999)

RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DA OEA (1998)

RELATÓRIO TÉCNICO VISITA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. Secretaria Especial Dos Direitos Humanos Da Presidência Da República (SEDH), Rio De Janeiro, julho de 2007.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, Secretaria de Segurança Pública, Governo Do Estado Do Rio De Janeiro, Balanço Das Incidências Criminais E Administrativas No Estado Do Rio De Janeiro (Primeiro Semestre De 2007) <Disponível em: <http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/BalancoSemestral.pdf>

E) SITES

ALVARENGA FILHO, José R. de **Aos que ousaram desobedecer**. Disponível em : <<http://experimentandoversos.blogspot.com/2009/01/aos-que-ousaram-desobedecer.html>> Acesso em janeiro de 2009.

AGÊNCIA CARTA MAIOR. **Relator da ONU é recebido com hostilidade por autoridades no RJ**. Novembro de 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14709> Acesso em novembro de 2007.

BANDEIRA, Manuel **O bicho** (1947). Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/manuelbandeira03.html>> Acesso em 9 de janeiro de 2008.

BARROS, Jorge Antonio. **A ofensiva da polícia contra o Canudos do Mal**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/post.asp?cod_Post=63634&a=135>. Acesso em julho de 2010.

BATISTA, Vera Malaguti. **'Chacina do Pan' consolida agenda da criminalização e extermínio dos pobres**. Correio da Cidadania. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/566/9/>> Acesso em julho de 2007.

BBC BRASIL: *Violência no Rio aumenta temor pelo PAN, diz jornal argentino*. Junho de 2007a. Disponível em:
<<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/06/070628pressreview2.shtml>>
Acesso em julho de 2007.

_____ **A um mês do Pan, tensão no Rio é 'explosiva'**. Junho de 2007b.
Disponível em:
<<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/06/070615pressreviewpu.shtml>>.
Acesso em junho de 2007.

_____ **Clarín: Violência no Rio atingiu ponto 'infern'**. Abril de 2007c.
Disponível em:
<<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070420violenciariorjornais2pu.shtml>> Acesso em abril de 2007.

BETTO, F. **Globalização e migração**. Em: Jornal Correio da Cidadania. Disponível em:
<<http://www.correiodacidade.com.br/content/view/3880/>> Outubro de 2009.
Acesso em: junho de 2010.

BLOG: **A verdade do Pan**. 2007. Disponível em:
<<http://web.archive.org/web/20070716234742/http://averdadedopan2007.blogspot.com/>>
Acesso em agosto de 2007.

CARVALHO, Herbet “**A MPB canta e conta nossa história**”. Disponível em:
<http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=297&breadcru mb=1&Artigo_ID=4668&IDCategoria=5310&reftype=1> Acesso em maio de 2010.

CASTRO, Josué de. **Estratégia do desenvolvimento**. Trabalho apresentado na Conferência *Environment and Society in Transition* e publicado no *Annals of the New York Academy of Sciences*, sob o patrocínio da American Geographical Society e da *American Division of the World Academy of Art and Science*, Nova York, 1970. Incluído no livro **Fome, Um Tema Proibido**. Disponível em:
<<http://www.josuedecastro.com.br/port/desenv.html>> Acesso em 17 de junho de 2010.

COSTA, Eduardo Alves. **No caminho com Maiakóvski**. Jornal da Poesia. Disponível em:
<<http://www.revista.agulha.nom.br/autoria1.html>> Acesso em julho de 2010.

ESTADÃO ONLINE: **Cabral diz que vai à Colômbia para aprender a recuperar áreas degradadas**. Fevereiro de 2007a. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2007/not20070220p14497.htm>>.
Acesso em fevereiro de 2007.

_____ **Cabral vai discutir implantação do "Tolerância Zero" no Rio**. 25 de Abril de 2007b. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2007/not20070425p18491.htm>>. Acesso em abril de 2007.

_____ **Com posse de Cabral no RJ, Lula avalia que poderá ajudar**. Dezembro de 2006. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2006/not20061230p32962.htm>>.
Acesso em dezembro de 2006.

FACINA, Adriana. **Feios, sujos e malvados**. Rede de Comunidades e Movimentos Contra à violência. Disponível em:
<<http://www.redecontraviolenca.org/Artigos/452.html>> Acesso em abril de 2010.

FOLHA ONLINE. **Para secretário, tiro em Copacabana 'é uma coisa' e, no Alemão, 'é outra**. Outubro de 2007a. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u339328.shtml>>
Acesso em outubro de 2007.

_____ **Lula chama Dilma de "mãe do PAC" e nega interesse eleitoral em obras**. Março de 2008a. Disponível:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u379659.shtml>>.
Acesso em março de 2008.

_____ **Nove morrem em ação do Bope; coronel diz que PM do Rio é "o melhor inseticida social"**. Abril de 2008b. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u392620.shtml> >

Acesso em abril de 2008.

GALEANO, Eduardo **O Império do consumo**. Revista Pátria Latina. Disponível em:

<<http://www.patrialatina.com.br/colunas.php?idprog=d67d8ab4f4c10bf22aa353e27879133c&codcolunista=39>> Acesso em 11 de junho de 2010.

JORNAL CORREIO DA CIDADANIA. **OEA recebe denúncia contra megaoperação no Complexo do Alemão**. Julho de 2007. Disponível em:

<<http://www.correiodacidade.com.br/content/view/648/9/>> Acesso em julho de 2007.

JORNAL CORREIO DO BRASIL: **Beltrame garante segurança do PAC no Complexo do Alemão**. Janeiro de 2008. Disponível em:

<<http://www.correiodobrasil.com.br/noticia.asp?c=132521>>.

Acesso em janeiro de 2008.

JUSTIÇA GLOBAL. **Organizações iniciam campanha internacional contra o uso dos caveirões nas favelas do Rio**. Março de 2006. Disponível em:

<<http://global.org.br/programas/organizacoes-iniciam-campanha-internacional-contr-o-uso-do-caveirao-nas-favelas-do-rio-de-janeiro/>>

Acesso em agosto de 2007.

LATUFF, CARLOS **"Mídia Burguesa: o pior dos 'caveirões'"**. CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. Disponível em:

<<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/05/419275.shtml>>

Acesso em junho de 2008.

MIRANDA, Antonio. **Pedro Tierra**. Disponível em:

http://www.antonimiranda.com.br/poesia_brasis/distrito_federal/pedro_tierra.html

Acesso em maio de 2010.

O GLOBO ONLINE: **Beltrame: foi quebrado o pacto de agressão.** 27 de junho de 2007a. Disponível: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/27/296538863.asp>>
Acesso em junho de 2007.

Complexo do Alemão, a faixa de Gaza carioca. Outubro de 2007b. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/09/29/297940467.asp>>
Acesso em outubro de 2007.

Comandante do 16º BPM afirma que 2007 será 'um ano marcado por três pês: Pan, PAC e pau. Novembro de 2007c. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/11/17/327208373.asp>>
Acesso em novembro de 2007.

Coronel Marcus jardim escorrega na piada. Novembro de 2007d. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/post.asp?t=o-coronel-marcus-jardim-escorrega-na-piada&codPost=81057&a=135>>
Acesso em novembro de 2007.

Cabral se aproxima dos seis meses de governo sem linha definida na segurança. 23 de junho de 2007. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/22/296482763.asp>>.
Acesso em junho de 2007.

PELBART, Peter Pal **Cartografias Biopolíticas.** Disponível em:
<<http://search.4shared.com/q/1/Pelbart>>. Acesso em maio de 2010a.

Vida nua, vida besta, uma vida. Disponível em
<<http://search.4shared.com/q/1/Pelbart>>. Acesso em maio de 2010b.

PORTAL DO ARQUITETO: **Começam obras do PAC no Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha.** Março de 2008. Disponível em:
<<http://www.portaldoarquiteto.com/noticias/destaque/comecam-obras-do-pac-no-complexo-do-alemao-manguinhos-e-rocinha.html>> Acesso em março de 2008.

PORTAL G1: **Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro.** Outubro de 2007.

Disponível em:

<<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+A+BORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>>

Acesso em outubro de 2007.

PORTAL MEIO NORTE. **Favela tomada por policiais no Rio tem IDH maior que o PI.**

Disponível em:

<<http://www.meionorte.com/noticias,Favela-tomada-por-policiais-no-Rio-tem-IDH-maior-que-o-PI,24439.html>> Acesso em junho de 2007.

RÊGO, P. S. **Traficante Tota teria sido morto por ordem de Beira-Mar, por erro em seqüestro.** GLOBO ONLINE, 16 de setembro de 2008. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/09/16/traficantetotateriasidomortoporordemdebeira-marporerroemseqestro-548254890.asp>>

Acesso em setembro de 2008.

RODRIGUES, K. **Complexo do Alemão, no Rio, já teve 2 chacinas desde 1994.**

FOLHA DE SÃO PAULO, 13 de fevereiro de 2001. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u21964.shtml>>

Acesso em março de 2010.

SALLES, M. **Nas ruas contra o PAN.** Agosto de 2007. Disponível em:

<<http://www.anovademocracia.com.br/index.php/Nas-ruas-contra-o-PAN.html>>.

Acesso em Agosto de 2007.

SARAMAGO, José **Esperanças e utopias.** Outros Cadernos do Saramago. Disponível em:

<<http://caderno.josesaramago.org/2008/09/29/esperancas-e-utopias/>> Acesso em 14 de julho de 2010.

TERRA NOTÍCIAS: **Grupo protesta no Maracanã contra ‘pandemônio social.**

Julho de 2007. Disponível em:

<<http://esportes.terra.com.br/panamericano2007/interna/0,,OI1755940-EI8332,00.html>>.

Acesso em julho de 2007.

Polícia vigiará obras do PAC no Complexo do Alemão. Janeiro de 2008a. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2242270-EI5030,00.html>>.

Acesso em janeiro de 2008.

PAC no Alemão: efetivo policial será de 3 mil homens. Janeiro de 2008b. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI2259790-EI5030,00.html>>.

Acesso em janeiro de 2008.

Sérgio Cabral diz que vai aposentar ‘caveirões’. 15 de novembro de 2006. Em:

<<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1248507-EI5030,00.html>>

Acesso em janeiro de 2010b.

Entenda como funciona a Força Nacional de Segurança. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1327424-EI306,00.html>>

Acesso em junho de 2010a.

WERNECK, Felipe **Mortos em "autos de resistência" passam de 10 mil em 11 anos no Rio.** 09 de novembro de 2009. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/estadaode hoje/20091109/notimp463234,0.php>>

Acesso em 28 de junho de 2010.

WIKIPEDIA. **Vôo TAM JJ3054.** Disponível em:

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/VooTAM3054>> Acesso em: junho de 2010.

F) FILMES E DOCUMENTÁRIOS

CAPPELA, Dafne. **“Elas da favela”.** Mandato Estadual Marcelo Freixo. Rio de Janeiro, 2007.

SEIXAS, Wladimir “**Hiato: um documentário de Wladimir Seixas**”. Rio de Janeiro, 2008.

BILL, MV; ATHAYDE, Celso; Central Única das Favelas. “**Falcão: os meninos do tráfico**”. Rio de Janeiro, 2006.

YOUTUBE. “**Pan Americano 2007 e o extermínio nas favelas**”. Disponível em :
<http://www.youtube.com/watch?v=N3_5TyJIQ4w>
Acesso em agosto de 2007.

YOUTUBE. “**Objecção de consciência de jovens de Israel**”. Disponível em:
< <http://www.youtube.com/watch?v=KYlK9jid-XE>>
Acesso em janeiro de 2009.

SARAMAGO, José. “**Falsa democracia**” (vídeo). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=m1nePkQAM4w&feature=player_embedded>
Acesso outubro de 2008.

G) Músicas

ABREU, Fernanda. “Rio 40 graus”. Em: **Sla 2 Be Sample**, faixa 06, EMI, 1997.

ALVES, Ataulfo. “Favela” (Heckel Tavares). Em: **Eternamente samba**, faixa 08, 1966.

BATISTA, Wilson; MARTINS, Roberto. “Pedreiro Waldemar” (Wilson Batista e Roberto Martins). Em: **Sassaricando – e Rio inventou a Marchinha**, CD 1, faixa 11, Biscoito Fino, 2007.

BUARQUE DE HOLLANDA, Chico. “Olha Maria” (Tom Jobim, Vinicius de Moraes e Chico Buarque). Em: **Chico 50 anos – O trovador**, faixa 08, universal Music, 1994.

BUARQUE DE HOLLANDA, Chico. “O que será (A flor da terra)” (Chico Buarque de Hollanda). **Chico 50 Anos – O Político**, faixa 09, Universal Music, 1994.

BUARQUE DE HOLLANDA, Chico. “Roda Viva”. Em: MELLO, Zuza Homem de. **A era dos festivais**, faixa 06, Universal Music, 2003.

BUARQUE DE HOLLANDA, Chico. “Deus lhe pague”. Em: **Chico 50 Anos – O Político**, faixa 14, Universal Music, 1994.

BUARQUE DE HOLLANDA, Chico. “Meu caro amigo” (Chico Buarque e Frances Hime). Em: **Chico 50 Anos – O Político**, faixa 06, Universal Music, 1994.

CAETANO, Veloso. “Alegria, alegria”. Em: MELLO, Zuza Homem de. **A era dos festivais**, faixa 08, Universal Music, 2003.

CARTOLA. “Sala de recepção”. Em: **Cartola 100 anos – O autor e seus intérpretes – CD 1**, faixa 13, Sony BMG, 2008.

CARTOLA. “O mundo é um moinho”. Em: **Cartola 100 anos – O autor e seus intérpretes – CD 1**, faixa 07, Sony BMG, 2008.

CAVAQUINHO, Nelson. “A flor e o espinho” (Nelson Cavaquinho, Guilherme de Brito e Alcides Caminha). Em: **A Música Brasileira Deste Século Por Seus Autores E Intérpretes**, vol. 3, cd. 6, faixa 11, SESCSP | Fundação Padre Anchieta, 2000.

CAVAQUINHO, Nelson. “folhas secas” (Nelson Cavaquinho e Guilherme de Brito). Em: **A Música Brasileira Deste Século Por Seus Autores E Intérpretes**, vol. 3, cd. 6, faixa 19, SESCSP | Fundação Padre Anchieta, 2000.

CIDINHO E DOCA. “Meus direitos”. Em:
<<http://www.4shared.com/audio/qbLlua/CidinhoEDoca-MeusDireito.htm>>

CRISTINA, Tereza e GRUPO SEMENTE. “Um calo de estimação” (Zé da Velha e José Thadeu). Em: CRISTINA, Tereza e GRUPO SEMENTE. **A vida me fez assim**, faixa 09, DECKdisc, 2004.

FILHO, André. “Cidade Maravilhosa”. Em: **Sassaricando – e Rio inventou a Marchinha**, CD 2, faixa 14, Biscoito Fino, 2007.

GAROTO; MORAES, Vinícius de; BUARQUE DE HOLLANDA, Chico. “Gente humilde”. Em: RUSSO, Renato. **Série Bis: Renato Russo** – CD 2, faixa 01, 2005.

GIL, Gilberto. “Aquele abraço”. Em: **Millennium: Gilberto Gil**, faixa 19, Polygram, 1999.

GONZAGUINHA. “O que é, o que é”. Em: Perfil, faixa 01, Som Livre, 2004.

JOBIM, Tom. “Samba do avião”. Em: **50 anos de Bossa Nova** – Volume 1, faixa 03, CID, 2009.

KÉTI, Zé. “Opinião”. Em: **Sucessos de Zé Kéti**, faixa 4, Intercd Records, 2000.

KÉTI, Zé. “Favelado”. Em: **Sucessos de Zé Kéti**, faixa 7, Intercd Records, 2000.

KÉTI, Zé. “A voz do morro”. Em: **Saudade do meu samba**, faixa 10, Sony Music, 2003.

LEGIÃO URBANA. “Pais e filhos” (Renato Russo, Dado Vila-Lobos e Marcelo Bonfá). Em: **Acústico MTV**, faixa 04, EMI, 1999.

MC SERGINHO. “Rap do Silva”. Em: **Rap Brasil**, faixa 01, Som Livre, 1995.

MORAES, Vinícius. “Marcha da quarta-feira de cinzas” (Vinícius de Moraes e Carlos Lyra). Em: TOQUINHO e MORAES, Vinícius. **O poeta e o violão**, faixa 02, Som Livre, 1975.

MUNHOZ, Pedro. “Procissão dos retirantes”. Em: **Canções que embalam sonhos – 1ª** Festival Nacional de Reforma Agrária, faixa 01, MST, 1999.

NOGUEIRA, João. “Minha missão” (João Nogueira e Paulo César Pinheiro). Em: AYDAR, Marianna. **Kavita I**, faixa 01, Universal Music, 2006.

RASTA, Julinho; KÁTIA. Rap da Felicidade. Em: **Clássicos do Funk**, volume 1, faixa 01, Som Livre, 2008.

RAMALHO, Zé; AZEVEDO, Geraldo; ROCHA, Renato. “Bicho de Sete Cabeças”, versão Zeca Baleiro. Em: **Cd Bicho de Sete Cabeças**, faixa 13, BMG Brasil, 2001.

RAMALHO, Zé. “Admirável gado novo”. Em: RAMALHO, Zé - **20 Anos Antologia Acústica** – Volume 2, faixa 4, Sony BMG, 1997.

RANCHO FLOR DO SERENO. “Marcha Regresso” (Elton Medeiros, Maurício Tapajós e Cacaso). Em: **Rancho Carnavalesco Flor do Sereno**, faixa 06, Acari Records, 2007.

ROSA, Noel. “Feitiço da Vila”. Em: MARANHÃO, Rodrigo. **Uma noite com Noel Rosa**, faixa 09, Universal Music, 2008.

SEIXAS, Raul. “Metamorfose ambulante”. Em: **Millennium Raul Seixas**, faixa 05, Polygram, 1999.

SILVA, Bezerra da. “Vítimas da sociedade” (Sérgio Mosca e Noca da Portela). Em: **O samba malandro de Bezerra da Silva** - cd 1, faixa 09, Sony BMG, 2005.

SILVA, Bezerra da. “Eu sou favela”. Em: **O samba malandro de Bezerra da Silva** - cd 1, faixa 01, Sony BMG, 2005.

SILVA, Bezerra da. “Violência gera violência”. Em: **O samba malandro de Bezerra da Silva** - cd 1, faixa 13, Sony BMG, 2005.

SILVA, Bezerra da. “Partideiro Indigesto”. Em: **O partido alto do samba**, faixa 01 , Sony BMG, 2004.

SILVA, Bezerra da. “Partideiro sem nó na garganta”. Em: **O samba malandro de Bezerra da Silva** - cd 1, faixa 06, Sony BMG, 2005.

SILVA, Bezerra da. “Pena de morte”. Em: **O samba malandro de Bezerra da Silva** - cd 1, faixa 10, Sony BMG, 2005.

TIHUANA (Egypcio / Pg / Román / Baía / Leo / Jonny). “Tropa de Elite”. Em: **Tropa de Elite ao vivo**, faixa 14, Universal Music, 2008.

VANDRÉ, Geraldo. “Pra não dizer que não falei das flores”. Em: MELLO, Zuza Homem de. **A era dos festivais**, faixa 14, Universal Music, 2003.

YUKA, Marcelo. “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”. Em: **O RAPPÁ**, Faixa 15, Warner Music, 1994.

ANEXO A - RELATÓRIO TÉCNICO VISITA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – RIO DE JANEIRO (RJ)

JULHO DE 2007



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO TÉCNICO

VISITA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – RIO DE JANEIRO (RJ)

JULHO DE 2007

OBJETIVO

O objetivo deste Relatório consiste em prestar cooperação técnica a órgãos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro nas investigações sobre eventuais excessos cometidos na morte de civis, durante operação policial-militar no denominado Complexo do Alemão.

QUALIFICAÇÃO

Os peritos forenses, designados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, no presente evento, foram:

Prof. Dr. **Jorge Paulete Vanrell**, Médico Legista aposentado do Estado de São Paulo, graduado em Direito e em Pedagogia, Doutor em Ciências, Professor de Medicina Legal, atuou como Forense Internacional em casos de perícia de tortura por designação da Suprema Corte do Território do Norte, na Austrália e é autor de vários livros.

Dra. **Débora Maria Vargas de Lima**, Médica Legista, Classe Especial, Diretora do Departamento de Medicina Legal do Estado do Rio Grande do Sul.

Dr. **Jadir Ataíde dos Santos**, Perito Criminal do Quadro Permanente do Instituto “Renato Chaves”, de Belém, Pará.

AUTORIDADE REQUISITANTE

A atividade descrita neste Relatório derivou de solicitação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, dirigida aos peritos forenses acima citados.

FUNDAMENTAÇÃO

As atividades descritas neste Relatório tiveram como embasamento, recomendações de Organismos Internacionais, como:

“87. Os governos devem garantir que todas as denúncias e relatos de execuções extrajudiciais sejam investigados de imediato, e de maneira imparcial e efetiva, por órgão totalmente independente. Cabe ao promotor de justiça o juízo sobre se os homicídios praticados pela polícia contra civis são dolosos ou não, mediante a condução de investigação independente. (...)”¹²³

“(...) 9. Proceder-se-á a uma investigação exaustiva, imediata e imparcial de todos os casos em que haja suspeita de execução extralegal, arbitrária ou sumária, incluídos aqueles em que queixas de parentes ou outras informações confiáveis levem a pensar que tenha ocorrido uma morte não devida a causas naturais nas circunstâncias referidas. Os governos manterão órgãos e procedimentos de investigação para realizar estas indagações. A investigação terá como objetivo determinar a causa, a forma e o momento da morte, a pessoa responsável e o procedimento ou a prática que a possa ter provocado.

¹²³ Relatório da Dra. Asma Jahangir, Relatora Especial das Nações Unidas sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias.

Durante a investigação será realizada uma autópsia adequada, serão compiladas e analisadas todas as provas materiais e documentais e serão colhidas as declarações de testemunhas. A investigação determinará a morte por causas naturais, a morte por acidente, o suicídio ou o homicídio. (...).”

11. Nos casos em que os procedimentos de investigação estabelecidos resultarem insuficientes devido à falta de competência, à imparcialidade, à importância do assunto ou a indícios da existência de uma conduta habitual abusiva, assim como naqueles casos em que ocorram queixas sobre essas insuficiências por parte da família ou que existam outros motivos substanciais para isso, os governos procederão a investigações conduzidas por uma comissão de investigação independente ou por outro procedimento análogo. Os membros desta comissão serão eleitos em função da sua reconhecida imparcialidade, competência e independência pessoal. Em particular, deverão ser independentes de qualquer instituição, departamento ou pessoa que possa ser objeto da investigação. A comissão estará autorizada a obter toda a informação necessária para a investigação e a conduzirá conforme o estabelecido nestes Princípios.”¹²⁴

“...Assegurar investigações imediatas e imparciais acerca de todas as alegações de violação de direitos humanos cometida por oficiais impositores da lei. Tais investigações não devem, particularmente, ser realizadas por ou sob a autoridade da polícia, mas por um organismo independente, e o acusado deve ser sujeito a suspensão ou realocação durante o processo de investigador.”¹²⁵

MATERIAL

As respectivas Diretorias dos Institutos Médico-Legais e de Criminalística colocaram à disposição dos Peritos signatários, os Laudos elaborados pelas respectivas repartições, a saber:

- Instituto Médico-Legal “Afrânio Peixoto” (IMLAP):

¹²⁴ Princípios para a Prevenção e a Investigação Eficaz de Execuções Extra-legais, Arbitrárias e Sumárias das Nações Unidas.

¹²⁵ Recomendações do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas.

- Laudos Cadavéricos (Exame Necroscópico) de **19 (dezenove) vítimas** (oriundas de confronto com policiais, ocorrido em 27.06.2007 no denominado “Complexo do Alemão /RJ”. (Anexo I);
- Fotografias digitalizadas, em mídia eletrônica, para identificação das vítimas quando da admissão no Necrotério do IML. (Anexo II).

- Instituto de Criminalística “Carlos Éboli” (ICCE):

- Laudos de Exames Balísticos de projéteis de arma de fogo retirados dos cadáveres de algumas das **20 (vinte) vítimas** (oriundas de confronto com policiais, ocorrido em 27.06.2007 no denominado “Complexo do Alemão”/RJ). Salienta-se que o **Laudo de Exame do IML número RJ/SN/0/04115/07**, não foi remetido a esta equipe de peritos, mas, teve oito projéteis encaminhados para o Instituto de Criminalística “Carlos Éboli”, sendo objeto do Laudo de Balística de numeração ICCE-RJ-SPAF-004077/2007. (Anexo III);
- Laudos de 13 (treze) armas apreendidas, de 19 (dezenove) projetis de arma de fogo e 8 (oito) fragmentos de projétil. (Anexo IV).

Os jornais “Extra” e “O Dia”, por meio de requerimento feito pela Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional da SEDH/PR, disponibilizou material operado por equipe de fotógrafos no “Complexo do Alemão” e relacionado ao evento em análise, a saber:

- Jornal “Extra” Informação (Infoglobo Comunicações Ltda.):

- 62 (sessenta e duas) cópias reprográficas das fotografias da operação policial no “Complexo do Alemão”. (Anexo V)

- Jornal “O Dia”:

- 1 (um) CD contendo 23 (vinte e três) fotografias digitalizadas da operação policial no “Complexo do Alemão”. (Anexo VI)

MATERIAL NÃO DISPONIBILIZADO

Os dados solicitados à Secretaria de Segurança Pública (itens I a IV, abaixo), foram recebidos pela Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional em data posterior ao encerramento das discussões deste trabalho, sendo objeto de análise em separado, e não foram utilizados neste documento.

- Secretaria de Segurança Pública:

- VIII. Número de policiais que atuaram na operação, discriminando policiais e respectiva corporação e/ou grupos especializados;
- IX. Armas (tipos, calibre) portadas pelos policiais durante a operação, discriminando policiais e respectiva corporação e/ou grupos especializados;
- X. Utensílios (tipo, marca) portados pelos policiais durante a operação, discriminando policiais e respectiva corporação e/ou grupos especializados;
- XI. Munições letais e não-letais, distribuídas e recolhidas, dos policiais na operação, discriminando policiais e respectiva corporação e/ou grupos especializados;
- XII. Cópias dos ofícios de encaminhamento de ferido(s) na operação do dia 27/06 para exames de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal Afrânio Peixoto;
- XIII. Cópia da solicitação do exame de local e/ou veículo que transportou seis corpos à delegacia da Penha - 22ºDP;
- XIV. Informações referentes a Autos de Apreensão das vestes dos feridos (mortos e/ou vivos) encaminhados aos hospitais.

- Hospital Geral de Bonsucesso – HGB:

- Prontuários de atendimento às vítimas vivas e/ou mortas que deram entrada neste hospital nos dias 27 e 28 de junho de 2007, relacionadas à operação policial no Complexo do Alemão.

- Hospital Estadual Getúlio Vargas – HEGV:

- Prontuários de atendimento às vítimas vivas e/ou mortas que deram entrada neste hospital nos dias 27 e 28 de junho de 2007, relacionadas à operação policial no Complexo do Alemão.

ANÁLISE DO MATERIAL

Do Instituto Médico-Legal

“In limine”

1. As observações a seguir não pretendem estabelecer qualquer juízo de valor sobre a liceidade, estrutura, descrições ou conclusões dos Laudos disponibilizados.
2. Tampouco pretendem supervisionar ou fiscalizar os relatórios quanto aos seus conteúdos, desde o ponto de vista ético, nem examinar quaisquer condutas dos Peritos Legistas.
3. Todas as descrições, terminologias e/ou interpretações oferecidas pelos Médicos Legistas *“pro veritate habetur”*, em razão da fé-pública de que gozam seus prolatores.
4. Procedeu-se à releitura dos Relatórios, sob a forma de Laudos, exibidos e disponibilizados pela Diretoria do IML/RJ, por solicitação da SEDH, visando caracterizar vestígios, lesões ou dinâmicas que permitam relacioná-las com comportamentos rotineiros ou excepcionais das partes, durante o confronto.

Laudos Cadavéricos (Exames Necroscópicos)

III. Os óbitos teriam acontecido no dia 27.06.2007, entre 10h00 e 16h00;

IV. Os corpos em óbito deram entrada no Hospital Geral de Bonsucesso e no Hospital Estadual Getúlio Vargas e nos relatórios emitidos pelos mesmos não foram descritos procedimentos médicos de ressuscitação.

V. Os corpos deram entrada no IML despidos, envoltos apenas em um ou dois lençóis, e as vestes originais não foram encaminhadas posteriormente para perícia (vide anexo).

VI. Todos os corpos deram entrada no Serviço de Necropsia do Instituto Médico Legal, entre as 23:09 h do dia 27.06.2007 e as 06:21 h do dia 28.06.2007.

VII. Os exames tanatoscópicos foram realizados nos corpos das vítimas, na sua totalidade no dia 28.06.2007, entre as 11:40 hs e as 19:46 hs, pelos Peritos-Legistas Drs. *José Henrique Lopes Gouveia, Ivanir Martins de Oliveira, Fernando Antonio de Almeida Gaspar e Zuleika Ribeiro Sauaia Kubrusly*, que teriam alternado as condições de Médico Relator e Médico Revisor, nas dependências do Instituto Médico Legal “Afrânio Peixoto”, do Rio de Janeiro (RJ).

VIII. Os Laudos de Exame Cadavérico, em face da rotina administrativa que vige no Instituto Médico Legal, teriam sido digitados no mesmo dia 28.06.2007.

Achados:

IX. Os principais achados externos que constam dos Laudos Cadavéricos disponibilizados, consistem em numerosas lesões, em cada corpo, que incluem:

- Lesões perfuro-contusas com as características de orifícios de entrada e orifícios de saída de projéteis de arma de fogo (PAF), disparados de distâncias variáveis e com trajetórias de angulações diversas em relação à superfície corporal;
- Escoriações de extensões variáveis, localizadas em regiões mais salientes do crânio, dos membros e do tronco;
- Pelo menos nos Laudos N° RJ/SN/0/04094/07 e N° RJ/SN/0/04097/07, das vítimas **José da Silva Farias Júnior** e **Emerson Goulart**, respectivamente, foram encontradas evidências de morte por execução sumária e arbitrária. Em ambos os casos, o primeiro disparo foi letal, no crânio, de trás para a

frente e o segundo, de frente para trás, numa das vítimas na face e na outra no tórax; em ambos os casos, com o corpo em decúbito dorsal. (Anexo VII);

- Nestes dois casos, ainda, verifica-se a impossibilidade de defesa da vítima, uma vez que o disparo letal foi dado de trás para a frente.

X. Na mesma esteira, internamente:

- Todas as vísceras descritas estavam com aspecto normal, tanto no tórax, como no abdômen, excetuando-se as perfurações provocadas pelo trajeto dos projéteis;
- Derrames sangüíneos intracavitários (hemotórax, hemopericárdio, hemoperitônio) constituindo-se em hemorragias agudas internas por lesões vasculares provocadas pela passagem dos projéteis.

Do Instituto de Criminalística

“In limine”

XI. As observações a seguir não pretendem estabelecer qualquer juízo de valor sobre a liceidade, estrutura, descrições ou conclusões dos Laudos disponibilizados.

XII. Tampouco pretendem supervisionar ou fiscalizar os relatórios quanto aos seus conteúdos, desde o ponto de vista ético, nem examinar quaisquer condutas dos Peritos Criminais.

XIII. Todas as descrições, terminologias e/ou interpretações oferecidas pelos Peritos Criminais *“pro veritate habetur”*, em razão da fé-pública de que gozam seus prolatores.

XIV. Procedeu-se à releitura dos Relatórios, sob a forma de Laudos, exibidos e disponibilizados pela Diretoria do ICCE/RJ, por solicitação da SEDH, visando caracterizar vestígios que permitam relacioná-las com comportamentos rotineiros ou excepcionais das partes, durante o confronto.

Laudos de Exames Balísticos, de Entorpecentes e de Material

XV. Foram apresentados quinze Laudos de Exames Balísticos, um Laudo de Exame de Entorpecente e um Laudo de Exame de Material

XVI. Os laudos referidos corresponderam à perícia de 13 (treze) armas apreendidas, 19 (dezenove) projetis de arma de fogo e 8 (oito) fragmentos de projétil

XVII. Tais laudos foram requisitados nas datas de 04/07, 11/07 e 17/07/2007.

Achados:

XVIII. Havia diversidade de armas e de calibres (pistolas semiautomáticas 380mm e .40; submetralhadoras; metralhadoras .30; fuzis AK-47 e AR-16).

XIX. Apesar da grande diversidade de armas e munições apreendidas (vide numeral anterior, Anexo IV e fotografias do Jornal “O Dia”), não havia correspondentes armamentos que fossem compatíveis. Ex.: 7,62 x 39 (munição própria para fuzis AK-47) e 5,56 x 45 NATO ou 223 Remington (próprias para fuzis de assalto de diversos fabricantes).

XX. É de se ressaltar a quantidade de munição de uso restrito apreendida (*e.g.* projéteis e estojos dos calibres .40; 7,62 x 39; 5.56 x 45 NATO; 223 Remington etc.).

XXI. Chama atenção também o uso de metralhadoras de capacidade de fogo antiaérea com carregamento por fita e de lançador de granadas.

XXII. O material analisado foi aquele apreendido, não sendo feita menção de perícia em armas de policiais.

XXIII. Da análise da foto nº 281892 do Jornal “O Dia”, de autoria de Severino Silva, verifica-se a presença de material explosivo (cordel detonante e emulsão) não descritos nos exames periciais.

Discussão:

A seguir são analisados conjuntamente os registros dos dezenove laudos necroscópicos do IML Afrânio Peixoto, os quinze laudos de balística do Instituto de Criminalística “Carlos Éboli” e imagens obtidas pelos jornais “EXTRA” e “O DIA”. Visando a objetividade, segundo os protocolos recomendados, os dados foram tratados de forma conjunta. De ressaltar a ausência de informações solicitadas, conforme exposto.

De forma a se obter dados de dinâmica, mesmo com a ausência dos documentos e exames citados em item anterior, excepcionalmente dois casos foram tratados com metodologias médico-legais aliadas às da criminalística, de forma a ilustrarem emblematicamente a hipótese de execuções sumárias e arbitrárias. Relacionaram-se localizações, número e características das feridas perfuro-contusas, bem como os efeitos dos projéteis de arma de fogo nos corpos das vítimas, as lesões resultantes e seu efeito letal. A ausência de análises semelhantes em outros casos deve-se à urgência processual, não devendo ser descartadas análises posteriores dos demais, por estes ou outros peritos, se necessário.

Do Instituto Médico-Legal

Quanto aos objetivos

- XXIV. O Relatório Médico-Legal deve registrar tudo quanto foi observado pelos Peritos Médicos, Executor e Revisor.
- XXV. O Exame e seu Relatório devem ser exaustivos e minuciosos.
- XXVI. Este detalhamento deve ser levado até as últimas conseqüências, “*a fortiori*”, quando se trata de descrever lesões, em pessoas envolvidas em confrontos com forças de segurança onde, pelo menos de um lado, existem responsabilidades pessoais e institucionais.

Quanto aos dados

- XXVII. **Número de projéteis de arma de fogo.** Pela análise dos laudos, conclui-se que as dezenove vítimas foram atingidas por, pelo menos, 70 (setenta) projéteis. Destes, foram recuperados pelo menos dezessete, incluindo fragmentos de projetis, durante o exame necroscópico e encaminhados para exames no Instituto de Criminalística Carlos Éboli, tendo permanecido em três corpos o número total de seis projetis. Dos quarenta e sete projéteis que não foram recuperados nos

exames, três atingiram os corpos tangencialmente e os demais foram transfixantes, não se alojando nos corpos das vítimas.

XXVIII.Localização dos orifícios de entrada de projetis de arma de fogo. Em quatorze das dezenove vítimas, totalizaram-se 25 (*vinte e cinco*) *orifícios sediados na face posterior do corpo*. Em seis das dezenove vítimas foram totalizados oito *orifícios de entrada crânio e face*. Em dezoito das dezenove vítimas, 46 (*quarenta e seis*) *orifícios de entrada se localizavam no pescoço e no tronco*.

XXIX.Letalidade. A análise da topografia dos orifícios de entrada de projéteis de arma de fogo evidencia a sua maior concentração em regiões letais. Do total de mais de setenta orifícios de entrada, cinquenta e quatro atingiram regiões mortais, o que corresponde à cerca de 75%.

XXX.Seqüência de produção dos orifícios de entrada de projétil de arma de fogo. Nos laudos RJ/SN/0/04091/07 e RJ/SN/0/04099/07, correspondentes às vítimas **Maxwel Vieira da Silva** e **Luiz Eduardo Severo Madeira**, respectivamente, ficou patente que os orifícios de entrada se dispõem numa linha em distâncias regulares entre si, de baixo para cima e da esquerda para a direita, entendimento que se tem sem levar em conta o critério de nomeação dos orifícios, em que normalmente se usa na orientação descritiva no sentido crânio-caudal. Tal disposição sugere disparos em seqüência, do tipo rajada.

XXXI. Distância dos disparos. Em cinco das dezenove vítimas, constatou-se a presença de zona de tatuagem, evidenciando a ocorrência de cinco tiros à curta distância.

XXXII. Média de disparos por vítima. A média de disparos por vítima foi de 3,84 (três vírgula oitenta e quatro) projéteis.

XXXIII.Laudo faltante RJ/SN/0/04115/07. Não nos foi remetido pelo IML o laudo RJ/SN/0/04115/07, mencionado no laudo de balística do Instituto de Criminalística “Carlos Éboli”, de numeração ICCE-RJ-SPAF-004077/2007”.

XXXIV. Em alguns dos Laudos apresentados, certos achados e lesões, embora presentes, *foram descritos de forma superficial* ou *foram apenas mencionados*, o que colide com a sua importância, considerando a sua significação para a situação analisada.

XXXV. Faltam registros específicos de *exames radiográficos (radiografia, radiosopia etc.)* dos corpos, sob a alegação de inoperancia do equipamento.

XXXVI. Os registros fotográficos dos corpos disponibilizados para esta Comissão eram digitalizados e visavam somente à identificação facial e/ou de tatuagens das vítimas.

Quanto à apresentação

XXXVII. A localização topográfica das lesões apresentadas pelas vítimas, além da descrição feita, foi registrada nos Laudos Cadavéricos por meio de croquis (infogramas ou infografias) para facilitar a sua compreensão.

XXXVIII. O aspecto visual externo, apresentado pelas lesões, deve ser registrado graficamente, através de fotografias, convencionais ou digitais, de baixo custo, que podem ser arquivadas em mídias eletrônicas (HD, CD, DVD).

Quanto à precisão

XXXIX. No caso em apreço, muito embora constem medições aproximadas de algumas lesões, sua localização topográfica, via de regra, é imprecisa, dificultando as ilações quanto à gênese e o número de pessoas envolvidas na sua produção.

XL. De se salientar que devido ao número médio das feridas de entrada de projéteis de arma de fogo, às regiões anatômicas atingidas pelos disparos de arma de fogo, às distâncias divergentes de disparos de arma de fogo efetuados contra uma mesma vítima e à ocorrência de projéteis oriundos de disparos de arma de fogo de calibres distintos na mesma vítima, os peritos admitem a hipótese de um quadro consistente de vítima(s) atingida(s) por disparos efetuados por mais de um atirador. (Laudo N° ICCE-RJ-SPAF-004056/2007).

Quanto às conclusões e respostas aos quesitos da Lei

XLI. Os Peritos Médico Legais signatários dos Laudos de Exame Cadavérico, foram reticentes quando emitiram suas respostas aos quesitos legais, quase que padronizadas, fazendo ressalvas em face das respostas emitidas.

XLII.Com relação ao 4º quesito legal: “Se foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)?” responderam, uniformemente:

“Sem elementos para responder, por desconhecerem a dinâmica do evento.”.

Quanto ao procedimento das mortes

XLIII.De acordo com os elementos que sobejam nos corpos dos Autos de Exames Cadavéricos, pode-se afirmar, em grau de certeza, que várias das mortes decorreram de um procedimento de execução sumária e arbitrária¹²⁶.

XLIV.**Execução sumária**, conforme demonstrado pela presença de:

- Grande número de orifícios de entrada na região posterior do corpo;
- Numerosos ferimentos em regiões letais;
- Elevada média de disparos por vítima;
- Proximidade de disparos;
- Seqüenciamento de disparos em rajada;
- Armas diferentes utilizadas numa mesma vítima.

XLV.**Execução arbitrária**, conforme se deduz de:

- Ausência de indicativos de condutas destinadas à captura de vítimas;
- Ausência de indicadores de condutas defensivas por parte das vítimas.

Do Instituto de Criminalística

¹²⁶ En muchos países del orbe hay **casos de ejecuciones extralegales, arbitrarias o sumarias** que no constan ni se descubren. Entre ellos figuran: a) asesinatos políticos; b) muertes resultantes de torturas o malos tratos infligidos en los centros de prisión o detención; c) muertes debidas a "desapariciones" forzadas; d) muertes ocasionadas por uso excesivo de fuerza por los funcionarios encargados del cumplimiento de la ley; e) ejecuciones sin previo juicio; y f) actos de genocidio. Manual sobre la prevención e investigación eficaces de las ejecuciones extralegales, arbitrarias o sumarias. Nueva Cork : Naciones Unidas, 1991.

Quanto aos objetivos

- XLVI. A Criminalística tem como objetivos primordiais: a) a constatação do fato delituoso, b) estabelecer a dinâmica do fato, c) identificar as vítimas e, por fim, d) identificar os autores envolvidos e o grau de participação de cada um deles.
- XLVII. Tais objetivos ficaram prejudicados em face da ausência de requisição de Exame de Local de Crime, de objetos e veículos, contrariando o determinado no Código de Processo Penal, conforme atesta o Ofício N° 8403/1510/2007 do Instituto de Criminalística “Carlos Éboli”/RJ. Saliente-se a presença de repórteres, fotógrafos, populares e cinegrafista no local dos eventos, o que não justifica a ausência da perícia de local.
- XLVIII. Os exames nas armas tratam da descrição da natureza do objeto, não tendo sido realizados ensaios de eficiência quanto aos seus sistemas de funcionamento, não se podendo, assim, asseverar sobre a propriedade ou não do objeto para o uso.

Quanto aos dados

- XLIX. **Calibres variados dos projetis de arma de fogo.** Os laudos permitem caracterizar a presença de projetis oriundos de disparos de armas de fogo de diferentes calibres (pistolas, revólveres, fuzis, metralhadora, submetralhadora, lançador de granadas etc.).
- L. Em consequência do exposto acima, não houve coleta de estojos, projéteis, manchas, marcas e impressões nos locais de crime.
- LI. Houve impossibilidade de se reconstituir até o momento a dinâmica dos eventos, sequer parcial, face à ausência de dados.
- LII. **Correlação entre os projéteis recolhidos de vítimas e as armas que os dispararam.** Não foram encaminhados à Comissão, laudos de balística concernentes aos exames de comparação balística entre projéteis recolhidos de vítimas e armas de fogo utilizadas na operação, o que permitiria, ao longo da investigação, a identificação de autor(es) de(s) disparo(s).
- LIII. Da análise das fotos de n° 2007-047177, n° 2007-073079356, n° 2007-073079353 e n° 2007-047176 do Jornal “O Globo”, mostrando populares feridos, depreende-se que resultaram indivíduos feridos, cujos Laudos de Exames de Corpo de Delito não foram disponibilizados a esta Comissão.

Quanto à apresentação

- LIV. A ausência de croquis (infogramas ou infografias) e fotografias dificulta a sua compreensão.
- LV. Os Exames de Local devem ser registrados graficamente, através de fotografias, convencionais ou digitais, de baixo custo, que podem ser arquivadas em mídias eletrônicas (HD, CD, DVD).

CONCLUSÕES

Compulsando-se os achados dos laudos periciais e fazendo o enquadramento dos mesmos de acordo com os *Princípios para a Prevenção e a Investigação Eficaz de Execuções Extralegais, Arbitrárias e Sumárias das Nações Unidas*, dentre outros, podemos afirmar que, desde o ponto de vista Médico Legal e Criminalístico:

- Os laudos não seguiram um protocolo recomendado para as Execuções *Extralegais, Arbitrárias e Sumárias*¹²⁷.
- Faltou maior objetividade nas descrições dos laudos no que se refere ao detalhamento das lesões;
- Houve omissão no detalhamento dos trajetos, para a exata compreensão da dinâmica dos disparos;
- Houve ausência de correlação entre as lesões observadas e uma visão do conjunto de eventos entre os atiradores e as vítimas, em grande parte dificultado pela ausência de exame do local do crime.
- Os argumentos para embasar a afirmação da existência de execução sumária e arbitrária, quando analisados em conjunto, são:
 - Grande número de orifícios de entrada na região posterior do corpo (vide item 27, folha 6);
 - Numerosos ferimentos em regiões letais (vide item 29, folha 7);
 - Elevada média de disparos por vítima (vide item 32, folha 7);
 - Proximidade de disparos (vide item 31, folha 7);
 - Seqüenciamento de disparos em rajada (vide item 30, folha 7);

¹²⁷ França, GV. Medicina Legal, 8a. Ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2007.

- Armas diferentes utilizadas numa mesma vítima (Laudo N° ICCE-RJ-SPAF-004056/2007)
- Ausência de indicativos de condutas destinadas à captura destas vítimas;
- Ausência de indicadores de condutas defensivas por parte destas vítimas.

RECOMENDAÇÕES

- A precisão quali e quantitativa das descrições situacionais e lesionais, é importante em qualquer laudo pericial, mas, “*a fortiori*”, naquelas peças que se relacionam com pessoas envolvidas em confrontos com forças de segurança ou que se encontram sob custódia e que figuram como vítimas;
- O Exame de Local de Crime deve ser realizado por equipe aparelhada na busca, identificação, colheita, acondicionamento e preservação de fluídos, tecidos e anexos corporais, entre outros;
- Devem ser efetuados exame de objetos visando determinar, por exemplo: natureza, eficiência/eficácia e compatibilidade com as lesões verificadas;
- É fundamental proteger, analisar e encaminhar as vestes para os devidos exames em laboratório;
- É fundamental proteger as mãos da vítima com sacos de papel ou plástico, anotar a hora do início e do término da perícia e fotografar em cores as lesões mais significativas e, também, fotografar a seqüência do exame interno e externo, tendo o cuidado de usar escalas, número e nomes para identificação do caso;
- É imprescindível descrever, em detalhes, os projéteis de arma de fogo quanto à forma, direção, trajeto, inclinação e distância de tiro e, se possível, estabelecer a determinação da ordem dos ferimentos;
- Deve-se recolher amostras de sangue de pelo menos 50ml de um vaso subclávio ou femoral, em todos os casos de morte violenta, para posterior análise laboratorial, notadamente para a pesquisa de álcool e psicotrópicos;
- Deve-se examinar a face com destaque para os olhos, nariz e ouvidos, assim como o pescoço interna e externamente em todos seus aspectos;
- Os Institutos de Criminalística e Médico-Legal devem trabalhar de forma integrada;

- É necessário estabelecer procedimentos relacionados à cadeia de custódia dos vestígios coletados do local e/ou dos cadáveres, assegurando-lhes sua inviolabilidade;
- Documentar e radiografar toda lesão do sistema ósseo, especialmente as fraturas dos dedos das mãos e pés;
- Extrair amostras de tecido do trajeto da ferida e micro-vestígios biológicos do projéteis para exame microscópico;
- Utilizar todos os meios possíveis e necessários para a identificação da vítima;
- Obter, quando o paciente foi hospitalizado antes da morte, todos os dados e registros relativos à admissão, evolução, medicação e *causa mortis*¹²⁸.

ENCERRAMENTO

Este é, s.m.j., o nosso Relatório, "*sub censura*".

Brasília, 03 de outubro de 2007.

Prof. Dr. Jorge Paulete Vanrell

Médico Legista

Dra. Débora Maria Vargas de Lima

Médica Legista

Dr. Jadir Ataíde dos Santos

Perito Criminal

¹²⁸ Franca, GV, op. Cit.

ANEXO B - CARTA ABERTA A NUZMAN - 2007

Por HOMERO BLOTA

Esta é uma carta aberta de um professor de Educação Física de escolas públicas do Rio de Janeiro ao Sr. Carlos Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2007

Prezado Sr. Carlos A. Nuzman,

Nunca lhe tive apreço pessoal, como pessoa e como dirigente desportivo.

Como pessoa, não lhe conheço.

Portanto, são dessas antipatias gratuitas, que se têm por aqueles cuja figura pública, por várias razões, acabamos confundindo com a privada e, por isso, passamos a odiar ambas.

Mas julgo-me no direito de não apreciar sua aparente vaidade desmedida.

Seus trejeitos e tiques.

Você parece não caber em si próprio, possuir uma vontade inenarrável de aparecer mais do que os atletas.

Não se ama, mas se inveja a cada vez que se olha no espelho, demonstrando rigoroso desprezo por aqueles que estão à sua volta.

Esta é a impressão pessoal que tenho de ti, mesmo sem conhecê-lo.

Quem sabe estou equivocado.

Como dirigente esportivo e sendo eu um professor de Educação Física que tenta levar a causa do esporte aos cidadãos pobres do Rio, aí sim, tenho opinião formada sobre você, sobre a política que você adotou para os esportes olímpicos do Brasil.

Leia esta carta com humildade, que reflete a opinião, tenha certeza, não somente minha, mas de uma gama enorme de gente no Brasil, que discorda de maneira frontal de suas ações.

Aceite-a como uma contribuição à sua jornada, se assim for capaz. Desde que assumiu a direção do Comitê Olímpico Brasileiro, sua preocupação não foi outra que não transformar aquela entidade numa mera empresa organizadora de eventos desportivos, com o intuito de:

(a) dar lucro; e

(b) projetar a sua figura nacional e internacionalmente.

Aquele que deveria ser o órgão brasileiro destinado a propor para o país uma política desportiva de base, estimulando jovens de todos os cantos da nação a praticar esportes, interessou-se, simplesmente, em organizar megaeventos (ou tentar organizá-los).

Diga-me, Carlos A. Nuzman, o que foi que você fez para o esporte de base do Brasil desde que assumiu a presidência do COB?

O que você fez para os mais necessitados?

Colocou o nosso Rio de Janeiro em duas candidaturas olímpicas malogradas, fantasmagóricas (e ainda coordenou a mais malograda ainda Brasília 2000), mesmo sabendo, de antemão, que as chances de vitória seriam nulas.

Sem falar nos escândalos financeiros que envolveram tais candidaturas.

Não teria sido mais útil ao nosso pobre Brasil se seus esforços tivessem sido concentrados para arrecadar essa dinheirama toda para ser gasta em campos de esporte em locais menos favorecidos de regiões distantes?

Você sempre soube que as chances de Brasília e do Rio de Janeiro eram absolutamente nulas.

E insistiu nelas, parece-me, com o intuito de autopromoção e de arrecadar grandes quantias, cujos balanços financeiros até hoje não estão concluídos, como bem noticia a imprensa e conforme se apura do Tribunal de Contas da União.

Assim como quer impingir ao Brasil, novamente, um novo escândalo que se chamará Rio 2.016?

Use esse dinheiro para criar competições de base no Nordeste do Brasil, por exemplo, para jovens, que nunca praticaram esgrima,

handebol, ginástica olímpica, remo, ou levantamento de peso.

Promova e prestigie os esportes que o elegem e reelegem, indefinidamente.

Não gaste esse dinheiro em hotéis, banquetes, presentes, mimos e salamaleques, ou viagens de primeira classe e hotéis de luxo com delegados do Comitê Olímpico Internacional.

Se tivermos dinheiro para uma candidatura olímpica Rio 2.016, gaste, que seja, para melhorar as condições das instalações públicas das escolas públicas do Estado do Rio, se quiser limitar seus horizontes à sua terra natal.

Vejo os jornais e percebo que sua gestão é repleta de denúncias de irregularidades.

Nunca vimos antes tamanhos descalabros.

Sem qualquer pecha, você entrega o design das roupas da delegação olímpica à sua cunhada Mônica Conceição, dá a Chefia das delegações olímpicas e pan-americanas do Brasil ao seu diretor e companheiro Marcos Vinicius Freire que, ao mesmo tempo, representa no Brasil a AON Seguros que é quem faz os seguros das seleções do seu Comitê.

De quebra, esse mesmo Marcos Vinicius Freire é amigo e sócio do Ricardo Aciolly que, por sua vez, ganhou os direitos de comercialização dos bilhetes do Pan-Americano.

De quebra, também ganhou os direitos sobre as cerimônias de inauguração e encerramento da mesma competição.

A agência de turismo que presta serviços ao COB é a da sua grande amiga Cristina Lowndes, em uma licitação até hoje contestada e dirigida.

A empresa contratada para idealizar (somente idealizar, e mais nada) as medalhas do Pan-Americano ganhou o direito de fazê-lo através de uma mera carta convite, auferindo R\$ 720.000,00 em um contrato de três anos.

A filha de sua atual mulher, é estagiária de direito do COB e viajou a Suíça, às expensas da entidade, para "assessorar a defesa do Vanderlei

Cordeiro de Lima", sem sequer estar formada, ou possuir inscrição na OAB/RJ.

Apesar de o decreto que regulamenta a Lei Piva obrigá-lo a licitar todas a contratações de obras e serviços, por ser o COB um órgão que vive do dinheiro público, absolutamente é licitado, a não ser a famosa contratação da Tamoyo Turismo, da sua amiga Cristina Lowndes, sobre a qual pairam acusações de licitação dirigida.

Eu não estou inventando nada disso.

Tudo aqui é relatado na imprensa ao longo do tempo e concatenado no blog <http://averdadedopan2007.blogspot.com/>, que é um verdadeiro documento histórico sobre aquilo que você e a rede Globo passaram a chamar de Pan do Brasil.

Antes, Sr. Nuzman, era o Pan do Rio, seu e do prefeito César Maia. Quando se viu que sem vultosas verbas federais a coisa não andaria, mudaram o slogan e, para justificá-las, a Globo criou a frase "*O PAN DO BRASIL*".

Isto é, superpago com o dinheiro de todos os brasileiros.

O senhor e a rede Globo de televisão estão fazendo de tudo para mascarar a verdade do Pan.

Primeiramente, o Pan, em termos técnicos, não é que nos fazem parecer.

Internacionalmente o Pan é considerada competição fraca.

Não enganem o povo brasileiro, achando-os imaginar que somos uma potência olímpica somente porque nos Jogos Pan-Americanos ganharemos mais de 100 medalhas, superando Honduras, El Salvador, Nicarágua, Bolívia, Ilhas Virgens, Paraguai, Bahamas, ou mesmo as equipes C dos EUA e Canadá, ou Cuba que, devastada pela pobreza já não é mais a mesma.

Desmistifiquem esses Jogos e sejam leais com o povo, explicando que a Universíade, os Jogos da Common Wealth, os Jogos Mediterrâneos, os Jogos do Pan Pacific, os Jogos Asiáticos, ou qualquer outro campeonato mundial de qualquer modalidade tem nível técnico muito superior aos dos Jogos Pan-Americanos.

Se você e a Globo não explicarem isso direitinho, o povo brasileiro vai estranhar que, no ano que vem, em Pequim, o país continuará à mingua em medalhas na natação, na esgrima, no box, no atletismo, e ver o nosso handebol ficar em ultimo, ou antepenúltimo.

Quantas medalhas a natação do Brasil ganhou neste recente mundial? Nenhuma, embora nossos bravos atletas tenham feito excelente papel. O fato, Nuzman, é que estamos a anos luz de sermos uma potência olímpica e os Jogos Pan-americanos não podem mascarar essa verdade.

Para vencer a candidatura do Texas na Odepa, o senhor faltou com a verdade junto aos delegados da Odepa.

Apresentou-lhes um dossiê de candidatura absolutamente impossível de ser cumprido.

Tanto é verdade que nada do que está lá está sendo cumprido.

É um dossiê megalômano.

Não foram construídas uma só das obras prometidas no dossiê que você subscreveu e entregou a Odepa, tais como metrô, linhas de transporte, alargamento de avenidas, despoluição da Baía da Guanabara, para citar alguns exemplos.

Não falo nem nos hospitais para atender atletas, dirigentes e turistas, que absolutamente não existem no nosso Rio de Janeiro.

Ademais, vocês estão usando o Pan para tirar do papel coisas que há muito tempo se pretendiam no Rio de Janeiro e não se fazia porque é ilegal, ou porque não é do interesse da Cidade.

Cito alguns exemplos: a reforma da Marina da Glória não é um projeto do Pan.

É um projeto antigo que grupos privados já queriam efetivar há muito tempo; construir um shopping na Lagoa por conta da raia de remo.

A mesma coisa do relatado acima; é entregar o Rio Centro para a iniciativa privada, também é um projeto antigo que interessa a grupos privados há bastante tempo.

Vocês estão usando o Pan como justificativa para acolher interesses desses grupos. Ora, eu pergunto:

- Para que reformar a Marina da Glória, que é tombada pelo IPHAN, se ela abriga um Pan-americano como está?

- Para que construir um Shopping Center na Lagoa, para a raia de remo? Isso é necessário para o Pan?

- Por que entregar a administração do Rio Centro para a iniciativa privada por conta do Pan? O que tem uma coisa a ver com a outra? Esse Pan virou um grande balcão de negócios e eu me envergonho dele.

Também vale comentar os elefantes brancos que você está construindo.

Lembro-me que no passado o seu mesmo COB já não quis construir obras faraônicas semelhantes por julgá-las elefantes brancos, por entender que faltaria dinheiro para mantê-lo. Mas você insistiu com eles.

Indago, não seria melhor ter feito esse Pan-Americano investindo na infra-estrutura dos clubes, centro formador de atletas e, após os jogos, isso ficaria como legado para eles? Não teria sido uma opção bem mais barata também?

Para que servira o Engenhão depois? Talvez para a Copa do Mundo de 2.014.

Mas à parte disso, de nada servirá para o esporte olímpico do Brasil. O mesmo raciocínio aplica-se às obras do nosso autódromo de Jacarepaguá.

Ocorre que um Pan mais barato, mais consciente, não geraria tanta obra, tanta construção, tanto fluxo de capital, de super capital.

O superfaturamento nas obras é vergonhoso.

Mostra falta de planejamento, de rigor e respeito com o dinheiro público.

Você vendeu algo que não poderia entregar.

E encostou a faca no peito do Governo Federal como quem diz: Ou paguem a conta, ou vamos dar vexame no exterior. E pagaram a sua conta.

Outro dia circulou no e-mail uma reportagem feita por um repórter do

grupo Uol (cujas credenciais você corta em competições desportivas). Ele tentou visitar todas as obras do Pan-Americano e locais de competição.

Fez um relato nu e cru da situação.

Tentou ir de táxi comum. Os motoristas do Rio sequer sabiam aonde eram muitos desses locais.

Para acessá-los, teve de ir em peruas clandestinas, enfrentar matagais, pois não há, ainda, acesso aos locais de prova.

Visitou a Vila Pan-americana e relatou o insuportável cheiro de esgoto que tem lá.

Que atleta vai agüentar aquilo lá?

Tudo isso a três meses dos jogos.

E você e a Globo mascaram tudo isso. Da mesma forma como a Globo e a Sportv não deram a briga de facções que se engalfinharam na apresentação dos voluntários que trabalharão na competição.

E você, senhor Nuzman, ainda quer fazer Olimpíada no Brasil.

O nosso atletismo esta falido.

Não fosse a BM&F ele não existiria.

O nosso basquete ainda sorri alguma esperança em razão na Nossa Liga de Basquetebol.

Mas outros esportes como a esgrima, o handebol, o boxe, o beisebol, o remo, a canoagem, o levantamento de peso não recebem apoio algum do seu Comitê.

Não se sabe ao certo o que você faz com a Lei Piva.

Sabe-se que grande parte dela fica no próprio COB, para suas festas, presentes e viagens, o que é incompreensível.

Para que o COB quer dinheiro? Deveria ser tudo repassado para as Confederações, principalmente as mais pobres.

Sr, Nuzman, medalhas não são importantes.

O importante e ter gente pobre no Brasil, em massa, fazendo muito esporte, em larga escala.

Quando isso acontecer, depois de muitos anos, surgirão, naturalmente, grandes atletas olímpicos.

Mas isso é um trabalho de longuíssimo prazo.

E até lá você já estará morto. Eu também, um velho professor.

E eu não acho que você tenha essa grandeza de pensar assim.

Ganhar meia dúzia de medalhas em Olimpíadas em esportes que sempre ganharam medalhas, ao longo dos anos, não representa absolutamente nada para o Brasil.

O que eu realmente espero, passado o Pan-Americano, é que o Ministério Público e os vereadores, bem como o povo dessa nossa querida cidade se ocupem de investigá-lo.

Eu amo o esporte e lamento ver o olimpismo ter se transformado em uma grande negociata.

Assim, nunca iremos chegar a lugar algum.

Espero que nas Olimpíadas de Londres o senhor continue assim, vibrante, com cada vez mais trejeitos, tiques e tremeliques, torcendo muito pelos nossos bravos atletas.

Mas confortavelmente sentado em sua poltrona em sua casa no Rio de Janeiro.

Professor de Educação Física Homero Blota

Fonte: Blog do Juca, http://blogdojuca.blog.uol.com.br/arch2007-04-15_2007-04-21.html, 21/04/2007

**ANEXO C – RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL PARA
O RELATOR ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EXECUÇÕES SUMÁRIAS,
ARBITRÁRIAS E EXTRAJUDICIAIS – 2007**

1. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de DESAUTORIZAR, por completo, o uso dos CARROS BLINDADOS** pelas polícias militar e civil do Estado do Rio de Janeiro induzindo a uma reformulação das políticas governamentais de segurança pública para uma estratégia pautada na inteligência policial e no policiamento sócio-comunitário.

2. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de APROVAR o projeto de Lei que prevê a ampliação da competência da justiça comum na elucidação e no julgamento dos crimes praticados por policiais militares em suas atividades de policiamento, de modo a incluir homicídio culposo, lesão corporal e tortura.**

3. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de dar plena autonomia e independência as Corregedorias e Ouvidorias de Polícia, além de recursos suficientes para sua capacitação e desempenho competente das funções.** Os ouvidores devem ser autorizados a examinar integralmente cada queixa, assim como submeter propostas de representação aos promotores. Além disso, os ouvidores devem ter o poder de requisitar judicialmente pessoa e documentos (ou seja, ter o poder de tomar testemunhos sob pena de perjúrio e requerer documentos sob pena de omissão de provas). Finalmente, as autoridades devem garantir a integridade física e a segurança dos ouvidores e suas equipes.

4. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de efetivação do Controle Externo da Atividade Policial pelo Ministério Público e criação de órgãos de investigação independentes.** As autoridades brasileiras devem elaborar e regulamentar a criação de órgão de investigação dentro dos Ministérios Públicos estaduais e federais. Estes órgãos devem estar autorizados a requerer judicialmente documentos, intimar testemunhas e investigar repartições públicas, inclusive

delegacias e outros centros de detenção para conduzir investigações completas e independentes.

5. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de dar independência e controle social dos Institutos de Medicina Legal, bem como ampliação e modernização de sua estrutura e desvinculação dos setores periciais da área de Secretaria da Segurança Pública.**
6. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de valorização do enfoque preventivo**, ampliando a capacidade do sistema de justiça e segurança pública de evitar a ocorrência de danos, ao invés de investir simplesmente na representação aos crimes já ocorridos.
7. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de adoção por parte das autoridades da segurança pública do Estado de um plano semestral de redução de homicídio**, através de utilização de policiamento preventivo, comunitário e permanente que vise a redução de danos, da punição de policiais infratores e responsáveis, e do controle e fiscalização de armas.
8. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de criação de programas que retirem das ruas policiais** que se envolverem em eventos com resultado de morte, até que se investigue as motivações e proceda a necessária avaliação psicológica do envolvido.
9. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de elaborar rigoroso estatuto sobre abordagem de suspeitos, a fim de reduzir o número de vítimas fatais durante esses procedimentos e unificação progressiva das Academias e Escolas de Formação**, e estabelecimento de convênios com as Universidades para formação do corpo policial.
10. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de melhorar a**

remuneração dos policiais e busca de alternativas como o pagamento de horas-extras para evitar os “bicos” dos policiais.

11. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de treinamento para todos os policiais no emprego de técnicas não letais nas operações policiais** (tiro defensivo, forma de abordagem, etc.).
12. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de modificar os regulamentos policiais** para que agentes que sofram atentados ou que de alguma forma estejam envolvidos com o episódio não continuem participando das investigações, para diminuir ações vingativas.
13. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **da não utilização de armas de fogo em operações como** reintegração de posse, estádios de futebol, greves e outros eventos com multidões.
14. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de implementar um programa eficaz de proteção à testemunha e vítimas da violência**, assim como garantia de investigações isentas e apuração de todos os casos de ameaça à vida e integridade pessoal denunciados por testemunhas.
15. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de facilitar os relatos de abuso**. Todos aqueles que defendem os direitos humanos, assim como todos os que tiverem direitos humanos violados, devem ter acesso a um procedimento efetivo para apresentação das queixas sem medo de represálias. Tais queixas deveriam ser automaticamente levadas às divisões de direitos humanos dos Ministérios Públicos estaduais.
16. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de garantir a investigação policial** e a comunicação obrigatória ao ministério público para qualquer caso de execução dentro das prisões.

17. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de ampliar a capacidade investigativa da Polícia Civil**, com modernização e capacitação da polícia técnica e científica; criação imediata de dos sistemas de rastreamento de armas e de veículos, inclusive os oficiais usado pela polícia através da ampliação do uso de sistemas como o GPS, identificação balística, identificação de impressão digital e identificação fotográfica.
18. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de criar um único órgão de informação e inteligência, sob controle do executivo e com Regimento Interno único**, com objetivo exclusivo de combater o crime organizado, prevenir e inibir a prática de delitos cometidos por agentes do Estado, e subsidiar o planejamento estratégico da ação policial.
19. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido de priorizar o combate dos homicídios dolosos **com policiamento investigativo e preventivo e repressão sistemática aos grupos de extermínio**.
20. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de afastar, imediatamente, o agente penitenciário ou policial acusado de tortura, homicídio ou corrupção, durante a fase de investigação**.
21. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de apuração e conclusão dos inquéritos policiais arquivados permitindo o acesso à justiça aos familiares de vítimas de violência institucional**.
22. Que a Organização das Nações Unidas (ONU) recomende ao Governo da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que sejam tomadas medidas no sentido **de impedir quaisquer tentativas de mudanças nas cláusulas pétreas da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial aquelas que visam restringir direitos e garantias individuais, como a atual**
- 23.

24. tentativa de redução da idade mínima de responsabilização penal (maioridade penal).

ANEXO D - NOTA DE REPÚDIO – 2008

As organizações e movimentos sociais vêm através dessa nota repudiar a declaração "A PM é o melhor inseticida social", feita pelo comandante do 1º Comando de Policiamento de Área (CPA) coronel Marcus Jardim no dia 15/04/08 em referência à ação da polícia militar na Vila Cruzeiro, onde foram mortas nove (9) pessoas e feridas seis (6). Utilizando a epidemia da dengue que assola o Rio de Janeiro por falta de investimento na saúde e vitimou fatalmente - até o momento - oitenta e nove (89) pessoas no Estado, o coronel evidencia a concepção de segurança pública como forma de "limpeza social", ancorada na prática de criminalização da pobreza.

Diversas foram as declarações na área da segurança pública no período recente que afirmam uma mentalidade política beligerante, militarizada e por vezes racista e eugênica. Como emblemático exemplo se pode lembrar a afirmação do próprio governador, Sérgio Cabral, em 24 outubro de 2007 acerca da Rocinha e a taxa de natalidade: "É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal". Da mesma maneira ocorreu nas inúmeras operações policiais realizadas no ano passado, como a mega-operação do Complexo do Alemão em 27 de junho 2007 que vitimou 19 pessoas, sobre a qual o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, afirmou que "tiro em Copacabana é uma coisa e, no Alemão, é outra".

Tais práticas em matéria de segurança pública cultivam uma cultura "espiral de violência" e induzem a uma lógica de extermínio. Isto se torna claro ao analisar os 1.330 casos de autos de resistência (civis mortos pela polícia) lavrados em 2007, um aumento de 25% em relação a 2006, enquanto dados apontam que a polícia carioca é a que mais morre no mundo - também vítima fatal dessa política de segurança beligerante.

Essa lógica militarizada de segurança demonstra-se ineficiente, viola os direitos humanos e não promove a segurança da população. Reafirmamos nosso profundo repúdio à infeliz declaração do coronel Marcus Jardim que em ironia conclama execuções sumárias e usa o "desastre social" da dengue como exemplo, bem como ansiamos pela pública retratação por parte do Governador do Estado e seu comando de segurança.

17 de Abril de 2008

Assinam a nota:

JUSTIÇA GLOBAL

INSTITUTO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB/RJ

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

PROJETO LEGAL

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS E SEM-TERRA

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS/RJ

CREA/RJ

ANDES/RJ

ADUFRJ - SSIND

MANDATO DO DEPUTADO ESTADUAL MARCELO FREIXO

MANDATO DO VEREADOR ELIOMAR COELHO

ANEXO E - MANIFESTO PÚBLICO CONTRA A MEGA-OPERAÇÃO NO ALEMÃO - 2007

A mega-operação realizada ontem (27/06/2007) no Complexo do Alemão, em conjunto com a Força Nacional, e que resultou na morte de pelo menos 21 pessoas e nove feridos, inclusive crianças, é resultado de uma política de segurança pública baseada no confronto e é criminalizadora da pobreza. Desde o dia 2 de maio, são mais de 43 mortos e 81 feridos, superando o número de vítimas em chacinas ocorridas no Rio de Janeiro.

Enfrentar o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas na lógica de guerra não tem tido nenhum impacto na desarticulação do crime. Maiores confrontos não são a expressão de uma política eficiente. A ocupação do Complexo do Alemão desde o dia 2 de maio não resultou em prisões significativas de traficantes, mas sim na morte e ferimentos de moradores e policiais, no fechamento do comércio, de postos de saúde, de escolas e creches. As polícias mais eficientes do mundo desarticularam redes criminosas sem a utilização da violência letal e sim com a sua capacidade de investigação.

A política de segurança em curso no Rio de Janeiro hoje é responsável pelo medo das crianças, pelo fim da sociabilidade nas comunidades, fazendo do espaço público outrora ocupado por diversão e interação, um espaço de medo e apreensão. Mais grave ainda são as mortes de várias crianças e idosos durante operações policiais nas comunidades.

A sociedade não pode legitimar uma política de segurança pública pautada pelo processo de criminalização da pobreza e de desrespeito aos Direitos Humanos.

A comissão formada por organizações da sociedade civil, movimentos sociais, mandatos parlamentares, moradores do Complexo do Alemão, se reunirá dia 3 de junho, às 10h, na sede da Secretaria de Segurança Pública (RJ) para exigir das autoridades o fim da política de confronto em curso no Rio; a adoção de uma política de segurança pública baseada na garantia dos direitos humanos e a investigação rigorosa das circunstâncias de todas as mortes ocorridas no Complexo do Alemão desde o dia 2 de maio.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2007

Assinam o manifesto:

Justiça Global – Sandra Carvalho (21) 8272-1916, Camilla Ribeiro (21) 2544-2320

Raízes em Movimento – Alan (21) 9728-1718

Observatório de Favelas - Raquel Willadino 21 3104-4057 ou 81030578

Ordem dos Advogados do Brasil - Roberta Pedrinha (21)9129-6399 - Núcleos de Estudos Criminais Evandro Lins e

Silva, Roberta Pedrinha

Grupo Tortura Nunca Mais - Cecília Coimbra (21) 9999-6858

Centro de defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis – Rose 24-2242-3913

Movimento Direito pra Quem - Lidiane Penha 9251-7427, Diana Neves 9676-0541, Estefânea Rabelo 9435-2562

Central de Movimentos Populares - Marcelo Braga (21)- 8893-9735

Projeto Legal – Carlos Nicodemos (21) 9635-9388

NPC – Núcleo Piratiniga de Comunicação – Claudia Santiago e Guilherme Soninho 21- 2220-5618

Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência 2210-2906

O Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH)

IBASE

Mandato de Deputado Estadual Marcelo Freixo (21) 9809-6803

ANEXO F – MANIFESTO PELA APURAÇÃO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS COMETIDAS NA OPERAÇÃO COMPLEXO DO ALEMÃO - 2007

Em 27 de junho de 2007, o Estado brasileiro realizou no Complexo do Alemão operação policial executada pelas Polícias Militar e Civil do Estado do Rio de Janeiro em conjunto com a Força Nacional de Segurança, sob fundamento de combate e repressão à atuação de narcotraficantes. A operação contou com a participação de 1.350 agentes policiais, a utilização de 1.080 fuzis, 180.000 balas e teve duração de cerca de oito horas. Após o término da operação, o Estado divulgou a apreensão de 14 armas, 50 explosivos e munição de 2.000 balas, supostamente em poder de traficantes

Entretanto, mesmo com as declarações públicas de agentes do Estado do Rio de Janeiro sobre a preparação desta operação e a utilização de atividades de inteligência para que houvesse o mínimo de risco à população civil, somente na operação do dia 27 de junho de 2007, 19 pessoas foram assassinadas e cerca de 60 foram feridas por arma de fogo, a maioria vítima de balas perdidas. Porém, entre o dia 2 de maio de 2007 e a presente data mais de 40 pessoas morreram e 80 foram feridas durante a série de operações policiais que vêm sendo realizadas no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro.

É neste contexto que a Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ solicitou um relatório independente sobre as 19 mortes ocorridas no complexo de favelas do Alemão, em virtude da mega-operação realizada no dia 27 de junho. O relatório, que foi feito com base nos laudos do Instituto Médico Legal a partir da análise de um perito independente, aponta que, pelo ângulo dos disparos, de cima para baixo, algumas vítimas estavam sentadas ou ajoelhadas. Ainda de acordo com o documento, as vítimas apresentam "inúmeros ferimentos" nos braços, resultantes de uma "autodefesa", além de tiros na nuca e pelas costas à curta distância .. Ou seja, no momento dos disparos fatais, elas procuraram, com braços e mãos, proteger cabeça e tórax, indicando, ainda, que as mesmas se encontravam desarmadas, o que se confirma na dissonância entre o número de armas encontradas (14) e o número de assassinatos cometidos pelas polícias (19). Dessa forma, fica cada vez mais latente a importância da independência dos laudos médicos, confirmando as observações levantadas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em visitas realizadas ao

Complexo do Alemão, que desde então apontavam para uma verdadeira chacina na comunidade.

Os juristas, personalidades, movimentos e organizações abaixo-assinados vêm manifestar o seu apoio veemente às atitudes tomadas pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, que, em um ato de extrema coragem, enfrentou e desafiou a lógica da violência institucional inerente ao modelo de segurança pública, pautado na criminalização da pobreza e na militarização da vida social, que vem sendo implementado por sucessivos governos desde o final da década de 80 no Estado do Rio de Janeiro. Ao fiscalizar e denunciar esta que pode ser considerada a operação policial mais cruel dos últimos anos, a Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ está prestando um enorme serviço para a democratização do Brasil. Sua combatividade vem inspirando todas as entidades, grupos e movimentos populares que lutam pela justiça social no país.

Aos devidos órgãos oficiais, exigimos que sejam averiguados os indícios técnicos que sinalizam para a possibilidade de que houve uma deliberada destruição, por parte de agentes públicos, de provas dos crimes cometidos no complexo de favelas do Alemão. Solicitamos, também, que as análises técnicas dos laudos encomendadas pela Comissão de Direitos Humanos da OAB sejam levadas em considerações para apurar as barbaridades ocorridas no Alemão.

Por fim, repudiamos o caráter bélico dessa política criminal, onde a regra geral tem sido a promoção de operações governamentais com características militares de guerra nas áreas socialmente excluídas - recolhimento das populações marginalizadas, revistas íntimas arbitrárias sobre transentes (inclusive crianças de 3 anos de idade), vigilância ostensiva e confrontos armados sistemáticos em favelas. Trata-se do velho e conhecido projeto de tratamento penal da miséria, prática inconstitucional e ilegal, constantemente adotada por parte do poder público fluminense, violando frontalmente os princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, na legislação infra-constitucional do país e nos tratados internacionais. Nesse sentido, por ter se tornado um referencial da luta pelos Direitos Humanos, saudamos a altivez e a determinação da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ na apuração das violações cometidas na Operação Complexo do Alemão!

Assinam o manifesto:

- 1) Miguel Baldez - Professor / Universidade Cândido Mendes / NAJUP / Conselho Popular
- 2) Leonardo Chavez - Sub-Procurador Geral de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro
- 3) Vera Malaguti Batista – Profª UFF e UCAM / ICC
- 4) Nilo Batista – Prof. UERJ, UFRJ e UCAM / ICC
- 5) João Luiz Duboc Pinaud - Professor / Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva – IBMEC / Práxis
- 6) Fábio Konder Comparato - Presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- 7) Leonardo Boff - Iniciativa Mundial da Carta da Terra
- 8) Ignácio Cano - Professor da UERJ / Laboratório de Análise da Violência
- 9) João Baptista Herkenhoff - magistrado aposentado, professor do Mestrado em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo e escritor
- 10) Maria Ignez Baldez Kato - Professora da Evandro Lins e Silva/IBMEC
- 11) Paulo Baía - Coordenador acadêmico do Núcleo de Estudos Estratégicos - UFF, sociólogo e professor da UFRJ
- 12) Márcia Leite - socióloga e professora da UERJ
- 13) Sérgio Verani – Professor / UERJ – Desembargador - Programa Cidadania e Direitos Humanos
- 14) Julita Lengruher – Diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da UCAM
- 15) Luiz Antonio Machado da Silva - IUPERJ/UCAM e IFCS/UFRJ
- 16) Luiz Eduardo Soares – Antropólogo, Secretário Municipal de Valorização da Vida e Prevenção à Violência de Nova Iguaçu
- 17) Miriam Guindani – doutora em Serviço Social , NIAC/UFRJ
- 18) Márcia Fernandes – Secretária Executiva da Associação pela Reforma Prisional
- 19) Márcio Marins - Diretor Presidente do DOM DA TERRA, Coordenador de Interação com a Comunidade do Grupo Dignidade, do Projeto Rede Comunitária de Direitos Humanos e do Projeto Aliadas Paraná.
- 20) Márcia Acioli - Cáritas Brasileira
- 21) Edna Del Pomo - NUESC/UFF
- 22) Márcia Maria Monteiro de Miranda - Presidente do Centro de Defesa dos

Direitos Humanos de Petrópolis, RJ

23) Patrícia Birman - prof. UERJ

24) Roberta Duboc Pedrinha – Profª IBMEC e UCAM / Núcleo de Estudos Criminais
Evandro Lins e Silva

25) Glória Márcia Percinotto - Presidente da Comissão de Direitos Humanos do IAB,
Conselheira Suplente da OAB/RJ;

26) Denis de Oliveira Praça - Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do
Rio de Janeiro

27) Nanko G. van Buuren - IBISS ; Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social

28) Cláudio Oliveira - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) - Rio de
Janeiro

29) Vitor Giannotti - Núcleo Piratininga de Comunicação

30) Carlos B. Vainer – Professor da UFRJ

31) Victória Grabois - Grupo Tortura Nunca Mais/RJ

32) Fernanda Araújo Nunes - Subsecretaria de Direitos Humanos de Niterói

33) Elídio Alexandre Borges Marques - prof. Direito Constitucional – UFRJ

34) José Cláudio Souza Alves - Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro

35) Felipe Luiz Gomes e Silva - Prof. Dr. UNESP, campus de Araraquara.

36) Marcio Aurélio - Educador Social - Childhope Brasil

37) Anamaria de Souza Faundes - Antropóloga

38) Sandra Helena Ribeiro Cruz - Profª Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade
Federal do Pará e Coordenadora do Projeto de Extensão Universidade Popular em Direitos
Humanos

39) Vagner de Almeida - ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
- Rio de Janeiro/Columbia University New York

40) Mônia Mariani Besch – Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde
Coletiva , Rio de Janeiro

41) StranJah - Moa Anbessa Sound System pela paz mundial - Sao Paulo /
Chicago / Paris

42) Miguel - Addis Adubba Sound System , tambem pela PAZ Mundial, Ribeirão
Preto.

43) Ana Claudia Diogo Tavares - Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola,

articulador da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares no Estado do Rio de Janeiro

44) Mariana Trotta - Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, articulador da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares no Estado do Rio de Janeiro

45) Francine Damasceno Pinheiro - Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, articuladoras da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares no Estado do Rio de Janeiro, Setor de Direitos Humanos do MST.

46) Fernanda Maria da Costa Vieira - Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, articuladoras da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares no Estado do Rio de Janeiro.

47) Mariana Reis - Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, articuladoras da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares no Estado do Rio de Janeiro.

48) Mariana Patrício Fernandes - RG 12391406-1

49) Adriana Benedikt - professora PUC-Rio.

50) Elizabeth Serra Oliveira - Associação Ex-cola

51) Gustavo Dandolini - Advogado, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho – Rondônia

52) Rosalina de Santa Cruz - PUC/SP

53) Raquel Coelho Lenz Cesar

54) Erica Babini

55) Niciane Estavão Castro - Vila Velha/ES

56) José Carlos Brasileiro - Presidente do Instituto de cultura e consciência Negra Nelson Mandela

57) Márcia Gatto - Secretária Executiva da Rede Rio Criança e integrante da ONG Criança Rio

58) Lia de Mattos Rocha – Socióloga – IUPERJ

59) Marcus Vinícius

60) Wagner Gusmão - Professor da UFRJ e da Universidade Estácio de Sá

61) Maria Aparecida de Assis Patroclo - médica no Complexo da Maré

62) Regina de Castro - Coord. de projetos/CRIOLA

63) Fernando Carvalho Pereira

64) Fabianny Castro

- 65) Antonio Pedro Soares- Estudante de Direito UNIRIO
- 66) Carlos Eduardo G. Campos - Coord. de Projetos para Juventudes - CEAP
- 67) Marjorie de Almeida Botelho - Instituto de Imagem e Cidadania
- 68) Alice Daflon Gomes Fraiz - Médica pediatra, graduanda em Direito, membro do NAJUP - UCAM / RJ
- 69) Glória Mizael - Se Essa Rua Fosse Minha
- 70) Sueli Catarina - ONG Visão Mundial
- 71) Sabrina Roberta Luz Martins - Diretório Acadêmico dos Estudantes de Geografia da UFF
- 72) Rodrigo Lima Ribeiro Gomes - Mestrando da Faculdade de Educação da UFF
- 73) Daniel Caldas Gaspar – Advogado, Militante da Democracia Socialista
- 74) Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes – Estudante de direito da UERJ
- 75) Hamilton Borges Walê - Movimento Negro Unificado/BA - Campanha Reaja ou Será Mort@
- 76) Andréa Lasserre – Designer
- 77) Albana Azevedo - Dirigente SINDICAL – SINTUFRJ
- 78) Marco Antonio Perruso - Doutorando Sociologia UFRJ
- 79) Jamil Elias Coelho
- 80) Tatyane Guimaraes Oliveira - Assessoria Jurídica Centro de Cidadania, Ação e Interação Solidária
- 81) Gesa Linhares Corrêa - SEPE/RJ - Instituto Tamoio dos Povos Originários
- 82) Giselle Miranda Pedrada
- 83) Maria Inês Souza Bravo- FSS/UERJ
- 84) Wagner Lacerda - Mestrando - Universidade Federal de Juiz de Fora
- 85) Déborah Danowski - Rio de Janeiro, professora PUC-Rio
- 86) Ludmila de Souza Fagundes dos Santos - Estudante/ História - UERJ
- 87) Berenice Bento - Socióloga - Secretaria Geral da ABEH
- 88) Cíntia Aparecida Pereira Guimarães- graduanda em Ciências Sociais da UERJ
- 89) Luciane O. Rocha - Socióloga / Ong Criola / Conselheira Nacional de Juventude
- 90) Sergio Ferreira de Menezes - Estudante (doutorado)IOC/FIOCRUZ
- 91) Paulo Cear Duarte Paes - Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Sousa - Campo Grande – MS
- 92) Luciane Soares da Silva - FACULDADE NACIONAL DE DIREITO-UFRJ

- 93) Ana Paula Amorim da Silva Costa - Graduanda de Ciências Sociais/UERJ
- 94) Mary Garcia Castro - socióloga
- 95) Márcia da Silva Costa - Universidade Federal a Paraíba
- 96) Marcela Lopes Menequini - Estudante - UERJ
- 97) Alexandre Wanderley - Psicólogo SMS /RJ
- 98) Tiago Eli de Lima Passos - mestrando em Antropologia Social / Universidade de Brasília
- 99) Eva Dionizio - Círculo Palmarino/RJ, Sepe/RJ, Setorial de Negros-as do Psol/RJ e Psol/Vassouras
- 100) Alexandre da Silva Aguiar - SAPÉ - Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação/RJ
- 101) Veridiana Alimonti - Faculdade de Direito da USP
- 102) Fernando Donato Vasconcelos - Médico e Professor Adjunto da Escola Baiana Medicina e Saúde Pública
- 103) Sandra – Lutarmada
- 104) Marcelo Castañeda – Núcleo de Pesquisas e Projetos Sociais da FFSD
- 105) Deley de Acari, poeta e animador cultural da favela de Acari
- 106) Diná da Silva Branchini - Ministério AA-AFRO-3ªRE, da Igreja Metodista
- 107) Fernanda Araújo - Musicista pela paz - São Paulo/ Rj
- 108) Cíntia Maria Nascimento Cruz- Casa Brasil de Juventude- Ce e Rede de Jovens do Nordeste, membro do conselho nacional de juventude.
- 109) Rita de Cássia Pereira
- 110) Claudio de Souza Castro Filho
- 111) Alessandra Ferreira Nunes - Comerciante
- 112) Carlos Eduardo Rebello de Mendonça - Sociólogo – UERJ
- 113) Agnaldo Fernandes – Intersindical, servidor da UFRJ
- 114) Guilherme Marques "Soninho" - Núcleo Piratininga de Comunicação e pesquisador do IPPUR/UFRJ.
- 115) José Cláudio Alves - Académico de Direito - UGB - Volta Redonda – RJ
- 116) Pedro Paulo Braga - Bacharel em Direito pela Universidade do Palnalto Catarinense 2007/01
- 117) Claudia Santiago - Rede Nacional de Jornalistas Populares
- 118) Ana Carla Magni - Economista do IBGE, militante da Intersindical
- 119) Cristina Braga - estudante de Serviço Social - Universidade Veiga de Almeida - RJ
- 120) Vany Leston Pessione Pereira – Profª FERP, IECERJ

- 121) Nalayne Mendonça Pinto - IECERJ, Profª da UCAM e UVA
- 122) Janice Ribas – jornalista
- 123) Aderlan Crespo – Prof. UCAM e IBMEC / IECERJ
- 124) Andrea Machado Iannelli
- 125) Justiça Global
- 126) Dignitatis - Assessoria Técnica Popular.
- 127) Childhope Brasil
- 128) Comitê Suíço de Apoio aos Direitos Humanos nas Favelas do Rio de Janeiro (Zurique)
- 129) Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
- 130) Observatório de Favelas
- 131) Organização de Direitos Humanos - Projeto Legal
- 132) Instituto AMMA Psique e Negritude - São Paulo, SP
- 133) Movimento Nacional de Direitos Humanos - Regional Leste (Rio de Janeiro e Espírito Santo)
- 134) Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu
- 135) Rede Rio Criança
- 136) Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência
- 137) Círculo Palmarino-RJ
- 138) Núcleo NOEL ROSA /PSOL/RJ e INTERSINDICAL
- 139) Coordenação Regional de Estudantes de Direito do Rio de Janeiro
- 140) COMITE SUICA DE APOIO AOS DIRETOS HUMANOS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO
- 141) Fórum Reage Baixada
- 142) ComCausa – Cultura de Direitos
- 143) Instituto de Criminologia Carioca
- 144) ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
- 145) Abong - Associação Brasileira de ONGs
- 146) Comunidade Bahá'í do Brasil
- 147) Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES.
- 148) Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia
Esther Maria de Magalhães Arantes (Coordenadora)
Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Maria Aparecida Silva Bento

Fernanda Otoni de Barros

Ana Luiza de Souza Castro

Janne Calhau Mourão

149) DCE UFF

150) CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

151) IECERJ

152) Movimento Direito Para Quem

153) Movimento Nós Não Vamos Pagar Nada

154) Rede CCAP

155) Agenda Redutora das Violências em Manguinhos

156) Fórum Popular do Plano Diretor

157) Campanha Contra o Caveirão

158) Mandato do Deputado Estadual Marcelo Freixo

159) Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

160) Raizes em Movimento

161) SARJ - Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro

162) MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Teto

163) Movimento Negro Unificado do Estado de Pernambuco

164) EDP Silva - CSC Lima Barreto – RJ

165) Frente Internacionalista dos Sem-Teto

166) Comitê Contra a Prisão, a Tortura e a Perseguição Política no Brasil

167) Mães de Acari

168) Mães das Vítimas da Chacina de Vigário Geral

169) Mães das Vítimas da Chacina da Baixada

170) Articulação de Mulheres Brasileiras

ANEXO G – MANIFESTO CONTRA AS POLÍTICAS DE EXTERMÍNIO - 2007

As afirmativas do Governador do Estado do RJ de que as favelas são fábricas de marginais refletem uma política de segurança pública militarizada, que coloca como alvo os setores mais pobres e marginalizados da população. Estes não carecem de tiros e sim de políticas públicas eficientes e competentes.

A criminalidade é fenômeno social que permeia as relações em todas as sociedades e, como sabemos, não é exclusiva dos setores pobres e excluídos. A diferença encontra-se, em verdade, no tratamento conferido aos crimes praticados nas diferentes classes sociais. Insere-se nesta ótica turva a declaração do Secretário de Segurança Pública, que distinguiu uma bala perdida em Copacabana daquela no Complexo do Alemão.

Nossa preocupação se estende ao posicionamento de certos setores da mídia que reforçam a ideologia do extermínio, em afronta ao Estado Democrático e de Direito, como o contido no editorial de jornal [carioca] de grande circulação do dia 26 de outubro, onde se lê que “as camadas pobres da população converteram-se numa fábrica de reposição de mão-de-obra para o exército da criminalidade”.

Repudiamos e denunciemos a política de segurança pública fundada no confronto militar e, sem apreciarmos aqui eventual direito à interrupção de gravidez indesejada, entendemos que o aborto não pode ser tido como instrumento de política demográfica, de saneamento ou de eugenia.

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2007.

Entidades:

AJD – Associação Juizes para a Democracia.

MMFD – Movimento da Magistratura Fluminense pela Democracia.

OAB/RJ – Ordem dos Advogados do Brasil.

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do RJ.

Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

Instituto Carioca de Criminologia.

Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência.

Fazendomedia.com.

Mandato do deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ).

Mandato do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ).

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Jornal Brasil de Fato.

Associação dos Professores da PUC-SP (Apropuc).

Casa da Colina - Espaço de Saúde e de Cultura, Florianópolis/SC.

Mandato do vereador Eliomar Coelho (PSOL-RJ).

Mandato do vereador Renatinho Freixo (PSOL-RJ).

Mandato do vereador Paulo Eduardo Gomes (PSOL-RJ).

Oguntê – Inglaterra.

FASE.

Ponto de Cultura O Som das Comunidades.

Grupo Cultural Nação Maré.

Rede Nacional de Jornalistas Populares.

IBISS.

Brigada Organizada de Cultura Ativista (B.O.C.A).

Raízes em Movimento.

Pessoas físicas:

Marcelo Yuka, músico.

Paulo Lins, escritor.

Regina Lúcia Rios, juíza de direito.

Sérgio Verani, desembargador-presidente da 5ª Câmara Criminal do TJ-RJ e professor da UERJ.

Luiz Felipe da Silva Haddad, desembargador do TJ-RJ.

João Luiz Duboc Pinaud, Presidente da Rama do Rio de Janeiro, da Associação Americana de Juristas - AAJ.

Marcos Alcino de Azevedo Torres, professor da UERJ e desembargador do TJ/RJ.

João Batista Damasceno, cientista político e juiz de direito.

Geraldo Prado, desembargador e professor da UFRJ.

Cláudio dell'Orto, juiz de direito e professor de Direito Penitenciário da PUC-Rio.

Nico, cartunista.

Cecília Coimbra, psicóloga.

Rubens R.R. Casara, juiz de direito.

André Tredinnick, juiz de direito.

José Cláudio Souza Alves, Pró-Reitor de Extensão da UFRRJ.

José Arbex Jr., jornalista.

João Tancredo, advogado.

Ednéia de Oliveira Matos Tancredo, advogada.

Lobão, músico.

Carlos Latuff, cartunista.

Gabriel O Pensador, músico.

Letícia Sabatella, atriz.

Bnegão, músico.

Nilo Batista, jurista e ex-governador do Rio de Janeiro.

Vera Malaguti, socióloga.

Beth Carvalho, cantora e compositora.

Adriana Facina, professora do Departamento de História da UFF.

Virgínia Fontes, historiadora.

Margarida Baird, atriz.

Rafael Kalil, músico.

Marcelo Salles, jornalista.

Renato Cinco, sociólogo.

Rodrigo Fernandes de Lima, estudante de economia.

Maria das Dores Pereira Mota, Professora.

José Carlos de Souza - Pastor e Professor universitário.

Revd^a Maria do Carmo Moreira Lima, Pastor Metodista.

Messias Valverde, Pastor Metodista.

Nancy Cardoso Pereira, pastora metodista, Comissão Pastoral da Terra.

Daniele de Carvalho Pinheiro, Pesquisadora da UFRJ.

Luiz Mario Behnken, economista.

Danielle Lins da Silva, advogada.

Jorge Borges, geógrafo.

Lidiane Penha, advogada.

Hamilton Octavio de Souza, jornalista e professor.

Enedina Martins, psicóloga/psicanalista.

Servane Mouazan, integrante da Oguntê.

Carlos Eduardo, técnico de som.

Rafael Duarte, músico.

Bruno Coelho, músico.

Yvez Aworet, músico.

Guilherme Carrera, músico.

Ana Kalil, Pedagoga.

Mary Jane, Skatista e musicista.

Júlio Pecky, cineasta.

Aleh Ferreira, músico.

Liliane Reis, Jornalista.

Luciana Oliveira, Jornalista.

Mônica Cavalcante, Jornalista.

Marcelinho da Lua, Dj.

Nelson Mendes, fotógrafo.

Ana Bonjour, membro da Universidade nômade.

Alexandre Aquino, Produtor Musical.

Jards Macalé, músico.

Leila Oli, psicóloga.

Ignacio Cano, sociólogo.

Belisa Ribeiro, jornalista.

Cristiane Ramalho, jornalista.

Nanko G. van Buuren, diretor executivo do IBISS.

Bragga, Nação Graffiti.

Milkon "Mac" Chriesler, Produtor.

Maria Helena Moreira Alves, cientista política.

André Luiz de Medeiros Bezerra, analista de sistemas.

Ricardo Villa Verde, jornalista.

Sdraque Santos, fotógrafo.

Alan Brum Pinheiro, coordenador-geral do Raízes em Movimento.

Luiz Fernando Martins da Silva, Advogado, professor de Direito e ex-Ouvidor da SEPPIR.

ANEXO H - CHEGA DE MASSACRES – 2007

Nota enviada por professores universitários, pesquisadores, acadêmicos em geral, se posicionando em relação à política encaminhada pelo governo do estado no Morro do Alemão nos últimos dois meses com vistas a combater o tráfico de drogas.

Para assinar esta nota, envie uma mensagem para comunicacao.rede@gmail.com informando seus dados (nome e instituição/movimento/ONG). No campo ‘assunto’, preencha ‘Chega de Massacres’.

Nós, abaixo-assinados, consideramos inaceitável a política encaminhada pelo governo do estado no Morro do Alemão nos últimos dois meses com vistas a combater o tráfico de drogas. Esta política, que recentemente produziu mais de vinte mortes de homens, mulheres e crianças, desconsidera os direitos elementares da população. Desconsidera a obrigação de se respeitar a presunção de inocência daqueles que são alvos de tiros dados para matar. Desconsidera que não há pena de morte no nosso país.

Esta ausência de proteção aos moradores das regiões da cidade mais afetados pelo tráfico implica uma política de extermínio de uma população desarmada. Somos solidários a esta população que reclama paz porque quer viver em segurança: nem sob o despotismo do tráfico, nem sob a violência da polícia. Caso se tratasse de uma guerra, como declaram frequentemente as autoridades estaduais, esta deveria, ao menos, obedecer à Convenção de Genebra, fazendo uma diferenciação clara entre alvos militares e a população civil. Portanto, mesmo nesta absurda hipótese, o ataque indiscriminado a alvos mal especificados num espaço densamente habitado configura uma ação ilegal e criminosa contra seus habitantes.

Queremos afirmar a nossa indignação e a nossa revolta diante desta modalidade de combate ao crime posta em prática pelo atual governo. Sua eleição não lhe faculta determinar pela força das armas quem pode viver ou morrer nas favelas e periferias urbanas. Protestamos veementemente e exigimos que o governo do estado suspenda o que entendemos como a oficialização de uma política de extermínio no Rio de Janeiro. Quanto ao que já ocorreu, exigimos transparência: que sejam fornecidos dados sobre as vítimas e investigadas as responsabilidades pelas mortes e ferimentos ocasionados pelas «operações» policiais. Admitimos que a proximidade do PAN pode exigir planos de segurança especiais para a

cidade. O que não justifica, no entanto, o que parecem ser, cada vez mais, massacres organizados.

1. Luiz Antonio Machado da Silva – IUPERJ e UFRJ
2. Márcia Pereira Leite – UERJ
3. Patricia Birman – UERJ
4. Plínio de Arruda Sampaio – UNICAMP
5. Francisco de Oliveira – USP
6. Paulo Eduardo Arantes – USP
7. Regina Novaes – Antropóloga, pesquisadora do CNPq e consultora do IBASE
8. Nelson Pereira dos Santos – UFF
9. Roberto Leher – UFRJ
10. José Paulo Netto – SESO / UFRJ
11. Dulce Pandolfi – IBASE e pesquisadora do Cpdoc / FGV
12. Licia Valladares – IUPERJ e Université de Lille 1, França
13. Edmond Preteceille – Science Po, Paris, França
14. Hélio R. S. Silva – UFSC
15. José Sergio Leite Lopes – UFRJ
16. Rosilene Alvim – UFRJ
17. Angelina Peralva – CADIS-EHESS Paris e Universidade de Toulouse II

18. Carlos Walter Porto Gonçalves – UFF
19. Marilena Chauí – USP
20. Bela Feldman-Bianco – CEMI , IFCH, Unicamp
21. Virgínia Fontes – EPSJV/ Fiocruz e UFF
22. Angela Mendes de Almeida – Observatório da Violência Policial – PUC-SP
23. Carlos B. Vainer – IPPUR/UFRJ
24. Véronique Boyer – CNRS, França
25. Delma Pessanha Neves – PPGA /UFF
26. Adalberto Cardoso – IUPERJ
27. Orlando Santos Junior – IPPUR /UFRJ – Observatório das Metrôpoles
28. Maria José Rosado-Nunes – PUC/ São Paulo – Católicas pelo Direito de Decidir
29. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes – Deciso/UFPR
30. José Mariani de Sá Carvalho – PUC -Rio
31. Marcelo Badaró Mattos – UFF
32. José Guilherme C. Magnani – USP
33. Ana Clara Torres Ribeiro – IPPUR /UFRJ
34. Helena Bocayuva – IMS /UERJ
35. Maria Helena Zamora – PUC-Rio
36. Miriam Guindani – ESS/ UFRJ

37. Leilah Landim – ESS / UFRJ
38. Tiarajú Pablo D’Andrea – Sociólogo /USP
39. Michel Agier – EHESS, Paris
40. Rosa Marques – PUC-SP
41. Vito Letizia – PUC-SP
42. Áquilas Mendes – PUC-SP
43. Claudio Luiz Zanutelli – UFES / NEVI
44. Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira – UFMA
45. Laura Moutinho – USP
46. Emerson Giumbelli – UFRJ
47. Luciana Quillet Heymann – CPDOC /Fundação
Getúlio Vargas
48. Bernardo Lewgoy – UFRGS
49. Ceci Juruá – UFRJ
50. Jorge A. Quilfeldt – UFRGS
51. Maria Helena Moreira Alves – PHD, UERJ
52. Marc Piaux – CNRS/França
53. Tereza Maria Pompéia Cavalcanti – PUC –
Rio
54. Claudia Fonseca – UFRGS
55. Bianca Freire-Medeiros – CPDOC/ FGV

56. Marcelo Simas – CPDOC /FGV
57. Paulo Jorge da Silva Ribeiro – PUC -Rio
58. Filippina Chinelli – IFCS e POSEDUC/UFF
59. Charles Pessanha – IUPERJ
60. Renata da Silva Montechiare Pires – UFRJ/
IFCS/PPGSA
61. Myrian Sepúlveda dos Santos – UERJ
62. Adriana Benedikt – PUC-Rio
63. Cristina Dias da Silva – UERJ
64. Neide Esterci – UFRJ
65. Breno Pimentel Câmara – ETTERN /IPPUR/UFRJ
66. Rosane Manhães Prado – UERJ
67. Antonio Carlos S. Lima – UFRJ
68. José Cláudio Souza Alves – UFRRJ
69. Clara Mafra – UERJ
70. Fernando Donato Vasconcelos (Médico e
Professor Universitário – Bahia)
71. Eduardo Paes Machado (UFBA e professor
visitante da Universidade de Sheffield,
Inglaterra / Fórum Comunitário contra a Violência – Salvador)
72. Mariana Cavalcanti (Antropóloga)
73. Profa. Dra. Letícia Vidor de Sousa Reis (Universidade Metodista de Piracicaba)

74. Dario Sousa e Silva Filho – UERJ
75. Celeste Ciccarone – DCSO -UFES
76. Felipe Luiz Gomes e Silva – Professor da UNESP
77. Pedro Paulo de Oliveira – UFRJ
78. Wania Mesquita – UENF
79. Hamilton Octavio de Souza (Jornalista, Professor da PUC-SP)
80. Thaddeus Blanchette (PhD, Antropólogo – Professor, UFF e UNISUAM)
81. José Ricardo Ramalho – UFRJ
82. Bernardo Ferreira – UERJ
83. Francisco Canella – UDESC
84. Maria Malta – IE e LEPS/ UFRJ
85. Ligia Bahia – IESC e LEPS/UFRJ
86. Samuel Araújo – EM/ UFRJ
87. Jussara Freire – IUPERJ
88. Edlaine de Campos Gomes (pós-doutoranda CEM/Cebrap)
89. J. Batista (Doutor em antropologia social/USP)
90. Carmen Opipari (Antropóloga)
91. Mirian Alves (UCAM e UFF)

92. Lucila Silva Telles (CNFCP/ IPHAN)
93. Claudia Trindade (COC-Fiocruz/ E.M. Bahia)
94. Ana Flávia Moreira Santos (Antropóloga – PRMG/MPF)
95. Juliana Ribeiro Mattar (Farmanguinhos /Fiocruz)
96. Taissa de Mattos Machado (Fundação Oswaldo Cruz)
97. Bajonas Teixeira de Brito Junior (UFES / Departamento de Filosofia)
98. Lady Christina de Almeida (NIREMA/PUC-Rio)
99. Andrea Mello (ENSP/Fiocruz)
100. Sandra Pereira Tosta (Doutora em Antropologia Social)
101. Angela Bueno Medeiros Teixeira (Socióloga)
102. Carla dos Santos Mattos (NIREMA – PUC/RJ)
103. Gláucia de Oliveira Assis (Udesc)
104. Lisete Accioly Chometon dos Santos (Engenharia Civil – UERJ)
105. Fábio Alves Araújo – IFCS /UFRJ
106. Cibele Izidorio Fogaça Vieira – Cientista Social – ESP
107. Michelle Fresteiro da Silva – Bacharel em Letras – UERJ/UFRJ

108. Vanilda Maria de Oliveira – Mestre em sociologia pela UFG
109. Roberto Bitencourt – FAETEC
110. Rachel de Las Casas – Instituto de Medicina Social / UERJ
111. Alexandre Fernandes Corrêa – Antropologia UFMA e ABA
112. Juliano Ximenes – Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFPA
113. Eloisa Brantes Mendes – UFOP
114. Talia Chaves Buarque de Hollanda – INEE
115. Júlio Assis Simões – Antropologia –USP
116. Daniele Cavaliere Brando – FGV
117. Ana Cristina de Mello Pimentel Lourenço – PPGSD /UFF
118. Felipe Evangelista Andrade Silva – Museu Nacional/UFRJ
119. Alex Magalhães – IPPUR /UFRJ
120. Daniela Donação Dantas –UNICAMP
121. Daniele de Carvalho Pinheiro – ETTERN/IPPUR/UFRJ
122. Maria Theresa da Costa Barros – IMS /UERJ/EBEP
123. Cristina Rauter – UFF
124. Cíntia Portugal Viana – UFRJ
125. Bruno D’Antonio Corrêa – UFRJ

126. Isaias Alves – UFF
127. Maria Carolina Gomes Barbalho – UERJ
128. Tatiana Carvalho de Oliveira Cavalcanti – CAEV/UFF
129. Andreia de Souza de Carvalho – UERJ
130. Marília Márcia Cunha da Silva – UFF
131. Renata Figueiro Pedreira – UERJ
132. Ludmila Ribeiro Paiva – UFRJ
133. Katucha Rodrigues Bento – FESPSP
134. Marlon Rivero Franco do Nascimento – UFRJ
135. Denise Góes – UFRJ
136. Luana Machado de Almeida – MN/UFRJ
137. Marta Pimenta Veloso – GDIHS/ Fiocruz
138. María Maneiro – IUPERJ
139. Ernesto Grance – LPP
140. Ana Carla Magni – IE/UNICAMP e IBGE/RJ
141. Eduardo D’Avila – UFRJ
142. Gilberto Maringoni – USP/ Jornalista
143. Sandra de Sá Carneiro – UERJ
144. Carlos Henrique dos Santos Martins (CEFET Nova Iguaçu)

145. Joana D`Arc Fernandes Ferraz (UNIRIO)
146. Beatriz Catão Cruz Santos (Professor – UFRRJ)
147. Esther Maria de Magalhães Arantes
148. Monalisa Nascimento dos Santos Barros
149. Maria Aparecida Silva Bento
150. Fernanda Otoni de Barros
151. Ana Luiza de Souza Castro
152. Janne Calhau Mourão
153. Maria Nazaré Tavares Zenaide
154. Marcia Contins (UERJ)
155. José Reginaldo Santos Gonçalves (UFRJ)
156. CELI SCALON (UFRJ)
157. Enrique R. Pujals (Pesquisador, IMPA-OS / CNPq)
158. Ana Lydia Soares – UFRJ
159. Osvaldo Coggiola – USP
160. Paula Antona Li Causi (UFF)
161. Maria Cristina Leite Peixoto – Professora do Centro Universitário de Belo Horizonte – Uni- BH
162. Zuleica Oliveira (UFRJ)
163. Marcelo Melo, professor da FAETEC

164. LUCAS FUGAZZA FERNANDES – FESPSP
165. Isabel Cristina Chaves Lopes (UFF/ESR- Campos dos Goytacazes)
166. Leandro Pinto Salvador – (Arquitetura e Urbanismo – UNISINOS)
167. Maria Helena de Souza Tavares – PUC-Rio
168. Myriam Martins Alvares – Antropóloga PUC/Minas
169. Silvia Maria Fangueiro Pedreira, professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos
170. Sabrina de Jesus Lima Torres (psicóloga/UERJ)
171. João Marcelo Maciel de Lima (Sociólogo – Universidade Estadual Paulista)
172. Silvana José Benevenuto (formada em ciências sociais – UNESP)
173. Marcelo da Silveira Campos – UNICAMP
174. Alice Lourenço – IPPUR/UFRJ
175. Luana Ribeiro de Almeida Cesar (Puc-Rio)
176. Sonia M.L. A. Lopes (PUC-SP)
177. Andrés Koropecki – Pós-doutorando (UFF/CNPq)
178. Fernanda Keiko Ikuta – doutoranda UNESP
179. José Ricardo d' Almeida (Sociólogo)
180. Moisés Augusto Gonçalves (Professor da PUC Minas e da Faculdade metropolitana de Belo Horizonte)
181. Carlos Gustavo Tamm de Araujo Moreira (pesquisador do Instituto de Matemática Pura e Aplicada)
182. Millena Fontoura (Comissão Direitos Humanos Oab/RJ, Unibennett)

183. Carlos Eduardo Hryhorczuk (professor)
184. Marcela Lopes Menequini (UERJ)
185. Virgínia Kastrup (Núcleo de Pesquisa Cognição & Coletivos – NUCC / Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ)

INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

186. Wendy Muse Sinek (Doutoranda, Departamento de Ciência Política – University of California at Berkeley)
187. Kadya Tall (IRD, CEAF-EHESS, Paris, França)
188. Armelle Enders (Universidade Paris 4 Sorbonne, França)
189. Daniela Trocilo Tavares Genovez (Linköping University – Suécia)
190. Natacha Chetcuti (sociologue, EHESS Paris, France)
191. Deborah Alejandra Popowski (Estudante de Direito, Harvard Law School – Estados Unidos)
192. Nantois-Pigeon (Historienne, Paris, France)
193. Fernando Delgado (Estudante de direito, Harvard)
194. Joanna Seraphim (Assistante de Recherche/Winnipeg/Canada/EHESS)
195. Margaret W. Crane (Trinity Lutheran Church, New York, NY)
196. Amanda S. A. Dias (EHESS, França/ UERJ)
197. Isabel Margarita Morel (member of OMI, Santiago, Chile)
198. Bertrand Papy (Paris, France)
199. Lassaube Gaia (France)

200. Aron Wahl (Ingénieur, Barcelona, España)
201. Salsmann Margot (Paris, France)
202. Giovanna Cavatorta (étudiante –
Marseille – France – EHESS)
203. Blein Charlotte (Paris, étudiante, EHESS)
204. Jean-Baptiste Duez (pesquisador, Saint-Ouen, France)
205. Fabiano RIBEIRO (Master 2 EHESS, Paris- France)
206. Mauricio Arenas (CUPW Local 626, Toronto, Canadá)
207. Hala ABOU-ZAKI (Étudiante, Paris/FRANCE, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales)
208. Marranconi Filippo Maria (Università di Siena / Vicenza, Italy)
209. Valérie THOMAS (Expert Education, Beyrouth, Liban)
210. Abouzaki Line, etudiante en psychologie clinique, Beyrouth, Liban
211. Mayaud Isabelle (Doctorante histoire, Paris, France)
212. Ghali Beniza/ Etudiant en Anthropologie/ France / Ecole des hautes Etudes en Sciences Sociales
213. Giulia Mensitieri, anthropologue, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociiales, Paris
214. Marie Balas, doctorante-chercheur, EHESS, Paris
215. Michel Besnard (Plouguerneau, France)
216. Florence Dubois, étudiante, Paris, France, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales
217. Linda Sosa (Étudiante à la maîtrise en sciences de l'environnemen à l'Université du Québec à Montréal – Montréal, Canada)

218. David Winizki, Medico, Zurique/Suiça
219. Stuart Armstrong/Chercheur en Mathematiques/Vienne/Autriche
220. Krista Armstrong – Employée dans une ONG Internationale, Londres
221. Dr. Merlin B. Brinkerhoff (University of Calgary)
222. Profa. Dra. Misha Klein (antropóloga, University of Oklahoma, EUA)
223. Viviane Baladi (CNRS, France)
224. Hamit Bozarlan, (Directeur d'études à l'EHESS, Paris)
225. Daniele BRUNIER (Amnesty International – France)

ESTUDANTES

226. Raíza Alves de Sá Siqueira (Doutoranda em Sociologia do IUPERJ)
227. Cristina Buarque de Hollanda (Doutoranda IUPERJ)
228. Susana Abrantes (Doutoranda no Museu Nacional/UFRJ)
229. Lia de Mattos Rocha (Doutoranda, Iuperj)
230. Eliane Martins de Oliveira (Doutoranda/CPDA/UFRRJ)
231. Paula Mendes Lacerda (CLAM/Instituto de Medicina Social/Uerj)
232. Palloma Valle Menezes (mestranda em sociologia – IUPERJ)
233. Cecilia Mello (doutoranda do PPGAS/MN/UFRJ)
234. Stelio Marras (Doutorando em antropologia social, USP)
235. Sílvia Souto Maior (IUPERJ)
236. José Dannieslei Silva dos Santos (Pós-graduando em Comunicação e Marketing pela Faculdade Juvêncio Terra – FJT)

237. Pedro Luiz Lima (IUPERJ)
238. Julia Polessa Maçaira (Mestranda PPGSA/UFRJ)
239. Beatriz de Almeida Matos (Mestranda, MN-UFRJ)
240. Beatriz Silveira Castro Filgueiras (IUPERJ)
241. André Dumans Guedes (Doutorando PPGAS/Museu Nacional – UFRJ)
242. Antonio Terra Leite Abreu (Estudante de História-UFF)
243. Ana Paula Soares Carvalho (IUPERJ)
244. Gizele Avena (PPCIS-UERJ)
245. Rita de Cácia Oenning da Silva (Antropóloga/Doutoranda PPGAS-UFSC)
246. Daniele Ramos Venezia dos Santos (Advogada -Mestranda do PPGSD/UFF)
247. Guilherme Ferreira Vargues (IUPERJ)
248. Karina Biondi (Mestranda em Antropologia Social pela UFSCAR)
249. Sabrina de Santi Accioli (mestranda em Antropologia Social – UFSCar)
250. Verônica Toste Daflon (IUPERJ)
251. Cintia Braga (Mestranda em Memória Social da UNIRIO)
252. Suene dos Santos de Almeida (PPCIS – UERJ)
253. Edileuza Lobo (PPCIS – Uerj)
254. Inácio Nunes de Moraes (UGF)
255. Fernanda Cristina Ferreira Nunes (Graduação/Ciências Sociais –CPDOC/FGV)
256. Andreia Cesar dos Santos (mestranda – PPCIS/Uerj)

257. Mila Oliveira da Cunha (Universidade Barao de Mauá/Ribeirao Preto)
258. Alexandre Magalhães (Mestrando – IUPERJ)
259. Fábio H.M.Evangelista (Unicamp – Música)
260. Sylvia Amanda da Silva Leandro (Estudante – UERJ/UFRJ)
261. Larissa Santos (Ciências Sociais – UERJ)
262. Gabriela Macedo (Ciências Sociais – UERJ)
263. Mani Tebet A. de Marins (Mestranda UFRJ/IFCS)
264. Leonardo Brasil Bueno (mestrando – IPPUR/UFRJ)
265. Vivian Domínguez Ugá (Doutoranda IUPERJ)
266. Raphael Bispo dos Santos (Museu Nacional/UFRJ)
267. Igor Vitorino da Silva (Mestrando do IPPUR/UFRJ)
268. Camilla Ferreira Lobino (Estudante IPPUR/UFRJ)
269. Oswaldo Alves Lara Neto (Mestrando em Sociologia/ UFSCar)
270. Roberta Mociaro Zanatta (Bacharel em Ciências Sociais pela UERJ)
271. Cecília Rodriguez Sant’Ana (PPGAS-USP)
272. André Luiz de Jesus Rodrigues (UERJ/Ciências Sociais)
273. Mari-Jô Zilveti (Jornalista e mestranda em Letras – FFFLCH–USP)
274. Patrícia Danza Greco (Mestranda UFF)
275. Anne Geraldi Pimentel (Mestranda em sociologia e direito pela UFF)
276. Paulo Henrique Granafei (IUPERJ)

277. Paulo Victor Leite Lopes (Ciências Sociais – UERJ)
278. Regina Trindade Lopes (IUPERJ)
279. Marina Andrade Motta (UFRJ)
280. Ana Isabel Rodrigues Alhadef (Ciências Sociais UERJ)
281. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (Doutoranda/IUPERJ)
282. Felipe Penteado de Araujo Quitete (UERJ)
283. Viviane Rocha (IUPERJ / Ciespi)
284. Pâmela Peregrino da Cruz (Estudante de História da UFF)
285. Ana Cristina de Souza Gonçalves (Moradora do Morro Chapéu Mangueira e aluna de ciências Sociais/UERJ)
286. Márcio Filgueiras (Mestrando/UFF)
287. Debora Guimarães Mendonça (UERJ)
288. Taiguara da Costa Dias de Almeida (UFF)
289. Ruth Helena Britto (Doutoranda, UERJ)
290. Tomás Duque Estrada Rosati (UFRJ)
291. Janaína Tude Sevá (Mestranda CPDA/UFRRJ)
292. Rachel Barros de Oliveira (UERJ/Ciências Sociais)
293. Joseane Cabral da Silva (PPCIS/UERJ)
294. Juliana Romeiro (Geografia UFRJ)
295. Maria Barroso Hoffmann (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ)

296. Glaucia da Silva Destro de Oliveira (Mestranda em Antropologia – USP)
297. Anelice Ribetto – Córdoba/Argentina (Doutoranda em educação pela UFF)
298. Samira Heidi Nagib (Estudante de Sociologia e Política)
299. Dilaine Soares Sampaio (Aluna do PPCIR/UFJF)
300. Alberto Calil Junior (Doutorando, UERJ)
301. Christina Vital da Cunha (Doutoranda – UERJ/ISER)
302. Paula Regina Pereira Marcelino (Doutoranda em Ciências Sociais – Unicamp)
303. Natânia Pinheiro de Oliveira Lopes (UERJ)
304. Arícia de Vasconcelos Ferreira Gurgel (Estudante)
305. Ruanna de Vasconcelos Ferreira Gurgel (Estudante)
306. Rodrigo Reduzino (CACIS, UERJ)
307. Renata Barbosa Lacerda (universitária / UFRJ)
308. Wagner Lacerda – Mestrando/UFJF
309. Pedro R. Roquete _ Doutorando Iuperj
310. Luciana janeiro Silva (estudande de psicologia PUC-Rio)
311. Andreia Cidade Marinho (UERJ)
312. Gustavo Cezar Ribeiro – Mestrando em Ciência Política IUPERJ
313. Ivana Ribeiro – Aluna FGV
314. Priscilla Peixoto Colodetti, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

315. Aurimar Monteiro Albuquerque – Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará
316. Marcos Botton Piccin (Estudante de mestrado do CPDA/UFRRJ)
317. Gislaine Gomes Espíndola (estudante – UERJ)
318. Daniela Macri da Costa Rodrigues (UERJ)
319. Maria Cláudia Badan Ribeiro (doutoranda USP)
320. TAHINA FERRAÇO (estudante)
321. Marcius Vinicius Coutinho – Mestrando em Saúde Coletiva IMS/UERJ
322. Priscila Barreto Sampaio (mestranda CPDA/UFRRJ)
323. Tiago Soares de Oliveira Cunha (Estudante de Direito da PUC Minas)
324. Thais Florencio de Aguiar (Iuperj)
325. Raquel Tavares Scarpelli de Araujo Moreira (Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – aluna de doutorado)

MOVIMENTOS, ONGs e demais apoiadores

326. Maria Emília Lisboa Pacheco (FASE)
327. Itamar Silva (Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)
328. Vera Vital Brasil (Psicóloga/IASERJ e Equipe Clínica Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro)
329. Ana Miranda Batista – Militante do Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ
330. Luciana Silva Garcia (Mestre em Direito/ UERJ – Justiça Global)
331. CDDH -Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis

332. Kita Pedroza (fotógrafa, Imagens do Povo/Observatório de Favelas)
333. Ivônio Barros (Ibase e Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos)
334. H.I.J.O.S. – Regional Córdoba – Argentina
335. Marjorie de Almeida Botelho (Instituto de Imagem e Cidadania)
336. Claudio Marcio Paolino (Instituto de Imagem e Cidadania)
337. Fransérgio Goulart (Cedaps-Centro de Promoção da saúde RJ / Fórum de Juventudes RJ)
338. Aurelio Fernandes Professor (Círculos Bolivarianos Leonel Brizola)
339. Hamilton Borges Walê (Movimento Negro Unificado/BA – Articulador da Campanha Reaja ou Será Morta Reaja ou Será Morto contra o genocídio da População Negra)
340. Marcela Figueiredo – Renajorp (Rede de Jornalistas Populares)/Maradora do Jacarezinho
341. AMA – Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente de Garopaba – SC
342. Patricia Lanes – Ibase e Conselho Nacional de Juventude
343. Marta Deyhle – Comitê Menchenrechte na Favela (Suíça/Berlim)
344. Cristina Lopes – Ibase
345. Francisco Marcelo (PVNC/FNEOP/Rede Maré Jovem)
346. SO36.NET – Community internet-provider (Germany)
347. Alan Brum Pinheiro (Coordenador Geral/Grupo Sócio Cultural Raízes em Movimento)
348. Francine Pinheiro (Setor do Direitos Humanos do MST/RJ, Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola)
349. Deley de Acari (poeta e animador cultural da Favela de Acari)
350. Patricia Oliveira da Silva (Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência)

351. Ana Maria Santos (Fórum de Direitos Humanos – Bahia)
352. Antonio Ribeiro (Fórum Popular de Altamira – Xingu e Transamazônica)
353. José Luiz de Souza Lima (Ong Rocinha XXI)
354. Grupo Princípio Ativo – Porto Alegre/RS
355. ABORDA – Associação Brasileira de Redutoras e Redutores de Danos
356. Ana Glória Toledo Melcop (Centro de Prevenção às Dependências)
357. Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACIS – UERJ)
358. Marie DEPALLE (Rádio Comunitária Madame Satã – RJ)
359. Elza Ibrahim – NAJUP (Núcleo de Apôio Jurídico Popular)
360. Mário Pires Simão (Observatório de Favelas do Rio de Janeiro)
361. Carmen Déa Freire Cozzolino (Cidadania Pra Valer)
362. Lucas Abeid Pontes (CMI)
363. Bruna Lima (CMI – Campinas)
364. Maurício Campos (Frente de Luta Popular e Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência)
365. Mônica Santos Francisco (Grupo Arteiras Culinária/Movimento Agenda Social Rio)
366. André Fernandes (ANF– Agência De Notícias Das Favelas)
367. Monique Batista Carvalho (Observatório de Favelas)
368. Lourenço Cezar da Silva (CEASM)
369. Carola Mittrany (Viva Rio)

370. Filomeno Vieira Lopes (FpD – Frente para a Democracia – Angola)
371. Luís Fernandes do Nascimento (Frente para a Democracia, FpD)
372. Miriam Abramovay (Membro do CONJUVE)
373. Francisco Lopez-Segrera (Centro Juan Marinello – Cuba)
374. Sandra Celano (Escola Para Terapeutas Sociais)
375. Comitê Popular de Mulheres-RJ
376. Maria Helena Santos de Oliveira, Diretora de Assuntos da Mulher, da Criança/
Adolescente e do Idoso, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores/RJ
377. Maria do Socorro Alves Lemos – médica, mestre em saúde pública, diretora
do HJK/FHEMIG/MG
378. Peter B. Schumann (Vicepresidente) AMIGOS DEL INSTITUTOIBERO-
AMERICANO de Berlín
379. Vany Leston Pessione Pereira (Mestre em Ciências Penais UCAM / Comissão de
Direitos Humanos da OAB/RJ – Sistema Penitenciário / Membro do Instituto de Ciências
Criminais do Rio de Janeiro)
380. Helcimar Lopes (Telecentro Infogrota)
381. Claudio H Napoleão Silva (Centro de Mediação Comunitária – CEMECO)
382. André Oliveira (Centro Espírita Casa do Perdão – Vice-Presidente)
383. Ricardo Albuquerque Paiva (Rede de Resistência Solidária e Mov. carangueijo uca – Ilha
de Deus)
384. Ivia Maksud (Cientista Social – IFCS/UFRJ, Doutora em Saúde Coletiva –IMS/UERJ,
Área de Projetos ABIA)

385. Guilherme Marques “Soninho” (pesquisador do Observatório dos Conflitos Urbanos no Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ e membro do Núcleo Piratininga de Comunicação – NPC)
386. Guilherme Nogueira de Souza (PPCIS-UERJ/ NUN-Gama/PVNC)
387. Helen Ferreira (UERJ/FEBF e Rede Contra Violência)
388. Tomás Fernandes Nazareth Prisco Paraiso Ramos (Organização de Direitos Humanos Projeto Legal / Coordenação Regional dos Estudantes de Direito do Rio de Janeiro)
389. Isabel Mansur Figueiredo (Cientista Social/ Mestre em Saúde Pública e Assessora do Mandato Marcelo Freixo)
390. Juliana Farias (Cientista Social/mestranda – PPCIS/Uerj e Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência)
391. Dênis Roberto da Silva Petuco (reduzidor de danos, estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
392. Diego Barbosa da Silva (Ciências Sociais UERJ – Conselheiro do CSEPE)
393. Flávio Guilhon (Observatório de Favelas e UFRJ)
394. Guilherme Pimentel (Direito Uerj/ militante de direitos humanos)
395. Alexandre Franco (CAEV- DCE UFF- CORED-RJ)
396. Eduardo Passos (UFF e GTNM-RJ)
397. Valter Filé (Organização CINEMA NOSSO)
398. Ivana Jinkins – Editora Boitempo
399. Luciana Araujo (Jornalista)
400. Ana Terra (compositora/ COMUSI-Cooperativa dos Músicos Independentes do Rio de Janeiro)
401. Daisy Aguinaga (Artista plástica)

402. Frederico Ribeiro Martins (músico)
403. Luena Nunes Pereira (CEBRAP)
404. Elizabeth Formaggini (Documentarista)
405. Sylvie Timbert (Documentarista)
406. Paulo Cezar Duque – Cine Arte Maracajá Ilha
407. Claudio Araujo de Souza e Silva (Sesi-RJ)
408. Maria Helena Neves Pereira De Souza (Ibge/Rj)
409. Izabel Gobbi (Antropóloga/Funai)
410. Maria Rosane Tavares Lima (PETROBRAS/GE-LPGN/PLGN/AIP)
411. Marco Dreer Buarque (Técnico de Audiovisual do CPDOC – Fundação Getulio Vargas)
412. Deborah Silva de Queiroz (coordenadora-geral da APEFAETEC)
413. Karine Neves Mourão (Psicóloga – Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes)
414. Igor Juliano de Paula (Médico Psiquiatra)
415. Moara Paiva Zanetti (Assistente Social)
416. Heitor Pererira Alves Filho (Geólogo e Diretor Do Sindipetro Al/Se)
417. Isis Ribeiro Martins (Colégio Estadual Francisco Campos)
418. Francisco Evandro Teixeira (Professor)
419. Lorene Figueiredo (Professora da rede pública e privada de Juiz de Fora, MG)
420. Ana Bastos Maldaner (Jurista, França)
421. João Martins de Oliveira Filho (Artista plástico, escola de artes visuais do Parque Lage)

422. Giselle Megumi Martino Tanaka (Arquiteta e Urbanista)
423. Beatriz Moreira de Azevedo Porto Gonçalves (Oficina Cine-Escola/Grupo Estação)
424. Luciana Murad Sarney Costa (Advogada)
425. Alberlanda de Vasconcelos Ferreira (Pedagoga e Professora)
426. Roberto Lara (Músico)
427. Rafael Rodrigues dos Santos
428. Dominic Barter
429. Eduardo Rezende Cardoso Vilela
430. Luisa Valentini
431. Maria da Graça Floriano – Juiz de Fora, MG
432. Magali A. Godoi – São Paulo / SP
433. Marcelo Ulisses Machado – São Paulo/SP
434. Silvia Vianna La Camera
435. Ingrid Berns Pavezi
436. Luiz Ignacio Gama Filho
437. Sonia Nussenzweig Hotimsky
438. Jacqueline Moraes Teixeira Kawauche
439. Marie-Christine Freire (França)
440. Juliano Gomes
441. Paula Pimenta

442. Mônica Buarque
443. Rebecca Guidi
444. Paola Lins de Oliveira
445. André Marron Gavazza
446. Carolina De Filippo
447. Fernanda Borges Buarque de Hollanda
448. Cassio Brancaleone
449. João Martins Ladeira
450. Claudio de Brito
451. Lívia Barroso de Moura
452. COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
453. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
454. Miguel Arcanjo (Agente Comunitário de Saúde e AMACS – RJ Associação Municipal de Agentes Comunitários de Saúde)
455. Maurício França Fabião (Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida)
456. Rodrigo Oliveira Assis (Analista de Sistemas)
457. Lara Beatriz Fuck – psicóloga – Florianópolis/SC
458. Fabíola Cristina Silva Fernandes (Engenheira Agrônoma, Cuiabá, MT)
459. Rafael Mendonça Dias (Justiça Global)
460. Renata Lira (Justiça Global)
461. Angélica Basthi (Justiça Global)

462. Flávio Conrado (ISER)
463. Edna Velloso de Luna (São Paulo – SP)
464. Marcia Regina
465. Ana de Miranda Batista – Militante do GTNM/RJ
466. Armando Gamboa (servidor técnico administrativo da Uerj, sindicalizado da base do Sintuperj e carnavalesco do GRES Unidos da Vila Kennedy)
467. MARIA LUCIA DE PONTES (DEFENSORA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DEJANEIRO)
468. Bruno Zornitta, voluntário do Centro de Mídia Independente
469. Gal Souza, Ciranda Afro
470. Mariana Lettis, Ciranda
471. Frinéia Rezende, Ciranda
472. Fernanda Estima, Ciranda
473. Rita Freire, Ciranda
474. FÁTIMA MIRANDA DOS SANTOS (ONG ALTOSUSTENTÁVEL)
475. Antônio José do Espírito Santo – Projeto Musikfabrik
476. Maroly Penteado – Movimento humanista
477. Renato Cinco- Sociólogo, Assessor do gabinete do vereador Eliomar CoelhoPSOL
478. Elenara Vitoria Cariboni Iabel (Produtora Cultural – Fundadora da Themis-Asseria Juridica e Estudos de Genero – Mãe do Cauã, da Inaê e do Ariel – Porto Alegre)

479. Ana Beatriz Vianna Mendes
480. Marcelo Barbosa Spaolonse
481. Aline Caldeira Lopes. Estudante, UFRJ, Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola
482. Marcelo Faria Guilhon – Sociedade Propagadora das Belas Artes – Liceu de Artes e Ofícios
483. Arnaldo dos Santos – Igreja Evangélica Congregacional de Senador Camará
484. Patrícia Azevedo
485. Rosa Macedo Barroso
486. Adriana dos Santos Fernandes
487. Katia de Oliveira Carvalheiro (Eng. Florestal, Belém/PA)
488. Rodrigo Westphalen Leusin- Advogado e membro consultor da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RS
489. Marcus Vinicius Ferreira das neves
490. Amara Barroso – Fotografa
491. Julian Rodrigues – ativista movimento GLBT, Instituto Edson Neris (SP)
492. Elisa Guaraná
493. Renildo Barbosa – PRO HOMO – Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Homossexuais / Bahia
494. Rogéria Nunes – CEDAPS
495. Daniela Mussi (militante do movimento estudantil, UNICAMP)

496. Sydney Melo.(Estudante universitário.Coletivo Travessia e Movimento Evangélico Progressista.)
497. André Pereira de Oliveira (Analista Financeiro – Nova Iguaçu/RJ)
498. Natalia Martinuzz Castilho (Direito da UFC, CAJU)
499. Olavo Brandão Carneiro (médico veterinário)
500. Gabriel Ferreira Almada
501. Nicolet Bernard
502. João Victor Barison de Oliveira
(Coletivo Travessia – FOE)
503. Rodrigo Cesar (UNE / DCE-UFRRJ)
504. Antonio Fernando Silva Souza (Professor de Sociologia da rede pública)
505. Antoine Trouillard
506. Thiago P. Primolan (Vestibulando, professor de Inglês)
507. Erika Macedo Moreira (Cerrado Assessoria Jurídica Popular)
508. Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial
509. Elton Rogério Corbanezi
510. Raimundo Bertuleza(Caixas do Sul/RS/ MNLM/RS)
511. Rachel Silva Figueira Juan Reardon (MST)
512. Daniel Caldas Gaspar, advogado
513. Marcelo Ducatti, estudante
514. Fabiana Rosa

515. Rodrigo Alexsandro Melo dos Santos
516. Ana Gabriella de Souza Andrade (NAJUP- Núcleo de Assessoria Jurídica Popular-
Direito nas Ruas- UFPE)
517. Davi do Carmo Ferreira JUBACEN (Juventude Batista do Extremo Leste da Capital)
518. Eder Santos Barbosa
519. André Nicolai Obredor Marcianesi (mestrando em física – CBPF /participante do
Movimento Humanista)
520. Helena Aragão
521. Pedro Castro (Professor Aposentado/ UFF/RJ)
522. Raquel Lisboa de Oliveira
523. Maria Ignez Duque Estrada, jornalista
524. Maria Celeste Lustosa
525. Maria Salete Rodrigues da Silva
526. FELS – intersol, berlim, alemanha
527. Jaqueline Rodrigues Trindade (estudante de Geografia – UNESP, membro do Centro de
Direitos Humanos – Presidente Prudente)
528. Sheila Guimarães F.de Souza
529. Silmara de Paulo Frischknecht (Uster –
Suíça)
530. Neusa Santos Souza/Casa Verde Núcleo de Assistência em Saúde Mental
531. Isabel Kastrup Lobato / Produtora Cultural

532. GILZA LOPES SILVEIRA DE MELLO – CRIOLA ORGANIZAÇÃO DE MULHERESNEGRAS
533. Roïnssard Séverine – production et   v  nementiel cinema – Paris, France – Parati films
534. Ruth Pereira de Barros – Agente comunitária
535. Eduardo de C.V. do Sacramento – servidor público municipal/RJ
536. Monique Florencio de Aguiar (PPGA/UFF)
537. Karin B  ckmann – Schweiz – Amnesty International Winterthur
538. Emanuele de Souza Pacheco – CMR – Recife/PE
539. KoBra (Koooperation Brasilien/União Nacional de Grupos de Solidariedade ao Brasil) – Alemanha
540. Karin Urschel – medico international, Alemanha
541. Heinz Peter Vetten – Mandacaru/Menschen leisten Widerstand e Eine-Welt-Laden H  ckelhoven
542. Gudrun Fischer – Journalistin/JournalistInnen Etage – Alemanha
543. Danica Huesken, Alemanha
544. Barbara Fritz – Free University of Berlin / Latin American Institute – Alemanha
545. Mariana Tavares Ferreira – Psicóloga
546. Roswitha G  bel-Wiemers – Arbeitskreis Eine Welt/REL – Alemanha
547. Horst K  hnle – “Campo Limpo Solidaridade com Brasil” – Alemanha
548. Brigitte Anderegg – SOLIFONDS, Su  a
549. Christina Oswald – UFRJ

550. Ludmila de Souza Fagundes dos Santos (graduação em História – UERJ)
551. Alexandra Esteban Hernandez (Barcelona, Catalunya)
552. Ana Teles da Silva
553. Anna Paula Sardenberg, Psychologin FSP, Bern, SUÍÇA
554. Francis Bern (Weltweite Initiative für Soziales Engagement e.V.) – Alemanha
555. Philipp Gerber (medico international schweiz) – Suíça

ANEXO I - RELATÓRIO NACIONAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL -1999

RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro tem uma população de 13.406.308 habitantes, sendo que 12.806.488 habitantes (95,5% da população) residem em áreas urbanas e 599.820 habitantes (4,5%) residem em áreas rurais. Em 1996, o Rio de Janeiro era um dos 11 estados brasileiros com um alto índice de desenvolvimento humano (0.844). O Índice de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro cresceu em média 0,6% ao ano de 1991 a 1995 e 0,2% de 1995 a 1996. O produto interno bruto per capita, ajustado ao poder de compra local, era de US\$ 6.477. A distribuição da riqueza é desigual. Os 10% mais ricos têm 45,47% da renda, enquanto os 40% mais pobres têm 9,15%.

A taxa de alfabetização de adultos é de 93,7%. Mas 19,9% da população adulta têm menos de quatro anos de estudo e apenas 10,8% da população adulta têm 12 anos ou mais de estudo.

A taxa de mortalidade infantil é de 27 mortes por 1.000 nascidos vivos, uma das mais baixas do país. A taxa de mortalidade por homicídio, entretanto, é de 60,04 mortes por 100.000 habitantes no estado, a mais alta no país. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, a taxa é de 68,67 mortes por 100.000 habitantes, a segunda mais alta no país, atrás apenas da região metropolitana de Vitória (ES). Esta violência fatal, assim como nas outras metrópoles brasileiras, não se manifesta de forma homogênea. O risco de ser vítima de homicídio chega a ser sete vezes maior nos bairros das zonas norte e oeste do que nos bairros da zona sul.

De janeiro de 1993 a julho de 1997, 942 civis foram mortos e 410 feridos em confronto com policiais na cidade do Rio de Janeiro. No mesmo período, 30 civis foram mortos e 277 feridos acidentalmente por policiais.

O Mapa de Risco e Violência, da Cidade do Rio de Janeiro, elaborado em 1996 pelo Centro de Estudos e Cultura Contemporânea, a pedido do Ministério da Justiça revelou entre outras coisas que os menores níveis de violência letal acontecem na zona sul, a zona mais afluyente da cidade enquanto o maior risco de morte se manifesta na zona norte e zona oeste. O Mapa mostrou também que o risco de morrer assassinado para a população de 15 a 34 anos se distribui bastante desigual na cidade do Rio.

Em abril de 1997, a televisão mostrou cenas de violência sofrida por 11 moradores da Cidade de Deus que foram agredidos por seis policiais militares. Em outubro de 1998, policiais militares perseguiram e alvejaram um carro que se dirigia à maternidade, matando a mulher grávida, o bebê, e outro filho de quatro anos. De janeiro a outubro de 1998, 596 civis foram mortos em confronto com policiais no estado do Rio de Janeiro:

Diversos processos referentes a casos de violência policial denunciados no país e no exterior por organizações de defesa dos direitos humanos foram encaminhados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Tramitam ainda na Comissão Interamericana quatro processos sobre assassinatos de civis por policiais, sendo que três dos quatro processos dizem respeito a assassinatos de adolescentes.

O sistema penitenciário abriga 16.468 presos em estabelecimentos com 9.323 vagas. Em 1995-96, 3.060 vagas foram criadas com a construção e reforma de estabelecimentos penitenciários. Entretanto, as novas vagas, ainda, não são suficientes para resolver o problema de superlotação.

Há igualmente problemas de disponibilidade de vagas nas unidades de internação para atendimento de adolescentes em conflito com a lei. Duas rebeliões e incêndios aconteceram em 1994 no Instituto Padre Severino e na Escola João Luiz Alves. As duas unidades foram reformadas pelo governo do estado, com apoio financeiro do governo federal em 1995-96. Nova rebelião e incêndio aconteceu no Instituto Padre Severino em 31 de dezembro de 1996, durante a qual sete adolescentes morreram e 30 sofreram queimaduras. Outra rebelião aconteceu no mesmo Instituto, em 7 de fevereiro de 1997, após a qual um adolescente foi encontrado morto boiando numa piscina desativada.

Não houve mortes em decorrência de conflitos no campo no Rio de Janeiro de 1995 a 1997. Mas 200 pessoas foram vítimas de superexploração na usina São João, em Campo dos Goytacazes, em 1997. Entre abril e junho de 1996, 102 idosos morreram na Clínica Santa Geneveva, em decorrência de falta de higiene e tratamento inadequado. A clínica foi fechada. Em 1997, um relatório da Assembléia Legislativa responsabilizou a clínica e sua direção pela morte dos idosos. Em

1998, o registro profissional dos donos da clínica foi cassado pelo CREMERJ. Os processos criminais e cíveis ainda estão tramitando na Justiça.

Uma pesquisa realizada pelo ISER e Fundação Getúlio Vargas sobre Lei, Justiça e Cidadania aponta que a maioria da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro considera tanto a Justiça Comum quanto a Trabalhista lenta, além de discriminatória.

Das três áreas indígenas existentes no estado, as três foram registradas, mas aguardam os procedimentos de demarcação e homologação.

MONITORAMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

O monitoramento das violações de direitos humanos no Rio de Janeiro é feito por ONGs nacionais e internacionais de direitos humanos.

Morte e Maus Tratos de Adolescentes, Instituto Padre Severino

Em maio de 1996, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional, a Human Rights Watch/Americas, a Associação Beneficente São Martinho, o Projeto Legal do IBISS e o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas do Rio de Janeiro – CEAP solicitaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a adoção de medidas cautelares pelo governo brasileiro para proteger a vida e a integridade física dos adolescentes internos no Instituto Padre Severino, Escola João Luís Alves e Escola Santos Dumont no Rio de Janeiro (Caso 11.702). A Comissão determinou ao governo brasileiro a adoção de medidas cautelares em maio de 1996. Diante da rebelião, incêndio e morte de sete adolescentes que aconteceu no Instituto Padre Severino, em dezembro de 1996, as mesmas instituições apresentaram denúncia contra o governo brasileiro à Comissão Interamericana em fevereiro de 1997. Em outubro de 1997, o diretor geral do Departamento de Ações Sócio-Educativas da Secretaria da Justiça e Interior do Rio de Janeiro prestou depoimento na Comissão Interamericana informando terem sido superadas as circunstâncias que fundamentaram a denúncia. O Diretor descreveu, ainda, as obras de recuperação no prédio que permitiu a separação dos adolescentes internos nas três instituições por compleição física e gravidade da infração praticada. Referiu-se também ao programa de treinamento de funcionários e escolarização profissionalizante de internos que estava em andamento nos estabelecimentos. Os petionários não concordaram que os problemas tenham sido resolvidos. A Comissão

Interamericana solicitou os comentários finais do governo brasileiro sobre o caso, que foram enviados em 7 de agosto de 1998.

Favela Nova Brasília II

Em 8 de maio de 1995, policiais civis em uma operação na Favela Nova Brasília, com a finalidade de prender um traficante de drogas e apreender armamentos que, conforme denúncia anônima, chegariam pela manhã, terminaram por matar pelo menos 13 pessoas. A remoção dos corpos do local, impediu a realização de perícia. O Centro pela Justiça e o Direito Internacional -CEJIL e a Human Rights Watch/Americas apresentaram denúncia contra o governo brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em novembro de 1995 (Caso n.º 11.556).

Favela Nova Brasília I

No dia 15 de outubro de 1994, supostos traficantes da Favela Nova Brasília dispararam vários tiros contra a 21.^a Delegacia de Polícia de Bonsucesso ferindo três policiais. Em 18 de outubro, sob alegação de cumprir 104 mandados de prisão temporária, 110 policiais civis da Divisão de Repressão a Entorpecentes, da 21.^a Delegacia e de outras unidades da polícia civil, entraram na favela por volta das cinco horas da manhã. Catorze pessoas foram mortas durante a operação. A Comissão Especial, nomeada pelo próprio Governador do Estado para investigar o caso, concluiu que pelo menos algumas das pessoas que morreram nessa operação foram executadas pelos policiais. Uma das vítimas – Evandro de Oliveira – morreu baleado nos dois olhos. Outra vítima recebeu sete tiros na nuca e outra dois tiros na cabeça. O Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL e a Human Rights Watch/Americas apresentaram denúncia contra o governo brasileiro na Comissão Interamericana da OEA em julho de 1996 (Caso 11 .694).

Chacina da Vigário Geral

Na madrugada de 30 de agosto de 1993, policiais militares e civis realizaram operação de repressão ao tráfico de entorpecentes na Favela de Vigário Geral que resultou na morte de 21 pessoas. Cinquenta e dois policiais foram acusados de participar da chacina. Desses, somente dois policiais foram julgados e condenados. Em abril de 1997, Paulo Roberto Alvarenga foi

condenado a 449 anos e oito meses de reclusão por participação na chacina. Em novembro de 1997. Arlindo Magnário Filho foi condenado a 441 anos e 4 meses de reclusão.

Chacina da Candelária

Na madrugada de 23 de julho de 1993, um grupo de homens armados disparou contra crianças e adolescentes que dormiam nas proximidades da Igreja da Candelária, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e sequestraram três dos adolescentes. Como resultado dessas ações, oito menores foram mortos e dois sofreram lesões corporais graves. Um dos adolescentes feridos, Wagner dos Santos, sofreu um segundo atentado em 1995. Testemunha importante para o processo dos responsáveis pelos disparos, Wagner dos Santos, teve que ser protegido. Primeiro contou com a ajuda de ONGs do Rio de Janeiro, depois a Polícia Federal, com apoio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, foi acionada e fez, por um período, a sua segurança. Entidades de defesa dos direitos humanos do Brasil e do exterior entenderam, entretanto, que Wagner dos Santos deveria sair do País para se livrar das ameaças de morte. O Governo Federal, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, facilitou sua vinda ao Brasil, sempre que necessário houve a concordância da testemunha para a que pudesse depor no julgamento dos responsáveis pela chacina. As investigações, sobretudo o testemunho de Wagner dos Santos e de outros sobreviventes, levaram ao indiciamento e denúncia de cinco policiais militares e de uma sexta pessoa como autores do massacre. A situação dos envolvidos é a seguinte: o ex-policial Marcos Vinicius Borges Emanuel foi condenado à pena de 309 anos de reclusão. Submetido posteriormente a um segundo júri popular foi novamente condenado mas a pena foi reduzida para 60 anos. Ele está preso e recorreu da sentença. O ex-policial Nelson Oliveira dos Santos Cunha foi condenado à pena de 261 anos de reclusão. Submetido a um segundo júri popular foi absolvido das acusações de homicídio, restando a condenação à pena de 18 anos de reclusão por tentativa de homicídio. Está preso. Os ex-policiais Marcelo Ferreira Cortes e Cláudio Luiz Andrade dos Santos e o serralheiro Jurandir Gomes França foram absolvidos em dezembro de 1996. O Ministério Público recorreu. O ex-policial Marco Aurélio Alcântara foi condenado a 204 anos de prisão em agosto de 1998.

INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS E PARCERIAS COM A SOCIEDADE CIVIL PARA A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Organizações da sociedade civil como o Movimento Viva Rio e a Casa da Paz de Vigário Geral desenvolvem uma série de programas e campanhas em defesa dos direitos humanos na cidade do Rio de Janeiro. O Governo Federal e o Gabinete de Assessoria Jurídica a Organizações Populares – GAJOP treinaram e capacitaram integrantes do estado do Rio de Janeiro e de ONGs visando à implementação de um Programa de Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas de Violência.

Em parceria com o governo federal e a sociedade civil organizada, o governo estadual participou da experiência-piloto do Serviço Civil Voluntário envolvendo cerca de três mil jovens que dispensados do serviço militar recebiam qualificação profissional e formação em direitos humanos e em contrapartida realizavam serviços comunitários nas Agências do Futuro, criadas com a ajuda do Viva Rio para abrigar o Projeto.

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro criou comissão parlamentar de inquérito para examinar o problema da violência policial no estado e comissões especiais para analisar, entre outros assuntos, políticas de segurança pública, reestruturação das polícias, reestruturação do sistema penitenciário, o problema da exploração do trabalho infanto-juvenil, políticas de combate à prostituição infantil e denúncias de racismo.

Implantação do Projeto “Balcão de Direitos”, na cidade do Rio de Janeiro, por meio da organização Viva Rio, com a ajuda da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, com a criação de cinco núcleos de atendimento: favelas da Rocinha, parque da Maré, Chapéu Mangueira, Babilônia, Santa Marta e no Condomínio Rio das Flores. O Projeto, além de ajudar as pessoas a conseguirem documentos básicos para o exercício da cidadania, presta assistência jurídica gratuita e já atendeu cerca 4 mil pessoas.

Diversas entidades públicas e privadas se uniram para formular um Plano de Ação de combate à prostituição infantil no estado. No final de 1998 a Fundação para Infância e Adolescência do estado, com a ajuda da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Ação Social, Juizado da Infância e Adolescência, Ministério Público, OAB, o Viva Rio e outras entidades não-governamentais organizaram um curso em direitos humanos para policiais civis e militares, guardas municipais e pessoas ligadas às redes públicas de defesa da

criança, com ênfase na problemática da prostituição infantil. A Delegacia da Infância e Adolescência realizou uma série de operações de combate à exploração sexual e à prostituição infanto-juvenil, fechando uma série de casas noturnas na zona sul do Rio de Janeiro.

A ONG ABRAPIA em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos instalou um serviço de disque-denúncia nacional para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A Secretaria Municipal de Ação Social fortaleceu com ajuda financeira da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos boa parte dos Conselhos Tutelares da região metropolitana do Rio de Janeiro. Foram feitos cursos de capacitação e entrega de equipamentos para melhorar o trabalho dos conselheiros.

O Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos promoveu acordos com a Secretaria de Justiça do Estado, para implementação de medidas para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente no Instituto Padre Severino e outras entidades do estado que atendem adolescentes em conflito com a lei, para adoção de uma experiência-modelo nessas instituições. Entre as atividades previstas estavam a implantação de um serviço de plantão, triagem, medidas sócio-educativas, atividades profissionalizantes e acesso à saúde e atividades de lazer e culturais.

**ANEXO J – RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO INTERAMERICANA
DE DIREITOS HUMANOS, DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS
AMERICANOS (OEA) - 1998**



**COMISSÃO INTERAMERICANA DE
DIREITOS HUMANOS**

Organização dos Estados Americanos

RELATÓRIO ANUAL 1998

RELATÓRIO Nº 78/98*

CASO 11.566

FAVELA NOVA BRASÍLIA

BRASIL

25 de setembro de 1998

I. INTRODUÇÃO

1. Em 3 de Novembro de 1995, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (daqui por diante, a Comissão), recebeu uma denúncia do Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL), alegando a violação de direitos protegidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (daqui por diante, a Convenção) por parte da República Federativa do Brasil (daqui por diante o Estado, o Estado brasileiro ou o Brasil) em prejuízo de Cosme Rosa Genoveva e outras 13 pessoas cujos cadáveres não foram identificados; mortos na favela Nova Brasília, Rio de Janeiro, durante uma operação da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro em 8 de maio de

1995, alegando a violação do direito à vida (Artigo 4) em conjunção com a obrigação de garantir e respeitar os direitos protegidos (Art.1(1)) na Convenção Americana sobre Direitos Humanos por parte da República Federativa do Brasil. O Estado sustentou que os agentes policiais atuaram em cumprimento de seu dever e que ainda não tinham sido esgotados os recursos internos.

II. TRAMITAÇÃO JUNTO À COMISSÃO

2. Em 18 de janeiro de 1996, o caso foi aberto e se transmitiu ao Estado um pedido de informações sobre os fatos alegados pelo peticionário. Em 19 de Abril de 1996, o Estado respondeu que, dada a complexidade e a amplitude das consultas em andamento, solicitava uma prorrogação de 30 dias, concedida pela Comissão em 26 de abril de 1996. Em março e outubro de 1996, foram realizadas duas audiências sobre o caso durante os respectivos Períodos Ordinários de Sessões da Comissão. Na segunda, o Governo explicou oralmente a sua posição. Nessas audiências, a Comissão se colocou à disposição de ambas as partes para dar início a um processo de solução amistosa, sem receber resposta positiva a esta proposta. O Estado não fez chegar à Comissão por escrito os seus comentários sobre o presente caso.

AS POSIÇÕES DAS PARTES

Posição do peticionário

3. O peticionário alega que em 8 de maio de 1995, policiais civis do Estado do Rio de Janeiro entraram na Favela Nova Brasília a fim de prender traficantes de drogas e armas. Isto gerou um confronto armado entre policiais e traficantes, em consequência do qual ocorreram várias mortes. Três alegados traficantes morreram perto do local da operação policial, outro morreu atingido por uma bala disparada de um helicóptero da polícia e outros dois morreram nos becos da favela. Oito pessoas se refugiaram em uma casa e teriam gritado que se rendiam, mas os policiais invadiram a casa e os mataram.

4. Alega que a investigação policial foi instaurada no mesmo dia 8 de maio e que, tendo transcorrido cinco meses, não tinha sido concluída. Em conformidade com a legislação brasileira, o prazo para se completar esta investigação é de 30 dias, salvo nos casos de difícil elucidação que podem ser prorrogados por ordem judicial, prorrogação que não existiu neste caso. Alega que não se realizaram exames balísticos no local dos fatos e que existem contradições entre as testemunhas, e que testemunhas oculares não foram interrogadas sobre o que sabiam dos fatos, além de outras presuntas irregularidades na investigação. E que a Promotora responsável pelo caso lhe comunicou que está de acordo com a versão policial que sustenta que os policiais dispararam em legítima defesa.

5. Alega que houve atraso injustificado nas investigações, uma vez que transcorreram cinco meses desde os acontecimentos sem que a investigação policial tenha sido completada. Conseqüentemente, o peticionário solicitou que a Comissão declare que a República Federativa do Brasil violou o artigo 4 da Convenção Americana, em concordância com o seu artigo 1(1). Solicita, além disso, que o Estado indenize os familiares; e que investigue adequadamente, julgue e puna os responsáveis; e que adote medidas para impedir a recorrência deste tipo de fatos.

6. O peticionário agrega os seguintes anexos documentais como provas:

- a. Reportagem do jornal “O Globo” de 9 de maio de 1995, descrevendo uma operação policial contra supostos traficantes na Favela Nova Brasília, no “Complexo do Alemão”, em Ramos, em que um suposto traficante é atingido na cabeça por um tiro disparado a partir de um dos helicópteros da polícia.
- b. Reportagem do jornal “O Dia” de 9 de maio de 1995, relatando a ação de policiais que cercaram e fuzilaram supostos traficantes.

- c. Registro do incidente da Investigação Policial, Secretaria de Estado da Polícia Civil 0252-95.
- d. Reportagem do jornal “Folha de São Paulo” de 9 de maio de 1995
- e. Declarações de um oficial da polícia em 8 de Maio de 1995, perante a Superintendência da Polícia Judiciária.
- f. Declarações da testemunho Raimundo Edilson Reis, morador da favela na investigação policial indicada.
- g. Declarações da testemunha Carlos Enrique de Oliveira na mesma investigação.

Posição do Estado

7. Como resposta, o Estado informou na audiência sobre o caso que as mortes tinham ocorrido devido a uma disputa entre grupos rivais de traficantes; e afirmou que o Ministério Público estava tomando as medidas necessárias e que a Promotoria Pública também estava reunindo provas para impedir a impunidade dos eventuais responsáveis. Observou que os fatos estavam sendo investigados e considera que, enquanto não prescrever a possibilidade de ação penal, não estarão esgotados os recursos internos, pois teoricamente, se surgirem fatos novos com validade suficiente para invalidar as provas ou prevalecer sobre, a causa poderá ser reaberta.

8. A Comissão reserva o análise do fundo da petição e das defesas do Estado para a etapa correspondente no presente procedimento.

III. FATOS NÃO CONTROVERTIDOS

9. Segundo consta nas informações trazidas pelo peticionário e corroboradas ou não contestadas pelo Estado, em 8 de maio de 1995 realizou-se uma operação da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro na Favela Nova Brasília, contra uma alegada banda de traficantes de drogas, na qual devido a disparos da força policial perderam a vida pelo menos 14 pessoas. Os policiais pertenciam à Delegação de Roubos e Furtos contra Estabelecimentos Financeiros, e contavam com uma equipe de 14 policiais armados com fuzis e metralhadoras, com a cobertura de dois helicópteros.

10. Que a investigação policial foi instaurada no mesmo dia, não tendo sido completada até cinco meses depois à data da denúncia.

11. Que a promotora responsável pelo caso manifestou ao peticionário que a ação dos policiais ao disparar tinha sido em legítima defesa.

IV. JURISDIÇÃO DA COMISSÃO PARA EXAMINAR A PETIÇÃO

12. A Comissão tem, *prima facie*, jurisdição para examinar a petição em questão. O peticionário tem *locus standi* para comparecer e apresentou agravos sobre o cumprimento de normas estabelecidas na Convenção pelos agentes de um Estado-parte. Os fatos alegados na petição tiveram lugar quando a obrigação de respeitar e garantir os direitos estabelecidos na Convenção já se encontrava em vigor para o Estado brasileiro.

V. ADMISSIBILIDADE DO CASO PARTICULAR

1. Esgotamento dos recursos internos

13. O peticionário observou no momento da denúncia que o prazo legal para completar a investigação já tinha sido excedido sem que ela tivesse sido concluída. Por seu lado, o Estado na audiência realizada em outubro de 1996, sustentou que a investigação continuava; e não manifestou posteriormente que a investigação tivesse sido concluída.

14. Mais de três anos depois de ocorridos os fatos, não existe qualquer alegação por parte do Estado que a investigação tenha sido completada. A Corte Interamericana de Direitos Humanos assim se pronunciou com relação à obrigação do Estado de investigar os atos violadores de direitos humanos protegidos pela Convenção:

“...investigar é, como a prevenção, uma obrigação de meio ou comportamento que não se deixa de cumprir somente pelo fato de não produzir um resultado satisfatório. Cabe, porém, empreendê-la com seriedade e não como uma simples formalidade condenada de antemão a não ser frutífera”.^[1]

15. A Comissão considera que o procedimento da investigação se prolongou excessivamente, sem nenhum indício de que tenha sido completada satisfatoriamente. A Comissão acolhe a hipótese de exceção de esgotamento dos recursos internos estabelecidos no Art. 46(1) da Convenção com base no atraso injustificado na decisão sobre os mencionados recursos, prevista no art. 46(2)(c) da Convenção e 37(2)(c) do Regulamento da Comissão.

2. Pontualidade da apresentação

16. A Comissão considera que se aplica ao caso o artigo 38(2) do seu regulamento que diz:

"...Nas circunstâncias previstas no artigo 37, parágrafo 2, deste Regulamento, o prazo para a apresentação de uma petição à Comissão será um período razoável, a critério da Comissão, a partir da data em que houver ocorrido a presumida violação dos direitos, considerando-se as circunstâncias de cada caso específico."

17. A petição foi apresentada cinco meses depois de ocorridos os acontecimentos, devido ao fato de que a investigação que deveria ter sido completada em 30 dias, não o tinha sido nem a sua extensão tinha sido autorizada judicialmente. A petição foi reiterada posteriormente nas audiências de março e outubro de 1996, uma vez que a investigação, como o Governo reconheceu, ainda não tinha sido completada. A Comissão considera que a petição foi apresentada dentro de um prazo razoável dadas as características do caso.

3. Litispendência

18. A Comissão entende que a matéria da petição não está pendente de outro procedimento de acordo internacional, nem reproduz uma petição já examinada por este órgão ou outro organismo internacional. Portanto, considera que os requisitos estabelecidos nos Artigos 46(1)(c)(e) 47(1)(d) se encontram também satisfeitos.

4. Fundamentos da petição

19. A Comissão considera que, em princípio, a exposição do peticionário se refere a fatos que poderiam caracterizar uma violação de direitos garantidos na Convenção Americana. Como a falta de fundamento ou a improcedência da petição não resultam evidentes, a Comissão considera satisfeitos os requisitos do artigo 47(b)(e)(c) da Convenção.

CONCLUSÕES

20. A Comissão considera que tem jurisdição para conhecer o presente caso; e que é admissível, conforme os requisitos estabelecidos nos artigos 46(e) 47 da Convenção Americana.

Com base nos argumentos de fato e de direito antes expostos

A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

DECIDE:

1. Declarar admissível o presente caso.
2. Enviar este relatório ao Estado e ao peticionário.
3. Pôr-se à disposição das partes com o objetivo de alcançar um acordo fundado no respeito dos direitos protegidos na Convenção Americana; e convidar às partes a

pronunciar-se em um prazo de 30 dias, sobre se desejam invocar o procedimento de solução amistosa estabelecido no artigo 48(1)(f) da Convenção.

4. Continuar com a análise das questões de fundo.

5. Publicar este Relatório e incluí-lo em seu Relatório Anual para a Assembléia Geral da OEA.

Passado e assinado na sede da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na cidade de Washington, D.C., aos 25 dias do mês de setembro de 1998. (Assinado): Carlos Ayala, Presidente; Robert K. Goldman, Primeiro Vice-Presidente; Jean Joseph Exumé, Segundo Vice-Presidente; Comissionados Alvaro Tirado Mejía, Claudio Grossman e Henry Forde.

* O membro da Comissão Hélio Bicudo, de nacionalidade brasileira, não participou do debate nem da adopción deste caso em cumprimento ao artigo 19(2)(a) do Regulamento da Comissão.

^[1] Corte Interamericana de Derechos Humanos, Caso Velázquez Rodríguez, sentença de 29 de julho de 1988, parágrafo 177, pg. 72-73.

ANEXO L – NOTA DE REPÚDIO – 2007.

17 DE ABRIL DE 2008 • 15H26

As organizações e movimentos sociais vêm através dessa nota repudiar a declaração “A PM é o melhor inseticida social”, feita pelo comandante do 1º Comando de Policiamento de Área (CPA) coronel Marcus Jardim no dia 15/04/08 em referência à ação da polícia militar na Vila Cruzeiro, onde foram mortas nove (9) pessoas e feridas seis (6). Utilizando a epidemia da dengue que assola o Rio de Janeiro por falta de investimento na saúde e vitimou fatalmente – até o momento – oitenta e nove (89) pessoas no Estado, o coronel evidencia a concepção de segurança pública como forma de “limpeza social”, ancorada na prática de criminalização da pobreza.

Diversas foram as declarações na área da segurança pública no período recente que afirmam uma mentalidade política beligerante, militarizada e por vezes racista e eugênica. Como emblemático exemplo se pode lembrar a afirmação do próprio governador, Sérgio Cabral, em 24 outubro de 2007 acerca da Rocinha e a taxa de natalidade: “É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal”. Da mesma maneira ocorreu nas inúmeras operações policiais realizadas no ano passado, como a mega-operação do Complexo do Alemão em 27 de junho 2007 que vitimou 19 pessoas, sobre a qual o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, afirmou que “tiro em Copacabana é uma coisa e, no Alemão, é outra”.

Tais práticas em matéria de segurança pública cultivam uma cultura “espiral de violência” e induzem a uma lógica de extermínio. Isto se torna claro ao analisar os 1.330 casos de autos de resistência (civis mortos pela polícia) lavrados em 2007, um aumento de 25% em relação a 2006, enquanto dados apontam que a polícia carioca é a que mais morre no mundo – também vítima fatal dessa política de segurança beligerante.

Essa lógica militarizada de segurança demonstra-se ineficiente, viola os direitos humanos e não promove a segurança da população. Reafirmamos nosso profundo repúdio à infeliz declaração do coronel Marcus Jardim que em ironia conclama execuções sumárias e usa o

“desastre social” da dengue como exemplo, bem como ansiamos pela pública retratação por parte do Governador do Estado e seu comando de segurança.

17 de Abril de 2008

JUSTIÇA GLOBAL

INSTITUTO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

ANEXO M – MASCOTE DO PAN: “CAUÊ MATADOR”. CARLOS LATUFF, 2007



Por Carlos Latuff.

CAMISETA COM O “CAUÊ MATADOR”



Legenda: “Eu vim buscar sua alma. Caô... Sem saúde, sem moradia, sem educação, o Rio é a cidade do Pandemônio.”